



This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

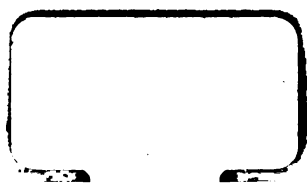
Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

- + *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
- + *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
- + *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
- + *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at <http://books.google.com/>



BIBLIOTHECA

HISTORICA, POLITICA, E DIPLOMATICA

DA NAÇÃO PORTUGUEZA.

NEW YORK
PUBLIC
LIBRARY

मोय वडो
जिणे
वासे

BIBLIOTHECA

Historica, Política, e Diplomática.

DA

NAÇÃO PORTUGUEZA.

POR JOAQUIM JOZE FERREIRA DE FREITAS,

CAVALLEIRO DA ORDEM IMPERIAL DO CRUZEIRO.

Non tamén adeó virtutum sterile seculum ut non et bona exempla prodiderit. Comitæ profugos liberos matres; secutæ maritos in exilia conjuges; propinqui audentes; constantes generi; contumax, etiã adversus tormenta, servorum fides; supremæ clarorum virorum necessitates; ipsa necessitas fortiter tolerata; et laudatis antiquorum mortibus pares exitus.—TACITO.

TOMO I.



Londres.

EM CASA DE SUSTENANCE E STRETCH,

14, PERCY-STREET, RATHBONE-PLACE.

1830.

МОН ВЪЗ
ЗНА
ВЪЗНА

DEDICATORIA

AO ILL^{mo}. E EX^{mo}. SNR. D. PEDRO DE SOUSA E HOLSTEIN;
MARQUEZ DE PALMELLA; PAR DO REINO; DO CONSELHO
ESTADO; GRAN-CRUZ DA ORDEM DE CHRISTO; CAVAL-
LEIRO DA MUI INSIGNE ORDEM DO TOZÃO DE OURO;
GRAN-CRUZ DA ORDEM DE CARLOS III. EM HESPAÑA;
GRAN-CORDÃO DA LEGIÃO D'HONRA EM FRANÇA, E DA
DE SANTO ALEXANDRE NEWSKY NA RUSSIA; CAVALLEIRO
DA ORDEM DE S. JOÃO DE JERUSALEM; CAPITÃO DA
GUARDA REAL DA COMPANHIA ALLEMÃ; MARECHAL DE
CAMPO DOS REAES EXERCITOS; CONDE DE SANFRE EM
PIEMONTE; EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPO-
TENCIARIO DE SUA Magestade FIDELISSIMA JUNTO A SUA
Magestade BRITANNICA, &c. &c. &c.

Ill^{mo}. e Ex^{mo}. Snr,

*Huma Obra destinada a transmittir á poste-
ridade huma contínua serie de Documentos desde
a época mais célebre, e mais extraordinaria da
Historia da Monarchia Portugueza, a ninguem
póde ser dedicada com mais acerto e propriedade
do que a Vossa Excellencta, que d'essa mesma
épocha datta a brilhante carreira, que tanto o tem
distinguido na sua Patria, e lhe tem adquirido a
estima e consideração das nações estrangeiras.*

A Nação Portuguesa nunca se esquecerá dos relevantes serviços que Vossa Excellencia tem feito á Monarchia nas differentes crises, a que se refferem os Documentos consignados n'esta Obra; e sempre reconhecerá, com a mais viva satisfação, que ao zelo e habilitude de Vossa Excellencia deve o ter figurado no Congresso de Vienna 'apár das' grandes Pótencias da Europa.

Muito mais agitado agora por diversas facções intestinas, dirigidas e supportadas pela influencia estrangeira—esbulhado de seus direitos, usurpada a coroa de sua legítima Soverana, Portugal reconhece os extraordinarios esforços, que Vossa Excellencia não cessa de fazer para restabelecer a ordem, restaurar a auctoridade legítima, e preencher em tudo as vistas do Grande Monarca, que tem posto em Vossa Excellencia a sua inteira confiança.

Em vão o Gesto do mal tem brandido o facho da discordia entre os amigos da Carta, e deffensores da Legitimidade; em vão tem recorrido a calumniosas invectivas, que sempre costumão ser as armas com que as Facções

pertendem resistir a quem dehodadamente os combate; em vão tem agitado em diversos sentidos paixões vehementes, pertençaes descomedidas, e interesses mal calculados: seus esforços são inúteis, ou tão malogrados, que em vez de conseguir algum de seus malevolos intentos; elle tem, a seu pezar, preparado o triunfo, e ucrisolado o merito d'aquelles leaes Subditos, que quizera perder na estima do Monarca, na consideração da Nação Portuguesa, e na opinião da Europa.

Hoje, Excellentissimo Senhor, que a autenticidade dos factos falla mais alto do que a perfidia das invectivas; ja não he dado ao espirito da inveja, e da intriga illudir por mais tempo a credulidade dos mal avizados, nem suspender o juizo dos homens justos e prudentes sobre a realidade do merecimento, a pureza das intenções, e a efficacia dos bons serviços. Os documentos que attestão quanto Vossa Excellencia tem feito pela Cauza da Patria, e da Legitimidade em outros tempos, offerecem n'estes, ainda mais varios e difficultosos, hum seguro penhor de novos esforços, nobres sacrificios, e optimos resultados em

favôr da mesma Causa, e reclamaõ os applausos, e a gratidaõ dos leaes Portugueses.

Julgando-me com algum direito a considerar-me d'este número, e desejoso de contribuir com a parte que me toca, rogo a Vossa Excellencia se digne aceitar esta minha Dedicatoria como hum público testemunho do profundo respeito, que lhe consagro: as circumstancias do momento, livrando-me de que alguem possa suspeitar-me possuido d'outras intençoens, ou compelido por outros motivos, fazem mais digna da consideração e benevolencia de Vossa Excellencia a homenagem que lhe tributo.

Tenho a honra de ser, com o mais profundo respeito,

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

De Vossa Excellencia

O mais attencioso e reverente criado

JOAQUIM JOZÉ FERREIRA DE FREITAS.

INTRODUÇÃO.

“A HISTORIA he a melhor mestra do homem de Estado.” Este refrão, que tem sido repetido de seculo em seculo, suppoem a existencia de historias escriptas á vista de huma collecção completa de factos, examinados por hum observador imparcial, que despido de todas as preoccupações vulgares não conhece odio nem affeição ás pessoas ou ás opinioens, e que, tendo por unico fim a verdade, soube d’entre hum montão de acontecimentos accidentaes ou meramente occasionaes desenvolver a serie de causas e de effeitos, que em hum certo periodo de annos consolidarão, ou mudarão o modo de existencia de qualquer Nação, ou Povo. Se he muito difficil encontrar huma historia, que cabalmente desempenhe estas arduas condições, não nos devemos admirar de ver todos os dias homens publicos, animados do mais ardente zêlo pelo bem geral, commetterem taes

erros, que d'elles nasce muitas vezes a ruina dos Estados, e a infelicidade de geraçoens inteiras. Estes taes, ou tomárão por guia na sua carreira pública vans theorias e errados sistemas dictados pela imaginação ou inspirados por ardentes paixoens—ou, querendo lançar os fundamentos da sua politica sobre os factos anteriores, forão induzidos em graves erros pelas historias incompletas e defeituosas, em que confiarão.

Porque singular motivo ha tanta falta de historias bem escriptas, quando grandes engenhos se tem applicado com infatigavel diligencia a este ramo dos humanos conhecimentos? A resposta he facil: os historiadores não possuíão a collecção completa de todos os factos sôbre que devião exercer suas potencias intellectuaes; achárão effeitos de que foi necessario advinhar ou imaginar a causa; causas, cujos effeitos estavam esquecidos pelo lapso do tempo, ou confundidos pela multidão dos acontecimentos; e a cada passo depárrão com a falsa apparencia, que o egoismo ou a parcialidade dos contemporaneos tinha lançado sobre os acontecimentos mais importantes do seu tempo: e por estes motivos a historia vem a ser huma lista de acontecimentos notaveis, sem causas conhecidas, e propria somente para satisfazer a esteril curiosidade de preguiçosos leitores, ou

he a exposição dos principios e doutrinas do historiador, que elle com perdoavel amor proprio applicou aos tempos e ás pessoas de quem escreve, á similhaça dos eloquentes discursos com que Tito Livio presenteou as Personagens de quem relatou os feitos ; ou finalmente he o écho das affeições, ou das vinganças dos contemporaneos, dos seus erros, ou da sua credulidade.

Em Portugal achão-se os mais notaveis exemplos dos vicios da historia. As nossas Chronicas, cheas de factos maravilhosos, ou ao menos exagerados, nada dizem sobre os estado moral, e civil dos Povos, sobre a sua força, povoação, agricultura, e commercio, nem sobre a administração dos negocios publicos. A vida civil era reputada indigna de figurar em huma historia. So ás batalhas, e os grandes accontecimentos podião pertender essa honra ; e ahi mesmo procurava-se com grande cuidado esconder as verdadeiras causas, todas as vezes que erão menos gloriosas para as principaes personagens, das quaes o historiador se reputava panegirista forçado. As chronicas e historias do reinado de D. Affonso Henriques, 1º. Rei de Portugal, mostram a que excesso de impudencia pode chegar o espirito de exaggeração quando pertende mostrar a mão de Deos nas obras dos homens, ou cobrir com o manto da

gloria os briosos, mas necessariamente pequenos esforços de huma pequena Nação. Só na batalha do Campo de Ourique fazem entrar 600,000 Mouros contra 13,000 Portugueses, sendo os Mouros tirados unicamente das Comarcas de Alemtejo, Silves, Badajoz, Merida, Sevilha, e Algezira, que, áquelle tempo, erão condecoradas com o pomposo nome de Reinos, e cuja população Mourisca de ambos os sexos e de todas as idades talvez não chegasse a tamanho numero. As historias dos reinados de D. Sancho II., e de D. Affonso VI. são prova do quanto pode a parcialidade a favor dos vencedores, e o odio contra os vencidos: esqueceo todo o bem que fizerão estes dous infelizes Monarchas; e só nos chegarão os retractos que traçarão seus inimigos ou accusadores. Os prodigios incriveis, com que estão recheadas todas as paginas das nossas antiguidades, mostrarão bem que seus authores não estavam isentos da miseria e fraquesa de entendimento, que nos leva a ver hum milagre em tudo aquillo que não podemos explicar, e a admittir como verdade quanto exalta ou assombra a nossa imaginação.

O homem, dezejoso de instrucção, e que revolveo com imprébo trabalho essas volumosas chronicas, sem outro proveito mais do que o steril conhecimento de alguns factos isolados,

e de algumas datas, busca com ancia a huma collecção de monumentos e de documentos authenticos, aonde possa beber sem perigo as noções, que não acha em outra parte ; porem a sua anciedade não he satisfeita: esses documentos nunca forão compilados, e para os conhecer he forçoso correr os archivros e bibliothecas publicas e particulares, com grande despeza, com muito gasto de tempo, e muitas vezes com dependencia de licenças, que se não podem obter. Porque fatalidade acontece que o Governo, a Accademia Real das Sciencias, a Universidade de Coimbra, e as mais Corporações do Estado não tem sentido, como devem, a falta de semelhantes compilações, ou nunca tiverão vontade efficaz de a remediar ? Será por julgarem o saber desnecessario, ou por temerem a descoberta de alguma verdade, que contrarie certas pertenções ? Melhor será attribuirmos este criminoso descuido a preguiça e desleixo, do que a malicia.

A compilação e publicação dos monumentos das antiguidades Portuguezas seria tão curiosa, como importante para o Estado, e instructiva para os estudiosos. Quando dizemos “ antiguidades ” não temos em vista os tempos dos Fenicios, dos Carthagineses, ou ainda dos Romanos, e muito menos os reinados dos descendentes de Tubal, ou de Ibero, com cujas histo-

rias fabulosas muitos procurarão encobrir a sua ignorancia do que se passou nos tempos mais remotos ; as antiguidades que são uteis, começam com o estabelecimento dos Godos em Espanha, e seguem dahi até nossos dias. Os Godos amalgamarão-se com os povos indigenas, e com o andar dos tempos fizeram com elles hum so Nação, governada pelas mesmas Leis, e professando a mesma Religião. Com elles começaram as instituições e os costumes, que durarão ate nossos dias ; com elles se formou o character nacional Espanhol, de que nem todas as feições tem sido destruidas ; e sem conhecer bem o que então se passou, he impossivel saber claramente o que fomos, explicar o que somos, ou determinar o que podemos ainda vir a ser.

Os Godos trouxerão com sigo o Governo feudal ; e he para ser notado que, havendo onze Seculos que o imperio Gotico foi afogado em rios de sangue nas margens do Guadalete, ainda se não apagarão nas Espanhas os vestigios das suas instituições. Este sistema de Governo, de que tanto mal se diz (e com razão por ser incompativel com estado actual da civilisação;) mas que tão pouco se conhece, teve força bastante para dominar os seus inimigos, e os seus alliados, e para sobreviver, seja licito dizel-o assim, á propria destruição ; e nas suas

diversas phazes, em quanto durarão os elementos da sua existencia, fez a força do Estado, e a prosperidade dos Povos das Espanhas, com grande vantagem sôbre todas as outras Nações da Europa. Quando porém aquelles elementos se destruíram, e quando todas as Nações saíram da infancia para marcharem com rapidez para o aperfeiçoamento por meio de novas instituições, os Povos da Peninsula Hiberica, pela razão inversa, marcharão para a decrepitude, tendo d'ahi em diante alguns dias de gloria e de resplendor, porem muito poucos de prosperidade e de verdadeira grandeza.

O Rei, os Condes, os Duques, e os Juizes das Cidades e Villas, tinham na mão todo o poder e toda a jurisdição e authoridade; porque so elles tinham força propria e existencia independente: e com effeito, em huma Nação de conquistadores so homens de braço e de conselho he que podem valer. O soldado obedece por dever, por costume, e por convicção de que a força bruta sem ser commandada nada pode; o vencido não tem mais existencia do que a que lhe deixa a commiserção do vencedor. Tirados estes, que resta? O General, e os Officiaes, isto he o Rei, e os Senhores. Os Senhores pois elegião o Rei, governavão e julgavão os Povos, e quando estavam descontentes depunhão o Rei, e elegião outro. El Rei Leo-

vigildo foi o primeiro que tomou insignias Reaes, Sceptro, e Coroa; até elle o Rei trajava como qualquer outro Senhor.

Os Bispos Arrianos não tinham influencia nenhuma no Estado; os Bispos Catholicos erão perseguidos, mas porisso mesmo conservárão com maior cuidado a puresa da fé, e a innocencia dos costumes; e por este meio tinham grande influencia em seus rebanhos, que cada dia crescião em numero, e que vião nelles os seus mestres, e os seus consoladores. El Rei Recarredo, assustado com as muitas conspiraçoes que se tinham formado contra elle, e dezejoso de assegurar a Coroa para seu filho, abraçou o Catholicismo, e fez que os seus seguissem o seu exemplo, lançando-se inteiramente nos braços dos Bispos Catholicos, aos quaes concedeo grandes privilegios, restituiu os bens das Igrejas, e deo muitas terras de novo. A antèrior influencia que estes Bispos tinham nos animos dos fieis, e as novas concessoes fizeram aparecer este novo poder no Estado, o qual logo foi associado aos Senhores; e todos juntos fizeram leis para o governo do Estado no 3°. Concilio Toledano no anno de 589, o qual e os que se seguirão forão verdadeiras Côrtes, ja compostas de dois Estados, que deliberavão reunidos em huma Camara unica.

Aqui acconteceo o mesmo que em França, na

Italia, e em outras partes. O sistema feudal teve fôrça bastante para sujeitar a Igreja ás suas fôrmas, ao seu espirito, e á sua pompa. No 4º. Concilio Toledano, celebrado em 634, os Bispos unirão-se com os Senhores para legitimarem a usurpação da Coroa, commettida por Sesinando contra El Rei Suinthila; escomungarão o Rei deposto, sua mulher, e filhos, para impedir que os Povos se interessassem por elles; e pozerão por lei que ninguem se apoderasse do Reino, senão por voto dos Senhores e Prelados. A impaciencia dos Senhores na obediencia, e a sua exaggeração nas pertençoens communicarão-se aos Bispos; e tanto estes, como depois os Abbades, exercião nas suas terras os direitos feudaes; e a sua pompa chegou a tanto, que, quando sahião, erão levados em andas aos hombros dos Diaconos, o que lhe foi prohibido no 3º. Concilio Brachareuse no anno 676; e não somente se considerarão a si como Senhores temporaes para concederem jurisdicção com estrepito forense em negocios civis, levantarem soldados, e fazerem a guerra*, mas até aos seus officios e empregos espirituaes

* Por huma Lei d'El Rei Wamba foi ordenado, que em rebate de inimigos os Bispos accudissem com a sua gente armada até a distancia de cem milhas.

applicarão os principios e as Leis dos Feudos, e dos beneficios feudaes.

Assim andou o Governo das Espanhas até a perda de El Rei Rodrigo. O Povo, ésta numerosa classe, que hoje encerra em seus membros a maior porção da propriedade, da industria, das riquezas, e da fôrça dos Estados modernos da Europa; os paisanos não sabião como viver sem o abrigo e immediata protecção do Rei, da Igreja, ou de algum Senhor, e o seu pezo na balança politica era igual a zero. Vierão os Mouros; acabou de hum golpe a Monarchia Gothica para nunca mais se levantar; e no meio da geral desordem, cada Cidade, e cada povoação mais notavel foi obrigada a buscar na energia de seus habitantes algum remedio contra os males extremos, que de todos os lados estavam imminentes. A grandeza do abalo saccudio a preguiça, e expelio a apathia geral; a necessidade fez achar fôrças e meios ignorados até alli por seus proprios possuidores; e os Povos virão com grande admiração que lhe era possivel viverem sem algum amparo alheio.

As terras, que se rendêrão por capitulação, obtiverão sem difficuldade dos Mouros vencedores a permissão de se governarem por suas leis, e de nomearem Juizes: as que resistirão, governarão-se a si, ou escolherão livremente

quem as governasse, por não haver senhor legítimo, a quem tocasse de direito aquella suprema prerogativa; e as que seguirão as partes dos novos reinos, criados nas Asturias, e do lado dos Pirineos, com as reliquias salvadas da geral derrota, essas terras, sabendo que so a sua vontade as ligava aos nossos Reis e aos Grandes das suas Côrtes, tornarão-se por essa razão altivas e exigentes; em quanto pela razão inversa os Reis e os Grandes erão por necessidade doces e condescendentes.

Aqui está como nas Espanhas appareceo hum novo podêr, até alli desconhecido; e este poder foi chamado para tomar parte no Governo com o nome de Estado, Braço, ou Estamento do Povo. Este Estado era essencialmente rival dos outros dois; e em quanto houve Mouros nas Espanhas, exerceo grande influencia sobre os outros dois, e sobre os Reis, que muito dependião da sua coadjuvação; mas nem por isso escapou ao fado geral, e forçoso lhe foi amoldar-se ás formas e aos estilos do sistema feudal. Os Conselhos, ou Municipios, forão considerados como Senhores feudaes, e como taes recebem da generosidade Real terras e castellos; tinham pendão; servião o Rei com certo numero de gente, ou ao menos com aquella que podião armar; e em nome de El Rei exercião jurisdicção os Juizes por elles nomeados. O interior dos Conselhos

era huma como Republica, em cuja governança tinham parte todos os *homens bons*, isto he, todos os proprietarios notaveis do Districto; mas nas suas relações com a Monarchia, cada Conselho era huma pessoa moral, hum senhor feudal, como o Conde, ou o Rico Homem.

Ter assento em Côrtes era n'aquelle tempo, considerado debaixo do duplicado aspecto da honra que recebia aquelle que era chamado para assistir a ellas, e de signal de vassalagem ao Rei que as convocava. D'aqui seguião dois corollarios—convem a saber: que so tinham assento em Côrtes, por seus procuradores, aquellas Villas ou Cidades, a quem os Reis concedião essa honra por especial privilegio; e que della não podião gozar aquellas terras, que estavam no senhorio particular de algum Senhor, quando o senhorio não tinha sido dado posteriormente ao privilegio.

Outro objecto, que muito deve chamar a attenção de todo o Portuguez, que se interessa pelas cousas da sua patria, e que dá novo exemplo da força invencivel do sistema feudal, he a Ordem da Cavallaria, a qual sendo criada, como parece certo, para o fim positivo de defender quaesquer opprimidos contra o poder dos Senhores tirannicos, em breves annos foi obrigada a amoldar-se ás fórmãs d'aquelle sis-

tema, e a ser em certo modo o apanagio daquelles mesmos Senhores, os quaes ao poder e ás riquezas, de que gosavão, quizerão ajuntar a honra de ser, e de fazer Cavalleiros. Os Reis aproveitarão-se desta instituição para se fortalecerem com o seu auxilio contra os Senhores altivos ou insubordinados, e os Senhores, em virtude das suas prerogativas, logo se repuputárão authoridades para imitarem os Reis, e augmentar pelos mesmos meios a sua força relativa.

Se he verdade que a Ordem de Cavallaria nasceo em França em tempos, de que hoje falta exacta memoria, não he menos certo, que foi recebida nas Espanhas, e no nosso Portugal, aonde alem dos Cavalleiros das Ordens militares houve sempre outros, que erão feitos por simples Cavalleiros conforme as leis da primitiva instituição, ou pelos Senhores e Capitaens das Fortalezas, os quaes todos, dentro e fóra do Reino, pertendião todas as prerogativas da Ordem de Cavalleria, áte que os Reis, concedendo honras e riquezas exclusivamente ás Ordens Militares, diminuirão tanto a consideração daquelles outros Cavalleiros, que em poucos annos ficarão habilitados para de todo os extinguir como ja inúteis e até pesados ao Estado.

Dos principios e usos do Sistema feudal, e das Leis e costumes da Cavalleria nascêrão as prerogativas, direitos e privilegios que hoje por

toda a Europa formão o código das pertencimentos da Aristocracia moderna, com tanto calor contrariadas e contestadas pelos homens, conhecidos pelo nome de *Liberaes*; da mesma fonte vierão as rigorosas, e muitas vezes caprichosas, leis da honra, que sendo transmittidas por tradição de paes a filhos tirannizam a porção mais brilhante das Sociedades do nosso tempo, apesar de todas as leis escritas Ecclesiasticas e Civis; daqui finalmente veio aquelle escrupuloso e minucioso ceremonial, inventado para marcar e guardar inalteravelmente as distincções de classes e de gradações, e para evitar toda a mistura ou confusão. Este ceremonial foi primeiramente estabelecido, e severamente guardado nas Côrtes dos Reis de França, e dos Duques de Borgonha, donde passou com a herdeira deste ultimo Estado para a Casa de Austria, e se communicou ás Cortes de Castella, e de Portugal.*

* Não podemos deixar de notar aqui que o escripto mais antigo, que se conhece, sobre o ceremonial das Côrtes de França e de Borgonha, de aque he emnação o da Côte Portugueza, he devido ao zelo e á penna de huma Senhora em cujas veas corria sangue Portuguez. Ésta foi M^{me}. Alienor de Poitiers, Viscondessa de Turnes, filha de D. Isabel de Souza, que accompanhou a Infanta D. Izabel, filha d'El Rei D. João I. e casada com Philippe-o-Bon, Duque de Borgonha, e Conde de Flandres.

Este ligeiro esboço das nossas antiguidades politicas n'aquelles remotos tempos, comparado com os vestigios que d'ellas encontramos a cada passo nas cousas do nosso seculo, he muito adequado para convencer a todos do proveito e instrucção, que se podia tirar da leitura e maduro exame de huma collecção dos documentos authenticos, pelos quaes forão obradas as diversas mudanças, que acabamos de indicar, accontecidas nos Governos das Espanhas. So por estes meios se poderião descobrir os principios em que erão fundadas as diversas formas de Governo, adoptadas nas diversas epochas, a influencia que éstas fórmãs de Governo tiverão na fôrça e na prosperidade das Naçoens, e a possibilidade ou impossibilidade de as restabelecer.

Quando no Seculo 12 começou a Monarchia Portugueza, ja nas Espanhas estava consolidado o Estado do Povo e o Governo municipal das terras; e assim foi, como era natural, conservado em Portugal com aquelle maior gráo de influencia e de consideração, que era filho da dependencia que a nova Dinastia tinha dos Povos para resistir a hum tempo aos Mouros, e aos Castelhanos. Não houve lei para regular as attribuiçoens do Estado do Povo, assim como a não houve para os Estados do Clero, e da Nobresa: tudo se fêz em Portugal, como se costumava fazer em Castella antes da independencia

d'aquella parte da Monarchia e d'essa falta de Lei constitutiva nasceo a variedade das attribuições exercidas, e do cerimonial guardado por todos ou por cada hum dos Estados nas diversas occasioens, em que se juntárão em Côrtes. Para hoje se conhecer o que os Estados forão em cada epocha, he forçoso que se consulte a collecção completa de seus trabalhos. Mas aonde se encontrará essa preciosa compilação? Consta-nos que a Accademia Real das Sciencias trabalha n'essa empresa ha sette annos; mas he muito para se recear que este trabalho tenha a sorte que tiverão os trabalhos da mesma Accademia para fazer o Diccionario da Lingua Portugueza.

No reinado d'El Rei D. Manoel, que foi o mais brilhante e o mais glorioso para Portugal, começou a declinar a força real da Monarchia, e a alterarem-se os elementos da sua fôrma de governo: o reinado d'El Rei D. João III. ja foi de fraquesa, e de miseria; a louca temeridade do seu successor de todo perdeu o reino na jornada de Africa, e sessenta annos de insupportavel jugo estrangeiro mudárão todas as existencias, fizerão esquecer os antigos foros, e pela destruição do presente tornárão indispensavel huma nova organisação do Estado. As leis, os costumes, o espirito nacional, ate o character dos Portuguezes tudo estava mudado; mas por huma

fatalidade, muito para ser chorada, quando todos buscavão com ancia os meios de repelir as invasoens castelhanas, não houve hum unico homem de Estado que reconhecesse a necessidade, e que propoesses meios adequados para se construir de novo o edificio social sobre as bases, exigidas pela mudança dos tempos e dos costumes.

D. Affonso Henriques tinha recebido o titulo de Rei, e as insignias Reaes das mãos da Nação ; D. João I. obteve o Officio Real, como então lhe chamávão, por eleição das Cortes de Coimbra ; porem D. João IV. subio ao Throno por hum direito anterior, reconhecido ẽ invocado pela mesma Nação que o acclamou, e sem contradicção d'esta succedeo em todo o poder, que os Reis de Espanha se tinham arrogado contra os antigos foros e usos. A Realeza a este tempo ja era muito mais ampla do que tinha sido nos seculos 12º. e 14º. e as Ordens do Estado ja não reclamarão a grande influencia, que outrora havião exercido nos negocios publicos. Por isso quando o Infante D. Pedro arrancou, por violencia, d'El Rei D. Affonso VI., seu Irmão, a renuncia do Govêrno ; as Còrtes nada tiverão que dizer contra este acto, e somente lhe negarão o titulo de Rei, em quanto fosse vivo o infeliz Monarcha desthronizado

não pondo dúvida nenhuma em reconhecer n'elle o exercicio de todo o Podêr Real.

D'esta mudança dos elementos constitutivos da Monarchia Portuguesa resultou, que aquelle mesmo Infante D. Pedro, sendo Rei o segundo do nome, cesson no anno de 1697 de convocar os Estados a Côrtes, e começou a grande obra de reformar a organização do Estado para construir sobre as ruinas do passado o edificio do Podêr Soberano Absoluto, que foi continuado com incessante ardor pelos Reis seus successores, sem que no longo periodo de mais de hum seculo apparecesse a menor opposição da parte da Nação.

El Rei D. João VI. abolio a ultima memoria da antiga ordem de cousas, que ainda se conservava nominalmente na Junta dos Tres Estados : o sistema do Poder Real Absoluto achava-se estabelecido em todos os ramos da pública administração ; parecia identificado com os costumes da Nação inteira; e formava a base do ensino nas escholas, e o fundamento da legislação e da jurisprudencia; e todavia . . . foi no reinado deste mesmo Monarcha que os esforços de poucos individuos, sem o prestigio de grandes nomes e sem grande influencia conhecida, bastarão para derribar todo aquelle edificio, e para começar contra o Poder Soberano Absoluto hum pleito que ainda hoje pende indeci-

so, apesar de se terem empenhado, a favor ou contra, todas as forças da Nação, e de estar a Europa inteira clara ou occultamente interessada na decisão.

A' vista de hum acontecimento tão notavel, o homem especulativamente religioso inclina a cabeça com respeito para adorar os inexcusaveis Decretos da Divina Providencia; o homem depravado abraça com enthusiasmo aquelle partido para que o chamão as suas paixões ou o seu interesse; o egoista olha com indifferença para os que trabalham e para os que soffrem: porem o homem virtuoso, o homem de Estado, e o estudioso vão procurar os antigos titulos, que podem servir para decidir a contenda; estudão os mais sãos principios, e examinão, comparão, e avalião os factos passados, e o estado presente; e por meio de assiduo trabalho ficão habilitados para formar hum juizo seguro sobre o que o dever exige, e a melhor politica aconselha. O plano desta Introducção não nos permite interpor aqui algum juizo ou reflectão; nosso unico fim he mostrar como o estudo dos factos, e dos documentos officiaes das epochas mais importantes da Monarchia, he tão indispensavel como util.

Se aquelle, que se contenta com o mero conhecimento dos factos sem estudar os principios, que se derivão da sua comparação, não passa

de hum *rutineiro* (permitta-se a expressão) que a cada passo cahe nos mais grosseiros erros ; similhantemente aquelle que despreza os factos para se lançar no vasto campo das theorias abstractas, he hum visionario que, para bem da humanidade, nunca deveria ser tirado desse mundo ideal, em que a si proprio se collocou. Todos os dias vemos d'esses homens que, subidos a huma altura magestosa de principios, parecem recear manchar seus pés tocando com elles nas impuresas do mundo positivo. Estes taes se algum dia chegão ao poder, não duvidão sacrificar tudo o que existe, para criarem hum mundo similhante ao que tem imaginado em suas cabeças. Theorias contrárias aos factos são evidentemente falsas. Os factos são a fonte primitiva dos humanos conhecimentos, e o criterio da exactidão das mais remotas conclusões, derivadas dos principios recebidos e demonstrados. Em politica sobre tudo : o passado he o melhor mestre do presente ; e so pelo conhecimento perfeito e inteiro do presente he que se póde chegar a descobrir o alicerce seguro sobre que devem assentar quaesquer futuras instituições, refórmias, ou melhoramentos.

A historia antiga mostra-nos notaveis exemplos de legisladores constituintes, que souberão dar ás suas instituições hum tal character de força e de duração, que as fez sobreviver mes-

mo á destruição das naçoens para quem tinham sido feitas. Por que singular contraste temos visto em nossos dias succederem-se constituições a constituições, reformas de governo a reformas de governo, e sistemas a sistemas, sem que nenhuma conseguisse, nos diversos paizes aonde tem sido experimentadas, consistencia nem permanencia? A razão he obvia: os antigos fundavão-se no que era positivo e realmente existente, os modernos fundão-se em vans theorias; os antigos estudavão os homens e as cousas, os modernos estudão so pelos livros; os antigos edificavão com os elementos que tinham, os modernos edificação para que os elementos appareçam depois, e ficão espantados quando por fim não achão senão destruição. Por isso temos visto homeus generosos, cheios de patriotismo e de amor á humanidade, que nunca poderão dar estabilidade ás suas reformas, e que com as melhores intençoens causarão mais mal ao genero humano, do que poderia fazer hum cruel tiranno.

Não he so em materias politicas que Portugal carece de compilaçoens dos documentos officiaes dos seculos passados; em legislaçã ha igual falta, e a mesma necessidade. Nos primeiros seculos da Monarchia os Povos erão governados pelos foraes de cada terra, e por leis municipaes; não havendo nos primeiros

reinados Lei alguma geral a não serem essas poucas sobre nobresa, e penas crimes, que se leem no traslado, que corre com o nome de Côrtes de Lamego. Quando se começaram a fazer leis geraes, estas forão em grande parte tiradas das Leis de Castella, as quaes, como he natural, tinhão grande authoridade entre nós. Veio depois o Direito Canonico; vierão as Leis Romanas, e com estas as Glosas de Accursio, e de Bartolo, e o que então se chamava *opinião commun dos Doutores*; fizeram-se muitas leis em Côrtes, ou em consequencia dos Capitulos das Côrtes; a repetição de julgados identicos em casos semelhantes na Casa da Supplicação fez nascer os estilos da Corte; os costumes do Reino forão considerados como Lei; e sobre todos estes materiaes forão compiladas as Ordenações do Reino no tempo d'El Rei D. Affonso V, as outras que posteriormente mandou fazer El Rei D. Manoel, e as que forão publicadas em 1603 por ordem d'El Rei D. Filippe III. de Castella, e II. de Portugal, as quaes ainda hoje estão em força e vigor. Depois da publicação destas ultimas Ordenações tem-se seguido hum sem numero de Leis soltas ou extravagantes, as quaes se se andassem compiladas farião muitos e muito grandes volumes.

As Ordenações do Reino não abolirão se-

não pequena parte das leis anteriores ; mandou-se que continuassem a ter fôrça: 1°. as Leis que estivessem escritas em hum livro da Casa da Supplicação ; 2°. todas as Leis semelhantes áquellas, isto he, que fossem sobre cousas, que se podem mudar e alterar com os tempos ; 3°. as Ordenações de Fazenda, e Artigos das Sizas ; 4°. todos os Foraes ; 5°. todos os privilegios particulares ; 6°. todos os Regimentos ; 7°. os estilos da Corte ; e 8°. os costumes do Reino. Quem não vê por esta breve indicação quanto he vasta e complicada, para não dizer vaga e indeterminada, a porção de Leis antigas, que continuarão a ter força apesar da publicação daquellas Ordenações ?

E aonde se achão compiladas todas essas Leis tanto antigas, como modernas ? Com vergonha o dizemos, em nenhuma parte. Não ha em Portugal hum so homem, Corporação, ou Tribunal, que possua a Collecção completa da Legislação que ainda está, ou que devia estar em vigor ; nem o Governo possui nem tem meios bastantes para procurar essa preciosa raridade. Que se segue d'aqui ? A ignorancia do justo e do injusto, a incertesa da propriedade, a contradicção dos julgados, e aquella má administração de justiça, que passa em proverbio por toda a Europa.

Que coração, verdadeiramente Portuguez,

pode contemplar sem dor e sem indignação este vergonhoso desleixo dos nossos antepassados, e dos contemporaneos ? Muito dezejariamos nós fazer desaparecer este opprobrio da nossa Patria ; porem estamos em paiz estrangeiro, e não temos os meios nem a occasião para emprehender tamanha obra. Possa este nosso pequeno brado despertar o patriotismo de algum Compatriota mais feliz e mais bem succedido ; e excitar algum sentimento de vergonha e de decencia nos corações dos membros influentes d'aquellas duas Corporações, ás quaes por tantas vezes tem sido incumbida a publicação da legislação antiga e moderna, dos Capitulos das Côrtes, e dos monumentos das antiguidades Portuguezas. Se assim accontecer, daremos por muito bem empregado o nosso trabalho, e o nosso exemplo.

Ja no prospecto, que publicamos nos principios do anno corrente, apontamos a razão porque tinhamos escolhido a partida do Principe Regente para o Brasil em Novembro de 1807 para começarmos n'este acontecimento a nossa *Bibliotheca Historica, Politica, e Diplomatica da Monarchia Portugueza*. N'aquelle anno, para sempre famoso, começou nova éra para a Nação Portugueza ; a invasão Francesa, e os esforços que depois se fizeram para a repelir ; a ausencia do Monarcha, a relaxação do vinculo

que unia a Portugal a mais vasta e mais importante de suas colonias; novas opinioens, novos costumes, e novas necessidades; tudo concorreo para operar huma grande revolução nos animos dos Portuguezes; e os effeitos que se tem seguido, a cuja progressão ninguem póde marcar termo, são muito proprios para augmentar o interesse, com que desde ja hão de ser lidos os documentos officiaes, que compoem a nossa Bibliotheca.

A facilidade da publicação e da leitura exigia que obra tão extensa fosse dividida em epochas e secções: a massa e o interêsse dos acontecimentos determinou a divisão destas, desiguaes em duração de tempo, porem iguaes na circumstancia de comprehender, cada huma, huma serie ou classificação completa de factos de genero especial, começados e acabados naquelles periodos.

I.^a. EPOCHA

PARTIDA DO PRINCIPE REGENTE DE PORTUGAL PARA O BRASIL.

A primeira epocha da nossa Bibliotheca começa com a sahida de Portugal do Principe Regente, accontecida no fim de Novembro de 1807. Por qualquer lado que este accontecimento seja considerado, desobrem-se nelle tantos e tão importantes resultados da mais alta transcendencia, que nos parece escusado trabalho amontoar razoens para justificar a resolução, que tomamos, de começar por elle a nossa compilação.

O Navio que levou pela foz do Tejo o Principe Regente de Portugal, hia carregado com os destinos do velho e do novo mundo; e em quanto Portugal chorava com amarga saudade a triste orfandade, em que ficava exposto a todos os horrores da mais perfida e da mais iniqua invasão, a Divina Providencia preparava o caminho para fazer cessar na Europa aquelle estado de continuada violencia, a que a tinha reduzido a ambição e o genio emprehendedor de hum so homem, que ameaçava a hum tempo as existencias todas, e para unir pela criação de

hum a vasta Monarchia na America esta parte do mundo com a mesma Europa, daqual parecia estar definitivamente separada, mais ainda por hum sistema geral de Governos Republicanos, do que pela diversidade de clima, de produções, de necessidades, e de costumes.

Embora o egoismo de poderosas Nações tenha procurado obscurecer a gloriosa parte que coube a Portugal na destruição do poder colossal do Imperador dos Franceses e na restauração da paz geral da Europa : a verdade he que sem a sabida do Principe Regente para o Brasil não teria tido lugar a extraordinaria combinação de circumstancias, que fez desenvolver na Peninsula aquelle heroico patriotismo, que deo á Europa o primeiro exemplo de como se vencião as falanges do geral Dominador, reputadas até então por invenciveis ; sem os espantosos esforços e indomavel valor dos Portuguezes a Inglaterra não teria tido campo aonde combater, nem amigos que a ajudassem a vencer o seu implacavel inimigo ; e ainda hoje estarião por colher esses virentes louros, que eurarão a fronte de hum dos mais afamados, ou talvez do mais afamado General de nossos tempos : a Real Familia dos Bourbons não occuparia hoje o throno de S. Luiz ; e os destinos da Europa serião outros muito diversos, do que agora são.

Havia mais de tres seculos que em Portugal não tinha havido tanta energia, tanta actividade, nem tal desenvolvimento de todas as virtudes patrioticas como nos annos de 1808 e seguintes. Tres invasoens inimigas no espaço de quatro annos, todas fortes e devastadoras: sette annos da mais activa guerra com todos os males que a accompanhão; outros tantos de marchas militares de tropas nacionaes, e alliadas que innundavão as villas e as aldeas, e que a par de huma riqueza facticia levavão comsigo a inevitavel destruição das searas, dos frutos, e dos gados; a oppressão da parte mais laboriosa dos habitantes, e o esgotamento de todos os recursos nacionaes; a interrupção do commercio externo; a interrupção dos trabalhos ruraes; o incendio, e a ruina casual ou immeditada da maior parte dessas poucas fabricas que Portugal possuia; o augmento dos impostos e contribuiçoens ordinarias e extraordinarias: taes são em breve resumo os males que os Portuguezes soffrêrão, e as difficuldades com que tiverão de combater, e das quaes triumpharão nesta epocha de soffrimentos, de esforços, e de gloria.

A historia ha de traçar com complacencia o maravilhoso quadro de hum Reino tão breve em territorio e população, como escasso em recursos, que têve poder bastante para vencer ta-

manhos obstaculos, bastante patriotismo para satisfazer com donativos voluntarios as despesas a que não chegavão pesadas contribuições, e fôrça para fortificar e guarnecer as suas praças fortes, para fazer de novo fortificações que so ouvidas enchêrão a Europa de assombro, e para criar, armar, e conservar sempre em estado completo hum numeroso exercito, que em valor e em disciplina excedeo sempre os inimigos, e nunca cedeo primazia aos alliados.

Embora o desleicho dos naturaes, e parcialidade de alguns estrangeiros tenham negado o devido louvor a grandes meritos que apparecêrão n'esta epocha, e faltado com a devida censura aos erros que então se commettêrão: a posteridade desapaixorada hade vingar a verdade do olvido em que os contemporaneos com notavel injustiça a tem sepultada. E ja que o plano desta Introducção nos não permite indicar aqui erros nem acertos, publicando os documentos officiaes d'esta Epocha, erigiremos hum padrão á Gloria Nacional, e habilitaremos os queprehenderem maior empresa para podêrem reparar as injurias feitas á Nação, e as injustiças practicadas com os individuos.

A voz de violentas paixoes, ou os preconceitos a que ninguem pôde escapar nos primeiros momentos da existencia de acontecimentos

TOM. I.

c

que lisongeão ou offendem graves interesses, tem attribuido a separação e independencia do Brasil a causas secundárias ou apenas occasionaes ; porem o homem imparcial e bem informado concordará, sem repugnancia, em que a independencia e a separação do Brasil começou no mesmo instante, em que o Principe Regente de Portugal, desembarcando nas praias trans-atlanticas, levou comsigo a liberdade do commercio, e da industria, a facilidade dos recursos ao Chefe do Governo, e com o prestigio de huma Côrte a cessação do Governo colonial, porque até alli tinha sido regido aquelle vastissimo Estado. N'este momento começou o Brasil a ser independente da mãe patria ; ja os seus interesses entrárão a ser distinctos e inteiramente separados ; e na serie chronologica dos documentos facil será distinguir aquelles que são de interêsse Europeo, dos outros que interessão exclusivamente ao Brasil. D'aqui em diante os dois paizes so tem de commum a lingua, a religião, e a pessoa do Soberano. Mas quanto não deve ser interessante tudo quanto diz respeito a ésta primeira epocha da regeneração Brasileira !

O Brasil foi descoberto no fim do Seculo 15º. e principio do Seculo 16º. ; grande parte de seus habitantes foi morta nas guerras sanguinarias, que durárão quasi até nossos dias entre

elles e os novos Colonos, ou obrigada a refugiar-se nos sertões ou a emigrar para distantes e mui longes paragens : muito poucos selvagens receberão a civilisação e a dominação dos novos povoadores d'aquella vastissima região. Por este modo toda a povoação actual branca ou parda he descendente dos Portuguezes que alli se forão estabelecer com exclusão de todos os outros Europeos, e não tem antigas injúrias que vingar, nem direitos anteriores que révindicar. A Nação Brasileira he reconhecidamente filha da Portuguesa por natureza e por criação.

Entre os povos acontece o mesmo que nas familias : em os filhos estando separados de seus pais, e em se sentindo com fôrças bastantes para prover ás suas necessidades e commodos, vai a pouco e pouco affrouxando, até cessar de todo, aquella perfeita obediencia filial, que os fazia depender inteiramente da vontade paterna : a emancipação he huma Lei moral tão inevitavel, como qualquer lei do mundo fisico. A Lei positiva póde retardar o momento d'esta emancipação ; algum acontecimento inesperado pode-a anticipar ; mas a necessidade da emancipação persiste sempre.

A legislação porque o Brasil foi governado desde o princípio da sua colonisação, nunca foi tyrannica nem oppressora. Os Reis de Portugal empregárão em todos os tempos o maior cuida-

do e paternal desvelo em promover a riqueza e augmento d'aquella porção tão importante dos dominios da Sua Coroa, chegando, talvez com menos acertada politica, a tolher a prosperidade e engrandecimento de outras colonias, somente para que ésta não tivesse rival que a prejudicasse. Com grande prazer nosso consignamos aqui ésta verdade, de que muitos em nossos dias se fingem esquecidos; e para os que não não tiverem tempo nem oportunidade de examinar maduramente a antiga legislação do Brasil, apontaremos aqui dois factos, cada hum dos quaes he concludente argumento da nossa opinião.

Seja o primeiro facto, que destruida ou affugentada a povoação indigena do Brasil, e começada huma povoação nova so com o limitado numero de colonos que o limitadissimo Reino de Portugal podia fornecer annualmente; assim mesmo, e com rigorosa exclusão de estrangeiros, no breve espaço de 329 annos que tem decorrido depois da descoberta d'aquella região, chegou o Brasil a tanta grandesa, e a tanta fôrça, e prosperidade, que ja póde existir por si, formar huma Nação livre, guardar e sustentar a sua independencia por mar e por terra, e occupar hum territorio tão vasto, que so o littoral corre perto de mil leguas. Com huma legislação tyrannica e oppressora seria impossivel con-

seguir em tão pouco tempo tanto augmento de riqueza e de povoação.

O segundo facto ainda he mais concludente. O Brasil, depois de separado de Portugal, sendo governado constitucionalmente, e tendo Camaras legislativas suas proprias, ainda he governado pelas mesmas leis que recebeo de Portugal, quando era Colonia; e estas leis não excitão reclamaçoens, nem indignação da parte de Cidadãos livres. Não: a legislação, porque Portugal regia o Brasil, não foi tirannica nem oppressora.

Havia porem no Brasil, força he confessar-se, huma fonte perenne de males e de oppressoens individuaes, a qual era inevitavel por ser nascida da fôrma de Governo porque toda a Monarchia era regida, ou por proceder da grande distancia a que o Brasil ficava de Portugal.

O poder Monarchico absoluto, assim como não tem limites alguns legaes na sua acção, tambem os não pôde pôr efficazes á sua delegação. Daqui veio o poder amplissimo concedido aos Capitaens Generaes, que erão mandados para as Capitancias do Brasil, o qual não era nem podia ser effectivamente moderado pelas Juntas de Fazenda, nem pelos Tribunaes de Justiça; porque destes e daquellas era o Capitão General o Presidente. Do poder illimitado para o abuso he facil a passagem; e a distancia dos lugares

e dificuldade dos recursos, tornavão a responsabilidade quasi illusoria.

Todos estes inconvenientes cessarão com o estabelecimento da Séde da Monarchia na Cidade do Rio de Janeiro. As provincias entrão a ter dentro do paiz hum centro commum de dependencia ; facilitarão-se os recursos ao poder Supremo, e cessou grande parte da prepotencia dos delegados do Soberano ; acabão as remessas de dinheiros e de metaes preciosos para Portugal ; todas as rendas do Estado começão a ser consumidas no paiz ; ja os Brasileiros podião aspirar a todas as Graças com que os Soberanos costumão exaltar os que lhes cercão o throno ; a abertura dos portos ao commercio de todas as Naçoens destruiu pela raiz o monopolio da metropole ; o concurso de estrangeiros criou novas ideas, novos desejos, e novas necessidades : romperão-se todos os vinculos que união o Brasil a Portugal ; e para complemento da independencia Brasileira so faltava a sancção do tempo, e hum acto formal que a declarasse.

Esta epocha, para sempre memoravel nos fastos do Brasil, era a mais propria para se melhorarem ou reformarem as instituições e estabelecimentos, que a Corte levou comsigo da velha Europa ; porque não havia precedentes para destruir, nem interêsses para offender. Em

todo o tempo o Estadista Brasileiro hade vir á nossa Bibliotheca Historica, Politica, e Diplomatica, buscar as provas necessarias para julgar com acêrto o que então se fez, e para apreciar com exactidão a influencia que aquella importação teve nos futuros destinos da sua patria.

Em assumpto de tão alta transcendencia não ha materia leve; porisso não cessaremos de inculcar a todo o Brasileiro que ama o seu paiz, ou que aspira a ter parte nos negocios publicos, o mais sizudo exame dos documentos, que compilamos para bem da sua e da nossa patria, as quaes, por mais que sejam separadas e independentes, não deichão de estar ligadas pelos mais estreitos vinculos de parentesco e de reciprocos interêsses, tanto commerciaes, como politicos.

Temos ditto quanto basta para justificarmos a escolha desta primeira epocha, e inculcarmos a sua importancia. A publicação dos documentos que respeitão a cada huma das epochas seguintes, será precedida de huma semelhante Introdução. Oxalá aproveite o nosso trabalho: não aspiramos a outra recompensa.



TABOA DE MATERIAS

POR ORDEM CHRONOLOGICA DAS DATTAS DOS DOCUMENTOS.

PRIMEIRA EPOCA.

SECÇÃO I.

1806.

No. I.

Agosto 9—Papeis apresentados por ordem de S. M. B. á
Casa dos Communs sobre os projectos do Go-
verno Francez para invadir Portugal . . . 3

No. II.

Novembro 25—Resoluçoens do Governo Britanico, ácerca
de fazendas Portuguezas retidas nos portos de
Inglaterra 21

SECÇÃO II.

1807.

No. I.

Janeiro 6—Decisão do Governo Britanico determinando
que durante a interrupção da correspondencia

- entre a Gran Bretanha e Portugal, se permita a declaração da propriedade Portugueza detida, e trazida aos Portos Inglezes por navios de Guerra, e corsarios Britannicos 23
- Outubro 22—No. Convenção secreta entre S. A. R. o Principe Regente de Portugal, e S. M. Britannica sobre a transferencia da Sede da Monarquia Portugueza para o Brasil no caso de invasão de Portugal. (*Este Documento está debaixo do No. X. na Secção seguinte*) 116
- No. II.
- Outubro 27—Tratado secreto entre S. M. Catholica, e S. M. o Imperador dos Francezes, pelo qual as Altas Partes contractantes estipulam tudo o que diz respeito á futura condiçam de Portugal 26
- No. III.
- Outubro 27—Convençam secreta, concluida em Fontainebleau, entre S. M. o Imperador dos Francezes, e El Rei d'Espanha, pela qual as duas Altas Partes contractantes ajustam tudo o que diz respeito á occupaçam de Portugal 29
- Novembro 4—No. Nota do Ministro Plenipotenciario de S. M. B. em Portugal ao Ministro dos Negocios Estrangeiros, pedindo explicações até que ponto estenderia o Gabinete de Lisboa as suas hostilidades contra os Subditos de S. M. B. em Portugal. (*Este Documento está debaixo do No. XI. na Secção seguinte*) 125
- Novembro 6—No. Nota do Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros em Portugal, ao Ministro Plenipotenciario de S. M. Britannica em Lisboa. (*Este Documento está debaixo do No. XII. na Secção seguinte*) 127

No. IV.

- Novembro 26—Decreto do Principe Regente de Portugal,
pelo qual declara a sua intençam de mudar a
Côrte para o Brasil, e erige huma Regencia
para governar em sua auzencia . . . 33

No. V.

- Novembro 26—Instrucçoens a que se refere o Real Decreto
de 26 de Novembro 1807 . . . 36

No. VI.

- Novembro 26—Proclamaçam do General Junot aos habitantes
de Lisboa . . . 38

No. VII.

- Novembro 29—Despacho de Lord Strangford participando o
embarque do Principe Regente, e a Côrte de
Portugal para o Rio de Janeiro . . . 39

No. VIII.

- Novembro 30—Edital do Intendente Geral da Policia orde-
nando aos moradores de Lisboa e seu termo,
que recebam a moeda Espanhola, e Franceza
em trôco dos generos que precisarem as tropas
do Imperador e Rei . . . 44

No. IX.

- Novembro 30—Ordem geral Exército datada em Badajoz
pelo Marquez d'el Socorro commandante das
Tropas Espanholas destinadas a entrar em Por-
tugal . . . 45

No. X.

- Dezembro 1—Despacho de Sir Sidney Smith participando a
resoluçam que tinha tomado de bloquear o
Tejo, na conformidade de suas instrucçoens &c. 47

No. XI.

Dezembro 1—Despacho de Sir Sidney Smith incluindo a lista dos navios de Guerra Portuguezes, que ficaram no Tejo, depois da sahida do Principe Regente	50
--	----

No XII.

Dezembro 4—Decreto do General Junot para sequestro da propriedade Inglesa	52
--	----

No. XIII.

Dezembro 4—Decreto do General Junot prohibindo o uso das armas de fogo	54
---	----

No. XIV.

Dezembro 4—Edital da Camara de Lisboa sobre o levanta- mento dos preços de generos depois da entrada do exército Francez	55
--	----

No. XV.

Dezembro 5—Portaria da Regencia de Portugal sobre policia nas lojas de bebidas e uso das armas de fogo	57
---	----

No. XVI.

Dezembro 6—Officio do Almirante Sir Sidney Smith, em viagem, aos Lords do Almirantado	58
--	----

No. XVII.

Dezembro 8—Pastoral do Cardeal Patriarcha de Lisboa	60
---	----

No. XVIII.

Dezembro 8—Decreto do General Junot sobre reclamações Inglesas	62
---	----

No. XIX.

Dezembro 9—Ordem da dia do Exercito Francez sobre alo- jamento dos Officiaes	63
---	----

No. XX.

Dezembro 13—Proclamação do General Espanhol Taranco 64

No. XXI.

Dezembro 14—Decreto do General Junot prohibindo ajuntamentos 66

No. XXII.

Dezembro 18—Decreto do General Junot alongando o prazo para declaração da propriedade Inglesa . 67

No. XXIII.

Dezembro 19—Decreto do General Junot providenciando sobre o objecto de propriedades Inglesas . 68

No. XXIV.

Dezembro 21—Decreto do General Junot sobre mais providencias commerciaes a respeito de effeitos Ingleses 70

No. XXV.

Dezembro 22—Decreto do General Junot sobre extençam de providencias ácerca das propriedades Inglesas . 72

No. XXVI.

Dezembro 29—Portaria da Regencia para animar a Lavoura. 74

SECÇÃO III.

1808.

No. I.

Janeiro 5—Decreto do General Junot regulando a pesca-
ria por cauza da Esquadra Inglesa á foz do
Tejo 76

No. II.

Janeiro 30—Providencias do Principe Regente de Portugal

a bem do commercio quando chegou á Bahia.
(Por engano este documento tem No. XXVII. 97

No. III.

Fevereiro 1—Proclamação do General Junot á Nação
 Portuguesa, declarando a protecção a protec-
 ção em que a tomava o Imperador Napo-
 leam 82

No. IV.

Fevereiro 1—Decreto do General Junot sobre a mudança
 do Governo em Portugal 85

No. V.

Fevereiro 1—Decreto do General Junot sobre o formulario
 do Governo de Portugal em nome de Napoleam 87

No. VI.

Fevereiro 1—Decreto de Napoleam incorporado em outro
 Decreto do General Junot para a contribuição
 extraordinaria em Portugal. *(Por engano este*
Documento tem o No. XXX.) 89

No. VII.

Abril 1—Decreto do Principe Regente de Portugal para
 estabelecimentos de todos os generos de ma-
 nufacturas no Brasil 96

No. VIII.

Abril 5—Decreto do General Junot sobre communica-
 ções com a Esquadra Ingleza 97

No. IX.

Maió 1—Manifesto ou Exposição fundada e justificativa
 do procedimento da Corte de Portugal a
 respeito da França, desde o principio da Re-
 volução até á epoca da invasão de Portugal.
(Por engano este Documento tem o No. X.) 100

No. X, XI, XII.

*(Estes Documentos pertencem á Secção II.
aonde estão mencionados em referencia a este
lugar em que por engano se imprimiram)*

No. XIII.

Maio 10—Decreto do Principe Regente de Portugal
para estabelecer a Casa da Supplicação no
Brasil 129

No. XIV.

Maio 13—Decreto sobre o Estabelecimento da Regia
Imprensa typografica no Rio de Janeiro . 134

No. XV.

Maio 30—Proclamação do Governo de Espanha ao Povo
Portuguez 136

No. XVI.

Junho 6—Proclamação do General Silveira aos Portu-
guezes 139

No. XVII.

Junho 11—Proclamação do General Sepulveda aos
Portuguezes 140

No. XVIII.

Junho 19—Manifesto da Junta Suprema estabelecida na
Cidade do Porto 141

No. XIX.

Junho ..—Proclamação da Junta Suprema do Porto
sobre uniam e ordem 142

No. XX.

Junho ..—Proclamação da Junta Suprema do Porto
para prevenir rebates falsos de aproximação
do inimigo 143

No. XX. (a)

- Junho 20—Ordem da Junta Suprema do Porto á Alfandega da mesma Cidade . . . 295

No. XXI.

- Junho 20—Decreto da Junta Suprema do Porto sobre o augmento do soldo á tropa Portugueza . 145

No. XXII.

- Junho ..—Proclamaçam do Commandante da Companhia dos Cidadãos Portuenses . . 146

No. XX. (b)

- Junho 20—Proclamaçam do General Sepulveda . 295

No. XXIII. (a)

- Junho 22—Proclamaçam do Intendente Geral da Policia do Porto, quando foi nomeado pela Junta Suprema . . . 298

No. XXIV.

- Junho 23—Edital do Intendente Geral da Policia do Porto, sobre os fogos d'artificio &c. . 150

No. XXIII.

- Junho 24—Proclamaçam do Deam, Commandante do Batalham Ecclesiastico da Cidade do Porto . 148

No. XXV.

- Junho 25—Decreto da Junta Suprema do Porto sobre a verificação do sôldo augmentado á Tropa. . 151

No. XXVI.

- Junho 25—Decreto da Junta Suprema do Porto sobre praças voluntarias . . . 152

No. XXVII.

- Junho 26—Decreto da Junta Suprema do Porto sôbre

suspensam de Processos, e sobre Presos d'Estado	. 153
---	-------

No. XXVIII.

Junho 27—Decreto da Junta Suprema do Porto sobre donativos voluntarios	. 154
--	-------

No. XXVIII. (a)

Junho 27—Decreto da Junta Suprema do Porto sobre o sequestro da Propriedade Inglesa	. 300
---	-------

No. XXVIII. (b)

Junho 28—Decreto da Junta Suprema do Porto sobre providencias commerciaes relativamente a Navios Ingleses	. 301
---	-------

No. XXIX.

Junho 28—Decreto da Junta Suprema do Porto sobre o tributo de 4:800 reis em pipa de vinho	. 155
---	-------

No. XXX.

Junho 28—Edital do Intendente Geral da Policia no Porto sobre inconfidencia	. 156
---	-------

No. XXX. (a)

Junho 28—Officio e Proclamaçam do Governador de Tuy aos Portuguezes	. 302
---	-------

No. XXX. (b)

Junho 29—Edital do Chanceller servindo de Governador das Justicas da Relaçam e Caza do Porto, para o armamento de todos os empregados na mesma Relaçam	. 304
--	-------

No. XXX. (c)

Junho 29—Proclamaçam do Chanceller servindo de Go-	
Tom. I.	d

vernador das Justças da Relaçam e e Caza do Porto	305
---	-----

No. XXXI.

Junho 30—Decreto da Junta Suprema do Porto, sobre o Juiz do Povo da mesma Cidade, e Caza dos vinte e quatro	157
---	-----

No. XXXII.

Junho . . —Proclamaçam do Juiz do Povo da Cidade do Porto	158
---	-----

No. XXXIII.

Julho 1—Proclamaçam do Almirante Cotton aos habitantes do Sul de Portugal	162
---	-----

No. XXXIV.

Julho 1—Relaçam das forças Inglezas destinadas para Portugal e Espanha, commandadas pelos Generaes Wellesley, Burrard, Hope, Paget, Frazer, e Moore	163
---	-----

No. XXXIV. (a)

Julho 1—Proclamaçam do Intendente Geral da Policia do Porto, sobre a impaciencia pública	307
--	-----

No. XXXIV. (b)

Julho 2—Edital do Intendente Geral da Policia do Porto sobre a devassa por crimes d'Inconfidencia	309
---	-----

No. XXXIV. (c)

Julho 2—Proclamaçam da Junta Suprema do Porto convidando á offerta de cavallos para a remonta de Cavallaria	310
---	-----

No. XXXV.

Julho 4—Proclamaçam do Almirante Cotton aos Portuguezes	167
---	-----

No. XXXIV. (d)

Julho 5—Proposta do Reino de Galliza á Junta Suprema
do Porto 311

No. XXXIV. (g)

Julho 6—Pastoral do Bispo do Porto impondo pena de ex-
comunham a quem nam delatar os Inconfi-
dentes 317

No. XXXIV. (h)

Julho. .—Proclamaçam do novo Governador das Armas do
Porto 318

No. XXXIV. (i)

Julho 8—Pastoral do Bispo do Porto exortando a ter con-
fiança no General nomeado 312

No. XXXIV. (e)

Julho 12—Decreto da Junta Suprema do Porto sobre pro-
videncias a respeito de Correios 314

No. XXXIV. (h)

Julho 13—Decreto e Instrucçoens dos Junta Suprema do
Porto, designando a fôrça dos Corpos e criando
4 Batalhoens da Caçadores 324

No. XXXIV. (f)

Julho 14—Decreto da Junta Suprema do Porto para circu-
lar o Dinheiro Inglez 316

No. XXXIV. (l)

Julho 15—Pastoral do Bispo de Lamego exortando á con-
fiança no Supremo Governo do Porto 325

No. XXXVI.

Julho 16—Carta da Junta do Algarve a S. M. Britannica . 168

No. XXXVI. (a)

Julho 19—Decreto da Junta Suprema do Porto providen-

ciando em geral sobre a Contribuiçam volunta-
ria 329

No. XXXVI. (b)

Julho 19—Decreto da Junta Suprema do Porto designando
os locais dos Corpos organizados. 333

No. XXXVI. (c)

Julho 20—Decreto da Junta Suprêma do Porto para se-
questro na Propriedade Franceza 335

No. XXXVI. (d)

Julho 20—Decreto da Junta Suprema do Porto, impondo
9600 reis em pipa de azeite—4800 reis em
pipa de vinho &c. (*addicçam ao Decreto de
27 de Junho copiado atraz com o No.
XXIX.*) 336

No. XXXVI. (e)

Julho 20—Decreto da Junta Suprema do Porto sobre o
progresso das Cauzas no Foro Civil 337

No. XXXVI. (f)

Julho 20—Pastoral do Bispo do Porto para se orar pelo
bem da Cauza Pública 338

No. XXXVI. (g)

Julho 26—Proclamaçam da Junta Provisional de Vianna
do Minho 342

No. XXXVI. (h)

Julho 29—Portaria da Junta Suprema do Porto sobre o
Reo d'Estado Luiz Candido 344

No. XXXVI. (i)

Julho 29—Decreto da Junta Suprema do Porto para se
abrir hum emprestimo 345

No. XXXVI. (k)

- Julho 30—Decreto da Junta Suprema do Porto criando
hum Thezouro Público . . . 346

No. XXXVI. (l)

- Agosto ...—Proclamaçam do Juiz do Povo do Porto . 347

No. XXXVI. (m)

- Agosto 2—Decreto da Junta Suprema do Porto sobre pro-
videncias a respeito de cereaes . . . 352

No. XXXVII.

- Agosto 4—Proclamaçam dos Commandantes das Forças
de S. M. B. aos Portuguezes . . . 171

No. XLV.

- Agosto 4—Nota da Junta Suprema do Porto ao Almiran-
tado Cotton com as instrucçoens sobre o futuro
Govêrno do Reino (*Por engano foi transposto
este documento que aqui pertence*) . . . 198

No. XXXVI. (n)

- Agosto 8—Decreto da Junta Suprema do Porto impondo
20:000 reis em pipa d'agoardente e 2:400 em
pipa de vinagre . . . 353

No. XXXVI. (o)

- Agosto 8—Portaria da Junta Suprema do Porto, sobre
compra d'objectos d'armamento . . . 354

No. XXXVIII.

- Agosto 10—Proclamaçam do General Bernardim Freire
aos Francezes . . . 172

No. XXXVI. (p)

- Agosto 16—Carta do Governador Interino das Armas do
Porto ao Juiz do Povo da mesma Cidade . . . 355

No. XXXVI. (q)

- Agosto 18—Decreto da Junta Suprema do Porto prohibindo a moeda Franceza 357

No. XXXIX.

- Agosto 19—Reclamaçam de S. A. R. a Princeza D. Carlota Joaquina, e de S. A. o Infante D. Pedro Carlos; e seu Manifesto sobre os direitos á Coroa de Espanha 174

No. XL.

- Agosto 19—Resposta de S. A. R. o Principe Regente de Portugal á Reclamaçam feita por SS. AA. a Princeza do Brasil e o Infante d'Espanha D. Pedro Carlos 180

No. XLI.

- Agosto 19—Manifesto da Princeza do Brasil aos Espanhoes (*por engano este Documento tem o No. LXI.*) 182

No. XLII.

- Agosto 20—Manifesto aos Espanhoes, do Infante de Espanha D. Pedro Carlos, Gram Almirante das Esquadras de S. A. R. o Principe Regente de Portugal 186

No. XLIII.

- Agosto 22—Suspensam d'Armas entre os Inglezes e Francezes em Portugal 189

No. XLV. (a)

- Agosto 25—Decreto da Junta Suprema do Porto, sobre a imposiçam applicada ao encanamento do Rio Lima 358

No. XLV. (b)

- Agosto 25—Decreto da Junta Suprema do Porto sobre das
Sentenças dadas em nome de Napoleam . 359

No. XLV. (c)

- Agosto 25—Ordem da Junta Suprema do Porto, sobre
providencias na Alfandega do Porto . 360

No. XLIV.

- Agosto 30—Convençam definitiva para a evacuaçam de
Portugal pelo Exército Francez . 190

No. XLVI.

- Setembro 3—Convençam para o rendimento da Frota
Russa no Tejo . 203

No. XLVII.

- Setembro 6—Officio do General Bernardim Freire ao Bis-
po do Porto sobre o arvoreamento da Bandeira
Ingleza em S. Giam . 204

No. XLVIII.

- Setembro 6—Representaçam do Juiz do Povo de Lisboa
ao General em Chefe do Exército Inglez . 206

No. XLIX.

- Setembro 6—Representaçam do Juiz do Povo de Lisboa
ao General em Chefe do Exercito Portuguez . 209

No. L.

- Setembro 6—Representaçam do Juiz do Povo de Lisboa
ao Almirante Inglez no Tejo . 210

No. LI.

- Setembro 8—Carta da Junta de S. Thiago de Cacem á
Regencia do Reino de Portugal e sua res-
posta . 212

No. LI. (a)

Setembro 10—Decreto da Junta Suprema do Porto criando o Corpo de Cavallaria da Policia do Porto. 362

No. LII.

Setembro 10—Proclamação dos Commissarios Britannicos e Francez encarregados de fazer executar a Convenção ajustada entre os respectivos Commandantes em Chefe . . . 215

No. LIII.

Setembro 11—Proclamação do General Dalrymple aos Portuguezes . . . 217

No. LIV.

Setembro 11—Resumo do Protesto feito por Bernardim Freire de Andrada, General das Tropas Portuguezas, contra os artigos da Convenção accordada entre os Generaes dos Exercitos Inglez e Francoz para a evacuação de Portugal . . . 221

No. LV.

Setembro 14—Edital da Commissam para a execução da Convenção de Cintra . . . 223

No. LVI.

Setembro 14—Representação do Juiz do Povo de Lisboa ao Desembargo do Paço, e Junta do Commercio . . . 224

No. LVI. (a)

Setembro 14—Decreto da Junta Suprema do Porto sobre providencias relativas á boa arrecadação dos Donativos . . . 364

No. LVII.

Setembro 14—Representação do Juiz do Povo de Lisboa ao Almirante Cotton . . . 22

No. LVIII.

Setembro 15—Proclamação do General Hope aos Habitantes de Lisboa . . .	230
--	-----

No. LIX.

Setembro 18—Relatorio dos Commissarios Inglezes nomeados em Lisboa para a Convenção de Cintra . . .	232
---	-----

No. LX.

Setembro 20—Aviso da Regencia do Reino, reinstalleda em Lisboa, á Junta Suprema que se tinha estabelecido no Porto . . .	237
--	-----

No. LX. (a)

Setembro 20—Decreto da Junta Suprema do Porto ordenando que continuem as obras públicas suspensas . . .	366
---	-----

No. LX. (e)

Setembro 20—Aviso da Regencia do Reino estabelecida em Lisboa elogiando todas as Classes dos Habitantes do Porto . . .	276
--	-----

No. LX. (b)

Setembro 26—Decreto da Junta Suprema do Porto declarando a suspensam do exercicio de suas funções . . .	367
---	-----

No. LX. (c)

Setembro ..—Proclamação do Juiz do Povo do Porto depois de restaurado o Reino . . .	368
---	-----

No. LX. (d)

Setembro 27—Pastoral do Bispo do Porto . . .	372
--	-----

No. LX. (f)

Outubro 1—Proclamação do Deam da Sé do Porto . . .	378
--	-----

No. LXI.

- Outubro 5—Aviso ao Vice Reitor da Universidade de
Coimbra, sobre a abertura das Aulas, e impres-
sam do Periodico—Minerva Lusitana . 239

No. LXII.

- Outubro 12—Alvará do Principe Regente de Portugal
para a criaçam d'hum Banco Nacional no Rio
de Janeiro 240

No. LXIII.

- Novembro 15—Decreto do Principe Regente de Portugal,
criando em *Villa o Lugar* de Olham, no Reino
do Algarve 250

No. LXIV.

- Dezembro 9—Proclamaçam dos Governadores do Reino
de Portugal, depois de installada a antiga Re-
gencia deixada pelo Principe Regente . 252

No. LXV.

- Dezembro 11—Decreto da Regencia de Portugal para o
armamento geral da Naçam 257

No. LXVI.

- Dezembro 11—Relatorio da Meza da Inquiriçam, estabele-
cida em Inglaterra para indagar as circumstan-
cias da Convençam de Cintra 260

BIBLIOTHECA

Historica, Politica, e Diplomatica

DA MONARQUIA PORTUGUEZA.

PRIMEIRA EPOCA.

SECCÃO I.

AGOSTO DE 1806.

PAPEIS, APRESENTADOS POR ORDEM DE S. M. R. A CASA
DOS COMMUNS, EM MARÇO DE 1808.*

No. I.

Extracto de hum Despacho do Secretario C. J. Fox aos Condes de Rosslyn, e de S. Vicente, e ao Tenente General Simcoe, datado de 9 de Agosto de 1806, em que lhes communica a formal determinação do Governo Francez de invadir o Reino de Portugal, e incluye instrucções sobre as medidas que se devem tomar nesta conjunctura.

Downing-Street, 9 de Agosto, de 1806.

My Lords, e Senhores.

Os Ministros de S. Magestade recebêram avisos de que ha tençam da parte dos Francezes, de invadir im-

* Nam obstante terem sido apresentados estes papeis na Casa dos Communs em Março de 1808, epoca de que data a sua publicação, como elles são datados originariamente de 9 de Agosto de 1806, e servem, por assim dizer, de preliminar ás transacções ultteriores, julgamos necessario e conveniente começar por elles; porque, a serem inseridos segundo a data da sua publicação, transtornariam d'algum modo a fieira dos acontecimentos, que desejamos observar quanto for possivel.—O EDITOR.

Agosto 1806.

mediatamente o Reino de Portugal; e o Governo Francez tem, por suas mesmas declaraçoens, feito com que se nam possa mais duvidar da verdade destas informaçõens.

Até ja annunciou formalmente aquelle Governo ao Embaixador de S.M. em Paris, que hum Exercito, que dizem ser composto de trinta mil homens, está ja em Bayona prompto para este fim; e que o objecto desta invasam he nada menos do que a desthronizaçam da Familia Real Reynante, e a destruiçam até da existencia da Monarchia Portugueza, cujas Provincias se ham-de dividir, dando huma parte á Espanha, e a outra parte, com a Cidade e porto de Lisboa, se deve dar, como hum Estado separado, ao Principe da Paz, ou á Rainha de Etruria.

Nestes termos S. M. julgou ser justo ordenar que as forças, que agora se acham embarcadas e constam dos numeros nomeados á margem, sejam immediatamente mandadas para o rio Tejo; para se reunirem lá com huma competente força naval, a qual tem igualmente recebido ordens para se dirigir ao mesmo posto. E S. M. julgou conveniente dar as suas ordens para que as fôrças de terra, empregadas neste serviço, recebam augmentos successivos, assim que se poderem obter transportes.

Alem do commando das forças naval e militar, que respectivamente se confiou ao Conde de S. Vicente, e ao Tenente General Simcoe, S. M. foi servido ordenar que se lhes dessem plenos podêres, juntamente com o Conde de Rosslytt, para negociar, com a Corte de Lisboa, sobre todas as materias, que disserem respeito ao commum interêsse das duas Cortes, na presente con-

Agosto 1806.

junctura de negocios. Tenho por tanto, neste Despacho, de explicar os principios sobre que taes negociações se devem conduzir.

O objecto que mais se deseja obter, sendo possível, he o tomar sufficientes, e efficazes medidas, de acôrdo entre as duas Cortes, para a completa defeza de Portugal, contra a invasam, que o ameaça; objecto, que nam devia ser difficil a Portugal a providenciar, se a fôrça da invasam nam excedesse o numero referido pelo Governo Francez.

Este he portanto o primeiro ponto, que se deve propor á Côrte de Lisboa, e se essa Côrte, ou separadamente com os seus mesmos recursos, ou pela cooperação, que ella puder obter de Espanha, onde he provavel que os planos da França produzam muito mais susto que prazer, quizer entrar seriamente em medidas de huma vigorosa, e efficaz defenza, El Rei approvará que vós exprimaes a disposiçam em que está S. M. de as supportar, em toda a plena extensam dos meios, que S. M. puder applicar para este objecto.

Vós, porém, deveis entender mui distinctamente, que ésta instrucçam he somente applicavel ao caso de que nam haja so promessas, mas, como dicto fica, medidas vigorosas, e activas, *bona fide* adoptadas pelo Governo Portuguez, em sua propria defenza: he ésta huma resoluçam de tam absoluta necessidade, na urgencia da presente crize, que parece deviamos esperar confiadamense, em que fosse adoptada, se a experiencia do passado nos nam desse muita razam para duvidar della, ainda nas circumstancias actuaes.

No caso de se achar que, ou os meios ou a energia da Côrte de Portugal sam inadequados a este fim, entam

se trabalhará por inspirar naquelle Governo a resolução, que se diz haviam, ja n'outro tempo, tomado os Portuguezes, e que, no caso supposto, he a unica que se pode adoptar com prudencia, ou dignidade; quero dizer, a resolução de se retirar por huma vez dos seus territorios Europeos, e mudarem-se, com tudo o que puderem levar com sigo, para as suas possessoens transatlanticas.

He porém necessario providenciar tambem o caso, differente de ambas as hypotheses precedentes, e infelizmente o que nam he menos provavel, em que o Governo de Portugal, abandonando toda a idea de resistir, ou escapar, espere, com temerosa aquiescencia, a vinda do perigo, deixando o paiz, com tudo o que elle contém para vir a ser preza segura do inimigo.

Neste caso S. M. se veria obrigado, tanto pela consideração do que deve a si mesmo, como pelo respeito de seu Alliado, a dar aquelles passos, que sejam necessarios para diminuir o mal, impedindo que o inimigo nam adquira hum augmento de forças, particularmente de forças navaes, que a pösse do porto de Lisboa, em taes circumstancias lhe daria, e que seria talvez hum dos principaes motivos, que o induzissem a intentar este ultrage.

Vos deveis, por tanto, regular a vossa conducta, desde o principio, por tal maneira, que tenhaes sempre em vista este ultimo objecto, que he muito possivel ser o unico, que por fim vos deixem para completar.

Por tanto, este, no caso de ser por fim necessario, nam deve alcançar-se por meio de negociaçoens, mas por demonstraçoens, e *possivelmente* por actuaes medidas de força.

Agosto 1806.

Mas ainda neste caso, he muito importante que se esgotem todos os meios de persuadir, tanto o Governo como o Povo Portuguez, que os passos, que se tomam, nam sam com os sentimentos, nem com o designio de hostilidades a seu respeito, mas sam simplesmente o resultado da infeliz necessidade, em que poem a S. M. a injustiça e violencia do inimigo, e a fraqueza de Portugal.

Em conformidade destas impressoens, se em algum periodo, antes de se retirarem da costa os navios, e tropas de S. Magestade, ou ainda depois de se haver de parte a parte recorrido a medidas de fôrça, a Côrte de Portugal se mostrar disposta a considerar melhor as consequentes demonstraçoens do perigo, e acceitar a proposiçam de se mudar para as suas possessoens no outro Continente, vós lhe offerecereis toda a assistencia, para este fim, e entrareis n'aquelles ajustes, que se julgarem mais convenientes para modificar e conciliar os espiritos, em tam penosa extremidade.

Em todo o vosso procedimento deveis cuidadosamente evitar tudo quanto possa dar ao inimigo pretexto de representar, com falsas côres, as justas e rectas intençoens de S. M., nesta occasiam.

Nada seria mais agradavel a S. M. do que ver que a Côrte de Lisboa continuava, se isso possivel fosse, a gozar de huma neutralidade segura e nam perturbada. He motivo de grande pezar para S. M. considerar que, em qualquer dos casos, será necessario empregar fôrça contra o territorio de huma Potencia amiga; e he da maior importancia que o comportamento de S. M. nesta occasiam, se mostre no seu verdadeiro ponto de vista, tanto á Côrte como ao Povo de Portugal. Pelo que

será conveniente, nam só entregar á Còrte, em Notas officiaes, a este respeito, mas ainda imprimir e circular, na lingua Portugueza, hum manifesto, em què se desenvolvam, clara e francamente, éstas circumstancias, que justificam, pela evidente necessidade do caso, o pôr em seguro aquelles soccorros militares, que o inimigo tem abertamente declarado, que faz tençam de tomar para os seus fins.

S. M. nam deseja tirar destas medidas outra nenhuma vantagem senam aquella de privar o inimigo dos meios de fazer mal, que se determinam usar tanto contra o interesse do seu paiz, como para o fim de hum ataque ás Colonias de Portugal. Em ordem a prevenir estes males S. M. vos authoriza a convencionar hum plano, qualquer que seja, por meio do qual os navios de guerra Portuguezes, se aquelle Governo os entregar á sua custodia, sem ser necessario appellar para os meios de fôrça, serám retidos como em deposito, ou fiança para Portugal, ou S. M. os comprará d'aquelle Governo, pelo seu valor completo. Elle nam pode escusar-se de tomar éstas medidas, que sam necessarias, para acautellar que a esquadra Portugueza venha a ser hum acrescimo para a da França; porem deseja executar isto por tal maneira, que seja o menos offensivo possivel á dignidade, e o menos injurioso possivel aos interesses de hum Alliado, em quem os seus primeiros desejos seriam de achar disposiçam, e meios de oppor ao inimigo commum huma resistencia effectiva.

Havendo-se-vos assim explicado os objectos geraes, que se tem em vista, se deixam, com inteira confiança, os caminhos particulares porque se deve proceder, seja nas medidas de negociaçam, seja nas de fôrça, ou

AGOSTO, 1806.

na mixtura de ambas, á descripçam das pessoas, a quem S. M. tem communicado tam amplos poderes, e por cuja inteira e perfeita cooperaçam, em todos os passos, de qualquer descripçam, que sejam necessarios, he somente que se podem obter estes fins.

O preciso periodo, em que se deve pedir a permissoes de desembarcar as tropas, e de as pôr em lugar seguro, he talvez o mais importante de todos estes pontos; e depois d'este, o modo, e o tempo de requerer que os navios Portuguezes no Tejo, se ponham em tal estado, que possam immediatamente remover-se, assim que o inimigo se aproximar.

Nam escapará á vossa attenção que éstas medidas sam taes, que devem ser adoptadas, em qualquer dos tres casos, que se suppozéram acima. Se Portugal intenta defender-se, com o auxilio d'este paiz; se a Côrte medita a sua mudança para o Brasil; ou, ultimamente, se existir a necessidade de tomar medidas de força, com o fim de remover estes navios; em qualquer d'estes casos, as tropas d'El Rei devem desembarcar, e occupar huma posiçam, que nam so lhe offereça hum lugar de segurança, quanto possível for, mas tambem, que facilite a execuçam daquellas medidas, que as fôrças navaes d'El Rei tiverem necessidade de tomar, para remover os navios.

Por tanto, como este passo se hade dar em todo o caso, seria para desejar que se concedesse o menos tempo possível, para os preparativos que podem fazer-se, ou medidas de resistencia, que possam oppor-se contra este indispensavel passo.

No estado de indecisam, em que, sem improbabilidade, estará posto o Governo Portuguez, vós deveis

Agosto 1808.

naturalmente esperar, que vos neguem a existencia, ou ao menos a urgencia do perigo; e na verdade nam he absolutamente impossivel, que de facto occurram circumstancias, que demorem a marcha do Exercito Francez, que agora está fixada, conforme nos dizem de França, para 15 d'este mez. Disto tereis vós sem duvida meios de vos informar, obtendo noticias authenticas de Bayona: porém deveis observar, que as medidas que agora se adoptam sam fundamentadas nam em leves insinuaçoens, mas na declaraçam do mesmo Governo Francez; que he o costume daquelle Governo, annunciar assim previamente os actos de violencia; que outras medidas de semelhante natureza tem igualmente sido annunciadas, e tem sido actualmente postas em execuçam; e que, qualquer espéra de momentos, que succeda haver, na execuçam deste designio particular, nam deve isso ser causa para se procrastinarem as medidas de precauçam, que se devem adoptar contra elles.

No caso de se instar, que a admissam das forças d'El Rei será considerada pelo inimigo como huma violaçam da neutralidade de Portugal; e que por tanto subministrará ao inimigo motivo ou ao menos pretexto para a invasam d'aquelle Paiz; lembrareis, que a neutralidade d'aquelle Paiz está acabada, desde o momento em que huma das Potencias Beligerantes annunciou abertamente a sua intençam de invadir aquelle territorio, e anniquilar o seu Governo: e que nem a justiça, nem a prudencia pedem que nós esperemos pela execuçam actual deste ameaço, antes de tomarmos as medidas convenientes, para prevenir, ou diminuir o mal. E a experiencia tem mostrado com demasiada clareza, e em muitos exemplos, com que facilidade o

Agosto 1806.

Governo Francez acha, ou faz, pretextos para similiahantes medidas, huma vez que as tem annuciado.

Se quando chegareis a Lisboa, achareis que, seja pelo susto occasionado por circumstancias incidentes, seja em consequencia de requisiçoens, e peditorios, que tenham feito os Francezes, o paiz se tiver posto em tal estado de preparaçoens e defeza, que, faça a execuçam de qualquer empreza por fôrça, mais difficil do que se espéra; e principalmente se vós julgareis destas ou de outras circumstancias, que ficará compromettida a segurança do exercito, confiado ao vosso commando, no caso de desembarcar, ou no caso que se prosigam as medidas premeditadas; El Rei descança inteiramente na vossa discriçam, que nam dareis passô algum, que possa tender a huma provavel ruina das mesmas forças.

N'este caso toda a negociaçam deverá, consequentemente, tomar hum mero aspecto pacífico. Dir-se-ha que as tropas, que se mandam, sam para operar em defeza de Portugal, se aquelle Governo assim o desejar; porém, que nam o desejando assim, devem partir para o seu primeiro destino.

Em tal caso, porém, assim como em todo o caso de disputa com aquelle Governo, deve sempre mostrar-se-lhe que a consequencia certa da sua submissam á França, deve ser a perca do Brasil, que, em tal caso, será este paiz obrigado a tomar para sua segurança.

Eu sou, &c.

C. J. Fox.

(No. 2.º) He hum Despacho de Mr. Windham para Lord Rosslyn, e General Simcoe, alegando os moti-

Agosto 1806.

vos que induziram o nosso Governo a mandar as nossas tropas para Portugal, e contem direcçoens, primeiro para conduzir a negociaçam com o nosso Alliado: e segundo para desembarcar, e dispor as forças Britanicas, com ou sem o consentimento do Governo Portuguez.

(N.º 3.) He igualmente hum Despacho de Mr.s Windham ao Almirante e Generaes Britanicos, intimando-lhe algumas duvidas a respeito do adiantamento dos preparativos Francezes.

(N.º 4) Extracto de hum Despacho do Conde de Rosslyn ao Secretario Fox, datado de Lisboa, 30 de Agosto, de 1806.

Tenho a honra de vos informar que o Navio de S. M. Santa Margarita anchorou no Tejo, Segunda feira á noite 25 do corrente. Na manhã do 26, veio a bordo o Lord S. Vicente; e Sua Senhoria, o Tenente General Simcoe, e eu tivemos huma conferencia plena, sobre o presente estado dos negocios d'este paiz.

Lord Strangford, ouvindo que tinhamos chegado, pediu que se nos dêsse practica immediatamente.

Desembarquei n'essa tarde, e tive huma longa conferencia com Mr. de Araujo. N'esta tive occasiam de entrar sobre o ponto das nossas instrucçoens, que diz respeito ao perigo em que se acha o paiz; e a proposição de os ajudar a defender-se. Eu limitei-me principalmente a este primeiro ponto.

Referi a noticia que tinhamos relativamente aos planos do Governo Francez, e a persuasam dos Ministros de S. M. da extrema urgencia do perigo, que d'isso resulta, segundo o theor das instrucçoens.

A esta relação respondeo Mr. de Araujo, que, actu-

Agosto 1806.

almente, nam havia nenhum ajuntamento de tropas em Bayona, nam havia corpo formado, nem preparaçoes algumas feitas ; Que elle tinha mandado varios correios, que passassem, a ir e vir, por aquelle lugar, de proposito para verificar este facto; Que todas éstas informações de Paris, e Madrid concordavam no mesmo, e que as forças junctas lá consistiam somente de huma Brigada Italiana de 1700 homens; Que Mr. de Lima lhe nam dava por hora razam a que temesse algum perigo, nem communicava cousa alguma de Paris sobre essa intenção declarada, de se fazer hum ataque contra este paiz; nem mesmo de que houvesse rumores a este respeito.

Elle estáva persuadido de que se nam tinham tomado medidas algumas, para este fim; e representou mui vivamente, a distincçam entre huma declaraçam formal do Governo, e ainda huma conversaçam do mesmo Buonaparte, ou a linguagem de que podia fazer uso Talleyrand, a qual elle estava disposto a considerar como mera invençam de destreza, ou ameaço para obrigar Lord Yarmouth, e os Ministros de S. M. a consentir nos termos de Paz, que elles propunham.

Monsieur d'Araujo disse mais, que o Ministro Espanhol tinha exprimido a sua admiraçam e desconfiança, vendo chegar a Esquadra do Lord S. Vicente; e que elle tinha julgado conveniente o dizer, que havendo S. M. Britanica recebido informaçam das medidas, que Espanha tomava para pôr as suas tropas em pé de guerra, especialmente as que estavam nas fronteiras de Portugal, havia, com justa e natural apprehensam pela segurança de seu Alliado, ordenado que fossem

Agosto 1806.

ter ao Tejo aquellas forças, que se achavam mais promptas, e mais á disposiçam do momento.

Nestes termos, eu disse a Mr. d'Araujo que podia, se quizesse, participar ésta informaçam, que eu lhe dava, relativa a apprehensam, que a Inglaterra tinha da França, em consequencia da declaraçam de M. Talleyrand. Elle com tudo se escusou disso por agora; acrescentando, que elle nam podia attribuir a chegada do Lord S. Vicente a preparaçoens, que elle nam cría que existissem, nem a declaraçoens de que elle nam tinha recebido informaçam, e que se nam tinham feito saber, nem eram sabidas pelo Ministro Portuguez em Paris.

Elle mostrou as maiores apprehensoens de que a chegada do Lord S. Vicente produzisse pessimas consequencias relativamente aos interesses, e segurança de Portugal, nam tanto pelo numero de Navios, como pela grande authoridade do character de S. Senhoria, e pela importancia da missam, de que se dizia estar elle encarregado; e exprimio com muita vehemencia os seus temores, de que este facto houvesse de provocar hum ataque, em que aliás se nam pensava.

Depois de eu ter representado, nos termos das minhas instrucçoens, os soccorros immediatos, que se embarcaram, e estavam promptos a dar a vèlla em defeza de Portugal; e que para este fim S. M. os tinha divertido de outros projectos da primeira importancia, eu expliquei a exemplar generosidade com que S. M. intentava augmentar estas forças, por ulteriores soccorros, e subministrar todo o adjutorio, que as circumstancias requeressem, ou os seus meios lhe permittissem, tanto em navios como em dinheiro e tropa.

Agosto 1806.

A natureza e extensam destes offerecimentos, pareceo-me que produziram consideravel effeito, e foram recebidos com expressoens de civilidade e gratidam.

Eu suggeri a Mr. d'Araujo que elles deviam decidir promptamente sobre estes offerecimentos de soccorros; porque as tropas estavam ja embarcadas, e deviam, no caso de nam serem empregadas na protecçam de Portugal, ser mandadas para o seu ulterior destino; e que se este offerecimento se aceitasse agora, o Governo de S. M. nam poderia ao depois valer-se dos mesmos meios, ainda que muito o desejava fazer.

Monsieur d'Araujo observou, que se as forças de Inglaterra se distrahissem, e empregassem em expediçoens distantes, Portugal ficaria exposto ao maior perigo, e seria deixado inteiramente indefezos: repetio frequentemente quanto era para desejar, que tivesse acontecido que a chegada de hum Ministro precedesse á da Esquadra, e que se tivesse feito huma communicacão plena, prévia a este passo, das intençoens do Governo de S. M. e que se considerasse com a devida attenção os meios que se podiam empregar para a defeza do Paiz; e pareceo-me estar inteiramente persuadido de que a chegada de huma força Britanica ao Tejo, a este momento, juncta ás circumstancias da presente missam, traria sôbre Portugal o resentimento da França, e seria considerada como huma violaçam do tratado de neutralidade.

Eu instei fortemente com os argumentos suggeridos pelas minhas instrucçoens, sobre este ponto; e nam omitti o lembrar-lhe, que S. M. soffreo que se pagassem subsidios á França, em quanto havia esperanças de que se pudesse sustentar a neutralidade. Mr. d'Araujo

Agosto 1806.

disse, que elle tinha ja achado o tratado de neutralidade em existencia, quando entrou no seu emprego, e cria que elle era o unico meio de conservar Portugal, e repetio os seus argumentos contra a stfficiencia das provas, sobre que o Governo de S. M. fundava a sua crença das intençoens hostis contra Portugal.

(Nº. 5.) Extracto de hum Despacho do Conde de Rosslyn ao Sr. Secretario Fox, datado de Lisboa, a 2 de Setembro de 1806.

Sinto dizer que nam vejo o menor fundamento para esperar d'esta Naçam vigorosos esforços em sua propria defeza: e he evidente, que nenhumaes forças, que a Gram Bretanha póde fornecer, seriam por si sós adequadas para repellir huma invasam dos Francezes.

Em huma palavra, he do meu dever o referir que nam tenho a menor esperanza de que seja possivel defender Portugal, contra a invasam dos Francezes, por quaesquer meios que se achem no paiz, ou ainda que venham de Inglaterra, posto que a pezar de grandes sacrificios.

A respeito dos objectos immediatos da minha missam, devo observar-vos que, neste paiz, nam existe a menor apprehensam de perigo da parte da França; e que todas as informaçoens, que eu tenho podido obter, contradizem a supposiçam das preparaçoens de Bayona.

Quanto a mim, parece-me incrivel que se pudesse ajuntar repentinamente, em Bayona, hum exercito, ametade daquelle, que se diz achar-se lá, desde o principio de Agosto, sem que o soubessem todos os negociantes. E quando consideramos as consequencias, que trás com sigo a invasam, e partiçam de Portugal, fica

Agosto 1806.

evidente, que nenhuns esforços do Governo poderiam supprimir as informações, ou prevenir o susto publico, que a declaração de tal resolução, juncta com as preparações necessarias para levar o designio á execução, devia produzir em todo o Reino, e especialmente nas Cidades de Lisboa, e Porto.

Devo accrescentar, que nam posso imaginar que a Côrte de Lisboa possa ter algum interêsse em fechar os olhos a taes movimentos, no caso que tivessem acontecido : e ésta Côrte tem mostrado, que he sufficientemente sensivel ao perigo, segurando-nos, que nam podia occultar-nos os seus temores, se fossem realmente excitados. Pelo que inclino-me a duvidar de semelhante armamento, como o que se tem referido.

Estou certo que a chegada do comboy, com as tropas, excitará o maior terror e desesperaçam neste Governo, e Cidade : mas eu nam penso que o Principe Regente negará absolutamente a permissam, para o seu desembarque, quando ésta lhe for pedida.

He porém inquestionavel, que elle protestará fortissimamente contra isto, nam só como derogatorio de sua independencia, mas como huma infracçam de sua neutralidade, capaz de trazer contra o paiz, o resentimento da França, e de o envolver em huma guerra desnecessaria.

O tom mais moderado, que ésta Corte poderá tomar, será declarar a Gram Bretanha responsavel por todas as consequencias d'este procedimento, e obrigada a emprehender a defeza, e providenciar a segurança de Portugal, no caso de elle ser atacado.

Ainda que se conceda permissam de desembarcar, e acampar as tropas, certamente se negará a posse das

Agosto 1806.

fortificaçoens, e nam he facil achar razoens, que se produzam, para insistir neste peditorio de tomar posse dos fortes.

O desembarque póde ser requerido: porque as tropas estam em apêrto a bordo dos seus transportes, e o anchoradouro fóra da barra he muito perigoso, n'esta estacão; e nisto convirá o Principe sem opposição.

Porém se o Governo nam quizer consentir em que as tropas occupem o forte de S. Juliam, pelos argumentos deduzidos dos exemplos de 1797 (o qual em rigor nam he applicavel a este caso; porque entam estavam os fortes vazios, e os Regimentos Portuguezes, nas fronteiras) nem pelas representaçoens do muito que se deseja ter as tropas Britanicas fóra de Lisboa; será hum passo demasiado forte requerer que as tropas Portuguezas se mudem, e que se nos entregue o commando absoluto do porto e cidade.

Nenhum pretexto de perigo commum se poderia alegar, nem se podia pretender nenhuma apprehensam pela segurança dos interesses particulares dos Inglezes.

A Côrte de Lisboa tem adoptado a linha de conducta, de se mostrar agradecida, pela promptidam com que se lhe enviáram estes soccorros, na supposição da existencia do perigo; mas ao mesmo tempo roga a S. M. que, ou se retirem as tropas, agora que se vê que tal perigo nam existe, ou se preparem para hum guerra, que ésta expediçam faria absolutamente necessaria; seria tam contrário ás protestaçoens, que as nossas instrucçoens nos mandam fazer, como pareceria extravagante o preliminar para a defeza de hum Alliado, proceder a emposar-se por fôrça de suas fortificaçoens, sem nenhuma offensa de sua parte, e sem que da

AGOSTO 1806.

nossa parte houvesse o motivo da defeza propria, real ou imaginario.

As nossas instrucçoens partiam do principio e supposição de que os Francezes estavam com grande fôrça em Bayona, e que a immediata invasam de Portugal era indubitavel: e aquellas medidas, que seriam rigorosamente justas, no caso de que este Governo houvesse de abandonar toda a idea de resistencia, ou de se escapar do perigo, vem a tomar, nas circumstancias que tenho descripto, hum character muito opposto, e se mostrarão ao resto da Europa com tal aspecto, que parecerá um acto de violencia e de aggressam, que se nam pode inteiramente justificar.

Este caso nam foi previsto, nem podia ser distinctamente providenciado.

Porém os paragrafos 11 e 12 das primeiras instrucçoens, indicam fortemente os sentimentos dos Ministros de S. M., que se podem applicar a ésta questam, e parece-me que elles prescindem de todas as medidas de fôrça, que a evidente necessidade do caso nam exigir, e que nam puder justificar-se pelo perigo de que os navios, e aprestos militares do paiz venham a cahir nas mãos dos inimigos, como facil e certa prêza.

Governando-nos pelo theor geral de nossas ordêns, e pelo espirito de moderação e de conciliação, que pelo contexto d'ellas se observa, devemos trabalhar por tirar d'esta difficil situação o melhor partido possivel. Nem nos devia-mos separar, no menor grão, destes principios, entretanto que ésta Corte manifesta a mais amigavel disposição, salvo se o inimigo se aproximasse. Entam, a razam, que se suggerio, de se empos-

TOM. I.

c

Agosto 1806.

sar dos fortes e navios, pode ser allegada com propriedade, e com verdade; e éstas medidas tam necessarias para a segurança da Gram Bretanha, deviam ser postas em execuçam.

(N.º 6.) Conclue a correspondencia e diz, que se mandáram as ordens necessarias ao Lord S. Vicente para retirar as forças Britanicas do Tejo, em consequencia de informações recentes, que convem com as positivas seguranças de Mr. d'Aráujo, em firmar a crença de que nam havia perigo de hum ataque immediato.



NOVEMBRO 1806.

No. II.

Resoluções do Governo Britânico, acerca de fazendas Portuguezas, retidas nos Portos d'Inglaterra, &c. &c.

**PRESENTE A EXCELLENTISSIMA Magestade D'EL REI EM
CONSELHO.**

Londres 25 de Novembro.

“SUA Magestade, tomando em consideração as circumstancias, que tem obrigado, e compellido Portugal a fechar os seus portos aos navios e fazendas dos vassallos de S. Magestade, he servido ordenar, com, e pelo parecer do Seu Conselho Privado, e por ésta fica ordenado, que todos os navios e fazendas, pertencentes a Portugal, que tem sido, e estão agora detidos nos portos deste Reino ou em outra qualquer parte, sejam restituídos; com tanto que a Alta Corte do Almirantado ou Côrte do Vice Almirantado (nos casos em que houver ja processo começado, ou houver de commercar-se) tenha pronunciado que pertence a vassallos e habitantes de Portugal, e nam sendo por outro motivo sujeitas a confiscação: e que sera permittido aos ditos navios e fazendas proceder para qualquer porto neutral, ou para Portugal. E outro sim fica ordenado, que os navios e fazendas pertencentes a Portugal nam serão sujeitos a detenção, até segunda ordem; com tanto que taes navios e fazendas negociem, de algum ou para algum porto deste Reino, ou para Gibraltar, ou Malta; e procedendo directamente para o porto especificado no seu despacho da Alfandega; ou entre hum porto neutral, e outro porto neutral, ou entre Portugal, e os portos de suas Colonias: ou de algum porto dos Alliados de S. M. e procedendo directamente

NOVEMBRO 1806.

mente para os portos especificados nos seus respectivos despachos de Alfandega : com tanto que taes portos nam estejam a esse tempo em estado de bloqueio actual. E outro sim fica ordenado, que os navios de Portugal nam gozarão da immuniade em virtude de tratados, que haja entre S. M. e Portugal, de proteger nenhuma fazendas carregadas nos mesmos, que possam aliàs ser sugeitas a confiscação.”

“E os Muito Honrados Lords Commissarios do Thesouro de S. Magestade, os Principaes Secretarios de Estado de S. Magestade, os Juizes da Alta Còrte do Almirantado, e Còrte do Vice Almirantado, tomarão as medidas necessarias, nesta conformidade, segundo o que a cada hum d’elles pertencer.”

“W. FAWKENER”.

JANEIRO 1807.

SECCÃO. II.

No. I.

Decisam do Governo Britanico determinando que durante a interrupçam da correspondencia commercial, entre a Gram Bretanha e Portugal, se permitta a de reclamaçam da propriedade Portugueza detida e trazida aos portos Inglezes por navios de guerra ou Corsarios Britanicos.

PRESENTE A EXCELLENTISSIMA MAGESTADE D'EL REI, EM
CONSELHO.

Na Corte do Palacio da Rainha,
a. aos 6 de Janeiro de 1807.

“ Por quanto, he conveniente ao estado actual dos vassallos de Sua Magestade Fidelissima, e durante a interrupçam da correspondencia commercial, entre a Gram Bretanha e Portugal, que se permittam reclamaçoens da propriedade Portugueza, que tem sido detida e trazida pelos navios de guerra de S. M. e corsarios: Sua Magestade he servido ordenar, por, e com o parecer do seu Conselho Privado, e por ésta fica ordenado, que as reclamaçoens da propriedade Portugueza, dada por pessoas devidamente authorizadas pelos donos, ou pelo Consul, ou outra pessoa authorisada pelos donos, ou pelo Consul, ou outra pessoa authorisada pelo Ministro Portuguez residente nesta Còrte, serám admittidas na Alta Còrte do Almirantado. E outro sim fica ordenado, que se decretará restituçam immediata de toda a propriedade de tal natureza, que pelos conheci-

mentos, e outros documentos, achados a bordo de Navios Portuguezes, vindos das Colonias Portuguezas, para os portos de Portugal, se mostre pertencer a Sua Magestade Fidelissima, ou a algum dos seus vassallos residentes, á data d'esta ordem, no Brasil, ou em outro algum estabelecimento estranho pertencente á sua Coroa; ou em Inglaterra, ou em algum Paiz, que esteja em amizade com S. Magestade; sobre huma reclamação geral, por cada navio e bens dada pelo Consul, debaixo da authoridade sobredicta. E fica outro sim ordenado, que a propriedade dos Vassallos de S. M. Fidelissima, á data desta ordem residentes em Portugal, ou lhes pertença separadamente, ou conjunctamente com vassallos residentes no Brasil, ou outros lugares acima mencionados, sera pronunciada pertencer a quem declarar a reclamação, sendo reclamação geral dada pela mesma propriedade, que se achar a bordo de taes navios Portuguezes, como fica dicto. E outro sim fica ordenado, que a propriedade ultimamente mencionada, assim bem como toda a outra propriedade reclamada debaixo de reclamações particulares, ja dadas ou que hajam de dar-se, e que for pronunciada ser propriedade Portugueza, e pertencer a pessoas residentes em Portugal, á data d'esta ordem, ficará ás ordens ulteriores de S. Magestade. No emtanto, se entregará á custodia da juncta de Agentes, que serão nomeados por parte de S.M. e por parte do Ministro Portuguez residente nesta Còrte, ou de qualquer Reclamante, e que aquella parte da mesma, que for sugeita a damnificar-se, ou que por outras razoes se julgê conveniente vender, será vendida pelos sobredictos agentes, debaixo de Commissões que devem ser expedidas pela Alta Còrte do Almiran-

JANEIRO 1807.

tado; e o producto dessas vendas será depositado na dicta Corte:

E os Muito Honrados Lords Commissarios do Thesouro de S. M.—o Principal Secretario de Estado de S. M. os Lords Commissarios do Almirantado, e os Juizes da Alta Còrte do Almirantado, e das Còrtes do Vice Almirantado, deverám tomar as medidas necessarias, nesta conformidade, segundo o que a cada hum delles pertencer.”

W. FAWKENER.



No. II.

Tratado secreto entre S. M. Catholica e S. M. o Imperador dos Francezes, pelo qual as Altas Partes contractantes estipulam tudo o que diz respeito á futura condiçam de Portugal.

Fontainebleau, 27 de Outubro de 1807.

Nós Napoleam pela graça de Deus, e a Constituiçam, Imperador dos Francezes, Rei de Italia, e Protector da Confederaçam do Rheno, tendo visto, e examinado o Tratado, concluido, arranjado, e assignado em Fontainebleau, a 27 de Outubro de 1807, pelo General de Divisam Miguel Duroc, Gram Marechal do nosso Palacio, Gram Cavalleiro da Legiam de Honra, &c., &c. em virtude de plenos podêres conferidos por Nós para este fim, com D. Eugenio Isquierdo de Ribeiro y Lezaun, Conselheiro Honorario de Estado e da Guerra, de S. M. o Rei de Espanha, o qual tambem estáva munido com plenos poderes pelo seu Soberano, o qual tratado he na forma seguinte :—

S. M. O Imperador dos Francezes, Rei de Italia, e Protector da Confederaçam do Rheno, e S. M. Catholica o Rei de Espanha, desejando regular, por common consentimento, o intêresse dos dous Estados, e determinar a futura condiçam de Portugal, de maneira que seja consistente com a boa politica de ambos os paizes, tem nomeado para seus Ministros Plenipotenciarios : a saber, S. M. o Imperador dos Francezes, Rei de Italia, e Protector da Confederaçam do Rheno, ao General de Divisam Miguel Duroc, Gram Marechal do Palacio, Gram Cavalleiro da Legiam de Honra ; e S. M. Catholica Rei de Espanha a D. Eugenio Isqui-

OUTUBRO 1807.

erdo de Ribeira e Lezaun, seu Conselheiro Honorario de Estado e da Guerra, os quaes Ministros, havendo ambos mutuamente trocado os seus plenos poderes concordáram no seguinte :

Art. I. A Provincia de Entre-Douro-e Minho, com a Cidade do Porto, se traspassará, em plena propriedade e Soberania, para S. M. o Rei de Etruria com o titulo de Rei da Luzitania Septemtrional.

Art. II. A Provincia do Alemtejo, e o Reino dos Algarves, se traspassará, em plena propriedade e Soberania, para o Principe da Paz, para ser por elle gozado, debaixo do titulo de Principe dos Algarves.

Art. III. As Provincias da Beira, Tras-los-montes, e Estremadura Portugueza, ficarão por dispor, até que haja huma paz, e entam se disporá dellas segundo as circumstancias, e segundo o que se concordar entre as duas partes contractantes.

Art. IV. O Reino da Luzitania Septentrional sera tido pelos descendentes de S. M. o Rei de Etruria, hereditariamente, e conforme ás leis da successão, estabelecidas na familia que occupa o throno de Espanha.

Art. V. O Principado dos Algarves sera tido pelos descendentes do Principe de Paz, hereditariamente, e conforme ás leis de successão, estabelecidas na familia que occupa o throno de Espanha.

Art. VI. Se nam houver descendentes ou herdeiros legitimados do Rei da Luzitania do Norte, ou do Principe dos Algarves, se disporá por investidura do Rei de Espanha, de maneira que nunca se unirão debaixo de huma só cabeça, nem se annexarão á coroa de Espanha.

Art. VII. O Reino da Luzitania Septemtrional e o

JANEIRO 1807.

Principado dos Algarves, reconhecerám como Protector S. M. Catholica, El Rei de Espanha, e em nenhum caso os Soberanos d'estes paizes, farám paz ou guerra sem o seu consentimento.

Art. VIII. No caso de que as Provincias da Beira, Tras-los-montes, e Estremadura Portugueza, tidas em sequestro, se devolvam, na paz geral, á casa de Bragança, em troca de Gibraltar, Trinidad, e outras Colonias, que os Inglezes tem conquistado á Espanha, e seus alliados; o novo Soberano destas Provincias terá relativamente a S. M. Catholica El Rei de Espanha, as mesmas obrigaçoens, que tem o Rei da Luzitania Septemtrional, e o Principe dos Algarves; e as terá de baixo das mesmas condiçoens.

Art. IX. S. M. O Rei de Etruria cede o Reino de Etruria, em plena propriade e soberania a S. M. o Imperador dos Francezes e Rei da Italia.

Art. X. Assim que as Provincias de Portugal forem definitivamente occupadas, os differentes Principes, que as devem possuir nomearám mutuamente commissarios para verificar os seus limites naturaes.

Art. XI. S. M. O Imperador dos Francezes e Rei de Italia garante a S. M. Catholica, El Rei de Espanha, a posse de seus dominios no Continente da Europa, situados ao sul dos Pyrneos.

Art. XII. S. M. O Imperador dos Francezes e Rei de Italia, se obriga a reconhecer a S. M. Catholica o Rei de Espanha como Imperador das *Duas Americas*, quando tudo estiver prompto para S. M. assumir este titulo, que póde ser, ou ao tempo da paz geral, ou, ao mais tardar, tres annos depois daquella epocha.

Art. XIII. As duas Altas Partes contractantes, con-

OUTUBRO 1807.

cordam mutuamente em huma igual divisam das ilhas, colonias, e outras possessoes transmarinas de Portugal.

Art. XVI. O presente Tratado, sera tido em segredo. Sera ratificado e trocado em Madrid, dentro de 20 dias, ao mais tardar, da data da sua assignatura. Dado em Fontainebleau, aos 27 de Outubro de 1807.

(Assignado)

NAPOLEAM.

O Ministro dos Negocios Estrangeiros: CHAMPAGNY.

O Secretario de Estado..... MARET.

No. III.

Convençam secreta, concluida em Fontainebleau, entre S. M. Imperador dos Francezes, e El Rei de Espanha, pela qual as duas Altas Partes contractantes ajustam tudo o que diz respeito á occupaçam de Portugal.

27 de Outubro de 1807.

NAPOLEAM, pela graça de Deus e a Constituiçam, Imperador dos Francezes, Rei de Italia, e Protector da Confederaçam do Rheno, tendo visto e examinado a Convençam concluida, arranjada, e assignada, em Fontainebleau aos 27 de Outubro de 1807, pelo General de Divizam Miguel Duroc, Gram Marechal do nosso Palacio, Gram Cordam da Legiam de Honra, &c., &c., em virtude de plenos poderes, que nós lhe conferimos; de huma parte; e da outra parte por D. Eugenio Izquierdo de Riberá y Lezaun, Conselheiro Honorario de Estado e de guerra de S. M. o Rei de Espanha, igual-

OUTUBRO 1807.

mente munido com plenos poderes pelo seu Soberano; o theor da qual convençam éra o seguinte.

S. M. O Imperador dos Francezes, Rei da Italia, e Protector da Confederaçam do Rheno, e S. M. o Rei de Espanha desejando entrar em hum arranjamto, relativamente á occupaçam e conquista de Portugal conforme as estipulaçoens do Tratado assignado na data de hoje, tem nomeado; a saber: S. M. o Imperador dos Francezes, Rei de Italia e Protector da Confederaçam do Rheno ao General de Divizam Miguel Duroc, Gram Marechal do seu Palacio, Gram Cordam da Legiam de Honra, e S. M. Catholica, El Rei de Espanha, D. Eugenio Isquierdo de Ribera y Lezaun, seu Conselheiro Honorario de Estado e de guerra, os quaes depois de haverem mutuamente trocado os seus plenos poderes, concordáram nos seguintes artigos.

Art. I. Um corpo de tropas imperiaes Francezas, de 25,000 homens de infantaria, e 3000 de Cavallaria, entrará em Espanha, e marchará directamente para Lisboa; serám unidas a estas um corpo de 8000 homens de infantaria Espanhola, e 3000 de cavallaria, com 30 peças de artilheria.

Art. II. Ao mesmo tempo huma divisam de tropas Espanholas consistindo em 10,000 homens, tomará posse da Provincia d'entre Douro e Minho, e da Cidade do Porto; e outra divisam de 6000 homens, tambem tropas Espanholas, tomará posse do Alemtejo, e do Reino dos Algarves.

Art. III. As tropas Francezas serám sustentadas e mantidas por Espanha, e o seu pagamento providenciado por França, durante o tempo occupado na sua marcha por Espanha.

OUTUBRO 1807.

Art. IV. Ao momento em que as tropas combinadas entrarem em Portugal, o govêrno e administração das Provincias da Beira, Tras-los-Montes, e Estremadura Portuguesa (que devem ficar em estado de sequestro) serão investidos no General Commandante das tropas Francezas; e as contribuiçoens impostas nas mesmas Provincias, serem em beneficio da França. As Provincias, que devem formar o Reino da Luzitania Setemtrional, e o Principado dos Algarves serem administradas, e governadas pelos Generaes, commandantes das divizoens Espanholas, que entrarem nas mesmas, e as contribuiçoens impostas n'ellas serem a beneficio de Espanha.

Art. V. O Corpo central estará debaixo das ordens do Commandante das tropas Francezas, a quem também obedecerám as tropas Espanholas, unidas a este exercito. Com tudo se o Rei da Espanha, ou o Principe da Paz julgar conveniente ir ao exercito, as tropas Francezas, com o General, que as commandar, ficaram sujeitos ás suas ordens.

Art. VI. Outro corpo de 40,000 homens de tropas Francezas se ajuntará em Bayonna, cêrca dos 20 de Novembro, proximo futuro, ao mais tardar, estando prompto para entrar na Espanha, para o fim de marchar para Portugal, no caso em que os Inglezes la mandassem reforços, ou ameaçassem com um ataque. Este corpo addicional, porém, nam entrará na Espanha até que as duas altas partes contractantes tenham concordado sobre este ponto.

Art. VII. A presente Convençam será ratificada, e as ratificaçoens trocadas ao mesmo tempo que o Trata-

JANEIRO 1807

do desta data. Dado em Fontainebleau, aos 27 de Outubro, de 1807.

(Assignado.)

DUBOC,
E. IZQUIERDO.

Nós temos approvado e por esta approvamos a Convençam acima, em todos e cada hum dos artigos, que nella se contem, e a declaramos aceita, ratificada, e confirmada, e nos obrigamos a que será inviolavelmente observada. Em testemunho do que passamos as presentes assignadas com o nosso proprio punho, e contrassignadas, e selladas com o nosso sello Imperial, em Fontainebleau, aos 29 de Outubro, de 1807.

(Assignado.)

O Ministro dos Negocios Estrangeiros, CHAMPAGNY,
O Secretario de Estado, H. MARET.



NOVEMBRO 1807.

No. IV.

Decreto do Principe Regente de Portugal, pelo qual declara a sua intençam de mudar a Côrte para o Brasil, e erige huma Regencia para governar em sua ausencia.

TENDO procurado por todos os meios possiveis conservar a neutralidade, de que até agora tem gozado os Meus Fieis, e Amados Vassallos, e a pezar de ter exaurido o Meu Real Erario, e de todos os mais sacrificios, a que me tenho sugeitado, chegando ao excesso de fechar os Portos dos Meus Reinos aos Vassallos do Meu antigo e leal Alliado o Rei de Gram Bretanha, expondo o Commercio dos Meus Vassallos a total ruina, e a soffrer por este motivo grave prejuizo nos rendimentos da Minha Coroa; Vejo que pelo interior do Meu Reino marcham Tropas do Imperador dos Francezes e Rei de Italia, a quem eu me havia unido no Continente, na persuazam de nam ser mais inquietado; e que as mesmas se dirigem a ésta Capital: E querendo eu evitar as funestas consequencias que se podem seguir de huma defeza, que seria mais nociva que proveitosa, servindo so de derramar sangue em prejuizo da humanidade, e capaz de acender mais a dissençam de humas Tropas, que tem transitado por este Reino, com o annúncio, e promessa de nam commetterem a menor hostilidade; conhecendo igualmente que ellas se dirigem muito particularmente contra a Minha Real Pessoa, e que os Meus leaes Vassallos seram menos inquietados, ausentando-me Eu d'este Reino: Tenho resolvido, em beneficio dos mesmos Meus Vassallos, passar com a Rainha Minha Senhora

NOVEMBRO 1807.

e Mãe, e com toda a Real Familia para os Estados da America, e estabelecer-me na Cidade do Rio de Janeiro, até á Paz Geral. E considerando mais quanto convem deixar o Governo destes Reinos n'aquella ordem, que cumpre ao bem delles, e de Meus Povos, como cousa a que tam essencialmente estou obrigado, tendo nisto todas as considerações, que em tal caso Me sam presentes: Sou servido Nomear para na Minha Ausencia governarem, e regêrem estes Meus Reinos, o Marquez de Abrantes, Meu muito amado, e prezado Primo; Francisco da Cunha de Menezes, Tenente General dos meus Exercitos; o Principal Castro, do Conselho, e Regedor das Justiças; Pedro de Mello Breyner, do Meu Conselho, que servirá de Presidente do Meu Real Erario na falta e impedimento de Luiz de Vasconcellos e Souza, que se acha impossibilitado com as suas molestias; Dom Francisco de Noronha, Tenente General dos Meus Exercitos, e Presidente da Mesa da Consciencia e Ordens; e na falta de qualquer delles o Conde Monteiro Mor, que tenho nomeado Presidente do Senado da Camara, com a assistencia dos dous Secretarios o Conde de Sampaio, e em seu lugar Dom Miguel Pereira Forjaz, e do Dezembargador do Paço, e Meu Procurador da Coroa, Joam Antonio Salter de Mendonça, pela grande confiança, que de todos elles Tenho, e larga experiencia que elles tem tido das cousas do mesmo Governo; Tendo por certo que os meus Reinos, e Povos serão governados e regidos por maneira que a minha consciencia seja desencarregada; e elles governadores cumpam inteiramente a sua obrigação, em quanto Deus permittir que Eu esteja ausente d'esta capital, adminis-

NOVEMBRO 1807.

trando a Justiça com imparcailidade, destribuindo os premios e castigos conforme os merecimentos de cada hum. Os mesmos Governadores o tenham assim entendido, e cumpram na forma sobredita, e na conformidade das instrucçoens, que seram com este Decreto por Mim assignadas ; e faram as participações necessarias ás Repartiçoens competentes. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em vinte e seis de Novembro de mil oitocentos e sette.

Com a Rubrica do Principe N. S.

No. V.

Instrucçoens a que se refere o Real Decreto de 26 de Nov. 1807.

Os Governadores, que Houve por bem nomear pelo Meu Real Decreto da data d'estas, para na Minha Ausencia Governarem estes Reinos, deverám prestar o Juramento do estylo nas mãos do Cardeal Patriarcha, e cuidarám com todo o desvello, vigilancia, e actividade na administraçam da Justiça, distribuindo-a imparcialmente; e conservando em rigorosa observancia as leis deste Reino.

Guardarám aos Nacionaes todos os Privilegios, que por Mim, e pelos Senhores Reis Meus Antecessores se acham concedidos.

Decidirám á pluralidade de votos as consultas, que pelos respectivos Tribunaes lhes fôrem apresentadas, regulando-se sempre pelas leis e costumes do Reino.

Proverám os Lugares de Letras, e os Officios de Justiça, e fazenda, na forma até agora por Mim praticada.

Cuidarám em defender as pessoas e bens dos Meus leaes Vassallos, escolhendo para os Empregos Militares as que delles se conhecer serem benemeritas.

Procurarám, quanto possivel for, conservar em paz este Reino; e que as Tropas do Imperador dos Francezes e Rei de Italia sejam bem aquarteladas e assistidas de tudo que lhes for preciso, em quanto se detiverem neste Reino, evitando todo e qualquer insulto, que se possa perpetrar, e castigando-o rigorosamente, quando

NOVEMBRO 1807.

aconteça; conservando sempre a boa harmonia que se deve praticar com os Exercitos das Naçoens, com as quaes nos achamos unidos no Continente.

Quando succeda, por qualquer modo, faltar algum dos dictos Governadores, elegerám á pluralidade de votos quem lhe succeda. Confio muito da sua honra e virtude, que os Meus Povos nam soffrerám incommodo na Minha ausencia; e que, permittindo Deus que volte a estes Meus Reinos com brevidade, encontre todos contentes, e satisfeitos, reinando sempre entre elles a boa ordem e tranquillidade, que deve haver entre Vassallos, que tam dignos se tem feito do meu Paternal Cuidado.

Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em vinte e seis de Novembro de mil oito centos e sette.

PRINCIPE.

No. VI.

Proclamação do General Junot aos habitantes da Lisboa.

O Governador de Paris, Primeiro Ajudante de Campo de S. M. o Imperador e Rei, General em Chefe, Gram-Cruz da Ordem de Christo nestes Reinos.

HABITANTES DE LISBOA,

O meu Exercito vai entrar na vossa Cidade. Eu vinha salvar o vosso porto, e o vosso Principe da influencia maligna da Inglaterra. Mas este Principe, alias respeitavel pelas suas virtudes, deixou-se arrastar pelos Conselheiros perfidos de que era cercado, para ser por elles entregue aos seus inimigos ; atreveram-se a assustallo quanto á sua segurança pessoal; os seus Vassallos nam foram tidos em conta alguma, e os vossos interesses foram sacrificados á cobardia de huns poucos de cortezãos.

Moradores de Lisboa, vivei socegados em vossas casas: nam receieis cousa alguma do meu Exercito, nem de mim: os nossos inimigos e os malvados, somente devem temer-nos.

O Grande Napoleam meu Amo envia-me para vos proteger, eu vos protegerei.

JUNOT.

NOVEMBRO 1807.

No. VII.

Despacho de Lord Strangford participando o embarque do Principe Regente, e a Corte de Portugal, para o Rio de Janeiro.

Navio de S. M. Hibernia, defronte do Tejo,
29 de Novembro.

SENNOR,

Tenho a honra de annunciar-vos, que o Principe Regente de Portugal effeituou a sua sábia e magnanima resolução de se retirar de hum Reino, que nam podia conservar por mais tempo, senam reduzindo-se a vassallo da França; e que Sua Alteza Real, e Familia, acompanha- do pela maior parte dos seus navios de guerra, e por grande multidam de seus fieis vassallos e adherentes, partio hoje de Lisboa, e se acha em caminho para o Brasil, debaixo da escolta de huma esquadra Ingleza.

Este grande e memoravel acontecimento nam se deve attribuir somente ao susto repentino, excitado pela presença de hum Exercito Francez dentro dos limites de Portugal. Foi sim isto o resultado genuino do systema] constante de confiança e moderação, adoptado por Sua Magestade a respeito deste Paiz; e por cujo resultado final eu me tinha de certo modo feito responsável; e que em obediencia ás vossas instrucçoens, continuei sempre a supportar uniformemente, até debaixo de circumstancias, que mais tendlam a desanimar.

Eu representei, por muitas vezes, e mui distinctamente á Corte de Lisboa; que convindo S. M. em nam resentir-se da exclusam do Commercio Britanico dos Portos de Portugal, havia S. M. exaurido todos os meios de soffrimento; que fazendo ésta concessam ás

NOVEMBRO 1807.

circunstancias peculiares da situação do Principe Regente, S. M. tinha feito tudo quanto a amizade, e a lembrança de huma antiga Aliança podia com justiça requerer; porém que hum simples passo alem da linha de hostilidade modificada, em que se convinha com muita repugnancia, deveria necessariamente levar as cousas á extremidade de guerra actual.

O Principe Regente com tudo, permittio-se por hum momento, o esquecer-se, de que no estado presente da Europa se nam podia soffrer, que Paiz algum fosse impunemente inimigo da Inglaterra; e que por mais, que S. M. pudesse estar inclinado a dar descontos á falta de meios, que Portugal tinha para resistir ao poder da França, com tudo nem a Sua Dignidade, nem os interesses do Seu Povo, permittiriam a S. M. aceitar ésta desculpa, para conceder toda a plena extensão de petitorios sem fundamento. Aos oito do Corrente foi Sua Alteza Real induzido a assignar huma ordem para a detenção de alguns subditos Britanicos, e da inconsideravel porção de propriedade Britanica, que ainda existia em Lisboa. Ao publicar-se ésta ordem eu fiz tirar as Armas de Inglaterra, que se achávam nas portas da minha residencia, pedi os meus passaportes, apresentei a minha Representação final contra o procedimento, que acabava de praticar a Corte de Lisboa, e dirigi-me para á Esquadra, commandada pelo Cavalleiro Sydney Smith, que chegou á costa de Portugal, alguns dias depois de eu ter recebido os meus Passaportes, e com quem me ajuntei aos dezesette do corrente.

Eu suggeri immediatamente ao Cavalleiro Sidney Smith a utilidade de estabelecer hum bloqueio o mais

NOVEMBRO 1807.

rigoroso á entrada do Tejo; e tive depois a satisfação de achar, que tinha nisto anticipado as intenções de S.M. pois os vossos despachos (que recebi pelo Mensageiro Silvester, aos 23) ordenavam-me que authorizasse esta medida, no caso em que o Governo Portuguez ultrapassasse os limites, que S. M. tinha julgado conveniente pôr á sua benignidade, e tentasse dar algum passo ulterior, que fosse injurioso á honra ou interesses da Gran Bretanha.

Estes despachos foram dictados na supposição de que eu ainda me achasse em Lisboa; e ainda que eu os não recebi senão depois de ter actualmente partido daquella Corte, com tudo, considerando maduramente o theor das vossas instrucções, pensei que seria justo obrar como se tal não tivera acontecido. Resolvi, portanto, passar a examinar immediatamente o effeito que tinha produzido o bloqueio de Lisboa, e propor ao Governo Portuguez, como unica condição, debaixo da qual cessaria o bloqueio, a alternativa (por vós estabelecida) ou de entregar a Esquadra a S. M. ou de a empregar immediatamente em transportar o Principe Regente, e a Sua Familia para o Brasil. Eu tomei sobre mim a responsabilidade de renovar as Negociações depois de haverem cessado actualmente as minhas Funções publicas, por estar convencido de que não obstante ser a determinação fixa de S. M. o não soffrer que a Esquadra de Portugal cahisse nas mãos de seus inimigos, com tudo o primeiro objecto de S. M. continuava a ser o mesmo de applicar esta Esquadra para o fim originario de salvar a Real Familia de Bragança da tyrania da França.

Consequentemente requeri huma audiencia do

NOVEMBRO 1807.

Principe Regente, e junctamente seguranças de protecção e salvo conducto; e, havendo recebido a resposta de Sua Alteza Real, parti para Lisboa aos 27, no Navio de S. M. Confiance, que levava bandeira parlamentar. Tive immediatamente as mais interessantes communicações com a Còrte de Lisboa, os particulares das quaes seram plenamente desenvolvidos em outra carta. Bastará lembrar aqui, que o Principe Regente sabiamente dirigio todas as suas apprehensoens para hum Exercito Francez, e todas as suas esperanças para hum Esquadra Ingleza: que elle recebeo de mim as mais expressas seguranças de que S. M. generosamente disfarçaria estes actos de momentanea, e contrangida hostilidade, para que se tinha extorquido o consentimento de S. Alteza Real; e que eu prometia a Sua Alteza Real, pela fé do meu Soberano, que a esquadra britanica na boca do Tejo seria empregada em proteger a sua retirada de Lisboa, e viagem para o Brasil.

Hontem se publicou hum Decreto, no qual o Principe Regente annunciou a sua intençam de retirar-se para a Cidade do Rio de Janeiro, até a conclusam da paz, e de nomear huma Regencia, para ter a administração do Governo em Lisboa, durante a sua auzencia da Europa.

Esta manhã a Esquadra Portugueza largou do Tejo. Eu tive a honra de acompanhar o Principe na sua passagem da barra. A esquadra consistia de oito Nãos de linha, quatro Fragatas, varios Brigues armados e grande numero de Navios do Brasil, montando tudo, segundo penso, a trinta e seis vellas por todas. Elles passáram pela esquadra Britanica, e os Navios de S. M. salváram com vinte huma peças, o que foi

NOVEMBRO 1807.

respondido com igual numero. Raras vezes se tem observado hum espectáculo mais interessante do que a uniam das duas Esquadras.

Deixando o navio do Principe Regente, fui para bordo da Hibernia, mas voltei immediatamente acompanhado do Cavalleiro Sidney Smith, que eu appresentei ao Principe, e foi recebido por Sua Alteza Real, com signaes da mais affavel benevolencia.

Tenho a honra de incluir listas dos Navios de guerra, que se sabia terem largado de Lisboa esta manhã, e que á poucas horas estavam á vista. Ficam em Lisboa quatro Navios de linha, e o mesmo numero de Fragatas, porém só hum de cada qualidade está capaz de servir.

Julguei que nam devia perder tempo em communicar ao Governo de S. M. a importante novidade contheuda neste Despacho; tenho portanto de rogar que me escuseis a pressa e imperfeição, com que esta escrevo.

Tenho a honra de ser, &c.

STRANGFORD.

No. VIII.

Edital do Intendente geral da Policia ordenando aos Moradores de Lisboa e seu Termo que recebam a moeda Espanhola e Franceza em trôco dos generos que percisarem as Tropas do Imperador e Rei.

Lisboa, 30 de Novembro de 1807.

Lucas de Seabra da Silva, do Conselho do Principe Regente N. S. Fidalgo Cavalleiro da Sua Real Casa, Desembargador do Paço, Chanceller da Corte e Casa da Supplicação, Intendente Geral da Policia da Corte e Reino, &c: Faço saber a todos os moradores desta Capital e seu Termo, que ninguem deve recusar a moeda Franceza, e Espanhola com que as Tropas de S. M. o Imperador Rei, se offerecem a comprar os generos de que precisam; quem assim o nam praticar será punido, com graves penas, e arbitrio da Policia. E para que assim indefectivelmente se observe, em quanto o Governo nam dá mais circunstanciadas providencias, mandei lavrar e affixar o presente Edital.

LUCAS DE SEABRA DA SILVA.

NOVEMBRO 1807.

No. IX.

Ordem geral do Exercito dada em Badajos em 30 de Novembro de 1807 pelo Marquez del Soccorro Commandante das Tropas Espanholas destinadas a entrar em Portugal.

A ferocidade nunca foi valor; he sempre huma prova de barbaridade, e as mais das vezes de cobardia. A maior confiança, a maior honra, que El Rei pôde fazer a hum Vassallo he entregar-lhe as suas armas consagradas sempre á conservação da Monarchia, ao amparo da Religiam, e das Leis, á defeza dos seus Vassallos, e á protecção dos seus amigos. Quando o Governo Portuguez nos dá provas da sua amizade, recebendo-nos no seu Territorio, seria corresponder-lhe de hum modo indigno do character Espanhol, seria faltar a todas as leis, o converter em inimigas éstas mesmas armas protectoras. A guerra tem os seus direitos e as suas leis; e so pôde ter lugar entre os Chefes dos Governos: nós os governados nam estamos authorizados a faze-la, se nam á voz dos Chefes; o mais tudo he assassinio; e á justiça universal pertence o castigo deste cobarde delicto, odioso á humanidade inteira.

Encarregados de huma importante expedição, vamos desempenhar as esperanças do nosso Soberano; orgulhosos desta confiança honrosa para nós, nam nos mostraremos indignos della; nam podemos consentir permaneça com nosco quem nos prive desta honra, e manche o nome de todos, confundindo a opiniam geral do Exercito. Eu nam soffrerei tal; toda a injuria de facto, de palavras, e apodos, e ainda tambem por gestos de desprezo, insulto, ou provocação a renovar

NOVEMBRO 1807.

rixas barbaras, e preoccupações populares, será irremissivel, e severissimamente castigada por mim, nam só com as penas positivas e legaes, em que possam incorrer, mas ainda com as arbitrarias, dictadas pela importancia extraordinaria das circumstancias, pela sua consequencia, pela baixeza do proceder, pela desobediencia a El Rei, pelo compromettimento das suas Reas intenções, e pelo desdouro do nome Espanhol.

O Soldado receberá todos os soccorros; havendo carestia saberemos embora supportar privaçoens momentaneas a troco do bom nome, e da honra de desempenhar hum grande objecto. Os chefes dos Corpos de meu mando me sam conhecidos, os soldados sabem que eu os conheço pessoalmente; nam se envilecerám; elles nam viéram da Andaluzia comigo para desobedecer a El Rei, nem para deshonnar a Naçam.

Quartel General de Badajoz, 30 de Novembro, de 1807.

O MARQUEZ DE SOCCORRO.

DEZEMBRO 1807.

No. X.

Despacho de Sir Sidney Smith participando a resolução que tinha tomado de bloquear o Tejo, na conformidade de suas instrucções, &c.

Navio de S. M. Hibernia, 22, legoas Oeste
do Tejo, 1 de Dezembro, de 1807.

SENHOR,

Em hum Despacho datado de 22 de Novembro, com hum post scriptum de 26, vos mandei, para informacão dos Lords Commissarios do Almirantado, as provas, contidas em varios Documentos, de se achar o Governo Portuguez tam atterrado pelas armas Francezas, que chegou a acquiescer a certos peditorios da França contra a Gram Bretanha. A distribuiçã das forças Portuguezas estava feita somente pelas costas; ao mesmo tempo que a parte de terra ficou inteiramente sem guarda. Os vassallos Britanicos de todas as classes fõram detidos; e portanto veio a ser absolutamente necessario informar o Governo Portuguez de que estava chegado o caso, em que, em obediência ás minhas instrucções, devia declarar o Tejo em estado de bloqueio: e havendo Lord Strangford concordado commigo, em que as hostilidades se deviam repelir com hostilidades, comecei o bloqueio; e as instrucções, que recebemos, se pozeram em prática em toda a sua extensão: nam perdendo porém nunca de vista a lembrança do primeiro objecto adoptado pelo Governo de S. M. de abrir hum refugio ao Chefe do Governo Portuguez, ameaçado como elle estava por hum braço poderoso, e pela pestilente influencia do Inimigo. Julguei que era do meu dever adoptar os meios que se nos franqueavam, para trabalhar em per-

DEZEMBRO 1807.

suadir o Principe Regente de Portugal, a tornar a considerar a sua decisam, “de se unir com o Continente da Europa,” e a lembrar-se de que tinha possesoens no continente da America, que offerecem huma ampla compensaçam por qualquer sacrificio que elle pudess e aqui fazer, e de que seria cortado, pela natureza da guerra maritima, cujo fim se nam podia decidir pela combinaçam das Potencias Continentaes da Europa.

Com éstas vistas, logo que Lord Strangford recebo o consentimento á proposiçam que tinhamos feito, de poder sua Senhoria desembarcar e conferir com o Principe Regente, debaixo da segurança de huma bandeira parlamentar; eu dei a sua Senhoria a conducta e segurança necessarias em ordem a poder dar ao Principe seguros, que a sua palavra de Honra, como Ministro Plenipotenciario d’El Rei, unido com hum Almirante Britanico, nam podia deixar de inspirar, persuadindo a Sua Alteza Real, a lançar-se, com a sua Esquadra nos braços da Gram Bretanha, descansando confiadamente em que El Rei desfarçaria hum acto forçado de hostilidade apparente, contra a sua Bandeira, e subditos, e estabeleceria o Governo de Sua Alteza Real, nos seus dominios ultramarinos, como tinha originariamente promettido. Agora tenho a cordeal satisfacçam de vos annunciar, que as nossas esperanças e expectaçam se realizáram na sua maior extençam. Na manhã de 29 a Esquadra Portugueza (nomeada na lista juncta) sahio do Tejo, com Sua Alteza Real o Principe do Brasil e toda a Real Familia de Bragança a bordo, junctamente com muitos de seus fieis Conselheiros e Adherentes, assim como outras pessoas, que seguiam a sua actual fortuna.

DEZEMBRO 1807.

Esta Esquadra de oito náos de linha, quatro fragatas, dous brigues, e hum escuna, com hum multi-dam de grandes navios mercantes armados, se arranjáram debaixo da protecçam da Esquadra de S. M. que o fogo de hum salva reciproca de vinte e hum peças annunciou o amigavel encontro destes, que, no dia antecedente, estavam em termos de hostilidade: a scena infundio em todos os expectadores (excepto no exercito dos Francezes que estava sobre os outeiros) os mais vivos sentimentos de gratidam á Providencia, pois ainda existe hum Poder no Mundo, que pode e deseja proteger os opprimidos.

Tenho a honra de ser, &c.

G. SIDNEY SMITH.

Lista da Esquadra Portuguesa que sahio do Tejo aos 29 de Novembro, de 1807.

	Peças.		Peças.
Principe Real, de.....	84	Affonso d'Albuquerque....	64
Rainha de Portugal, de....	74	D. Joam de Castro, de.....	64
Conde de Henrique, de....	74	Principe do Brasil, de.....	74
Meduza, de.....	74	Martim de Freitas, de.....	64

Fragatas.

Minerva, de.....	44	Urania de.....	32
Golfinho, de.....	36	Outra, cujo nome se nam sabe.	

Brigues.

Voador, de.....	22	Lebre de.....	22
Vingança de..	20		

Escunas.

Curiosa, de..... 12 Peças.

(Assignado.)

JOAQUIM JOSE MONTEIRO TORRES, Major General.

G. SIDNEY SMITH.

No. XI.

Despacho de Sir Sidney Smith incluindo a lista dos navios de Guerra Portuguezes que ficaram no Tejo, depois da sahida do Principe Regente.

Navio de S. M. Hibernia, 22 Leguas Oeste do Tejo, Dezembro 1, 1807.

SENHOR,

Em outro despacho com a data deste dia remetti humma lista da Esquadra Portugueza, que sahio do Tejo, a 29 do passado, a qual recebi naquella dia das mãos do Almirante, que a commandava, quando fui abordo do Principe Real, fazer a minha vizita de respeito, e dei parabens a Sua Alteza Real o Principe do Brasil, que se achava embarcado naquella Náo. Nesta incluo a lista dos navios que se deixáram ficar. Os Portuguezes so lamentam o deixarem hum desses quatro navios (Vasco da Gama) que se achava concertando; empregáram a sua artilheria para amar o Freitas, que he hum navio novo de 64, e hum dos que sahio com o Principe. Os outros eram meramente cascos velhos. Ha tambem hum navio nos estaleiros, (o Principe Regente) porém está somente em cavernas.

O Principe disse tudo quanto podia dictar o sentimento da mais cordeal gratidam, e confidencia a respeito de S. M. e da Naçam Britanica.

Eu tenho, (por signaes; porque o tempo nam permite outro modo de communicacão) determinado ao Capitam Moore, no Malborough, como London, Monarch, e Bedford, que estêjam junctos ao corpo da Es-

DEZEMBRO 1807.

quadra Portugueza, e lhe dem todo o adjutorio.

Eu continô com a Hibernia juncto ao navio do Principe, e nam posso ainda mândar o Foudroyant, Plantagenet, e Conqueror, para o Almirante Purvis, segundo as ordens de Suas Senhorias de 14; o que espero nam seja grande inconveniente aos que bloquêiam Cadiz; pois parece, que elles fôram mandados para ali, na supposiçam de se acharem os Russos dentro do estreito, e antes de se saber que elles estavam na minha situaçam.

Tenho a honra de ser, &c.

G. SIDNEY SMITH.

Lista dos Navios Portuguezes que ficaram em Lisboa.

S. Sebastiam de 64 peças —incapaz de serviço se^m, total concerto. Maria primeira de 74 peças—incapaz de servir, e mandada armar em bateria fluctuante, mas ainda nam armada.

Princeza da Beirã de 64 peças—condemnada, e mandada armar como bateria fluctuante.

Vasco da Gama de 74—concertando-se e quasi prompto.

Fragatas

Fenix de 48 peças—preciza de concerto total.

Amazona de 44 peças—preciza do mesmo.

Perola de 44 peças —preciza do mesmo.

Tritam de 40 peças—nam admitte ja concerto.

Venus de 30 peças—nam admitte ja concerto.

(Copia)

G. SIDNEY SMITH.

TOM. I.

E

No. XII.

Decreto do General Junot para sequestro da Propriedade Ingleza.

O Governador de Paris, Primeiro Adjuncto de Campo do S. M. o Imperador e Rei, General em Chefe:—Em nome de S. M. o Imperador dos Francezes e Rei de Italia:

DECRETA.

Todos os bens, assim moveis, joyas, prata, como de raiz, de qualquer natureza que possam ser, pertencentes a quaesquer individuos, vassallos da Gram Bretanha, e existentes em todo o territorio de Portugal, serão confiscados.

As mercadorias de manufactura Ingleza, de qualquer natureza que ellas possam ser, serão confiscadas.

He expressamente determinado a todo o individuo de qualquer classe a que pertença, que tiver em seu poder algum valor, ou Mercadorias pertencentes a vassallos da Gram Bretanha, que as venha declarar no prazo de tres dias á Secretaria do Senhor Goy, Commissario destinado *ad hoc*, que assiste na casa No. 10, de frente da fonte do Loreto, e no interior de Portugal se deveram fazer estas declaraçoens perante o Magistrado do Lugar.

Todo o individuo, que nam fizer exactamente a sua declaraçam pagará dez vezes o valor do objecto, que

DEZEMBRO 1807.

tiver declarado, e mesmo será castigado corporalmente se o objecto o merecer.

As mercadorias, cuja propriedade tiver sido encuberta de qualquer maneira que seja dos Negociantes Portuguezes, Francezes, ou de qualquer outra Naçam, deveram do mesmo modo ser declaradas, debaixo das mesmas penas.

O Administrador Geral das Finanças e o Conselho de Regencia sam encarregados da execuçam do presente Decreto.

Dado no Palacio do Quartel General em Lisboa a 4 de Dezembro de 1807.

JUNOT.

No XIII.

Decreto do General Junot prohibindo o uzo das armas de fogo.

O Governador de Paris, Primeiro Ajudante de Campo de S. M. o Imperador e Rei, General em Chefe, em nome de S. M. o Imperador dos Francezes, Rey de Italia: considerando que, debaixo do pretexto da caça se commettem diariamente assassinios, e a intençam do General he de fazer destruir com ordem a caça, naquelles terrenos onde ella pode ser prejudicial, decreta: o uso de armas de fogo, e o caçar he geralmente prohibido em toda a extençam de Portugal; particularmente nos sitios reservados da Corôa.

Todo o individuo que não for militar, e que se encontrar armado de espingarda, ou pistolas, caçando sem ter recebido para isso do General DelaBorde commandante de Lisboa huma licença por elle assignada, e munida do seu sello, será considerado como vagabundo, matador nas estradas, e como tal será conduzido perante huma commissam militar, que será organizada para o dicto effeito.

O Conselho da Regencia, e Commissario do Governo Francez, como tambem o General Commandante em Lisboa, os Corregedores, e Juizes de todas as Classes ficam encarregados da execução do presente Decreto, que será impresso, e affixado em toda a extençam de Portugal.

Dado no Palacio do Quartel General em Lisboa a 4 de Dezembro de 1808.

JUNOT.

DEZEMBRO 1807,

No. XIV.

Edital da Camara de Lisboa sobre o levantamento de preços de generos depois da entrada do Exercito Francez.

Ao Senado da Camara foi dirigido o Avizo, expedido pela Secretaria de Estado dos Negocios do Reino na data de tres do corrente, do theor seguinte:—Os Governadores deste Reino, informados de que nestes dias se tem levantado excessivamente os preços de alguns generos da primeira necessidade, ordenam ao Senado da Camara, que cohiba todo o excesso, que houver ao dicto respeito, com toda a vigilancia, e severidade: de sorte que sem authoridade deste Governo, e havendo urgentes motivos, não possam crescer os dictos preços; e assim o fará constar por Edictaes—Em prompta observancia do mesmo Avizo, manda o Senado, que nenhuma pessoa de qualquer classe ou condição que seja, augmente a todos e quaesquer generos os preços, porque se estavam vendendo todos e cada hum dos mesmos generos até ao dia 28 do mez de Novembro proximo passado; e todo o que transgredir esta Ordem incorrerá na pena de 8,000 reis, pagos da cadeia, aonde estará dez dias pela primeira vez; e pela segunda o dobro das dictas penas, e ser prohibido de abrir loja, ou venda de qualidade alguma: e para que esta determinação tenha a sua inteira e plena execução, ordena o Senado aos Almotacéis das execuções, que com preferencia a outros quaesquer objectos fiscalizem esta transgressão, prendendo logo todos os transgressores, sem que os

Dezembro 1807.

possam soltar, antes de completar o tempo da prizam que lhes he comminado; e a pena pecuniária se applicará metade para a fazenda da Cidade, e a outra metade para o denunciante, havendo-o; para o que se lhes remetterá hum exemplar, que sera registrado nas casas da Almotaceria. E para que chegue á noticia de todos, e nam possam allegar ignorancia se mandarám affixar estes Edictaes nos lugares publicos desta Cidade.— Lisboa 4 de Dezembro de 1807.

FRANCISCO DE MENDOÇA ARRAES E MELLO.

DEZEMBRO 1807.

No. XV.

Portaria da Regencia de Portugal sobre policia nas Lojas de Bebidas, e us das armas de fogo.

Mandam os Governadores deste Reino prohibir, que, depois das sette horas da noite, se nam consinta nas Tavernas, e Lojas de Bebidas soldado algum Portuguez, Francez, ou de outra qualquer Naçam, devendo ser obrigados, todos os que ás referidas horas se acharem nas Tavernas, e Lojas de Bebidas, a que saiam immediatamente dellas:

Que todo o Taverneiro, que contravier esta determinação do Governo, será castigado irremissivelmente; a primeira vez, com uma condemnação de 100 cruzados; pela segunda de 400 crusados, e um mez de prizam; e pela terceira, será entregue a huma commissam militar, como fautor de desordem, e de insurreiçam, para ser castigado como cabeça della.

Mandam tambem os mesmos Governadores, que haja a mais rigorosa observancia em tudo quanto as leis prescrevem a respeito da prohibiçam do uso de toda a qualidade de arma principalmenie de noite; e toda a pessoa, que for prêza em qualquer pendencia, sendo convêncida de ter usado de qualquer arma que seja, será julgada por huma commissam militar, e reputada como assassino.

E ordenam ao Intendente Geral da Policia da Côrte e Reino, que passe as ordens necessarias a todos os Ministros criminaes desta Côrte, para que haja a maior vigilancia, e exacta exêcuçam, e cumprimento destas determinaçoens. Secretaria de Estado dos Negocios do Reino em 5 de Dezembro de 1807.

CONDE DE S. PAIO.

DEZEMBRO 1807.

No. XVI.

Officio do Almirante Sidney Smith, em viagem, aos Lords do Almirantado.

Hibernia, no Mar, Lat. 37°. 47'. Long 14°. 17'.
Dezembro 6, 1807.

SENHOR,

Tenho a satisfacçam de vos fazer saber, para informaçam dos Lords Commissarios do Almirantado, que alcancei poder ajunctar toda a esquadra Portugueza, excepto hum brigue, depois da tempestade; e o tempo estava tal que nos permittio effectuar os concertos necessarios, e fazer huma tal distribuicam dos supranumerarios, e soccorros, que habilitamos ao Vice-Almirante D. Manuel da Cunha Sotto maior, a dar-me parte hontem, de que todos os navios estavam capazes de fazer a viagem para o Rio de Janeiro, excepto huma nau de linha que elle rogava fosse conduzida a hum porto de Inglaterra. Eu faço tençam de a escoltar parte do caminho; mas nam deixou a esquadra a noite passada commigo, como tinhamos ajustado. Espero com tudo, que este navio possa chegar a salvamento pois nam está em máo estado, e foi substituido por Martim de Freitas que estava ao principio destinado para hir para Inglaterra, em consequencia de hum novo arranjo, que se fez hontem, por se achar este em melhor estado do que o outro para fazer viagem. Eu tenho destacado o Capt. Moore, no Malborough com o London, Monarch, e Bedford, para seguir a esquadra Portugueza ao Brasil. Julguei ser do meu dever, alem da ordem usual, para tomar os sobre-

DEZEMBRO 1807.

ditos navios debaixo das suas ordens, huma ordem para arvorar flamula larga depois de passar a Madeira, e isto para dar maior pezo e consequencia á execuçam das importantes e delicadas obrigaçoens, de que ,o tenho encarregado. Fico perfeitamente descansado no juizo deste official, e na sua habilitade, e zelo.

Os navios Portuguezes, depois de concertados, nam. precisavam que lhes dessemos mais mantimentos, e bedas ordinarias, do que as que vam mencionadas na lista inclusa, que eu suppri deste Navio, e do Conqueror.

Este despacho será entregue pelo Capilam Yeo, da Chalupa de S. M. a Confiança, o qual mostrou grande zelo e sagacidade em abrir a communiçam pela bandeira parlamentaria, á qual tinham interesse em obstar todas as pessoas poderosas, que eram contra a medida da emigraçam. Lord Strangford falla do seu comportamento em termos da mais viva aprovaçam. Com este fundamento peço licença para o recommendar a Suas Senhorias, a quem o seu merecimento, em geral, como official, he ja mui bem conhecido. Tendo ficado em Lisboa sem nenhuma restricçam, na sua liberdade durante a communiçam, elle se acha em estado de poder responder a Vossas Senhorias a quaesquer perguntas que desejarem fazer-lhe.

Tenho a honra de ser, &c.

G. SIDNEY SMITH.

Pastoral do Cardeal Patriarcha de Lisboa.

Ja que, amados filhos, a nossa cançada idade, e o pezo das muitas molestias com que a Divina Misericordia nos tem favorecido nos nam podem permittir o fallar-vos de viva voz na presente occasiam, podemos contudo dirigir-vos como vosso Pai, e Pastor, por este modo, como ja o fizemos pelos nossos paróchos, e pregadores, os nossos sentimentos e exortaçoens, para que o Senhor, no fatal dia, nos nam argua de ommissos neste essencial, e importante dever do nosso sagrado Ministerio, que todo se dirige a unir-vos em charidade Christã para conseguireis o socego, e a paz de que todos necessitamos, nas presentes circumstancias.

Sim amados filhos, vós bem sabeis pela propria experiencia, a situaçam em que nos achamos; mas tambem nam ignorais o quanto a Divina clemencia no meio mesmo de tantas tribulaçoens, nos favorece; bemditos sejam sempre os seus altissimos Juizos! He pois muito necessário, amados filhos, ser fiel aos immutaveis Decretos de sua Divina Providência; e para o ser devemos, primeiro que tudo, com o coração contricto e humilhado, agradecer-lhe tantos e tam continuos beneficios, que da sua liberal mão temos recebido, sendo hum d'elles a boa ordem e quietaçam, com que neste Reino tem sido recebido hum grande Exercito, o qual vindo em nosso soccorro, nos dá bem fundadas esperanças de felicidade; beneficio que igualmente devemos á actividade e boa direcçam do General em Chefe, que o commanda, cujas virtudes sam por nós á muito tempo conhecidas.

Nam temais, amados filhos, vivei seguros em vossas cazas e fóra dellas; lembrai-vos, que este exercito he

DEZEMBRO 1807.

de Sua Magestade o Imperador dos Francezes e Rei de Italia, Napoleam o Grande, que Deus tem destinado para amparar, proteger, e fazer a felicidade dos Povos. Vós o sabeis, o mundo todo o sabe. Confiai com segurança inalteravel neste homem prodigioso, desconhecido de todos os seculos ; elle derramará sobre nós as felicidades da Paz, se vós repetireis as suas determinações, se vos amareis todos mutuamente, nacionaes e estrangeiros com fraterna charidade. Deste modo a Religiam, e os seus Ministros seram sempre respeitados; nam seram violadas as clausuras das Espozas do Senhor ; o Povo todo será feliz, merecendo tam alta protecção : meus filhos, fazei-o assim, para cumprireis fielmente com o que nosso Salvador Jezus Christo tanto vos recomenda : vivei sугeitos aos que vos governam, nam só pelo respeito, que se lhes deve; mas porque a propria consciencia vos obriga.

Tornamos finalmente a recommendar muito a todos Parochos nossos Coadjuutores, e mais Clero deste Patriarchado, e até lho pedimos pelas entranhas de Jezus Christo, que concorram quanto lhes for possivel para esta uniam em todas as occasioens e lugares ; instruindo os povos de tal sorte, que elles possam bem conhecer as vantagens, que em assim o practicarem devem conseguir.

E para que chegue á noticia de todos, Mandamos passar a presente, que sera publicada á Estaçam das Missas conventuaes, e affixada nos lugares do costume. Dada na Junqueira, no Palacio da nossa residencia, sob nosso signal e sello das nossas armas, aos 8 de Dezembro de 1807.

J. CARDEAL PATRIARCHA.

Sello.

THOMAZ ANTONIO CARNEIRO.

No. XVIII.

Decreto de General Junot sobre reclamações Inglezas.

O Senhor Mascarenhas Conservador da Nação Franceza em Lisboa* he nomeado Commissario encarregado de receber as reclamações dos Inglezes.

Formará relações, de meia margem, das reclamações, que lhe forem feitas, porá' nellas o seu parecer, e o General em Chefe sentenciará definitivamente.

O Senhor Mascarenhas hirá todas as segundas e quintas feiras de todas as semanas a casa do General em Chefe para trabalhar neste negocio.

Fara scientes das disposições deste Decreto aos Inglezes prezos, ou cujos bens estam sequestrados, que tiverem reclamações a fazer, cujas deveram ser apoiadas de documentos authenticos.

Dado no Palacio do Quartel General em Lisboa, 8 de Dezembro 1807.

JUNOT.

* He o Dezebargador Jozé Diogo Mascarenhas Neto, morador na rua direita de S. José, N. 15.

DEZEMBRO 1807.

No. XIX.

Ordem do Dia do Exercito Francez sobre alojamento dos Officiaes.

Quartel General de Lisboa, aos 9 de Dezembro 1807.

Repetidas queixas se fizéram a Sua Excellencia Mgr. o General em Chefe, de que muitos Officiaes, apesar da Ordem geral do Exercito No. 22, deliberáram-se a exigir meza nas casas onde estão alojados.

Sua Excellencia sente muito ésta desobediencia, e espéra, que a mesma nam será mais practicada.

Sua Excellencia lembra aos Senhores officiaes, que tanto em Lisboa com nas mais Cidades de Portugal se devem considerar como estando de Guarniçam, nam tendo outro direito de pedir ás casas, mais que alojamento, lume, e luz.

Sua Excellencia lembra-lhes finalmente que os Officiaes do Exercito de Portugal serem tratados como os do Grande Exercito; receberam um soldo extraordinario, que lhes será exactamente pago, e que bastará para suprir as despesas, do seu tratamento, e sustentação.

Por ordem de Sua Excellencia Mgr. o General em Chefe: o General Chefe do Estado Maior General

THIEBAUT.

No. XX.

Proclamação do General Hespanhol Taranco.

D. Francisco de Taranco e Lhano, condecorado pelo Imperador de todas as Russias com a Ordem Militar de S. Jorge, Patram de Zaratano em Biscaya, Tenente General dos Reaes Exercitos de S. M., Governador, Capitam General do Reino de Galiza, Presidente de sua Real Audiencia, Subdelegado da Renda de Correios e Caminhos nelle, e actual General do Exercito de operaçoens deste Reino, &c. &c.

Vizinhos e Moradores d'entre Douro e Minho, e Traz-os-Montes nam altereis vosso repouso; vivei quietos e tranquilllos, na confiança de que o Exercito Espanhol, que mando, nam vos inquietará nas vossas leis, usos, e costumes. Tratai-o com a sincera amizade, que persuade seu valor, e character humano; e achareis huma exacta correspondencia: eu vo-la prometto, e afianço em nome do meu Rei, e Senhor tam justo beneficio: General das suas armas, justiça, e clemencia, serei fiel executor das suas ordens Soberanas; ellas todas se dirigem a proteger-vos na deploravel situaçam em que vos achaes, pela auzencia de vosso Soberano, a livrar-vos da perfida dominaçam Ingleza, e da sua politica ambiciosa, que soube apparenemente ser vosso intimo amigo, sendo vosso padraсто destruidor: tende por seguro que todas as providencias, que se tomam, vam encaminhadas a melhorar vossa sorte, tirar-vos da vergonhosa tutela do governo Inglez vosso fascinador, e organisar o systema politico.

DEZEMBRO 1807.

Ja chegou o tempo de que conheçais os verdadeiros interesses da vossa patria, e que unindo vossas vontades, e forças ás nossas, vingaremos junctos os ultrages, que a ferocidade traidora dos Inglezes tem feito com todas as nações da Europa; que nos ponhâmos ao abrigo das suas maquinaçoens, e gozeis da protecçam com que o meu catholico monarcha vos convida.

Quanto vos prometto será religiosamente cumprido, e vos asseguro debaixo de minha palavra, que todo o soldado Hespanhol, que seja culpavel de pilhagem, ou outro delicto será castigado com todo o rigor da lei: que qualquer natural ou habitante do reino de Portugal, que tenha parte em alguma conjuraçam, ou tumulto contra o exercito Hespanhol será arcabuzado. A Cidade, Villa, ou Aldea, onde se dispare hum tiro á tropa Espanhola, entregará o delinquente, ou ficará responsavel do attentado; ao mesmo se obrigará a Justiça da jurisdicçam, ou freguezia, em cujo territorio se mate a hum individuo da milicia Espanhola; e alem disto, pagará de contribuiçam o triplo valor do seu producto annual, tomando a quatro dos principaes vizinhos como fiadores da paga.

Se posso forrar a imposição das penas referidas, terei particular satisfacçam, que se augmentará, observando, que os Portuguezes e Hespanhões se ámam; e que, longe de se fazerem acredores da pena, por suas virtudes se fazem dignos do premio. Porto 13 de Dezembro de 1807.

FRANCISCO DE TARANCO.

No. XXI.

Decreto do General Junot prohibindo ajuntamentos.

O Governador de Paris, Primeiro Ajudante de Campo de S. M. o Imperador e Rei, General em Chefe.

O maior de todos os crimes he a Rebelligam.

Vós vos deixasteis arrastar ontem por alguns mãos individuos, que para vos comprometter se atrevêram a atirar ás minhas tropas, estando entre vós; eu os conheço; elles pagarám com a sua cabeça o insulto, que se atrevêram a fazer á Bandeira Franceza: mas eu nam confundo entre os mãos os honrados habitantes de Lisboa; e pela segurança dos bons Cidadãos he que eu determino o que se segue.

Todo o ajuntamento de qualquer natureza, que elle seja, he prohibido.

Todo o individuo, que se encontrar armado em hum ajuntamento será conduzido á commissam militar, creada pelo meu decreto da data de hoje, para ser julgado, e sentenciado a tres mezes de prizam, se elle se nam servio das suas armas, e no caso de ter feito uso dellas, contra quem quer que for, será condemnado á morte.

Todo o individuo, que for prezo em hum ajuntamento, convencido de ser hum dos chefes, ou cabeça de motim, sofrerá a pena de morte.

Dado no Palacio do Quartel General em Lisboa a 14 de Dezembro de 1807.

JUNOT.

DEZEMBRO 1807.

No. XXII.

Decreto do General Junot alongando o prazo para declaração da propriedade Ingleza.

O Governador de Paris, Primeiro Ajudante de Campo de S. M. o Imperador e Rei, General em Chefe, em nome de S. M. o Imperador dos Francezes e Rei de Italia.

Considerando que havendo expirado o prazo estabelecido para as declaraçoens, que deviam fazer-se em observancia do Decreto de 4 deste mez, e que nam obstante muitos habitantes da Cidade de Lisboa tem negligenciado até ao prezente cumprir com a obrigação, que lhes fôra imposta; Decreta: o prazo de 3 dias em que devêra fazer-se a declaração das propriedades pertencentes aos vassallos da Gram Bretanha, assim como das mercadorias de Manufatura Ingleza, fica prolongado até o dia 26 deste mez: passado o qual tempo, seram rigorosamente applicadas as penas pronunciadas no sobredicto Decreto. O Administrador das finanças e o Conselho de Regencia ficam encarregados da execuçam do presente Decreto. Dado no Palacio do Quartel General em Lisboa, aos 18 de Dezembro de 1807.

JUNOT.

XXIII.

Decreto do General Junot providenciando sobre o objecto de propriedades Inglezes.

O Governador de Paris primeiro Ajudante de Campo de S. M. o Imperador e Rei, General em Chefe, em nome de S. M. o Imperador dos Francezes e Rei Italia: sendo-lhe presente que os negociantes e mercadores, que possuem mercadorias de fabrico Inglez, nam podiam em sua venda diaria, dispor dos objectos comprehendidos nas declaraçoens do Decreto 4 do corrente: considerando que a falta de venda das mercadorias declaradas tiraria da circulaçam huma grande quantidade de artigos de uso diario, e contribuiria para fazer levantar o preço daquelles, que nam estavam no caso da declaraçam ordenada; decreta:

Art 1. Os Negociantes ou Mercadores, que possuem mercadorias (que nam sejam as declaradas pertencentes aos Vassallos da Gram Bretanha) de manufactura ou producto Inglez, depois de fazerem a sua declaraçam, poderám dispor das dictas mercadorias, para venda diaria de suas lojas, debaixo das condiçoens seguintes:

2. A faculdade de vender só poderá ter lugar, depois de ser authorisada pelo Commissario em Lisboa, ou pelo funcçionario publico no interior de Portugal, que tiver recebido as dictas declaraçoens.

3. Nam se concederà faculdade para vender, sem que a especie, a qualidade, a medida, a quantidade, e o

DEZEMBRO 1807.

preço do objecto, que se houver de vender tenham sido primeiro declarados, e especificados na declaração feita.

4 O vendedor deverá considerar-se como responsavel pelo producto da venda até que se tenha decidido a sorte da mercadoria declarada; e para que possa constar a todo o tempo o producto das vendas, o mesmo vendedor deverá lançar em seus respectivos livros o importe dellas, o nome do comprador, e quantidade dos objectos vendidos.

5. O Commissario do sequestro ou funcionario publico, exigirá, se necessario for, uma cauçam, que possa corresponder ao producto das vendas que se fizerem.

O Administrador geral da Finanças, e o Conselho da Regencia ficam encarregados da execuçam do presente Decreto.

Dado no Palacio do Quartel-General em Lisboa, aos 19 de Dezembro de 1807.

JUNOT.



No. XXIV.

Decreto do General Junot sobre mais providencias commerciaes a respeito de effeitos Inglezes.

O Governador de Paris, Primeiro Ajudante de Campo de S. M. o Imperador e Rei, General em Chefe ; em nome de S. M. o Imperador dos Francezes, Rei de Italia : considerando que o commercio poderia padecer se o devedor recusasse pagar no prazo vencido os effeitos commerciaes sacados, subscriptos, ou endoçados por Vassallos da Gram Bretanha, ou por conta delles ; decreta :

Art 1. Todo o effeito de commercio da natureza dos acima mencionados será exactamente pago ao portador no dia do vencimento, debaixo da comminação porem de haver este ultimo satisfeito ás obrigaçoens que lhe estam decretadas.

Para segurar a execuçam do Decreto de 4 do corrente, no caso em que o valor destes effeitos estivesse sujeito ao confisco, o portador nam poderá receber a sua importancia, sem ser authorisado por Mr. Legoy Commissario do sequestro das propriedades Inglezas.

3. O portador, authorisado para receber, deverá considerar-se como responsavel do valor. O portador sera desonerado desta responsabilidade, se pela verificaçam que se tiver feito, o commissario do sequestro tiver prova de que elle he verdadeiramente proprietario do effeito recobrado.

4 O Commissario do sequestro nam dará ao Portador a faculdade de receber, senam depois de estar bem

DEZEMBRO 1807

certo de que elle he capaz de pagar. Elle poderá sendo preciso exigir huma cauçam, que possa responder pelo valor que se houver de cobrar.

O Administrador Geral das Finanças, e o Conselho de Regencia ficam encarregados da execuçam do presente Decreto. Dado no Palacio do Quartel General em Lisboa a 21 de Dezembro de 1807.

JUNOT.



No. XXV.

Decreto do General Junot sobre extensam de providencias acerca das propriedades Inglezas.

O Governador de Paris, Primeiro Adjutante de Campo de S. o Imperador e Rei, General em Chefe, em nome de S. M. o Imperador dos Francezes, e Rei de Italia: considerando que algumas das mercadorias que estam sequestradas, e que até ao ao presente nam se tem desembargado, poderiam damnificar-se ficando mais tempo a bordo; sendo alias mui conveniente prevenir os riscos dos temporaes desta estaçam; Decreta:

Art. 1. Os proprietarios de navios, consignatarios, ou Portadores de conhecimentos, desembarcaram as mercadorias sequestradas, que tiverem a bordo dos navios, ora anchorados no porto de Lisboa.

2. A faculdade de desembarque será exclusivamente concedida pelo commissario de sequestro das propriedades Inglezas, e debaixo das obrigaçoens prescriptas no regimento da Alfandega desta Cidade.

3. As mercadorias que se houverem de desembarcar, seram recebidas a bordo, e conduzidas a terra em presença, e debaixo da vigilancia dos Officiaes, nomeados pelo administrador geral da Alfandega para a descarga dos navios.

4. O local do armazem, onde houverem de ser recebidas, sera determinado junctamente com o Commisário do sequestro. O Consignatário, ou Possuidor da mercadoria, so poderá dispor della, depois de ser authorisado por elle, e de se haver sugeitado ás obriga-

DEZEMBRO 1807.

coens impostas no Decreto de 19 do corrente, relativo ás vendas que podem ter lugar.

5. Todo aquelle que obrar contra as disposições do, presente Decreto, pagará dez vezes o valor do objecto, que se tiver desembarcado, ou vendido sem authoridade, e até será punido corporalmente, se as circumstancias o exigirem.

O Administrador Geral das Finanças, e o Conselho de Regencia ficam encarregados da execução do presente Decreto. Dado no Palacio do Quartel General em Lisboa a 22 de Dezembro de 1807.

JUNOT.

No. XXVI.

Portaria da Regencia Portugueza para animar a lavoura.

Os Governadores deste Reino fazem saber, que o General em Chefe do Exercito de S. M. o Imperador e Rei, continuando a dar as mais positivas provas do desejo que tem de concorrer para a felicidade dos Povos deste Reino, lhes escreveo uma carta, pela qual lhes significou o grande desprazer que tinha de que houvessem pessoas mal intencionadas, que a pezar de toda a sua diligencia, tenham procurado desanimar os povos, persuadindo-os a que nam semeem, porque nam recolherám as suas searas, nem se refaçam de Gados em lugar dos que a necessidade absoluta tem feito consumir no sustento do exercito, porque lhes serem igualmente tirados; segurando-lhes debaixo das promessas mais solemnes, que os lavradores gozarám pacifica e inteiramente dos fructos do seu trabalho, e terem da parte do mesmo General em Chefe toda a protecçam: e muito principalmente os habitantes da provincia da Beira, que sofrêram tanto com a passagem do exercito, nam deixarám de ter huma indemnizaçam proporcionada ao seu prejuizo, logo que as circumstancias o permittirem; e porque em virtude de tam solemnes promessas, devem os lavradores concorrer da sua parte para tam uteis e saudaveis fins, depondo vãos temores que só podem nascer da maldade de alguns perturbadores da felicidade e socego publico: Ordenam os mesmos Governadores, que todos os lavradores destes

DEZEMBRO 1807.

Reinos façam logo as suas sementeiras, aproveitando com toda a actividade e confiança o tempo que ainda lhes resta, e da mesma sorte procedam á compra, e promovam a creação dos gados necessarios para a lavoura, e outros usos : e para auxiliar tam importantes objectos, se tem passado aos Corregedores das comarcas as ordens mais positivas. E para que chegue á noticia de todos, mandam publicar este, affixando-se em todos os lugares publicos desta Cidade e Reino. Secretaria de Estado dos Negocios do Reino em 29 de de Dezembro de 1807.

JOÃO ANTONIO SALTER DE MENDONÇA.

SECCAÕ. III.

No. I.

Decreto do General Junot regulando a Pescaria, por causa da Esquadra Ingleza á foz do Tejo.

O Governador de Paris, Primeiro Ajudante de Campo de S. M. o Imperador e Rei, General em Chefe, em nome de S. M. o Imperanor dos Francezes e Rei de Italia: desejando, quanto delle depende, proteger todas as classes dos cidadãos, particularmente os mais indigentes: e considerando quam grande seja a importância da pesca do porto de Lisboa para o consumo desta grande Cidade; querendo porém embaraçar os abusos que poderiam resultar de huma liberdade illimitada de pescar fóra da barra, e particularmente da communicacão com a esquadra Ingleza, Decreta:

Art. 1. Todas as embarcaçoens de pescadores serem divididas por districtos, e numeradas desde o N. 1. por diante: no districto de Lisboa, com a letra A; no de Belem com a letra B, e assim os demais. A letra e numero, que deveram ter hum pé de altura, serem pintados em branco na popa e proa de cada embarcaçam.

2. Terá cada patram huma lista, onde esteja escripta a letra do seu districto, o numero de sua embarcaçam o seu nome, a sua morada e a quantidade de homens que o acompanham, igualmente denominados pelos seus proprios nomes: servir lhes-ha este documento de passaporte para as baterias, e embarcaçoens que andarem de ronda; éstas porem prenderam todo e qualquer individuo, que acharem de mais a seus respectivos bor-

JANEIRO 1808.

dos, e a embarcação será tomada e vendida para o aprezador, sendo este o unico meio de se evitar, que nella hajam Estrangeiros.

3. Os Ministros e Justiças dos districtos de pescadores declararam por escripto o nome de cada proprietario de embarcação, a fim de fazerem apprehençam no proprietario, em caso de infracçam deste regulamento, nam se devendo entregar a lista ao patram antes de apresentar este documento: e para que nam possam alegar ignorancia, enviar-se-ha a cada hum dos ditos ministros alguns exemplares do presente Decreto.

4. Haverá hum registo a bordo da bateria fluctuante no qual se registará cada huma das embarcaçoens por districtos, em conformidade da lista entregue a cada patram.

5. Todos os patroens, em geral, qualquer que seja o seu districto, seram obrigados a appresentar-se, todos os sabbados, a bordo da bateria fluctuante, para se lhes passar revista em presença de Mr. Billard, Tenente de mar e guerra, commandante da dita bateria, especialmente encarregado deste serviço, a fim de se certificar, que todos os individuos descriptos na lista, se acham existentes na dita embarcação; tirar-se-ha porem a lista áquelles a quem faltar hum ou mais homens, até mostrar-se legalmente o destino que tivéram.

6. Toda a embarcação de pescaria, que se encontrar navegando, sem ser numerada, e sem trazer huma lista, cinco dias depois da publicação do presente decreto, será tomada e vendida em beneficio do aprezador.

7. Toda a embarcação que tiver communicaçam com a esquadra Ingleza, será tomada: os commandan-

JANEIRO 1808.

tes dos fortes e o official de marinha encarregado desta vigilancia, seram responsaveis pelos transgressores.

8. Todas as embarçaçoens de pesca deveram achar-se dentro da barra logo depois do sol-posto sob pena de pagar pela primeira vez quarenta francos; pela segunda, cento e vinte, e confisco de embarcação; e pena corporal pela terceira.

9. Os commandantes dos fortes, e baterias seram todos munidos do presente regulamento; devendo igualmente receber do commandante em chefe da marinha cópias de cada humas das listas, a fim de poderem confronta-las em caso de precisam, com as dos pescadores dos seus districtos.

10. O Commandante em Chefe da Marinha he especialmente encarregado de mandar pôr a letra, e numero em cada humas das embarçaçoens, e de fazer entregar aos respectivos patroens a sua lista; assim como de fazer executar o presente decreto, que será impresso, e affixado.

Dado no Palacio do Quartel General em Lisboa a 5 de Janeiro de 1808.

JUNOT.

JANEIRO 1808.

XXVII:

Providencias do Principe Regente de Portugal a bem do Commercio, quando chegou á Bahia.

O Dezembargador Presidente, e Deputados da Meza da inspecçam d'Agricultura e Commercio desta Capitania: Fazem saber, que o Illustrissimo e Excellentissimo Snr. Conde Governador, e Capitam General desta Capitania da Bahia dirigio a esta Meza Carta de officio na data de 19 do corrente participando a graça de S. A. R. o Principe Regente N. S. a beneficio da agricultura e commercio do estado Brazil, cujos theoresam os seguintes—Pela Carta Regia da cópia juncta que houve por bem dirigir-me o Principe Regente N. S. será presente a V. M.ces a benefica resoluçam do mesmo Snr. sobre a importaçam, e exportaçam dos generos e navegaçam livre dos vasos de commercio, para que V. M.ces a façam publica aos negociantes desta praça, a fim de que na intelligencia do que nella se contem regulem suas especulaçoens, e obrem o que for mais vantajoso, e conveniente, a seus interesses, ficando sem effeito, em virtude da dicta régia determinaçam, o embargo, em que se achavam os navios de commercio, que praticadas todas as mais formalidades do estilo, que em nada se alteram, podem seguir viagem, para os portos que mais os interessem. Deus guarde a V Mces. Bahia 29 de Janeiro de 1808—Conde da Ponte—Snrs. Desembargador Presidente, e Deputados da Meza da inspecçam desta Cidade—Carta Regia—Conde da Ponte, do Meu Conselho, Governador

dor e Capitam General da Capitania da Bahia. Amigo, Eu o Principe Regente vos envio muito saudar, como aquelle que amo. Attendendo á representaçam, que fizestes subir á minha Real presença sobre se achar interrompido e suspenso o commercio desta capitania com grave prejuizo dos meus vassallos, e da minha Real Fazenda, em razam das criticas, e publicas circumstancias da Europa, e querendo dar sobre este importante objecto alguma providencia prompta, e capaz de melhorar o progresso de taes damnos, sou servido ordenar interina e provisoriamente, em quanto nam consolido hum systema geral, que effectivamente regule semelhantes materias, o seguinte.—1. Que sejam admissiveis nas alfandegas do Brasil todos e quaesquer generos, fazendas, e mercadorias transportados ou em navios estrangeiros das Potencias, que se conservam em paz, e harmonia com a minha Real Coroa, ou em navios dos meus vassallos, pagando por entrada 24 por cento; e saber, 20 de direitos grossos, e 4 donativo ja estabelecido, regulando-se a cobrança destes direitos pelas pautas ou aforamentos, porque até o presente se regulam cada huma das ditas Alfandegas ficando os vinhos, agoas ardentes, e azeites doces, que se denominam molhados, pagando o dobro dos direitos, que até agora nellas satisfaziam : 2. Que nam so os meus vassallos mas tambem os ditos estrangeiros possam exportar para os portos, que bem lhes parecer, a beneficio do commercio e agricultura, que tanto desejo promover, todos e quaesquer generos coloniaes, á excepçam do pão Brasil, e outros notoriamente estancados, pagando por sahida os mesmos direitos ja estabelecidos nas referidas capitancias, ficando entretanto como em sus-

JANEIRO 1808.

penso, e sem vigor todas as Leis, Cartas Regias, ou outras Ordens, que até aqui prohibiam neste Estado do Brasil o reciproco commercio e navegação entre os meus vassallos, e estrangeiros. O que tudo assim fareis executar com o zêlo, e actividade que de vós espero. Escripta na Bahia aos 28 de Janeiro de 1808—Principe—Cumpra-se e registe-se, e passem-se, as ordens necessarias. Bahia 29 de Janeiro de 1808.—Conde da Ponte—O Secretario Francisco Elesbam Pires de Carvalho e Albuquerque—E para que chegue á noticia de todos mandáram affixar edictaes nos lugares de estilo. Bahia 30 de Janeiro de 1808.

No. III.

Proclamação do General Junot á Nação Portuguesa, declarando a protecção em que a tomava o Imperador Napoleão.

O Governador de Paris, Primeiro Ajudante de Campo de S. M. o Imperador e Rei, General em Chefe.

Habitantes do Reino de Portugal.—Os vossos interesses fixáram a attenção de S. M. o Imperador, Nosso Augusto Senhor; toda a irresolução deve desaparecer: decidio-se a sorte de Portugal e segurou-se a sua felicidade futura, pois que Napoleão o Grande o tomou debaixo da sua omnipotente protecção.

O Principe do Brasil, abandonando Portugal, renunciou todos os seus direitos á Soberania deste Reino. A Casa de Bragança acabou de reinar em Portugal. O Imperador Napoleão quer que este bello paiz seja administrado, e governado todo inteiro em seu nome, e pelo General em Chefe do seu Exercito.

A tarefa que me impoem este signal da confiança de meu amo, he difficil de cumprir; mas eu espero preenche-la dignamente, ajudado dos homens mais instruidos do Reino, e da boa vontade de todos os seus habitantes.

Eu tenho estabelecido hum Conselho de Governo para me illuminar a respeito do bem que devo fazer: mandar-se-ham Administradores ás Provincias, para se segurarem os meios de melhor administração, e estabelecerem nellas a ordem, e a economia. Eu ordeno que se abram estradas, e rompam canaes, para faci-

FEVEREIRO 1808.

litar as communicações, e tornar florescente a agricultura, e indústria nacional, dous ramos tam necessários á prosperidade de hum paiz, a qual será facil de estabelecer com hum povo espirituoso, soffredor, e intrepido. As tropas Portuguezas, commandadas pelos mais reccommendaveis de seus chefes, formaram, bem depressa, huma so familia com os Soldados de Marengo, de Austerlitz, de Jena, de Friedland, e nam haverá entre elles outra rivalidade, que a do valor, e da disciplina. As rendas publicas bem administradas seguraram a cada empregado o premio de seu trabalho; a instrucçam publica, esta mãi da civilisaçam dos povos, se derramará pelas Provincias; e o Algarve e a Beira-alta teram tambem hum dia o seu Camoens. A Religiam de vossos pais, a mesma que todos professamos, será protegida, e soccorrida pela mesma vontade, que soube restaura-la no vasto império Francez, mas livre das superstiçoens que a deshonram; a justiça será administrada com igualdade, e desembaraçada das delongas e arbitrios voluntarios que a sopeavam. A tranquillidade publica nam será mais perturbada por horri-veis salteadores, resultado da occiosidade; e se acaso existirem malvados incorrigiveis, huma policia activa livrará delles a sociedade: a desforme mendicidade nam arrastará mais os seus fatos immundos na soberba capital, nem pelo interior do reino: estabelecer-seham casas de trabalho para este fim; o pobre estropeado alli achará um asylo, o preguiçoso será empregado em trabalhos necessários á sua propria conservaçam.

Habitantes do Reino de Portugal, estai seguros, e tranquillos repelli as instigaçoens d'aquelles, que qucriam conduzir-vos á rebeliam, e a quem nam importa

Tomo I.

G

FEVEREIRO 1808.

que se derrame sangue, com tanto que seja o sangue do Continente : entregai-vos com confiança aos vossos trabalhos ; vós recolhereis o seu fructo : se necessario que façais alguns sacrificios, nos primeiros momentos, isso he para pordes o Governo no estado de melhorar a vossa sorte, elles sam aliás indispensaveis para a subsistencia de um grande plano, necessario aos vastos projectos do Grande Napoleam : seus olhos vigilantes estam fixados em vós, e a vossa futura felicidade está segura : elle vos amará tanto como aos seus vassallos Francezes : cuidai porem em merecer os seus beneficios por vosso respeito, e vossa sugeçam á sua vontade.

Dado no Palacio do Quartel General em Lisboa, no primeiro de Fevereiro de 1808.

JUNOT.

FEVEREIRO 1808.

IV.

Decreto do General Junot sobre a mudança do Governo em Portugal.

O General em Chefe do Exercito Francez em Portugal, em nome de S. M. o Imperador dos Francezes, Rei d'Italia, em observancia das suas Ordens decretá:

Art. 1. O Reino de Portugal será d'aqui por diante administrado todo inteiro, e governado em Nome de S. M. o Imperador dos Francezes, Rey da Italia, pelo General em Chefe do Exercito Francez em Portugal.

2. O Conselho de Regencia creado por S. A. R. o Principe do Brasil no momento em que este Principe abandonou o Reino de Portugal, fica supprimido.

3. Haverá hum Conselho de Governo, presidido pelo General em Chefe, composto de hum Secretario de Estado, encarregado da Administração do Interior, e das Finanças, com dous Conselheiros de Governo, hum encarregado da Repartição do Interior, e outro encarregado da Repartição das Finanças.

De hum Secretario de Estado encarregado da Repartição da Guerra e da Marinha.

De hum Conselheiro de Governo encarregado da Justiça, e dos Cultos com o nome de Regedor.

Haverá hum Secretario Geral do Conselho, encarregado dos Archivos.

4. Os Senhores Corregedores das Comarcas, Juizes de Fôra, Juizes do crime, e Juizes ordinários; os Dezeimbargadores dos differentes Tribunaes, o Senado da Camara, o Presidente do Terreiro publico, em huma palavra, todos os encarregados da administração pública

FEVEREIRO 1808.

são conservados, á excepção das reduções, que o interesse publico mostrar, que he necessario fazerem-se pelo tempo adiante, e das mudanças nos objectos relativos a seus cargos que a nova organisaçam do Governo julgar indispensaveis.

5. Mr. Hermann he nomeado Secretario de Estado encarregado da Repartiçam do Interior e das Finanças. D. Pedro de Mello he nomeado Conselheiro de Governo da Repartiçam do Interior. O Senhor d'Azevedo da Repartição das Finanças. Mr. Lhuite he nomeado Secretario de Estado encarregado da Guerra e da Marinha. O Senhor Conde de S. Payo he nomeado Conselheiro do Governo encarregado da Guerra, e da da Marinha. O Senhor Principal Castro he nomeado Conselheiro de Governo encarregado da Justiça e dos Cultos, com o titulo de Regedor.

Mr. Vienes Vaublanc he nomeado Secretario Geral.

6. Haverá em cada Provincia hum Administrador geral com o titulo de Corregedor Mór, encarregado de dirigir todos os ramos da Administração, de vigiar sobre os interesses da Provincia, de indicar ao Governo os melhoramentos que devem fazer-se, tanto a respeito da agricultura como da industria; devendo corresponder-se sobre qualquer destes objectos, com o Secretario de Estado da competente Repartição, e com o Regedor pelo que pertencer á Justiça, e ao Culto. Haverá igualmente em cada provincia um Official General encarregado de manter a ordem e a tranquillidade: as suas funcções sam puramente militares; mas nas ceremonias publicas terá o seu lugar á direita do Corregedor mor.

Haverá hum Corregedor Mór na Provincia da Estre-

FEVEREIRO 1808.

madura, que residirá em Coimbra, e hum Corregedor na Cidade de Lisboa e seu Termo, o qual será demarcado de huma maneira exacta.

7. O presente Decreto será impresso e affixado em todo o Reino, para ter força de Ley. O Secretario de Estado do Interior e das Finanças, o Secretario de Estado da Guerra e da Marinha, e o Regedor sam encarregados da sua execução, cada hum pela parte que lhe toca. Dado no Palacio do Quartel General, no 1 de Fevereiro de 1808.

JUNOT.



V.

Decreto do General Junot sobre o formulario do Governo de Portugal em Nome de Napoleam.

O Governador de Paris, Primeiro Ajudante de Campo de Sua Magestade o Imperador e Rei, General em Chefe, Decreta :

Da data deste em diante todos os Actos publicos, Leys, Sentenças, &c., &c., de qualquer natureza que sejam, que até agora se faziam, e processavam em nome de S. Alteza Real o Principe Regente de Portugal, principiaram pela formula seguinte—Em nome de S. Magestade o Imperador dos Francezes, Rei de Italia, Protector da Confederação do Rheno—

Todos os Actos administrativos, e de execução, relativos a qualquer Decreto ou Ordem, emanados do actual Governo, teram, alem da formula acima, a se-

FEVEREIRO 1808.

guinte:—em consequencia do Decreto, ou das Ordens de S. Excellencia o Governador de Paris, Primeiro Ajudante de Campo de S. M. e General em Chefe do Exercito Francez em Portugal.

A formula empregada pelo Governo será—Em nome de S. M. o Imperador dos Francezes, Rei de Italia, Protector da Confederação do Rheno, ouvido o Conselho do Governo—(quando o Conselho tiver sido consultado). O Governador de Paris, Primeiro Ajudante de Campo de S. M., General em Chefe do Exercito Francez em Portugal decreta.

E quando nam tiver havido deliberaçam no Conselho a formula será: em Nome de S.M. o Imperador dos Francezes, &c. &c. O Governador de Paris, &c. Decreta ou Ordena.

O sello do Governo será o mesmo do Imperio Francez com esta legenda—Governo de Portugal—

O Secretario de Estado do Interior, e das Finanças, o Secretario de Estado da Guerra e da Marinha, e o Regedor, sam encarregados da execuçam do presente Decreto, cada hum pela parte que lhe toca.

Dado no Palacio do Quartel General, no 1 de Fevereiro de 1808.

JUNOT.

FEVEREIRO 1808.

XXX.

Decreto de Napoleam incorporado em outro Decreto do General Junot para a contribuiçam extraordinaria em Portugal.

Em o nosso Palacio Real de Milam aos 23 de Dezembro de 1807. Napoleam, Imperador dos Francezes, Rei de Italia, Protector da Confederação do Rhe-no, havemos decretado o seguinte.

TITULO 1.

Art. 1. Huma contribuiçam extraordinaria de Guerra de cem milhoens de Francos será imposta sobre o Reino de Portugal, para servir de reagate de todas as propriedades, debaixo de quaesquer denominaçoens, que possam ser pertencentes a particulares.

2. Esta contribuiçam será repartida por Provincias, e por Cidades, segundo as posses de cada huma pelos cuidados do General em Chefe do nosso exercito: e tomar-se hã as medidas necessarias para a sua prompta arrecadaçam.

Todos os bens pertencentes á Rainha de Portugal, ao Principe Regente, e aos Principes que disfructam apanagios, seram sequestrados. Todos os bens dos Fidalgos, que acompanhãram o Principe, quando abandonou o paiz, que nam se tiverem recolhido ao Reino ate o dia 15 de FEVEREIRO de 1808, seram igualmente sequestrados.

NAPOLEAM.

FEVEREIRO 1808.

Em consequencia do Decreto de S. Magestade, em data de 23 de Dezembro de 1807, e em nome de S. dicta Magestade, Nós Governador de Paris, Primeiro Ajudante de Campo de S. M., General em Chefe do Exercito Francez em Portugal, temos decretado e decretamos o seguinte.

Art. 1. Lançar-se-ha huma contribuiçam extraordinaria de guerra de 40 milhoens de cruzados sobre todo o Reino de Portugal. A contribuiçam de dous milhoens de crusados imposta, e ja satisfeita depois da entrada do exercito Francez, entrará na conta da presente contribuiçam, e será satisfeita dos ultimos milhoens pelo nosso recebedor geral.

2. Para esta contribuiçam extraordinária pagaram huma somma de seis milhoens de crusados todos os negociantes, banqueiros, e rendeiros das rendas, e contractos do Reino de Portugal, por intervençam da Juncta do commercio, que fara a repartiçam desta somma por todos os individuos desta classe, *pro rata*, de sua fortuna conhecida, ou presumida; e esta contribuiçam será satisfeita da maneira seguinte: o primeiro terço será pago no dia 1. do proximo mez de Março; o segundo terço será pago no primeiro de Maio; e o terceiro terço será pago no 1 de Agosto.

3. Todas as mercadorias de manufatura Ingleza, sendo confiscaveis pelo unico facto de sua origem, serem resgatadas pelos Negociantes que as possuem, e serem senhores de dispor dellas à sua vontade, pagando por seu resgate o terço do seu valor, segundo as facturas. Effectuar-se-ha este pagamento em tres prazos, e nas epochas estabelecidas no artigo precedente.

5. Todo o ouro, e prata de todas as Igrejas, Capellas,

FEVEREIRO 1808.

e Confrarias da Cidade de Lisboa, e seu Termo, serem conduzidos à casa da moeda, e recebidos pelo thesoureiro della, debaixo da inspecção e ordens do Provedor da mesma casa, no termo de 15 dias: nam ficarão nas Igrejas mais que as peças de prata necessarias à decencia do culto, das quaes peças se remetterá huma lista assignada pela pessoa ou pessoas encarregadas da administracção e guarda destes objectos: o portador receberá do thesoureiro da Casa da moeda hum recibo em forma authentica. Toda a pessoa convencida de fraude, seja a respeito da declaracção dos objectos existentes, seja dos objectos deixados ás Igrejas, seja de ter desviado alguns objectos em utilidade sua, será condemnada a pagar o quadrupulo do valor do objecto nam declarado ou desviado.

5. Todos os objectos acima dictos pertencentes ás Igrejas, Capellas, e Confrarias das Provincias, serem entregues em casa dos Recebedores das Decimas, no termo de 15 dias, debaixo das condiçoens, e penas determinadas no Art. 4. Estes recebedores passaram recibos authenticos e remetteram os objectos recebidos á Casa da moeda de Lisboa, cujo thesoureiro lhes passará o competente recibo. Dar-se-ha huma escolta a estes recebedores, no caso de precisarem della.

6. O Producto total do valor dos dictos objectos será abatido na conta da presente contribuição.

7. Todos os Arcebispos e Bispos do Reino, todos o Prelados e Superiores de Ordens Religiosas de ambos os sexos, as Congregaçoens regulares, e seculares, que possuem bens, fundos, ou capitaes postos a juros contribuiram com dous terços do seu rendimento annual, se este rendimento nam exceder 16 mil crusados: se o

FEVEREIRO 1808.

seu rendimento exceder 16 mil crusados, com tres quartos deste rendimento. Tanto huns como os outros ficaram livres de pagar decima no presente anno.

8. Quinze dias depois da publicaçam do presente Decreto todos os sobredictos Prelados seram obrigados a remetter ao Secretario de Estado da repartiçam do interior, e das finanças huma declaraçam exacta de seus rendimentos annuaes, a qual elle fará examinar, e verificar: e toda a pessoa cuja declaraçam nam for exacta, sera condemnada a pagar o duplo da sua contribuiçam: esta multa será cobrada por via de execuçam feita nos bens do delinquente.

O primeiro terço desta contribuiçam deverá ser entregue na caixa do Recebedor geral das contribuiçoens e rendas de Portugal, no prazo de hum mez depois da publicaçam do presente decreto pelos Prelados acima mencionados residentes em Lisboa, e no espaço de seis semanas por aquelles, que residem nas provincias.

10. O segundo terço será entregue na dicta caixa, seis semanas depois da primeira entrega, pelos Prelados residentes em Lisboa; e dous mezes depois da primeira entrega, pelos que residem nas provincias.

11. O terceiro terço será entregue na dicta caixa, dous mezes depois da segunda entrega, pelos Prelados que habitam em Lisboa; e tres mezes depois da segunda entrega, pelos prelados que habitam nas provincias.

12. Toda a pessoa que possuir beneficio Ecclesiastico de 600 a 900 mil reis por anno, contribuirá com dous terços de seu rendimento annual: se o beneficio exceder a 900 mil reis, contribuirá com dous quartos do seu rendimento annual.

Os pagamentos seram feitos na caixa do recebedor

FEVEREIRO 1808.

ordinario da decima do districto, debaixo da inspecção dos respectivos Superintendentes das Decimas que verificaram as dictas declaraçoens; e as mesmas penas seram pronunciadas contra os delinquentes.

Os respectivos recebedores das decimas debaixo da inspecção e das ordens dos dictos superintendentes, entregaram o mais breve possivel o importe da sua receita na caixa do recebedor geral das rendas de Portugal.

14. Todos os commendadores das tres Ordens Militares, e os da Ordem de Malta contribuíram com dous terços dos rendimentos das suas commendas, na forma, nos prazos, e debaixo das penas acima indicadas para os Prelados.

15. Todos os Donatarios de bens da Corôa pagaram o duplo da contribuição annual, que até agora lhes tem sido imposta. A entrega será feita na maneira acima dicta.

16. Todo o Senhorio de casas dentro de Lisboa, e seu termo contribuirá com metade do preço annual porque as tiver alugado no caso de estarem alugadas; se porem o proprietario habitar nas suas proprias casas, avaliar-se-ha o seu valor. Os pagamentos, recebimentos, e entregas seram feitos na forma acima mencionada, e debaixo das mesmas penas. Todos os Senhorios de casas das demais Cidades, e Villas do Reino ficam sujeitos à mesma contribuição, debaixo das mesmas formas e penas.

17. Todos os proprietarios de terras pagaram, por este anno, duas decimas sobre aquella que lhes foi imposta.

18. Por cada parelha de cavallos, ou machos de car-

FEVEREIRO 1808.

ruagem, por cada cavallo de sella, e por cada criado, que no presente anno foi dado ao rol dos impostos respectivos, pagar-se-ha huma somma igual à que ja estàva determinada.

19 Todas as casas e estabelecimentos publicos, que contribuem para a despeza da policia, pagaram de mais huma somma igual á sua contribuiçam deste anno.

20. O Juiz do Povo, debaixo das instrucçoens, e ordens do Senado, farà huma repartiçam de contribuiçam proporcional sobre todas as corporaçoes de officios, quanto aos donos de loja aberta, e lugares de venda nas praças publicas, e fóra dellas ; lançando e fazendo arrecadar por via de execuçam, e por esta vez, hum imposto para a sobredicta applicaçam. Passar-se-ham recibos, ou conhecimentos em forma authentica a todos os que houverem de contribuir. O Senado farà entregar o producto deste imposto na caixa do Recebedor Geral das contribuiçoens e rendas de Portugal, todos os oito dias até a sua inteira satisfacçam. O mesmo Senado expedirá ordens a todas as Camaras das Provincias da Estremadura, Alemtejo, e Algarve para fazerem lançar e arrecadar o mesmo imposto, com esta differença, que nas provincias os pagamentos seram feitos aos recebedores geraes das decimas, que faram as remessas todos os mezes ao Recebedor Geral das rendas e contribuiçoens até a inteira satisfacçam.

21. O Senado do Porto farà lançar, e arrecadar o mesmo imposto e da mesma maneira na Cidade do Porto, e seu termo ; e fica encarregado de obrigar a fazer o mesmo em todas as outras Camaras das provincias do Norte, sobre as quaes terá inspecçam para este effeito somente.

FEVEREIRO 1808.

A Meza do bem commum procederá a fazer, debaixo da inspecção da Real Junta do Commercio, huma igual repartição sobre todas as lojas, que se acharem fóra da jurisdicção do Senado, com as mesmas formas e as mesmas entregas.

23. O General em Chefe, querendo indemnisar os infelices habitantes da Provincia da Beira do que tem soffrido pela passagem dos exercitos, Ordena, que as Villas, Lugares, e Aldeas comprehendidas entre o Tejo, e a estrada de Salvaterra, Idanha a Nova, Castello Branco, Sobreira formosa, e Villa de Rei inclusivamente até ao Zezere, á excepção de Abrantes, seram isentas dos dous primeiros terços da primeira contribuição, e da imposição comprehendida no art. 21

As Villas, Lugares, e Aldeas proximas á estrada de Lisboa, desde Abrantes inclusivamente, sejam isentas da imposição comprehendida no artigo 21.

Nam sam comprehendidas na disposição do presente artigo as terras pertencentes aos Commendadores, aos Donatarios da Coroa, nem aos individuos denominados no artigo 7.

24. O Secretario de Estado do Interior, e das Finanças fica encarregado da execução do presente Decreto, que será impresso e affixado por todo o Reino.

Dado no Quartel General em Lisboa, no 1 de Fevereiro de 1808.

JUNOT.

VII.

Decreto do Principe Regente de Portugal para estabelecimentos de todos os generos de manufacturas no Brasil

“ Eu o Principe Regente Faço saber aos que o presente Alvará virem ; que desejando promover e adiantar a riqueza nacional, e sendo hum dos mananciaes della as manufacturas e a industria, que multiplicam, e melhoram, e dam mais valor aos generos, e productos da agricultura, e das artes, e augmentam a população dando que fazer a muitos braços e fornecendo meios de subsistencia a muitos dos meus vassallos, que por falta delles se entregariam aos vicios da occiosidade; e convindo remover todos os obstaculos, que podem inutilisar e frustrar tam vantajosos proveitos. Sou servido abolir e revogar toda e qualquer prohibiçam que haja a este respeito no Estado do Brasil, e nos meus Dominios ultramarinos, e ordenar que, daqui em diante seja licito a qualquer dos meus vassallos, qualquer que seja o paiz em que habitem, estabelecer todo genero de manufacturas, sem exceptuar alguma, fazendo os seus trabalhos em pequeno, ou em grande, como entenderem, que mais lhes convem, para o que, hei por bem derogar o Alvará de 5 de Janeiro de 1785, e quaesquer Leis, ou ordens, que o contrario decidam, como se dellas fizesse expressa, e individual mençam, sem embargo da lei em contrario. Pelo que mando ao Presidente do Meu Real Erario, Governadores e Capitaens Generaes do Estado do Brasil, e Dominios ultramarinos, e a todos os Ministros de Justiça, e mais pessoas, a

ABRIL 1808.

quem o conhecimento deste pertencer, cumpram, e guardem, e façam inteiramente cumprir, e guardar este meu Alvará como nelle se contem, sem embargo de quaesquer leis ou disposições em contrario; as quaes hei por derogadas para este effeito somente, ficando alias sempre em seu vigor. Dado no Palacio do Rio de Janeiro, em o primeiro de Abril de 1808.

PRINCIPE.



VIII.

Decreto do General Junot sobre communicações com a Esquadra Ingleza.

O General em Chefe do Exercito de Portugal sabendo que muitos soldados e habitantes do Reino de Portugal se tem deixado seduzir por falsas proclamações publicadas pelos Inglezes para obterem gente, de que a sua esquadra tem tanta necessidade, e querendo evitar estas infelicidades áquelles que poderiam vir a ser victimas das insinuações perfidas do commandante desta esquadra, decreta.

1. Toda a communicação entre o Reino de Portugal, e os navios pertencentes á Esquadra Ingleza, he expressamente prohibida; e se algum navio ou barco de qualquer especie que seja, se approximar ás costas de Portugal, debaixo de algum pretexto qualquer, (ainda como parlamentar) fica ordenado a todos os officiaes commandantes dos fortes ou baterias de lhe fazer fogo:

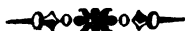
ABRIL 1808.

todo o official que soffrer que algum vaso ou bote se approxime da costa será processado e condemnado por hum conselho de guerra. II. Todo o individno que for descoberto querendo ir para bordo de algum navio Inglez, debaixo de qualquer pretexto que isso seja, será trazido perante huma commissam militar e condemnado a seis meses de prisam, ou á morte segundo for o caso. III. Todo o patram ou dono de bote, ou outro qualquer individuo, que for convencido de haver facilitado a passagem de alguma pessoa para a Esquadra Ingleza será entregue a huma commissam militar, e julgado como cúmplice do inimigo, como fautor, e espiam, e punido de morte. IV. Todo o individuo convencido de excitar os Soldados do exercito Francez ou Portuguez a deserçam a favor de qualquer Potencia que seja, será punido de morte, como alliciador, e traidor. V. Toda a pessoa que denunciar hum patram de bote que houver conduzido alguem á esquadra Ingleza, ou alguma pessoa que la quizesse ir, por intervençam de algum espiam ou induzidor, provando-se o facto, receberá como recompensa, o bote, cem cruzados por cada individuo, ou duzentos por cada induzidor, ou espiam. VI. Todas as propriedades d'aquelles que deixaram Portugal, até este momento, e tem ido para a esquadra do inimigo, serem confiscadas, se elles nam voltarem antes de 20 do corrente. Os Magistrados dos differentes Bairros interrogaram os respectivos habitantes, faram a lista das pessoas que tem fugido e a transmittiram ao Intendente geral da policia. VII. OCodigo penal do exercito Francez, desde a data deste dia em diante, se porá em execuçam a respeito do exercito

ABRIL 1808.

Portuguez; em consequencia, todo o desertor que for preso será punido de morte. VIII. O Secretario de Estado, os Commandantes dos exercitos Francezes, Espanhoes, e Portuguezes, todos os Magistrados e Juizes quaesquer, ficam encarregados de fazer publicar e executar este Decreto em toda a extensam do Reino; e todos os barcos, que forem achados sem ter delle hum copia seram apprehendidos, e vendidos a beneficio do apprehensor. Quartel General 5 de Abril de 1808..

JUNOT.



X.

Manifesto, ou Exposição Fundada e Justificativa do procedimento da Corte de Portugal a respeito da França desde o principio da Revolução até á epoca da invasão de Portugal; e dos motivos, que a obrigaram a declarar a Guerra ao Imperador dos Francezes, pelo facto da invasão, e da subsequente declaração de Guerra feita em consequencia do Relatorio do Ministro das relações exteriores.

MANIFESTO.

A Corte de Portugal, depois de ter guardado o silencio, que era proprio das difficeis circumstancias, em que se achou, e até ao momento, em que o novo assento do Governo estivesse estabelecido; julga dever á sua dignidade, e á ordem, que occupa entre as Potencias a exposição veridica, e exacta da sua conducta, sustentada por factos incontestaveis; a fim de que os seus Vassallos, a Europa imparcial, e ainda a mais remota posteridade possam julgar da pureza da sua conducta, e dos principios, que adoptou, seja para evitar hum effusão inutil do sangue dos seus povos, seja porque nam pode persuadir-se que Tractados solemnes, e de que havia cumprido as condiçoens onerosas a favor da França pudessem parecer objectos de pouco preço aos olhos de hum Governo, cuja desmedida, e incommensuravel ambição nam têm limites, e que em fim tem de todo tirado a poeira dos olhos aos que se achavão mais prevenidos em seu favor. Nam he com injurias, nem com vãos, e inuteis ameaças que a Corte de Portugal

MAIO 1808.

levantará a sua voz do seio do novo Imperio que vai crear ; he com factos authenticos, e verdadeiros, expostos com a maior singeleza, e moderação, que fará conhecer á Europa, e aos seus Vassallos tudo o que acaba de soffrer; despertará a attenção dos que podem ainda dezejar nam serem victimas de huma tam desmedida ambição, e que poderam ainda sentir quanto a sorte futura de Portugal, e a restituição dos Seus Estados invadidos sem declaração de guerra, e no seio da paz, deve ser preciosa para a Europa, se espera ver renascer a segurança, e a independencia das Potencias, que d'antes formavam huma especie de Republica, que se balançava, e se equilibrava em todas as suas differentes partes. A invocação, e a appelação para a Providencia Divina he a consequencia desta exposição ; e hum Principe Religiozo sentê todo o valor desta pratica, pois que o crime nem sempre fica impunido; e a usurpação, e a força se gastam, e consomem pelos esforços continuos, que sam obrigados a empregar para se conservarem.

A Corte de Portugal vio com lástima principiar a Revolução da França ; e deplorando a sorte do virtuozo Rei, com quem tinha relações de sangue tam estreitas, nam julgou todavia prudente tomar parte alguma na guerra, que o procedimento dos malvados, que dominaram, e dessolaram a França, (até pela confissão do Governo actual) obrigou a todas as Potencias a declarar -lhes ; e ainda dando soccorros á Hespanha para a defeza dos Pyrenneos, procurou sempre guardar a mais perfeita Neutralidade.

O Governo Francez mandou em 1793 hum Ministro para residir junto da Corte de Portugal, que foi acolhi-

MAIO 1808.

do com toda a consideração, mas nam reconhecido, porque ainda entam os principios do Direito das Gentes, e de Direito Publico nam authorisavam os Governos a reconhecer as mudanças extraordinarias, sem que houvesse lugar de as reputar legitimas; e nenhuma Nação he em tal materia Juiz de outra, se a independencia existe. O Governo Francez, sem declaração de guerra, e sem formalidade alguma, começou a deter os Navios Mercantes Portuguezes, e depois da epoca da Paz de 1801 pedio, e conseguiu indemnidades por aquelles, que a Corte de Portugal deteve, para lhe servir de huma legitima compensação! e nam quiz jamais da sua parte ter consideração alguma ás reclamações dos Negociantes Portuguezes. A Corte de Hespanha, que tinha requerido os soccorros de Portugal, e que até pela confição dos Generaes Francezes, se vio obrigada a reconhecer quanto lhe haviam sido uteis, e necessarios, fazendo a paz com a França, nam sómente se esqueceu de seu Alliado, que ella devia fazer declarar em estado de paz com a França, pois que a Corte de Portugal soccorrendo o Seu Alliado para satisfazer ás condições do Tratado de Alliança que existia entre os dois Soberanos, nam tinha jamais tido a intenção de fazer a guerra á França; mas o que he talvez inaudito, ou ao menos bem raro nos Annaes da Historia, a Hespanha fez entam causa commum com a França para obligar Portugal a receber condições de paz injustas, e humilhantes, sem que Portugal tivesse feito a guerra, e nam cessou de declarar-se Inimiga de seu Alliado, se nam quando depôz as Armas, e assignou os Tratados de Badajos, e de Madrid; aproveitando-se até das forças da França para se apropriar huma pequena exten-

MAIO 1808.

çam de Territorio da Provincia de Alemtejo da parte de Olivença ; querendo assim deixar á posteridade hum monumento eterno da triste recompensa, que dava a hum Alliado, que a pezar da antiga rivalidade das duas Naçoens, nam tinha querido dispensar-se de cumprir com as condiçoens de hum Tratado de Alliança, que existia entre ambas.

Os Tratados de Paz de Badajos, e de Madrid em 1801 sam ainda huma nova prova da má fê dos inimigos de Portugal ; pois que tendo sido assignado o Tratado de Badajos por Luciano Buonaparte, Plenipotenciario Francez, e o Príncipe da Paz de huma parte, e da outra pelo Plenipotenciario Portuguez, o Governo Francez nam quiz ratifica-lo, e obrigou Portugal a assignar hum novo Tratado em Madrid com condiçoens muito mais duras, sem que pudesse allegar outros motivos, que os do seu capricho, e da sua ambiçam. Este ultimo Tratado assignou-se quasi ao mesmo tempo, que o Tratado de Londres entre a Gram Bretanha, e a França, que moderou algumas condiçoens muito onerosas a Portugal, e fixou os limites da parte do Norte da America, o que foi confirmado pela Paz de Amiens ; e esta consideraçam da Gram Bretanha para o seu antigo Alliado servio aos olhos da França de nova prova da escravidam, e dos grilhões, com que o Governo Inglez tinha sujeito o Governo Portuguez.

Apenas o tratado de 1801 se achava concluido, já a Corte de Portugal se appressava a executar todas as condiçoens onerosas, e a fazer ver pela religiosa, e exacta observaçam de todo o empenho contrahido, quanto desejava segurar a boa harmonia, que se restabelecia entre os dois Governos, e que devia fazer esquecer

todas as injustiças, que tinha experimentado, e que seguramente nam tinham sido provocadas da sua parte. O procedimento do Governo Francez foi bem differente, e desde os primeiros momentos, que a Paz se restabeleceu, nam cuidou senam de exigir toda a qualidade de sacrificios injustos da parte do Governo Portuguez a favor de pretensões as mais extravagantes, e as menos fundadas dos Vassallos Francezes. A Europa devia desde entam prever, que a sua escravidam desde Lisboa a Petersburgo estava decidida no Gabinete das Tulherias, e que era preciso fazer causa commum para destruir o collosso, ou resolver-se a ser a sua victima.

Depois de hum curto intervallo, a guerra se ateou de novo entre a Gram Bretanha, e a França; e a Corte de Portugal tendo feito os maiores sacrificios para evita-la e para subtrahir-se ás proposições duras, e humilhantes do Governo Francez, julgou-se muito feliz de poder concluir com grandes sacrificios de dinheiro o Tratado de 1804, no qual a França prometia no artigo 6 o que se segue. “O Primeiro Consul da Republica Franceza consente em reconhecer a neutralidade de Portugal durante a presente guerra; e promete de nam se oppor a nenhuma das medidas, que poderiam ser tomadas a respeito das Naçoens Belligerantes em consequencia dos principios, e leis geraes da neutralidade.”

O Governo Francez colheu desde essa epocha toda a vantagem de hum semelhante Tratado; nam teve jamais lugar de fazer a menor queixa contra o Governo Portuguez: e foi com tudo na mesma guerra, e depois de huma semelhante estipulaçam, que exigio da Corte de Portugal nam somente a infracçam da neutralidade, mas a declaraçam de guerra contra a Gram Bretanha,

MAIO 1808.

com a violaçam de todos os Tratados, que existiam entre os dois Paizes, e nos quaes no caso de guerra, reconhecido como possivel, se tinha fixado o modo, com que os Vassallos das duas Nações deviam ser tratados; e tudo isto sem que Portugal pudesse de modo algum queixar-se do Governo Britanico; que até lhe tinha dado sempre toda a qualidade de satisfacçam, quando os Commandantes das suas embarcaçoens de Guerra tinham faltado ás attençoens, e consideraçam, que deviam a huma Bandeira Neutral.

O Imperador dos Francezes fez sahir neste intervallo humas das suas esquadras onde se achava embarcado seu Irmam; deo fundo na Bahia de todos os Santos; foi ali recebido com a maior attençam; a Esquadra recebeu toda a qualidade de refrescos, e o que he com tudo digno de observaçam he, que na mesma epoca, em que o Governo Francez recebia da parte do de Portugal tantas demonstraçõens de amizade, e de consideraçam, a Esquadra queimou alguns Navios Portuguezes para encobrir a sua direcçam, com promessa de indemnizar os Proprietarios, o que jámais se cumprio de modo algum. A Europa póde dali tirar por conclusam, que sorte a espora, se o Governo Francez chega a conseguir sobre o Mar hum ascendente igual ao que tem na Terra, e póde avaliar com certeza o fundamento das queixas, que elle publica contra o Governo Britanico, e a que dá tamanho pezo. A Gram Bretanha nunca fez reclamaçoens contra estes soccorros dados á Esquadra Franceza, porque eram dentro dos limites prescriptos pelo Direito Publico; mas o Ministro das Relaçõens Exteriores de França atreve-se a dizer á face da Europa, que Portugal deu soccorros aos Ingle-

MAIO 1808.

zes para a Conquista de Monte-Video, e de Buenos-Ayres, quando he hum facto reconhecido, e sabido por todos, que esta expediçam, que partio do Cabo da Boa-Esperança, nam recebeo de Portugal navios, dinheiro, homens, nem em fim mercadoria alguma daquellas, que sam consideradas como contrabando em tempo de guerra, e que até as Esquadras Inglezas no tempo, que durou esta guerra, nam houveram coisa alguma do Rio de Janeiro, nem dos outros Portos do Brazil, senam o que se nam nega a Naçam alguma, e que aliás com abundancia se tinha franqueado á Esquadra Franceza. A Corte de Portugal propoem á de França, que produza hum só facto, que possa contradizer esta asserçam, fundada na mais exacta, e escrupulosa verdade.

A França recebeu de Portugal desde 1804 até 1807 todos os Generos Coloniaes, e as materias primas para as suas Manufaturas; a alliança de Inglaterra com Portugal foi util á França; e na depressam em que se acham as Artes, e a Industria, em consequencia de huma guerra de terra perpetua, e da guerra maritima desastrosa, onde ella nam recebe seuam revezes, era seguramente huma grande felicidade para a França o commercio de Portugal, que nam recebia estorvo algum, e que era certamente util aos dois Paizes. Assolando Portugal, sugeitando-o a contribuiçoens excessivas de hum modo inaudito, sem o ter conquistado, e haver da sua parte experimentado resistencia alguma, França nam colhe o fructo, que hum commercio util aos dois Paizes lhe teria procurado.

A Corte de Portugal podia pois lisongear-se com justo titulo, e com toda a especie de fundamento, que a das Tulherias respeitaria huma Neutralidade, que

MAIO 1808.

ella tinha reconhecido por hum Tratado solemne, e de que tirava tantas, e tam decididas vantagens; quando foi despertada da segurança, em que estava, no mez de Agosto de 1806, por huma declaração formal do Ministro das Relações exteriores Mr. de Talleyrand feita a Lord Yarmouth, pela qual o primeiro fez conhecer ao segundo, que se a Gran Bretanha nam fazia a paz maritima; o Governo Francez declararia a guerra a Portugal, e faria marchar sobre elle trinta mil homens para o occupar. Nam he com trinta mil homens que se poderia fazer a invasão de Portugal; mas o Imperador dos Francezes conhecia a segurança em que este Reino se achava, por motivo do Tratado da Neutralidade; julgava surprende-lo; e isto bastava; para justificar os seus procedimentos. Assustou-se a Corte de Inglaterra; propoz, e offereceu á de Portugal toda a qualidade de socorros; mas a França, que n'aquella mesma occasião tinha disposto tudo para aniquilar a Corte de Prussia, a qual em campo só desafiava entam a força superior do Imperador dos Francezes, quando nam tinha querido hum anno antes atacallo, e por ventura obriga-lo a receber a Lei, e salvar assim a Europa, unindo-se com a Russia, e a Austria; achou meio de tranquillisar a Corte de Portugal, que entam queria poupar, e entreter; e que por outro lado se nam podia persuadir, que semelhante perfidia fosse adoptada por huma Potencia, cuja grandeza devia ir de par com a boa fé, e com os sentimentos de dignidade, que tanto se conciliam com o estado de grande elevação. A guerra que depois continuou com a Russia, e que talvez teria tambem salvado a Europa, se a uniam entre os Governos, que a dividem, fosse tam estreita, como devia ser,

retardou ainda as vistas do Imperador dos Francezes a respeito da Corte de Portugal ; e foi somente depois da conclusam da paz de Tilsit, que a Corte das Tulherias com hum tom Dictatorial, e qual conviria a Carlos Magno junto dos Principes, de que era Senhor Soberano, fez propôr á Corte de Portugal por meio do seu Encarregado de Negocios, e pelo Embaixador de Hespanha, a extraordinaria proposiçam : I. de fechar os Portos de Portugal à Inglaterra : II. de deter todos os Inglezes, que rezidiam em Portugal : III. de confiscar toda a propriedade Britanica ; ou em caso de negativa, de expôr-se a huma guerra immediata com a França, e com a Hespanha ; pois que o Encarregado de Negocios de França, e o Embaixador de Hespanha, tinham ordem de partir no 1. de Setembro, quasi tres semanas depois de huma semelhante proposiçam, se a Corte de Portugal nam satisfizesse a todas as pretençoens das duas Cortes. A boa fé do Governo Francez he tambem notavel pela celeridade, com que fazendo esta declaraçam, e sem esperar a resposta da Corte de Portugal, fez deter todos os Navios Mercantes Portuguezes, que estavam nos Portos de França, e começou assim as hostilidades sem declaraçam de guerra ; e excedeu desta sorte todos os procedimentos, que nam cessa de lançar em rosto á Gram Bretanha ; e a que na presença de huma semelhante conducta se pôde dar o justo valor.

A Corte de Portugal poderia entam adoptar a maxima conhecida dos Romanos, e persuadir-se que as condições, que deshonram, tem muitas vezes salvado os que recusam aceita-las, e perdido os que as propoem : mas de huma parte Ella nam podia persuadir-se que a

MAIO 1808.

Corte das Tulherias fizesse seriamente taes proposições, que compromettiam a sua honra, e a sua dignidade, e da outra esperava applanar a tempestade, nam querendo derramar o sangue dos seus Povos ; e tando huma plena confiança na amizade do seu antigo e fiel Alliado, S. M. Britanica, tentou moderar as pretensões do Governo Francez accedendo á clausura dos Portos, mas negando-se aos dois outros artigos, contrarios aos principios do Direito publico, e aos tratados, que existiam entre as duas Nações ; e S. A. R. o Principe Regente de Portugal nam hesitou em declarar, que estes dois artigos offendiam a sua Religiam, e os principios de Moral, de que jámais se affasta, e que talvez sejam a verdadeira causa da firmeza, da fidelidade, e da leal-cade, que tem experimentado da parte de todos os seus Vassallos.

A Corte de Portugal começou entam a tomar medidas para segurar o Seu retiro para aquella parte dos Seus Estados, que nam pôde temer huma invasam, cujas consequencias venham a inquieta-la. Para este fim fez armar os Navios da sua Esquadra, que podiam navegar ; e ao mesmo tempo fazendo sahir dos Seus Estados todos os Inglezes, e animando-os a venderem as suas propriedades, dispôz-se a fechar os Portos á Gram Bretanha, para ceder a huma força superior, para evitar huma effusam de sangue dos Seus Vassallos, que provavelmente teria sido inutil, e para procurar comprazer com as vistas do Imperador dos Francezes, se elle se nam quizesse persuadir da justiça, com que a Corte de Portugal sustentava os direitos da sua Independencia, e os que resultavam do Tratado de Neutralidade, concluido em 1804. Nam querendo a Corte das Tulherias pres-

MAIO 1808.

tar-se a nenhuma vistas de conciliação, e tendo exigido nam só a clausura dos Portos, mas até a prisam dos Vassallos Britanicos, e o confisco das suas propriedades, assim como o abandono do projecto do retiro para o Brazil; S.A. R. o Principe Regente de Portugal, que de hum a parte conhecia, que o seu Fiel, e Antigo Alliado, S. M. Britanica, que estava informado de tudo o que se tratava, consentiria para salvar Portugal da invasam dos Francezes na simples clausura dos Portos, e que de outra parte sabia, que já nam havia no Reino de Portugal hum Inglez; que toda a propriedade Britanica tinha sido vendida, e até o seu valor exportado; tomou em fim a resolução de fechar os Portos á Inglaterra, e de comprazer com outras vistas, e pretensões, que a França exigia; declarando porém sempre, que se as Tropas Francezas entrassem em Portugal, S. A. R. havia tomado a firme resolução de transferir o Assento do Governo para o Brazil, que formava a parte mais essencial, e mais defensavel dos Seus Estados.

S. A. R. fez entam approximar das Costas, e Portos do Mar todo o seu Exercito; persuadio-se, que a França tendo conseguido essencialmente tudo o que tinha pedido, nam teria lugar de exigir mais cousa alguma; e poz toda a confiança na boa fé, que devia considerar-se como a base de todo o Governo, que há cessado de ser revolucionario; e na segurança de que, tendo feito tudo o que estava da Sua parte, para segurar a tranquillidade do Seu Povo, e para evitar hum effusam inutil de sangue, tinha cumprido assim com todos os deveres de hum Principe virtuozo, e adorado pelos Seus Vassallos, e que quanto ao mais, nam tem que dar contas das Suas acções, senam ao Ente Supremo.

MAIO 1808.

O Governo Francez procedeu entam a respeito de S. A. R., e dos Seus Estados de huma maneira, que nam teria exemplo na Historia, se a invasam da Suissa feita pelos Francezes no tempo do Directorio Executivo nam fornecesse hum facto completamente semelhante. O General Junot sem nenhuma declaraçam preliminar, sem consentimento algum de S. A. R. o Principe Regente de Portugal, entrou com a vanguarda do seu Exercito no Reino, segurando aos Habitantes dos Campos, e Aldeas, por onde passava, que vinha soccorrer ao seu Principe contra a invasam dos Inglezes; e que entrava como General de huma Potencia Amiga, e Alliada. Elle colheu na sua passagem provas authenticas da boa fé do Governo Portuguez, por que todas as Tropas Portuguezas se achavam na visinhança das Costas. S. A. R. o Principe Regente surpreso de huma conducta tam inaudita teria podido reunir o Corpo de Tropas, que tinha junto a Si, e fazendo entrar a Esquadra Ingleza no Porto de Lisboa, reduzir a pó o pequeno, e miseravel Corpo, a cuja frente o General Junot avançava com huma temeridade, que seria incrivel, se a sua conducta em Lisboa, e Veneza o nam tivessem feito conhecer, e se elle nam confiasse na coraçam do virtuozo Principe, que nunca exporia a terriveis revezes os Seus Povos a troco de hum primeiro successo seguro, que so serviria de castigar a audacia de hum Homem, que, como muitos outros, abusava do poder que lhe havia sido confiado, ou que executava Ordens que de modo algum se podem justificar.

S. A. R. o Principe Regente abraçou entam o unico partido, que poderia convir-lhe, para nam se affastar dos principios, que tinha constantemente seguido; pa-

rá poupar o sangue dos Seus Povos, e para evitar a completa execuçam das vistas criminosas do Governo Francez, que nam se propunha nada menos, que apoderar-se da Sua Real Pessoa, e de todas as que compoem a Sua Augusta Familia Real, para poder depois ao seu modo, e segundo lhe parecesse repartir os despojos da Coroa de Portugal, e dos seus Estados. A Providencia favoreceu os esforços de hum Principe justo; e a magnanima resoluçam, que S. A. R. abraçou de retirar-se aos Seus Estados do Brasil com a Sua Augusta Familia Real, tornou totalmente inuteis os designios do Governo Francez, e descortinou á face de toda a Europa as vistas criminosas, e perdidas de hum Governo, que nam tem outro fim senam o dominar a Europa, e o Mundo inteiro, se as Grandes Potencias della, despertadas do lethargo, em que se acham, nam fizerem causa commum contra huma ambiçam tam excessiva, e tam fóra de todos os limites.

Depois que S. A. R. chegou felismente aos seus Estados do Brasil soube com horror nam somente a usurpaçam de Portugal, e a assolaçam, e saque, que alli se practica; mais o indigno procedimento do Imperador dos Francezes, que como verdadeiro Dictador da Europa se atreve a fazer hum crime a S. A. R. de ter transferido a sua Capital para o Brasil, e aos Seus fieis Vassallos de terem acompanhado hum Principe, que todos os Seus Povos veneram, e adoram mais ainda pelas Suas Virtudes que pelos Direitos da Sua Augusta Familia Real, que herdou, e pelos quaes reina sobre elles. S. A. R. vio com horror o excesso de se atrever a proscrever em huma Gazeta Ministerial os Direitos da Sua Augusta Familia Real á Coroa de Portugal, os

MAIO 1808.

quaes nam cederá jámais; e com tudo o direito perguntaria ao Imperador dos Francezes, em que Codigo das Naçoens achou semelhantes principios, e semelhante authoridade; reclamando sobre este materia huma séria reflexam: da parte de todos os Governos da Europa, que nam poderam ver a sangue frio o que se acaba de expor, e a introducçam de hum novo Governo em Portugal sem o seu consentimento, assim como a cobrança de huma contribuiçam desmedida, exigida de hum Paiz, que nam oppoz resistencia alguma á entrada das tropas Francezas, e que por isso mesmo nam podia considerar-se em estado de guerra. A mais remota Posteridade, assim como a Europa imparcial hamde vêr com dor semelhantes factos, precursores de seculos de barbaridade, quaes os que se seguiram á queda do Imperio Romano, e que nam poderam evitar-se, senam se procurar o estabelecimento do equilibrio da Europa por meio de hum esforço unanime, e pelo esquecimento de todas as rivalidades, que tem sido atéqui as verdadeiras causas da elevaçam do poder monstruoso, que ameaça a universal ruina.

Depois da exposiçam exacta, e verdadeira, que S. A. R. o Principe Regente de Portugal vem de fazer á Europa e aos Seus Vassallos de tudo o que acaba de succeder entre o Governo Portuguez, e Francez; e quando o Imperador dos Francezes tem nam somente invadido, e sujeitado a contribuiçoens de hum modo horriavel, e que apenas se pode acreditar, o Reino de Portugal debaixo do véo de amizade; mas tem tambem ha muito feito retirar a sua missam, e se apoderado dos navios mercantes Portuguezes, que existiam nos

seu portos, sem huma preliminar declaraçam de guerra, e contra os artigos expressos do tratado de neutralidade, de que tirava as maiores vantagens ; e ultimamente declarado a guerra em consequencia do Relatorio do Ministro das relaçoens exteriores : S. A. R. o Principe Regente de Portugal depois de entregar a Sua Causa nas mãos do Todo Poderoso, cujo auxilio tem todo o direito de invocar em huma tam justa contenda, julga dever à Ordem, e à Dignidade da Sua Coroa o fazer a seguinte declaraçam.

S. A. R. rompe toda a communicaçam com a França ; chama aos Seus Estados todos os Empregados n'aquella missam, se he que algum possa ainda ali achar-se ; e authoriza os Seus Vassallos a fazer a guerra por Terra, e Mar aos Vassallos do Imperador dos Francezes.

S. A. R. declara nullos, e de nenhum effeito todos os Tratados, que o Imperador dos Francezes o obrigou a assignar, e particularmente os de Badajos, e de Madrid em 1801, e o de neutralidade de 1804 ; pois que elle nunca os respeitou.

S. A. R. nam deporà jámais as armas, senam de accordo com o seu antigo e fiel Alliado S. M. Britanica ; e nam consentirá em cazo algum na cessam do Reino de Portugal, que fórma a mais antiga parte da herança e dos Direitos da Sua Augusta Familia Real.

Quando o Imperador dos Francezes tiver satisfeito sobre todos os pontos às justas reclamaçoens de S. A. R. o Principe Regente de Portugal, e abandonar o tom absoluto, e imperioso, com que rege a Europa opprimida, e restituir á Coroa de Portugal o que invadio no meio da Paz, e sem provocaçam ; S. A. R. se appressa-

MAIO 1808.

rá entam de renovar os enlaces, que teriam sempre subsistido entre os dois Paizes, e que devem ligar as Naçoens, que jamais se dividíram essencialmente entre si, senam pelos principios de humia ambiçam sem limites, e que a experiencia dos Seculos tem bem mostrado quanto sam contrarios á prosperidade, e tranquillidade d'aquellas, que os adoptam.

Rio de Janeiro, em 1 de Maio de 1808.



(OUTUBRO 1807.)

No. X.

Convençam Secreta entre S. A. Real o Principe Regente de Portugal, e S. M. Britanica sobre a transferencia da Sede da Monarquia Portugueza para o Brasil no caso de invasam de Portugal. (¹)

Sua Alteza Real o Principe Regente de Portugal, tendo feito communicar a Sua Magestade Britanica as difficuldades em que se acha, em consequencia das injustas exigencias do Governo Francez, e a sua determinam de transferir antes para o Brasil a Sede, e a Fortuna da Monarquia Portugueza do que acceder á totalidade de taes exigencias, e notavelmente áquellas em que o Governo Francez insiste sobre a apprehensam dos Subditos de Sua Magestade Britanica actualmente em Portugal, e sobre o confisco de todas as Propriedades Inglezas ali existentes, bem como sobre a declaracão de guerra por parte de Sua Alteza Real o Principe Regente contra a Gram Bretanha;—E tendo-se Sua Alteza Real proposto ao mesmo tempo, afim de evitar (se he possivel) a guerra com França, a consentir em fechar os Portos de Portugal ao Pavilham Inglez, apezar de considerar que hum tal acto d'hostilidade da sua parte poderia justificar Sua Magestade

(¹) Nam obstante ter sido feita esta Convençam em Outubro de 1807, somos obrigados a alterar a ordem chronologica inserindo-a em 1808, por que nam a podemos haver á mam senam depois de estar impressa a serie de Documentos que dizem respeito áquella Epocha.

(OUTUBRO 1807.)

Britanica, e talvez incita-la, a usar de represalia, seja na occupação militar da Ilha da Madeira, ou de outra qualquer Colonia da Coroa de Portugal, e até mesmo a forçar a entrada do Porto de Lisboa, empregando os meios mais efficazes de hostilidade contra a Marinha militar, e commerciante de Portugal; Considerando igualmente que se a suppozição bem fundada do fechamento dos Portos de Portugal poderia occasionar a occupação provisoria das Colonias Portuguezas pelos Exercitos de Sua Magestade Britanica, quando huma marcha ou declaração hostil da parte da França contra Portugal não podesse deixar de produzir este mesmo effeito: E fazendo Sua Magestade Britanica justiça aos sentimentos d'amizade e boa fé que têm caracterisado as ultimas communicções de Sua Alteza Real o Principe Regente; e estando determináo a coadjuvar por todos os meios á sua dispozição a nobre resolução, que Sua Alteza Real o Principe Regente acaba de manifestar, de tranferir a Sede da Monarquia Portugueza para o Brasil, antes do que assentir ás proposições da França em toda a sua extensão;—E querendo ao mesmo tempo, e mesmo no caso em que Sua Alteza Real consentisse em fechar seus portos á Gran Bretanha (conducta que Sua Magestade Britanica veria com pezar, e á qual nunca poderia julgar-se ter dado o seu consentimento) conciliar quanto he possível os sentimentos, e os interesses d'hum antigo e fiel alliado, e usar para com Portugal de toda a moderação compatível com o que he devido á sua honra, e interesses dos seus subditos, e com o objecto essencial que elle não pode perder de vista; a saber:—impedir que nem as Colonias, nem a Marinha militar ou commer-

(OUTUBRO 1807.)

cial Portugueza, em todo, ou em parte venham a cabir em poder da França: —as Duas Altas Partes Contractantes tem em consequencia determinado tomar, de commum accôrdo, as medidas, e providencias reciprocas que se julgarem mais cónvenientes para conciliar seus interesses respectivos, e provêr em todo o caso á conservaçam da amizade, e boa intelligencia que tem subsistido ha mais de hum seculo entre as duas Coroas; —E para o fim de se discutirem estas medidas e preencher-se este fim salutar,—Sua Alteza Real o Principe Regente de Portugal tem nomeado por seu Plenipotenciario o Cavalleiro de Souza Coutinho, do seu Conselho, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario residente em Londres;—e El Rei do Reino Unido da Gran Bretanha e Irlanda tem nomeado por Seu Plenipotenciario o Muito honrado Jorge Canning, Conselheiro Privado de sua dita Magestade, e seu Principal Secretario d'Estado encarregado da repartiçam dos Negocios Estrangeiros; os quaes depois de se terem communicado os seus plenos poderes respectivos, e tendo-os achado em boa e devida forma, conviveram nos artigos seguintes:

Art. I.

Até que haja a certeza de alguma marcha, ou declaração hostil da França contra Portugal; ou que Portugal afim de evitar huma guerra com a França, haja de assentir a commetter de qualquer sorte hum acto de hostilidade contra a Gran Bretanha fechando os seus portos á Bandeira Ingleza,—nenhuma expediçam será dirigida pelo Governo Britanico contra a Ilha da Madeira, nem contra outra qualquer Possessam

(OUTUBRO 1807.)

Portugueza; e quando huma similhante expediçam se julgar necessaria, será notificada ao Ministro de Sua Alteza Real o Principe Regente, que residir em Londres, e com elle combinada.

Pela sua parte, Sua Alteza Real o Principe Regente se obriga d'aqui em diante a nam permittir a marcha d'algum reforço de tropas (excepto de intelligencia e accôrdo com Sua Magestade Britanica) nem para o Brasil nem para a Ilha da Madeira; nem a mandar, ou permittir quealli resida algum official Francez, quer ao serviço de França, quer ao de Portugal. Elle se obriga alem disto a transmittir sem demora ao Governador da Ilha da Madeira ordens secretas eventuaes, para que nam faça resistencia alguma a qualquer expediçam Inglesza, cujo Commandante lhe affiançar, de baixo de palavra d'honra, que a dita expediçam foi preparada d'intelligencia, e d'accôrdo com Sua Alteza Real o Principe Regente.

Art. II.

No cazo em que Sua Alteza Real o Principe Regente seja obrigado a dar hum pleno e inteiro effeito á sua magnanima resolução de se transportar para o Brasil,—ou se mesmo sem ser forçado a isso pelos procedimentos dos Francezes dirigidos contra Portugal, Sua Alteza Real se decidir a emprender viagem ao Brasil, ou a fazer hir para alli hum Principe de sua Familia, Sua Magestade Britanica estará pronta a auxilia-lo nesta empresa, a proteger o embarque da Familia Real, e a escolta-los para a America. Para este effeito, Sua Magestade Britanica se obriga a fazer equipar immediatamente nos portos de Inglaterra huma Esqua-

(OUTUBRO 1807.)

dra de seis vazos de Linha, a qual se apresentará sem demora nas Costas de Portugal; e a estar igualmente pronto a embarcar-se hum Exercito de cinco mil homens, que marcharão a Portugal á primeira instancia do Governo Portuguez. Huma parte deste Exercito ficará de guarniçam na Ilha da Madeira, mas nam entrará ali senam depois que Sua Alteza Real o Principe Regente shi tiver tocado, ou tiver passado a altura da Ilha em viagem para o Brasil.

Art. III.

Mas no caso em que, infelizmente, o Principe Regente, a fim de evitar a guerra com a França, se visse obrigado a fechar os portos de Portugal aos Navios Inglezes, Sua Alteza Real, consente em que as Tropas Inglezas sejam admittidas na Ilha da Madeira, immediatamente depois da troca das ratificaçoens desta Convençam; declarando o Commandante da expedicçam Ingleza ao Governador Portuguez, que a Ilha será guardada em deposito para Sua Alteza Real o Principe Regente até á conclusam da paz diffinitiva entre a Gran-Bretanha e a França. As instrucções dadas ao dito Commandante Inglez para o Governador da Ilha, durante a sua occupaçam pelas forças de Sua Magestade Britanica, serão combinadas com o Ministro de Sua Alteza Real o Principe Regente que residir em Londres.

Art. IV.

Sua Alteza Real o Principe Regente promette de nunca ceder por nenhum caso, seja em totalidade, seja em parte, a sua Marinha militar, ou mercante, ou a reuni-la á de França, de Espanha, ou de qualquer outra

(OUTUBRO 1807.)

Potencia. Obriga-se outro sim, no caso de hir para o Brasil, a levar comsigo a sua Marinha militar ou mercante, seja perfeita, ou incompletamente equipada; ou mesmo, se isto se nam poder executar, a transferir em deposito á Gram Bretanha aquella porçam que nam poder levar immediatamente comsigo, e Sua Alteza Real se entenderá depois com Sua Magestade Britanica sobre os meios de fazer navegar esses vasos para o Brasil, com toda a segurança.

Art. V.

No caso do fechamento dos portos de Portugal, Sua Alteza Real se obriga a fazer partir incessantemente para o Brasil ametade da sua Marinha de guerra, e a ter a outra ametade em numero pouco mais ou menos de cinco ou seis Naus de Linha, e oito ou dez Fragatas meias armadas (ao menos) no porto de Lisboa, de sorte que á primeira indicaçam d'huma intençam hostile da parte dos Francezes ou dos Espanhoes, esta fôrça naval possa reunir-se á Esquadra Britanica destinada a este serviço, e a transportar Sua Alteza e a Real Familia para o Brasil. Para effeito de assegurar melhor o successo deste arranjo, o Principe Regente se obriga a dar o commando da sua Esquadra no porto de Lisboa, como tambem o commando da que enviar para o Brasil, a officiaes, cujos principios politicos sejam da approvaçam da Gram Bretanha.

As duas Altas Partes Contractantes convem em authorisar os Commandantes Portuguezes, e Inglezes nas estações respectivas, ou seja em Lisboa, ou seja nas Costas de Portugal, a corresponder-se directamente sobre tudo o que poder ter relaçoens á reuniam even-

(OUTUBRO 1807.)

tual das Esquadras Ingleza, e Portugueza. Quanto á ametade da Marinha militar, que poderá ser enviada para o Brasil, ella será ali desarmada logo que chegue, menos que nam seja regulado d'outra forma pelos dous Governos.

Art. VI.

Quando haja de estabelecer-se no Brasil a Sede da Monarquia Portugueza, Sua Magestade Britanica se obriga em seu nome, e de seus successores a nunca reconhecer como Rei de Portugal a nenhum Principe que nam seja o Herdeiro legitimo da Familia Real de Bragança, e mesmo a renovar, e manter com a Regencia que Sua Alteza Real o Principe Regente houver de deixar estabelecida em Portugal, antes de partir para o Brasil, as relações d'amizade que tem ligado ha tanto tempo. as duas Coroas de Portugal, e da Gram Bretanha.

Art. VII.

Logo que o Governo Portuguez for estabelecido no Brasil, se procederá á negociaçam d'hum Tratado de Alliança e Commercio entre o Governo de Portugal e da Gram Bretanha.

Art. VIII.

Esta Convençam será conservada em segredo presentemente, e nam será publica sem o consentimento das duas Altas Partes Contractantes.

Art. IX.

Ella será ractificada de huma, e outra parte, e as

(OUTUBRO 1807)

ratificações trocadas em Londres, no espaço de seis semanas, ou antes, se fôr possível.

Em Fé do que, &c.

1.º Art. addiccional.

Em caso de fechamento dos Portos de Portugal ao Pavilham Inglez, será estabelecido hum na Ilha de Santa Catharina, ou em qualquer outro sitio na Costa do Brasil, aonde todas as mercadorias Inglezas, que ao presente sam admittidas em Portugal, sejam importadas livremente em Navios Inglezes, pagando os mesmos direitos que actualmente pagam em Portugal iguaes artigos, até conclusam de novo accôrdo sobre este artigo addicional.

Em Fé do que, &c.

Assigno *sub spe rati*, declarando que nam tenho instrucções a este respeito, e com a condiçam que ao tornarem-se a abrir os Portos de Portugal, Sua Alteza Real possa annullar, ou alterar este artigo.

(assignado) O CAVALHEIRO DE SOUZA COUTINHO

Art. II.

Fica plenamente entendido, e convencionado que, desde o momento em que os portos de Portugal forem fechados á Bandeira Ingleza, e em quanto isso durar, os Tratados existentes entre a Gram Bretanha e Portugal devem ser considerados como suspensos n'aquillo que elles concedem á Bandeira Portugueza como privile-

(OUTUBRO 1807.)

gios, e isempções de que outras nações nam gozam, e que pelo direito das Gentes nam pertencem ao estado de simples neutralidade.

Em Fé do que, &c.

Assigno *sub spe rati*, declarando que nam tenho instrucçoens a este respeito, e salvo que o effeito desta suspensam nam seja retroactivo, e nam motive a perda das propriedades Portuguezas confiadas á fé dos Tratados existentes.

(assignado) O CAVALHEIRO DE SOUZA COUTINHO.

Londres, 22 de Outubro de 1807.

DECLARAÇAM.

O abaixo assignado, Principal Secretario d'Estado de Sua Magestade Britanica, Encarregado dos Negocios Estrangeiros, consentindo em subscrever ao art. 2.º desta convençam, recebeu ordens do Rei para declarar, que a execuçam da parte do dito artigo, na qual se estipulou que se enviasse huma esquadra, e tropas de Sua Magestade para o Tejo, a fim de proteger o embarque da Familia Real de Portugal, depende da segurança que for dada, de que os Fortes á margem do Tejo, a saber—as Fortalezas de Sam Juliam, e do Bogio—serám entregues anticipadamente ao Commandante das Tropas Britanicas, assim como a Fortaleza de Cascaes se o embarque tiver logar nesta costa, ou entam a de Peniche em caso que a Familia Real se tenha retirado a esta peninsula, e ficarám em possessam do dito Com-

(OUTUBRO 1807.)

mandante até que o objecto pelo qual as Tropas sam enviadas esteja preencido, ou que Sua Alteza Real determine a quem as Tropas Inglezas as devem entregar.

O Cavalheiro de Souza Coutinho, Plenipotenciario de Sua Alteza Real o Principe Regente nam se achando authorisado, pelas instrucçoens de que se acha actualmente munido, a contractar alguma obrigaçam a este respeito; o abaixo assignado recebeu ordem de acompanhar o Tractado com esta Declaraçam explicatoria, e pedir que a garantia acima mencionada seja enviada com a ratificaçam do Principe Regente.

Feito em Londres a vinte e dous de Outubro de mil e oito centos e sette.

(assignado) JORGE CANNING.



No. XI.

Nota do Ministro Plenipotenciario de S. M. B. em Portugal ao Ministro dos Negocios Estrangeiros, pedindo explicações até que ponto estenderia o Gabinete de Lisboa as suas hostilidades contra os Subditos de S. M. B. em Portugal.

O Ministro Plenipotenciario de Sua Magestade Britanica se julga obrigado, em consequencia d'ordens provisorias da sua Corte a respeito do fechamento dos portos de Portugal, a fazer a Sua Excellencia o Senhor Ministro dos Negocios estrangeiros e da Guerra a seguinte pergunta.

Elle deseja saber, em nome do seu Soberano, se com effeito a Corte de Lisboa se propõe a limitar as suas

(NOVEMBRO 1807)

hostilidades contra a Inglaterra, ao simples facto da exclusam da Marinha Ingleza dos portos de Portugal, ou se he sua intençam passar a mais; e, seja por vontade ou seja por falta de resistencia, a adoptar outras medidas prejudiciaes aos interesses de Sua Magestade, e dos seus subditos. Este he o ponto de que depende a demora ulterior do Ministro d'Inglaterra na Corte de Sua Alteza Real.

Elle pede tambem huma explicaçam clara quanto ás intenções do Governo Portuguez para com os subditos Britanicos, que se acham ainda em Portugal debaixo d'huma protecçam de que Sua Excellencia tantas vezes reitera a sufficiencia.

Huma violencia bem manifesta provaria que os sentimentos de Sua Alteza Real para com estes individuos acabam de soffrer huma mudança fatal e subita, e que o pedido da França em quanto á retençam de seus bens e de suas pessoas vai ser concedido ao pé da letra. O Ministro Plenipotenciario de Sua Magestade Britanica nam acredita nada disto. Elle nam pode pensar hum so instante que o Governo de Sua Alteza Real quereria cobrir-se de huma vergonha eterna, aconselhando a Seu Augusto Soberano esta complacencia indigna. Os escrupulos de Religiam e de consciencia, que motiváram ha pouco a firme e nobre resistencia de Sua Alteza Real, nam existem ainda? Nam existiriam elles quando mesmo nam houvesse mais do que hum só Subdito Britannico nos seus Estados? Eis garantias que não devem ser duvidosas, e que apartem toda a suspeita d'huma medida cujas consequencias seriam tam prontas como terriveis.

Esperando estas explicaçoens, o Ministro Plenipoten-

(NOVEMBRO 1807.)

ciario de Sua Magestade Britanica tem a honra de renovar a Sua Excellencia a segurança de sua alta consideração.

(Assignado)

STRANGFORD.

Lisboa, 4 de Novembro de 1807.

No. XII.

Nota do Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros em Portugal, ao Ministro Plenipotenciario de S. M. Britannica em Lisboa.

O abaixo assignado, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra levou á Real presença do Principe Regente Seu Amo a Nota de Lord Strangford, Ministro Plenipotenciario de Sua Magestade Britannica, em data de 4 do corrente, na qual em nome do seu Soberano lhe faz os seguintes quizitos:

1º. Se a Corte de Lisboa limita as suas hostilidades contra Inglaterra ao simples facto da exclusão da Marinha Ingleza dos Portos de Portugal, ou se por vontade, ou por falta de resistencia adoptará outras medidas nocivas aos interesses de Sua Magestade Britannica, e dos seus subditos.

2º. Qual será o comportamento do Governo Portuguez a respeito dos Subditos Britannicos que se acham ainda em Portugal, debaixo da protecção de que este Ministerio tantas vezes lhe reiterou a sufficiencia.

Sobre ambos estes quizitos, o abaixo assignado, de ordem de Sua Alteza Real tem a honra de responder a Sua Senhoria o seguinte:

1º. Que a intenção de Sua Alteza Real he sem duvi-

(NOVEMBRO 1807.)

da de limitar-se á simples clausura dos Portos, exigida pelas circumstancias imperiosas, e ja em outras que o eram menos, consentida pela Gram Bretanha : qualquer resolução sobre hostilidades futuras depende do procedimento do Governo Britannico contra Portugal.

2º. Que Sua Alteza Real deu toda a liberdade e tempo aos Subditos Britannicos para se retirarem, e exportarem as suas fazendas, com o risco mesmo, como a Sua Senhoria he manifesto, de ser invadido por este principio o Reino de Portugal, sacrificio que a Inglaterra nam pôde deixar de reconhecer como a prova mais evidente da firme amizade de hum Soberano para com outro Soberano; e o abaixo assignado tem ordem de segurar a Sua Senhoria que Sua Alteza Real em toda a ulterior occurrencia manifestará sempre a favor dos subditos Britannicos aquella protecção que fór compativel com a segurança do Estado.

O abaixo assignado renova por esta occasião a Sua Senhoria os protestos da sua maior estima e distincta consideração.

Palacio de Mafra em 6 de Novembro,
de 1807.

(Assignado) ANTONIO DE ARAUJO DE AZEVEDO.



MAIO 1808.

No. XIII.

Decreto do Principe Regente de Portugal para estabelecer a Casa da Supplicação no Brasil.

Eu o Principe Regente faço saber aos que o presente Alvará com força de lei virem, que tomando em consideração o muito que interessa o Estado, e o bem commum, e particular dos meus leaes vassallos em que a administração da justiça nam tenha embaraços que a retardem, e estorvem, e se faça com a promptidam, e exactidam, que convém, e que afiança a segurança pessoal, e dos sagrados direitos de propriedade, que muito dezejo manter como a mais segura base da Sociedade Civil; e exigindo as actuaes circumstancias novas providencias, nam so por estar interrompida a communicação com Portugal, e ser por isto impraticavel seguirem-se os aggravos ordinarios, e appellações, que atéqui se interpunham para a Casa da Supplicação de Lisboa, vindo a ficar os pleitos sem decizam ultima, com manifesto detrimento dos litigantes, e do publico, que muito interessam em que nam haja incerteza de dominios, e se findem os pleitos quanto antes; como tambem por me achar residindo nesta Cidade, que deve por isso ser considerada a minha Corte actual: Querendo providenciar de hum modo seguro estes inconvenientes, e os que podem recrescer para o futuro em beneficio do augmento, e prosperidade da causa publica: Sou servido determinar o seguinte.

1. A Relação desta Cidade se denominará Casa da Supplicação do Brasil, e será considerada como Supe-

rior Tribunal de Justiça, para se findarem ali todos os pleitos em ultima instancia, por maior que seja o seu valor, sem que das ultimas sentenças proferidas em qualquer das mezas da sobredita Casa se possa interpor outro recurso, que nam seja o das revistas nos termos restrictos do que se acha disposto nas minhas Ordenações, leis, e mais disposições. E terem os Ministros a mesma alçada, que tem os da Caza da Supplicação de Lisboa.

II. Todos os agravos ordinarios, e appellações do Pará, Maranhão, Ilhas dos Açores, e Madeira, e da Relação da Bahia, que se conservará no estado, em que que se acha, e se considerará como immediata á desta Cidade, os quaes se interpunham para a Caza da Supplicação de Lisboa serem daqui em diante interpostos para a do Brasil, e nella se decidiram finalmente pela mesma forma, que o eram até agora, segundo as determinações das minhas ordenações e mais disposições Regias.

III. Todos aquelles pleitos, em que houve interposição de agravos, ou appellações, que se nam remetteram; e todos os que sendo remettidos, nam tiveram ainda final decizão, serem julgados na Casa da Supplicação do Brasil, huns pelos proprios autos, e outros pelos traslados, que ficaram, pela maneira, com que o seriam na de Lisboa por Juizes da Casa que o nam foram nas primeiras sentenças. E os embargos, que na execuçam se tiverem mandado remetter, se decidiram pelos mesmos juizes que ordenaram a remessa, sem atençaõ ao despacho, que a decreta, a fim de haverem final decizão, como cumpre ao bem publico.

IV. A Caza da Supplicação do Brasil se comporá

MAIO 1808.

alem do Regedor, que eu houver por bem nomear, do Chanceller da Caza, de oito Desembargadores dos agravos, de hum Corregedor do crime da Corte e Casa, de hum Juiz dos feitos da Coroa e fazenda, de hum Corregedor do civil da Corte, de hum Juiz da chancellaria, de hum Ouvidor do crime, de hum Promotor da justiça, e de mais seis extravagantes.

V. Governar-se-ham todos pelo regimento da Casa da Supplicação, segundo he conteudo nos titulos respectivos das Ordenações do reino, leis, decretos, e assentos, guardando-se na ordem, e fôrma do despacho o mesmo, que ali se praticava. E guardar-se-ha tambem quanto está determinado no regimento de treze de Outubro de mil setecentos cincoenta e hum, dado para a Relação desta Cidade, em tudo, que nam for revogado por este Alvará, e nam for incompativel com a nova ordem de cousas.

VI. Os lugares e os Ministros da Caza nam serem mais, como atégora eram os da Relação desta Cidade, contemplados de igual graduação; antes haverá a mesma distinção que ha na de Lisboa, para serem promovidos aos mais distintos, e graduados os Ministros, que forem de maior graduação nos despachos, que já tinham, e tiverem maior antiguidade, prestimo, e serviços.

VII. Attendendo a que nem a multiplicidade dos negocios o exige, nem cumpre augmentar o numero dos magistrados, tendo alem disto mostrado a experiencia fazer-se sem difficuldade, e inconvenientes; serviram todos os Ministros de adjunctos huns dos outros, como for necessario no despacho do expediente; e entraram

Tom. I.

K

MAIO 1808.

tambem nas serventias dos lugares vagos, ou impedidos, quando nam hajam para isto extravagantes por occupados em outras serventias.

VIII. O Chancellor desta Caza selo-há sómente, sem que sirva, como atégora o fazia o da Relaçam desta Cidade em alguns casos, de Chancellor mór do Reino, que fui servido crear. Na sua falta, e impedimento servirá o Desembargador mais antigo da Caza, a quem se remetterain os sellos.

IX. Tendo mostrado a experiencia, que da decizam de ser cumulativa a jurisdicçam dos Magistrados Criminaes, no conhecimento por devaça dos delictos comettidos nesta Cidade, e quinze legoas ao redor, se tem seguido a prompta indagaçam dos authores delles sem disputas de jurisdicçam sempre odiosas: hei por bem, que o mesmo se continue a praticar, regulando-se pela prevençam, exceptuados os casos do §. VI. do Regimento de treze de Outubro de mil setecentos cincoenta e hum, que devem ser privativos da jurisdicçam do Corregedor do Crime da Corte e Caza.

X. O Districto da Caza da Supplicaçam do Brazil, bem como o Termo da jurisdicçam dos Ministros della, será o mesmo, que era atégora o da Relaçam desta Cidade na fôrma dos §§. X. e XI. do Regimento della.

XI. Teram de ordenado, o Chancellor hum conto e trezentos mil reis; e todos os mais Ministros, que tiverem officio na Caza, hum conto e cem mil reis; o Procurador da Coroa e Fazenda, alem do ordenado, que lhe competir segundo a graduaçam, em que estiver, quinhentos mil reis; os Extravagantes novecentos mil reis, que he o mesmo que atégora percebiam a titulo de ordenado, e propinas os Desembargadores da

MAYO 1808.

Relaçam desta Cidade. E terem outrosim as mesmas Assignaturas nos feitos, que atégora levavam, por serem as mesmas, que competem aos Ministros da Caza da Supplicaçam.

XII. Os Officiaes desta Caza serem os mesmos, que atégora serviam na Relaçam desta Cidade, e observaram no cumprimento dos seus officios o que lhes he determinado no Regimento de treze de Outubro de mil setecentos cincoenta e hum nos titulos XI. e XII.

XIII. Nam podendo bastar para o expediente das Varas do Crime, e do Civel hum só Escrivam, que para o diante será ainda de maior concurrencia: hei por bem crear mais hum Escrivam para cada huma dellas, entre os quaes haverá a competente distribuiçam.

E este se cumprirá como nelle contem. Pelo que mando á Meza do Desembargo do Paço, e da Consciencia e Ordéns, ao Governador da Relaçam da Bahia, aos Governadores, e Capitães Generaes, e todos os Ministros de justiça, e mais pessoas, a quem pretencer o conhecimento, e execuçam deste Alvará, que o cumpram, e guardem, e façam cumprir, e guardar tam inteiramente como nelle se contem, nam obstante quaesquer Leis, Alvarás, Decretos, Regimentos, ou Ordens em contrario, porque todas, e todos hei por bem derogar para este effeito sómente, como se delles fizesse expressa, e individual mençam, ficando alias sempre em seu vigor. E este valerá como Carta passada na Chancellaria, ainda que por ella nam hade passar, e que o seu effeito haja de durar mais de hum anno sem embargo das Ordenações em contrario: registando-se em todos os lugares, onde se costumam registrar seme-

MAIO 1808.

lhantes Alvarás. Dado no Palacio do Rio de Janeiro
em dez de Maio de mil oitocentos e oito.

PRINCIPE.

D. Fernando José de Portugal.

Alvará com força de Lei, pelo qual Vossa Alteza
Real he servido regular a Caza da Supplicação do
Brazil, e dar outras providencias a bem da adminis-
tração da Justiça; na fôrma, que acima se declara.

Para Vossa Alteza Real ver.

João Alvares de Miranda Varejam o fez.

Registado nesta Secretaria de Estado dos Negocios
do Brazil no Livro primeiro de Leis, Alvarás e Cartas
Regias a Folhas doze verso. Rio de Janeiro quatorze
de Maio de mil oitocentos e oito.

José Manoel de Azevedo.

MAIO 1808.

No. XIV.

*Decreto sobre o estabelecimento da Régia Imprensa Typografica
no Rio de Janeiro.*

Tendo-me constado, que os Prêlos, que se achão nesta Capital, erão os destinados para a Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra; e Attendendo à necessidade, que ha da officina de impressão nestes meus Estados: Sou servido, que a caza, onde elles se estabelecêram, sirva interinamente de Impressam Regia, onde se imprimam exclusivamente toda a Legislação, e papeis diplomaticos, que emanarem de qualquer repartiçam do meu Real Serviço; e se possam imprimir todas, e quaesquer outras obras; ficando interinamente pertencendo o seu governo, e administração á mesma Secretaria. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, do Meu Conselho de Estado, Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra o tenha assim entendido; e procurará dar ao emprego da officina a maior extensam, e lhe dará todas as Instrucçoens, e ordens necessarias, e participará a este respeito a todas as Estaçoens o que mais convier ao meu Real serviço. Palacio do Rio de Janeiro, em treze de Maio de mil oito centos e oito.—

Com a Rubrica do Principe Regente N. S.

No. XV.

*Proclamação do Governo de Espanha ao Povo Portuguez.**Suprema do Governo de Hespanha ao Povo de Portugal.*

“ Portuguezes! A vossa sorte he talvez a mais dura, que jamais soffreo Povo algum sobre a terra. Os vossos Principes fôram obrigados a deixar-vos, e os acontecimentos da Espanha sam' huma prova irrefragavel da absoluta necessidade daquella medida. Vós tivesteis ordem para vos nam defender; e com effeito nam vos defendesteis. Junot offereceo fazer-vos felizes, e a vossa felicidade consistio em sereis tratados com maior crueldade do que aquella que os mais ferozes conquistadores irrôgam aos Povos, que tem subjugado á força d'armas, e depois da mais obstinada resistencia. Vós tendes sido despojados dos vossos Principes, das vossas leys, dos vossos usos, dos vossos costumes, da vossa propriedade, da vossa liberdade, até das vossas vidas, e da vossa Sancta Religiam, que os vossos inimigos jamais respeitâram, quaesquer que tenham sido (na forma de seu costume) as promessas que fizessem de a proteger; e por mais que affectem, e pretendam ter algum conhecimento della. A vossa Nobreza foi annihilada; a sua propriedade confiscada, em castigo de sua fidelidade, e lealdade. Vós tendes sido vilmente arrastados para os paizes estrangeiros, e sido obrigados a prostrar-vos aos pés daquelle homem, que he o author das vossas calamidades, e que com a mais horriavel perfidia usurpou o vosso Governo, e vos governa com hum sceptro de ferro. Mesmo agora, que as vossas

MAIO 1808.

tropas deixáram as vossas fronteiras, e viájam em cadêas para morrer em defeza daquelle, qne vos tem oprimido, e por este meio poderá a sua profunda malignidade conseguir as suas vistas, destruindo aquelles, que constituiriam a vossa fortaleza, e fazendo que as suas vidas sejam instrumento de seus triumphos, e da gloria selvagem a que elle aspira.”

“ A Espanha vio a vossa escravidam, e os horrorosos males, que se lhe seguiram, com a duplicada sensaçam de dor, e desesperaçam. Vós sois olhados como irmams, e a Espanha arde por voar em vosso soccorro. Mas certos chefes, e hum Governo fraco, e corrompido, a retivêram em cadêas, e continuáram a preparar os meios, pelos quaes a ruina do nosso Rei, das nossas leis, da nossa independencia, nossa liberdade, nossas vidas, e até da nossa sancta Religiam, em que estamos unidos, deveria accompanhar a vossa ruina, pela qual hum povo barbaro poderia consumir o seu triumpho, e completar a escravidam de todas as naçoens da Europa. A nossa lealdade, a nossa honra, a nossa justiça, nam se podiam submetter a tam flagrante atrocidade! Nós quebramos as nossas cadêas—entremos por tanto em acçam—nós temos exercitos, nós temos chefes, e a voz geral da Espanha he: *Morreremos em defeza da nossa Patria, mas teremos cuidado de que mórram tambem com nosco aquelles infames inimigos.* Vinde pois, generosos Portuguezes, uni-vos com a Espanha para morrer em defeza da vossa Patria—as suas bandeiras vos esperam, elles vos receberam como irmãos infamemente oprimidos. A causa de Espanha, e de Portugal he a mesma, nam deixeis de confiar nas nossas tropas, os seus desejos sam os vossos mesmos, e po-

MAIO 1808.

podeis contar com a sua coragem e fortaleza, como parte da vossa segurança.

“ Vós tendeis entre vós mesmo o objecto da vossa vingança—nam obedeçais aos authores da vossa desgraça—attacai-os—elles nam sam mais do que hum punhado de miseraveis homens,aterrados com hum terror panico, humilhados, e conquistados ja pela perfidia, e crueldades, que tem commettido, e que os tem coberto de opprobrio aos olhos da Europa, e do Mundo! Levantai-vos por tanto em hum corpo, mas evitai o manchar com crimes vossas mãos honradas; porque o vosso fim he resistir-lhes, e destruillos—os nossos esforços unidos, seram bastantes para ésta naçam perfida, e Portugal, Espanha, que....Toda a Europa respirará ou morrerá livre, e como homens.”

“ Portuguezes. A vossa Patria ja nam està em perigo—este ja passou, uni-vos, uni-vos, e voai a restabelece-la, e a salva-la,”

Sevilha, 30 de Maio de 1808. Por ordem da Suprema Junta do Governo.

D. JOAM BAPTISTA ESTELER, 1 Sec.

D. JOAM BAPTISTA PARDO, 2 Sec.

JUNHO 1808.

No. XVI.

Proclamação do General Silveira aos Portuguezes.

F. S. P. Da Fonseca, Tenente Coronel do Regimento de Cavallaria. He tempo fieis Portuguezes de correr ás armas. Todos os nossos deveres nos excitam a isso: deveres que até aqui a força tinha suffocado nos nossos corações. Porém o Omnipotente, cujo governo he superior aos tyrannos, veio em nosso soccorro. A sua sancta lei profanada, o nosso Augusto Soberano expulso, as nossas vidas arriscadas, a nossa propriedade confiscada, a nossa honra ultrajada, tudo isto requer vingança. Porém a quem pertendo eu estimular? Os Portuguezes, os Transmontanos, os de Villa Real? Eu os conheço; porque tenho a honra de haver nascido nesta terra. Eu sei os seus sentimentos, a sua fidelidade, o seu apego à Casa reinante de Portugal. Unam-se todos, em quanto nam houver official nomeado para os commandar em corpo, e aggreguem-se á companhia de Caçadores Reaes de Villa Real debaixo do commando do Cap. A. P. Bahia, que eu nomeio, em nome do Principe Regente, e conforme as ordens do General da Provincia; e requeiro a todos os officiaes inferiores e soldados do Regimento de Cavallaria N. 6, que existia no 1 de Dezembro de 1807, de se ajuntarem, antes do dia 25 do corrente em Chaves, quaesquer que tenham sido os motivos porque hájam deixado o serviço. Eu conheço o espirito do Regimento, e estou certo que nenhum faltará; porque nam pode haver maior castigo, neste caso, do que ser reo de desobedi-

Junho 1808.

encia. E para que isto constasse mandei publicar a presente proclamação, que assignei e sellei. Villa Real, 6 de Junho de 1808.

F. S. P. DA FONSECA.



No. XVII.

Proclamação do General Sepulveda aos Portuguezes.

Manoel Jorge Gomez de Sepulveda, Commendador da Ordem de Christo, &c. &c. Governador da Provincia de Traz-os-Montes. Achando que éra do meu dever, nas presentes circumstancias, ter todo o cuidado na segurança desta Provincia, mais particularmente por haver nella tropas de linha; faço saber a todos os desertores; que, em nome do Principe Regente de Portugal nosso Soberano, perdão a todos os desertores, que, dentro em 15 dias se recolherem a esta Cidade e se alistarem em minha presença nas tropas que vou a organizar, debaixo de officiaes, que dêram provas de sua fidelidade no ultimo rendimento do inimigo. Convido igualmente a alistarem-se aquelles que ajudaram naquella acção, e lhes prometto raçoens, e outros provimentos. Na presente situação dos negocios nada mais he necessario para excitar os verdadeiros Portuguezes, considerando o exemplo dos seus vizinhos os Espanhoes. Dada no nosso Quartel General de Bragança, aos 11 de Junho de 1808.

SEPULVEDA.

JUNHO 1808

No. XVIII.

*Manifesto da Junta Suprema estabelecida na Cidade do Porto.***Em Nome do Principe Regente de Portugal.**

A Junta do Supremo Governo da Cidade do Porto; faz saber a todos os vassallos do dicto Senhor, que o Governo Francez se acha inteiramente abolido, e exterminado deste Paiz, e restituída nelle a Real Authoridade do Nosso Legitimo Soberano, a qual será exercitada plena, e independentemente pela sobredicta Junta, em quanto nam for restituído o Governo instituido neste Reino por S. A. R. Em consequencia do que ordena a mesma Junta, que o mesmo Real Senhor sêja acclamado, e as suas Reaes Armas descobertas, e respeitadas, como sempre foram, e ham de ser; e que todas as Authoridades Constituidas obrem nesta conformidade; expedindo-se todas as ordens no Real Nome do dicto Senhor. Porto 19 de Junho de 1808.

Bispo, Presidente Governador.

No. XIX.

Proclamação da Junta Suprema do Porto sobre uniam e ordem.

Portuguezes, pelo Ceo, por Jesus Christo ouvi hum Governo que vos ama, que quer a vossa felicidade, e que trabalha por ella. Que fazeis com as vossas turbulencias, com os vossos tiros, e com a vossa falta de ordem, e de subordinaçam a quem está prompto a conduzir-vos e levar-vos com ordem ao inimigo, e a poupar as vossas vidas? Que tiros nam perdeis que deviam empregar-se no inimigo, e ao depois ham de faltavos? Que signaes nam estais dando ao inimigo para se acautellar, e surprender-vos? Portuguezes, ouvi a a quem vos ama, os Francezes ham de accommetter-vos n'hum golpe de mam, e de noite, estaes perdidos se nam vos subordinaes, e ouvis o Governo. Os tiros, os toques de tambores, os sinos dam aos inimigos hum signal certo onde estaes, onde se acha a força, e aonde fica a fraqueza. Ao inimigo encobrem-se os destinos para o accommetter, para melhor se acautellar, e sahir-lhe ao encontro, quando elle menos o pênse. He este o meio de vence-los, sugeitai-vos aos superiores, em tudo e por tudo se quereis vencer, alias ficaes desgraçados; força sem ordem he a de hum valente touro, que cede á industria, á destresa de hum fraco, e debil capinha. Pelo que ha de mais sagrado no Ceo, e na terra, por Jesus Christo, roga-vos o Governo, que vos sugeiteis aos vossos chefes, formando-se as Ordenanças nas suas companhias. Se vos puzerem n'hum posto, ahi deveis permanecer, para quando chegar a occasiam do vosso combate. Os que estam avançados accommettem pri-

JUNHO 1808.

meiro, e matando diminuem os inimigos; os segundos quando chega a sua vez minoram os contrarios com as mortes, que lhes dam; os terceiros vencem, e destroem o resto. Mas se em montam ides aos pontos; destroçados ahi, que resta? Ficaes todos perdidos. Que desgraça! A vossa energia deve ser dirigida pela arte: deixai-vos conduzir, e sereis vencedores. Viva o Principe Regente, viva Portugal, e vivam os Portuguezes.

BISPO, *Presidente Governador.*



No. XX.

Proclamação da Junta Suprema do Porto para prevenir rebates falsos de aproximação de inimigo.

Portuguezes. Quiz a Providencia mostrar-nos o momento da nossa Ventura: Portuguezes, confiança no Ceo. A defeza da Religiam, das vidas, e das fazendas, he quem deve estimular o brio Portuguez. 'As Armas, Portuguezes, para nos libertar-mos de huns impios, de huns faccinorosos, de huns roubadores, que, a titulo de Protecção, vem arrancar as nossas vidas, e os nossos bens. Mas lembrai-vos que o tumulto, e a desordem nam he defesa: a Nação, que vai a defender-se, nam deve insultar, e offender a si mesma: deffendei-vos do inimigo, e nam mancheis a honra, que ides a ganhar, denegrindo-a com insultos feitos aos vossos concidadãos: as nossas forças e a nossa bravura, deve só apparecer no campo contra o inimigo. Os Ecclesiasticos deveram unir os seus sentimentos á causa pu-

Junho 1808

blica. Os Religiosos, e Religiosas deveram enviar incessantemente as suas oraçoens ao Ceo donde vem a força e a defeza. Triumphe a Justiça, e esmague-se a iniquidade. O Governo nam quer desordens; quer obediencia, e energia para a defeza, nam o tumulto.— Jamais se toque a rebate nas torres, sem que primeiro toque a Cathedral; bem entendido, que tocando na Cathedral sem haver algum signal na torre, he para acudir a fogo na Cidade; e de dia, havendo com o toque huma Bandeira na torre, e de noite hum farol acceso, he para acudir á defeza, e combater o inimigo. Os rebates falsos sam perturbadores do socego publico, sam causa de inquietaçam, e origem de desgraças.—O Governo quer a defeza; mas quer igualmente a segurança publica. Povo Portuguez, practicaei-o assim, e fazei-vos dignos da confiança do Governo. Viva o Principe Regente, viva Portugal, vivam os Portuenses.

Bispo, *Presidente, Governador.*



Junho 1808.

No. XXI.

Decreto da Junta Suprema do Porto sobre o augmento de soldo á Tropa Portugueza.

A Junta Provisional do Supremo Governo do Porto convoca todos os soldados veteranos de quaesquer regimentos de tropa de linha, que se nam acharem actualmente empregados, no exercicio desta Provincia, a se reunirem aos dous Regimentos da guarniçam desta Cidade, que tem mandado organizar; e promette de gratificação a cada hum por entrada hum mez de soldo, e de soldo diario quatro vintens por dia, com o fardamento, muniçoens, e a etapa do costume. Este mesmo soldo venceram todos os soldados, que ja servem, e ao diante servirem nos dictos Regimentos; em quanto as circumstancias nam permittirem dar-se-lhes maior soldo: E as Milicias em quanto estiverem em serviço vivo teram igual vencimento.

Porto, 20 de Junho de 1808.

BISPO, Presidente, Governador.

No. XXII.

*Proclamação do Commandante da Companhia dos Cidadãos
Portuenses.*

Nobres Cidadãos Portuenses desta sempre Leal Cidade do Porto. Tive a honra de ser nomeado vosso capitam pello Illustrissimo Senado da Camara, e a tive tambem de ser benignamente por vós abraçado; jurei-vos e vos juro vida, honra, e fazenda em defeza do nosso sempre amado, e sempre suspirado Principe Regente o Senhor D. Joam VI. e por todos os incorruptiveis Portuguezes. Eu nam vou admoestar-vos (o que ja vos tem dicto honradas, e sabias linguas e penas, mais habeis que a minha) para vos enthusiasmar nos mais sagrados deveres, que nossos Pais por nós juraram, e nós pelos nossos filhos juramos em defeza da Sancta Religiam, charo Principe, e amada Patria: temos, fieis companheiros meus, o Excellentissimo Sancto Pastor o Senhor D. Antonio de S. José e Castro, que nos guia como Bispo, com a Sacrosancta Cruz em humamam, e como General em Chefe, com a Espada na outra, nos manda: sigamo-lo, e nam affrouxemos nos primeiros passos que demos a prestar-lhe a nossa firme fê, e incontestavel fidelidade. Eu nam vo-la inspiro porque estes pontos de base essencial, e incontrastavel nascêram com nosco, e sam inseparaveis de nossas almas; vou tam somente a pedir-vos, valorosos e honrados companheiros, que á primeira occasiam vos acheis a meu lado, para que com as vozes mais energicas acclamemos, como sempre temos acclamado, obediencia

JUNHO 1808.

ao benefico Principe, e ao sabio Governo, que em seu Real nome nos manda, e com as espadas afiadas para as banhar-mos no infame sangue dos vis Francezes, e daquelles que por desgraça nossa, seguiram o seu iniquo e vil partido. Coragem, honrados collegas, escoltemos o sempre valoroso honrado, e leal Povo: elle pelo Principe, e patria sacrifica o seu socego, e expõem a sua vida; recompensemos-lhe com'outro tanto. Nós que mais somos do que elle? Todos somos seus fieis vassallos: a causa he commum devemos defende-la; ja pela Sancta Religiam, ja pelo suspirado Soberano. O vosso animo, leaes Portuguezes, he tal qual foi o dos nossos primeiros, e vamos a imitallos nas immortaes acçoens que fizeram, immitemo-los tambem no exemplo, que delles devemos colher, obedecendo ao supremo e sabio Governo, e depois aos Superiores que nos mandam; por que a obediencia he huma grande parte da força, e a desobediencia, o tumulto; a vingança, e a causa particular enfraquece o todo, e impossibilita a acçam gloriosa. Vamos, honrados, Collegas, vingar de huma vez a Religiam, o Principe, e a Patria. Viva a Caza de Bragança.

JOSÉ DE MELLO PEREIRA CORRÊA COELHO.

No. XXIII.

Proclamação do Deam, Commandante do Batalham Ecclesiastico da Cidade do Porto.

Senhores Ecclesiasticos Seculares e Regulares. He este o tempo em que devemos anciosamente cumprir com os nossos deveres, agradecendo a Deus os grandes beneficios, que da sua clemencia temos recebido, permitindo-nos a occasiam da nossa maior ventura. Nós somos obrigados a rogarmos ao Ceo continuamente a felicidade dos nossos Monarchas, e a de todo o Reino, pedindo-lhe paz e socego; estou certo que todos assim o cumpriram. Mas alem destes deveres pertence-nos a defensa da Igreja, do Rei, e da Patria, como Ecclesiasticos, como vassallos, e como Cidadãos. Estavamos a ponto de ser-mos victimas do furor, ja nos horrorosos carceres, ja nas guilhotinas. Os nossos nacionaes iam para fóra da Patria, entrar no numero dos infelizes, que caminham á morte para segurarem a coroa na cabeça do Tyranno Usurpador da Europa, todos ficavamos escravos d'hum ambicioso inimigo da Religiam, sem fé, sem lei, e sem moralidade. Graças ao Ceo, que nos ajuda a sacudirmos este jugo. A boa ordem e as providencias as mais acertadas do nosso Supremo Governo com a valor da Naçam affiançam a nossa causa. Deus he que nos inspira: vamos, Senhores Ecclesiasticos, por-nos em ordem á frente do inimigo a defender a Patria, as propriedades, e a Naçam do oprobrio em que se vê. A Juncta do Supremo Governo quer que todos os Ecclesiasticos se formem em corpo

Junho 1808.

armado para guarniçam desta Cidade em quanto as Tropas seculares marcham ao inimigo. O Deam da Cathedral he o Coronel deste distincto Corpo, he portanto a elle que todos os membros desta Corporaçam se devem dirigir para em sua caza os alistar, e formar em Companhias, com os officiaes competentes que sahiram do mesmo Corpo, ficando só nas Igrejas os indispensavelmente necessarios para o culto Divino. Appressemos-nos. Deus hade ajudar-nos, a causa he sua. Viva o nosso Principe Regente, vivam os valerosos Portuguezes.

Porto, 24 de Junho de 1808.

LUIS PEDRO DE ANDRADE BREDEROD. DEAM.



No. XXIV.

Edital do Intendente Geral de Policia no Porto sobre fogos d'artificio, &c.

O Dr. José Feliciano da Rocha Gameiro, do Desembargo de S. A. R. , e seu Desembargador da Relação e Casa desta Cidade do Porto, e nella Juiz Conservador do Contracto Real do tabaco, Juiz da Inconfidencia, e Intendente Geral da Policia no Districto da mesma Relação.

Faço saber a todos os moradores desta Cidade, suburbios, e seu termo, que attendendo ás circumstancias actuaes, e a que todos devem cooperar para manter a boa paz, e tranquillidade publica, evitando por isso as desordens, que podem acontecer: Mando que desde ja fiquem prohibidos tiros, fogo solto, ou do ar, pois com elle se podem perturbar os signaes do ataque do inimigo; debaixo de pena de prisam de meu arbitrio, e da cadea pagarem dous mil reis de condemnação; e outro sim mando, que nenhuma pessoa tocando a rebate deixe de se armar no modo possivel, e os homens, que pelas suas avançadas idades nam puderem acudir, animaram as suas familias, e visinhos á quietação, e a que nam formem alaridos, que no dia de hontem se observáram, com bastante excesso, e que nam servem de mais que horrorizar, e incutir hum terror panico, que nam deve apparecer no animo dos Portuguezes, costumados a vencer grandes exercitos, quanto mais hum rancho de miseraveis; e o que o contrario fizer, sendo homem será preso a ferros, e sendo mulher será somente presa. E mando que todas as Justiças, a quem

JUNHO 1808.

competete o seu cumprimento, façam executar o sobre-dicto acima, e da mesma forma que se expressa. E para que chegue á noticia de todos, e nam possam allegar ignorancia mandei passar o presente, que será affixado nos lugares publicos desta Cidade. Porto, e Intendencia Geral da Policia em 23 de Junho de 1808.

JOSE FELICIANO DA ROCHA GAMEIRO.



XXV.

Decreto da Junta Suprema do Porto sobre a verificaçam do soldo augmentado á Tropa.

A Junta Provisional do Governo Supremo tendo determinado hum augmento de Soldo, de quarenta reis por dia, sobre o seu antigo vencimento, para todos os Soldados do exercito da Defeza desta Cidade, como se annunciou pelo Edictal de 20 do corrente; declara agora que o mesmo augmento diario de *quarenta reis* teram os officiaes inferiores, tambor mor, tambores, artifices, e anspeçadas. Outro sim ordena, que os Desertores de primeira, segunda, e terceira simplès deserçam, recolhendo-se aos seus respectivos corpos no prefixo termo de oito dias achando-se na distancia de seis legoas desta Cidade, e de quinze fôra della, ficam perdoados da pena, para livremente continuarem no Real Serviço. Porto 25 de Junho de 1808.

BISPO, *Presidente Governador.*

No. XXVI.

Decreto da Junta Suprema do Porto sobre praças voluntárias.

A Junta Provisional do Governo Supremo, erigida nesta Cidade, havendo ordenado a reorganização dos dous Regimentos da guarnição desta Cidade, que tinham sido debandados, e dissolvidos pelo intruso Governo Francez, com as vistas de opprimir a nossa liberdade; e desejando crear outros Regimentos novos, e quanto necessario for, estabelecer huma força respeitavel, que possa segurar nesta Cidade, e por todo o Reino, o feliz Reinado de S. A. o Principe Regente, tam gloriosamente restituído, pelos valentes e leaes corações Portuguezes, nam julga necessario, considerando o muito louvavel ardor nacional, ordenar recrutas ou levas de gente; e com as bem fundadas esperanças de que a valente mocidade Portugueza correrá gostosamente a alistar-se nos dictos Regimentos desta Cidade, por este Edictal assegura a todos aquelles que se alistarem no espaço de vinte dias, a contar da data deste, nam somente a remuneração dos serviços que elles possam fazer, no caso de que continuem a servir, mas igualmente huma demissam honrosa áquelles que voluntariamente a pedirem, depois de passada a presente occasiam; a qual demissam lhes será dada pelos seus respectivos officiaes commandantes, sem mais outra ordem ou despacho senam o presente Edictal; e receberam durante o seu serviço a paga que se estabelece no Edictal de 20 deste mez. Porto 25 de Junho de 1808.

BISPO, *Presidente Governador.*

JUNHO 1808.

No. XXVII.

Decreto da Junta Suprema do Porto sobre suspensam de processos, e sobre presos de Estado.

A Junta Provisional do Supremo Governo, tomando em consideração a difficuldade em que se ácham os habitantes de continuar os processos nas Cortes de Justiça, por se acharem todos empregados na conservação e defeza do Nosso Principe Regente, por elles heroicamente restabelecido, tem ordenado que até se tomarem novas medidas se suspendam todos os processos tanto na Relação como nas mais audiencias; exceptuando, com tudo, todos aquelles que disserem respeito á Policia, necessaria á segurança publica: com a declaração, que esta medida nam altera ou causa prejuizo ao direito das partes, que lhes fica reservado: e em conformidade desta, se expedio ordem ao Chanceller, que faz as vezes de Governador das Justiças.

Tem outro sim sido determinado, por huma ordem expedida na mesma data, que o Desembargador Intendente Geral da Policia, proceda, sem perca de tempo ao processo de todos os presos de Estado, que possam ser accusados desde o principio da feliz restauração de S. A. R. em diante, admittindo todas as accusações, provas, e documentos, delatados perante elle por qualquer pessoa do Povo; e que á conclusam dos processos profira sua sentença no tribunal de Justiça, conforme ao direito, com os Desembargadores Joam de Figueiredo, Antonio Pedro d'Alcantara Sá Lopes, Estevam Machado de Mello e Castro, Jeronimo Caetano de Araujo e Bessa, e Nuno Faria da Matta Castello Branco, como adjunctos; nomeando em caso de igual-

JUNHO 1808.

dade de votos, os Desembargadores Antonio José Carvalho Pires, e Francisco de Martins da Luz. O que tudo se mandou fazer publico por este Edictal. Porto, 26 de Junho de 1808.

BISPO, *Presidente Governador*,



No. XXVIII.

Decreto da Junta Suprema do Porto sobre donativos voluntarios.

Em nome do Principe Regente N. S. A Juncta Provisional do Supremo Governo instituida nesta Cidade tomando em consideraçam as enormes despezas, que deve ser obrigada a fazer em todos os ramos da administracçam publica, e principalmente na manutencam do exercito, que ja se acha em pé, e que vai a augmentar-se, para a segurança da Soberania Portugueza, convida a todos os leaes vassallos Portuguezes, a contribuir em tanto quanto pôssam para a causa publica com aquelles donativos, que melhor convierem ás suas circumstancias; tam necessarios ás necessidades do exercito, seja em dinheiro, vestidos, mantimentos, ou muniçoens. A Sancta Casa da Misericordia desta Cidade está encárregada da cobrança, e aceitaçam destes objectos. Os Portuguezes que desejarem concorrer voluntariamente com estes indispensaveis deveres, que dizem respeito à sua futura felicidade, appresentaram, o mais depressa que lhes for possivel, as dictas offertas e donativos ao Provedor, ou Escrivam da dicta Sancta Casa, de quem receberam os correspondentes documentos, pelo que possam haver contribuido voluntariamente. Porto, 27 de Junho de 1808.

MANUEL LOPES LOUREIRO—JOZE DE MELLO FREIRE.

Junho 1808.

No. XXIX.

*Decreto da Junta Suprema do Porto sobre o tributo de
4800 em pipa de vinho.*

Em nome do Principe Regente N. S. A Junta Provisional do Governo Supremo instituida nesta Cidade, em ordem a poder surpir ás enormes despesas da presente guerra, ordena que desde o dia 29 do corrente mez em diante se pagaram 4.800 reis, como imposiçam extraordinaria de guerra, por cada pipa de vinho, que se exportar, ou tiver exportado do porto desta Cidade, em quanto durarem as presentes circumstancias; porque sendo indispensavelmente necessario fazer uso de taes meios para confirmâr, e segurar a gloriosa restauraçam de Portugal, e manter hum exercito capaz de destruir o inimigo commum, o commercio ganhará mais nam somente com a liberdade permanente do mesmo, mas tambem em ficar livre da outra imposiçam de 6.400 reis em moeda metalica, que a tyrannia Franceza, á mui pouco tempo tinha estabelecido, debaixo do pretexto de passaportes, com o seu costumado modo de fraude. A Illustrissima Junta da Companhia Geral dos Vinhos do Alto Douro arrecadará pela sua mesma administracçam, e receberá o dicto imposto. Porto, 27 de Junho de 1808.

MANUEL LOPEZ LOUREIRO—JOZE DE MELLO FREIRE.

No. XXX.

*Edital do Intendente Geral da Policia no Porto sobre
Inconfidencia.*

O Dr. José Feliciano da Rocha Gameiro, do Desembargo de S. A. R. e seu Desembargador na Relação desta Cidade do Porto, e Intendente Geral da Policia no Districto da mesma. Faço saber, que em conformidade da Ordem da Real Junta do Supremo Governo, datada de 25 de Junho de 1808, passarei immediatamente a devassar das pessoas *Inconfidentes*, que depois do feliz dia da acclamação de 18 de Junho de 1808 tiverem commettido o horrido crime de tração contra a sua patria, ou nosso legitimo e verdadeiro Soberano, ou mostrado algum descontamento á mais gloriosa medida, que podiam tomar os Portuguezes, de sacudir o cruel jugo do Tyranno, que nos opprimia. A dicta devassa começará aos 30 do mez de Junho, e continuará todos os dias de manhã, que nam forem feriados, nas casas de minha residencia, aonde se dirigiram as pessoas, que houverem de prestar o seu juramento, ou que tiverem alguma cousa que declarar sinceramente, sem fraude, ou malicia ; para que os reos possam ser julgados ao depois segundo o rigor das leis e merecimento das provas. E mando que este Edictal seja publicado e affixado nos lugares mais publicos desta Cidade, e seu territorio, e que nenhuma pessoa se atreva a arrancar ou cancellar este meu Edictal, sob pena de ser considerado como traidor. Porto, 28 de Junho de 1808.

JOSE FELICIANO DA ROCHA GAMEIRO.

JUNHO 1808.

No. XXXI.

*Decreto da Junta Suprema do Porto sobre o Juiz do Povo da
mesma Cidade, e Casa dos vinte e quatro.*

A Junta Provisional do Governo Supremo ordena que a Corporação da *Casa dos vinte e quatro*, estando completa de todos os seus membros, e quando nam esteja, completando-se primeiro dos que faltarem, proceda á eleição do *Juiz do Povo*, que zéle, proponha, e assista aos seus interesses; e que depois de feita, venha a esta Junta Suprema para se confirmar, na forma do estilo. E recommenda muito que, nesta eleição, se proceda com maduro conselho, escolhendo-se o mais digno, prudente, zeloso, e abonado; qualidades que sendo sempre necessarias, muito mais se requerem e desêjam nas presentes circumstancias, em que todos devem concorrer unidos para a segurança publica, e repulsa do commum inimigo. Porto, 30 de Junho de 1808.

BISPO, *Presidente Governador.*

No. XXXII.

Proclamação do Juiz do Povo da Cidade do Porto.

Povo do Porto, vassallos briosos de hum Principe incomparavel, e restauradores valentes dos seus legitimos direitos; no dia 4 do corrente Julho vós me elegesteis (a votos das corporações, que nesta classe vos representam) *Juiz do Povo* desta Cidade sempre Nobre e sempre Augusta; mas depois de arguir-vos de tão errada elleição, e pedir aos Ceos que me inspirem o acerto de meus deveres, escutai-me attentos.

Vós no dia 18 de Junho praticasteis huma Acção, que juncta á historia da nossa Patria, talvez faça inveja ás cinzas desses heroes, que por ella derramáram seu sangue; vos obrasteis hum milagre, deixai-mo assim dizer; porque o morrer he natural, e o fazer resuscitar he attributo, que so compete á suprema Divindade; e tendo a traição de hum tyranno amortizado o nome Augusto do nosso amavel Principe, sobre-impondo-lhe o seu, e mandando commetter á vista dos nossos olhos o mais sacrilego, e o mais horroroso de todos os attentados, qual o de demolir o sagrado quadro, que nos traz á memoria as cinco fontes, que reben-taram no alto do Calvario, para lavarem os peccados do Mundo, quero dizer as cinco chagas do nosso Redemptor, offerecidas no campo de Ourique ao nosso primeiro Rei, para lhe servirem de honra aos seus Estandartes; vós tudo fizesteis resuscitar no referido dia 18; porque neste mesmo dia, sobre o infame nome de Napoleam apparece cavalgado o do nosso Soberano,

JULHO 1808.

presentando-se assim á nossa imaginação hum verdadeiro retrato do Archanjo S. Miguel. Nesse mesmo dia sempre memoravel resurgem de toda a parte, instantaneamente, as Armas da *Real Casa de Bragança*, com muito mais brilhantismo, que esses mil escudos, que pendem da torre de David. Mas que digo, milagre! Errei no meu pensamento; porque o nome do nosso Augusto nunca morreu para nós, e sempre existio vivo posto que Sacramentado, em nossos peitos, aonde nossos corações lhe rendiam, e tributavam as mais humildes adorações, e se, pela coacção intrusa aleivosamente rendemos alguma vassallagem a esse *monstro de iniquidades*, a esse chamado *Imperador dos Francezes*, foi tam somente com a mais refinada hypocrisia. Nam fizemos resuscitar as armas de Bragança, que posto se demoliram nos edificios, existiram intactas nas Imagens de *Jesus Christo*, pintadas com seu sangue precioso. Sim, quanto praticamos com premissam do Ceo, foi tudo aquillo, que he natural do brio, e valor *Portuguez*, contido unicamente pelo preceito, que o nosso Augusto decretou na sua despedida, ainda nam desenganado totalmente da perfidia do *Tyranno*: conhecemos a traição de *Bonaparte*, rebuçada na capa de amizade; conhecemos ser cabeça de huma numerosa quadrilha, derramada pela Europa; conhecemos finalmente, que era hum individuo sem fé, sem crença, sem Religiam, e foi por isto que assentamos de ser chegada a occasiam de dar-mos a saber a esse *infame*, qual he o valor *Portuguez*, herdado daquelles que arrostaram a huma grande parte do Universo, fazendo tremular as suas bandeiras, quasi sobre as ultimas barreiras do Mundo, e foi por isto, que nesse glorioso dia

JULHO 1808.

18 declaramos a nossa independencia, levando em vivas até ao Ceo o nome Augusto do Senhor D. Joam VI. Principe Regente de Portugal; foi por isto, que neste dia eu vos vi, amados patricios, de homens convertidos em feras, correndo para o campo de S. Ouidio á espéra do inimigo, bem como os esfaimados lobos correm para os cordeiros; vossa fome nam está saciada, vossa raiva se augmenta, protestando fatar-vos no sangue dessa porçam de Francezes, que infesta a Augusta Lisboa: em fim ninguem vos pode conter! Ah! que heroicos rasgos de valor obráram os coraçoes dos Portuenses, e que admiraveis exemplos de fidelidade querem assim deixar á posteridade! Ora continuai, amados patricios meus, consume-se a gloria do Porto, mas no emtanto permitti-me que vos diga, que nam deis occasiam a que ella se offusque, ou diminua com alguma aççam, que o vosso demaziado furor vos dicte, sem reflexam; honra, e mais honra, e para todos procedermos com ella, nam façamos cousa que desagrade ao Supremo Conselho que nos rege; reparaí que elle se compoem de homens tam sabios como virtuosos, e que trabalham dia e noite por sustentar brilhante a nossa gloria; sim, o Governo he o primeiro que quer dar a vida pela Patria, e que promptamente a quer mandar tirar a tudo que for traidor; a tudo quer pôr ordem, e por isso consulteme-lo, e sejamos obedientes aos seus dictames: o Governo representa o Principe, e quem lhe nam obedece offende o Principe; obrando nós cousa contra as suas direcçoens he irmos contra nossos proprios factos, e será louvarmos o Principe por huma parte e offende-lo por outra: olhai que a justiça he

JULHO 1808.

huma parte de Deus, e quem a offende, offende a Deus, e entam viram sobre nós maiores males do que nos tem causado o *Tyranno*. Eu nam vos tratarei como vosso Juiz, cheio de authoridade, mas como vosso amigo, e do vosso bem; e por isso vos rogo me exponhais todas as vossas pretensões, que quando excedam a minha alçada, irei propo-las em pessoa ao Supremo Governo para este designar o que for para vosso bem: nam sejamos dispoticos; porque offendemos o Ceo, e periga a harmonia que deve haver entre nós: façamos morder de inveja nosso inimigo, vendo que ao mesmo tempo, que somos guerreiros fortes, nos amamos reciprocamente. Nam haja entre nós tumultos, e alaridos, mas sim repetidos, cordeais, e harmoniosos clamores: Viva o Principe nosso Senhor, e vivam os seus fieis vassallos.

JOÃO DE ALMEIDA RIBEIRO.

No. XXXIII.

Proclamação do Almirante Cotton aos habitantes do Sul de Portugal.

O abaixo assignado, Almirante, e Commandante da esquadra de S. M. B. nas costas de Portugal, nam perde hum instante em fazer saber, que elle recebeu hum expresso dos leaes habitantes de Sines, e segurar-lhes, assim como a todos os verdadeiros e leaes Portuguezes, empenhados em tam justa, honrosa, e gloriosa causa como he a de restabelecer o seu legitimo Principe, que lhes será dado todo o auxilio, que estiver no poder da Esquadra de S. M. B.—O Cap. Smith, commandante do navio de S. M. B. Comus, está encarregado de entregar este expresso; e tem instrucções de ir a Sines, e todo o Reino de Portugal, que tem ja manifestado, com o melhor exito possivel, os mais energicos valorosos, e decisivos esforços, para frustrar os perfidos designios dos Francezes, contra a independencia, e até contra a existencia desta nação. Os navios Francezes, em Cadiz, fôram canhoneados, e obrigados a render-se aos valentes Espanhoes; o povo se levanta e pega em armas por toda a parte; o resultado nam pode deixar de ser glorioso. Igual energia deve alcançar igual successo em Portugal, e assim terem os habitantes de ambos os Reinos igual direito à estimação, applauso, e admiração da Europa.—O abaixo assignado tem recebido deputações das Provincias do Norte de Portugal, ja em armas, jurando de restabelecer o Governo do seu legitimo Principe, e resistir aos op-

JULHO 1808.

presores. No Porto, em Vianna, Entre Douro e Minho, e parte da Beira tem pegado em armas cem mil Portuguezes, e se os seus valentes patricios no Sul se unirem a elles, nam podem deixar de destruir hum punhado de Francezes, que agora occupam a Capital: mas para vencer he necessaria a unanimidade, e que nam sêjam nem intimidados por ameaços, nem corrompidos com promessas; que se determinem valorosa e resolutamente a livrar-se da oppressam, e restabelecer o Governo do seu legitimo Principe.—O General Junot no seu ultimo Edictal de 26 de Junho fulminou as mais sanguinarias ameaças contra os habitantes de Portugal; ameaçou-os com a destruição das mais leaes e populosas Cidades, e seus habitantes se acham condemnados a serem passados á espada por hum punhado de homens, que ao mais poderam chegar a dez mil, o que nam tem comparaçam com a populaçam de Portugal. Desgraçados destes injustos oppressores se os leaes Portuguezes os attacarem destemidamente; a rectidam da sua causa deve triumphar. Se forem cortados os caminhos da seducçam, nam se abaterá o enthusiasmo, que anima os batalhoens. Huma resistencia vigorosa, juncta aos energicos esforços, que agora fazem os vossos valorosos vizinhos e amigos, os Espanhoes, que se acham empenhados na mesma gloriosa causa, deve produzir os mais felizes effeitos; pois ainda existem em Portugal milhares de pessoas, que anciosamente desejam imitar seus antepassados na lealdade e gloria. Repito a todas os leaes Portuguezes, que todo o adjutorio, de que he capaz a Esquadra de S. M. B., será dado a favor de huma causa tam justa,

TOM. I.

M

JULHO 1808.

gloriosa, e honrada, como he a restauraçam de seu legitimo Principe, em cujo nome se devia levantar o Estandarte no sul, assim como se fez no norte, para que se unam a elle todos os vassallos leaes.—Dado a bordo do Navio de S. M. B. Hibernia, anchorado na barra do Tejo, 1 de Julho de 1808.

(Assignado)

CARLOS COTTON,

Almirante de Azul, e Commandante
em chefe da Esquadra de S. M. B.



JULHO 1808.

No. XXXIV.

Relação das forças Inglezas destinadas para Portugal e Espanha, commandadas pelos Generaes Wellesley, Burrand, Hope, Paget, Frazer, e Moore.

Primeira divisam. Commandante o Ten. Gen. Joam Hope.

2	Regimento de infant	700	} Brigadeiro General Acland.
4.	1 Batalhão	978	
28.	1. Do	1.000	
79.	Infantaria. 1 B.	1.000	} Major General Ferguson.
91.	1. Batalhão	940	
92.	1. Dicto	940	
			2.880 ————— 5.558.

Segunda divisam. Commandante o Ten. Gen. Lord Paget.

6.	Infant. 1. Bat.	900	} Major General Spencer.
29.	.	800	
32.	.	900	
5.	Infant. 1. Bat.	1.000	} Brigadeiro Gen. Nightingale.
30.	1. Batalhão	950	
82.	1. Dicto	950	
			2.900 ————— 5.500

Terceira Divisam. Commandante o Ten. Gen. Frazer.

9.	Infant. 1. Bat.	900	} Major Gen. Hill.
Do.	2. Bat.	950	
40.	.	990	
36.	Infant. 1. Bat.	900	} Brigadeiro Gen. Fane.
45.	.	950	
97.	.	750	
			2.600 ————— 5.440.

Quarta Divisam. Ten. Gen. Cavalleiro Arthur Wellesley.

20.	Infant. 1. Bat.	600	} Brigadeiro Gen. <i>Crauford</i> .
38.	1. Dicto	980	
71.	1. Dicto	950	
		2.530.	
4.	Bat. de Inf. ligeira	} Major Gen. <i>Murray</i> .	5.380
da Legião Alemã			
		2.800	

Reserva. Commandada pelo Gen. Cav. Joam Moore.

18.	Dragoens ligeiros	640	} 1.203
3.	Drag. lig. Alem.	563	
52.	Infant. 2 bat.	955	} Brigadeiro Gen. Anstruther.
Dicto	2 dicto	820	
95	.	900	
			2.675.

JULHO 1896.

43. Infant. 2. Bat.	.	:	800	} Brigadeiro Gen. R. Stewart.
60. 5. Dicto	.	:	940	
Dous Bat. de Inf. lig. Alem.	.	:	1,800	
				3,540 ————— 7,418.

Recapitulação.

1. Divisão	.	.	.	.	5,558
2. Do.	.	.	.	.	5,500
3. Do.	.	.	.	.	5,440
4. Do.	.	.	.	.	5,330
Reserva	.	.	.	.	7,418

 Total 29,246



JULHO 1808.)

No. XXXV.

Proclamação do Almirante Cotton aos Portuguezes.

Habitantes de Portugal! Tem vindo Deputações de todas as partes do Reino [a pedir-me soccorro, ajuda, e favor, e me tem referido a varonil determinação do Povo de Portugal, que deseja restabelecer o Governo de seu legitimo Principe, e emancipar a sua Patria da oppressam Franceza. Em consequencia do vosso petitorio mando navios, tropas, armas, e municoens, e tenho ordenado que se arvore o Estandarte de S. A. R. juncto do qual convido a que se reúnam immediatamente todos os Portuguezes leaes, e que tomem armas em tam justa e tam gloriosa causa. Para serdes bem succedidos deveis ser unanimes, e junctar-vos aos vossos valentes vizinhos e amigos, os Espanhoes: nam vos deveis intimidar pelas ameaças, nem deixar-vos corromper pelas promessas.—Alguns mezes de experiencia vos devem ter convencidos dos effeitos da amizade Franceza. Agora he á boa fé, aos soccorros Britannicos, ajudados da vossa energia e esforços, que eu espero sejaes devedores do restabelecimento do vosso Principe, e da independencia da vossa Patria.—Hibernia, na Paragem do Tejo, 4 de Julho de 1808.

(Assignado)

C. COTTON.

Carta da Junta do Algarve a S. M. Britânica.

SENHOR! Como propria tem Vossa Magestade ollhado a causa de Portugal, desde que se proporcionáram os desgraçados principios da sua infelicidade; os tristes agouros da sua fatal desgraça nam podéram ser occultos ao mais prudente de todos os Gabinetes: as medidas para a conservaçam dos sagrados penhores d'esta Monarchia, traçados como por huma mam superior, foram maravilhosamente executadas, e o exito igual ao seu proposto: sabio de seu berço a Fidellissima Casa de Bragança, deixando em nossa protecçam o seu Imperio, e ficaram intactos os votos da nossa obediencia, e homenagem; elles nos obrigáram a receber tranquillos os inimigos de Deos, da Religiam, e dos homens; elles pretextáram o nosso soffrimento, em quanto duráram á nossa vista as Coroas, e Troféos da Monarchia Portugueza: pouco importaria a perda dos nossos concidadoens, riquezas, e faculdades, que nova sorte, e o tracto do tempo restituem, se nam fosse o roubo do Brazam Lusitano, levando apóz si arrebatadamente a estimaçam do Nome Portuguez. Eis aqui (Senhor) o aleivozo Systema que desde o dia desanove de Junho proximo passado, nos chama ás Armas, por tantas bocas quantos sam os estragos que nos veio cauzar o perfido inimigo; com tantas forças quantas pingas de sangue circulam em nossas veias, e

JULHO 1808.

com tanta constancia, quanta for a nossa vida. O justo furor da nossa vingança facilmente nos subministrou os instrumentos, com que trabalhamos a importante obra da nossa liberdade, e salvaçam : rompemos o estranho e abominavel intruso vinculo da Sociedade Imperial, que nos havia ferido os proprios da Monarchia. O Povo recuperou os seus primeiros Direitos, e reáclamando o nosso Augusto Principe, constituiu na Capital d'este Reino do Algarve hum Supremo Conselho de Regencia, cujo formal do seu estabelecimento temos a honra de offerecer a Vossa Magestade: operamos a favor da Religiam, Patria, e liberdade, sem excepçam de pessoa, e quasi sem exclusam de idades: cada hum disputa a occasiam de mostrar o seu patriotismo; fizemos réunir a licenciada, desprezada Tropa, e pouco e pouco vamos na perseguiçam do inimigo, que precipitadamente pôde escapar ao nosso primeiro impeto, e callar as montanhas que separam este Reino.

Tudo temos felizmente conseguido ; porem, Senhor, nam he posivel arranjar de prompto as proporcionadas finanças de que necessitamos, acabando de ser roubados. E aonde poderemos ter soccorro se nam for nas Reaes Mãos de Vossa Magestade? Ellas tem protegido a nossa cauza : ellas tem protegido o Nosso Principe ; por estes sagrados penhores depositados nas proprias e Reaes Mãos de Vossa Magestade, nós rogamos o emprestimo de cincoenta mil Libras Esterlinas; sujeitando á sua satisfacçam todos os fundos, e propriedades d'este Reino do Algarve, entre tanto que o nosso Amavel Fiel Principe tenha occasiam de remir-nos

JULHO 1808.

e auxiliar-nos; elle mesmo se lisongeará de merecer mais huma occasiam ao magnanimo affecto de Vossa Magestade, e nós a juntarmos aos annaes da mais distincta Naçam hum facto tam piedozo.

D. G. a Vossa Magestade por dillatadissimos Annos.
Faro, 16 de Julho de 1808.

Ventura J. Chrisostomo e Sa: Secretario do Conselho.
Conde Monteiro Mor. Com mais Assignaturas.

Agosto 1808.

No. XXXVII.

*Proclamação dos Commandantes das Forças de S. M. B.
aos Portuguezes.*

Povo de Portugal! He chegado o tempo de salvar a vossa Patria e restabelecer o governo do vosso legitimo Principe.—S. M. B. nosso benignissimo Rei, e Amo, tem mandado, em consequencia dos vossos desejos, e ardentes rogos de todas as partes de Portugal, hum exercito Inglez, com ordem de cooperar, em vosso auxilio, com a frota, que ja está nas costas deste Reino. Os soldados Inglezes, que desembárcam nas vossas praias, o fazem com iguaes sentimentos de amizade, fé, e honra. O glorioso combate, em que estaes empenhados, tem por objecto tudo quanto pode ser estimavel ao homem: a protecção de vossas mulheres, e filhos; o restabelecimento de vosso legitimo Principe; a independencia mais; a existencia mesma do vosso Reino, e a conservaçaõ da vossa Sancta Religiam. Objectos como estes só se poderam alcançar por exemplos distinctos de fortaleza, e constancia. Os nobres esforços contra a tirania e usurpação da França serem conjunctamente supportados por Portugal, Espanha, e Inglaterra, contribuindo para o bom successo de huma causa tam justa e gloriosa. Sam as vistas de S. M. B. as mesmas porque vós sois animados. Lavos, 4 de Agosto de 1808.

(Assignado)

CARLOS COTTON.

ARTHUR WELLESLEY.

No. XXXVIII.

Proclamação do General Bernardim Freire aos Francezes.

Soldados do exercito Francez ! Chegou o momento de fallar livremente áquelles, que até agora se tem negado a ouvir a voz da razam : abri os vossos olhos ao profundo abismo de males, que se abre debaixo dos vossos pés, pela louca ambição do vosso Imperador e pela impolitica avareza, e barbaridade sanguinaria de vossos Generaes. Ouvi a voz, o grito de hum exercito, que até o ultimo homem tem provado que he soldado, e he humano: que no mesmo coração se podem unir a mais intrepida coragem, com a religiam, e moral. ¿ Que podeis vós esperar dos exercitos Portuguezes, valentes Inglezes, e espirituosos Espanhoes, nossos caros alliados, inimigos jurados do vosso governo, que, pela maior das atrocidades, ultrajou hum, e perseguio outro? Forjar cadeas para a vossa Patria, ou morrer no Campo da batalha. Que terrivel alternativa ! Esta he com tudo a vossa sorte. Porém hum Principe alliado, ser atraído—hum povo hospitaleiro roubado—hum nação pacifica assassinada, pede a nossa vingança. Aqui so ha hum meio de evitar esta cruel calamidade. Abandonai as vossas bandeiras, vinde ajunctar-vos aos nossos exercitos; se assim o fizereis, em nome do Principe, eu vos prometto que sereis tratados como amigos e que tereis um dia o prazer de voltar para vossas casas, e familias, que soffrem a mais pungente dor, por vos haver perdido.—Este conselho, sendo bem entendido, nam se pode considerar como contrario aos deveres da honra; porém, Sol-

Agosto 1808.

dados, se ha entre vós alguns tam insensíveis ás doces emoçoens da religiam, e da humanidade, que nam queira deixar o seu posto, esses taes sam dignos da causa que deffendem, e da recompensa que os espera. Taes monstros sam hum pezado encargo para o Mundo. Soldados, tomai a vossa resolução, em quanto he tempo. A nossa está tomada. Quartel-General do exercito Portuguez, 10 de Agosto de 1808.

(Assignado) BERNARDIM FREIRE D'ANDRADA.



No. XXXIX.

*Reclamaçam de S. A. R. a Princeza D. Carlota Joaquina,
e de S. A. o Infante D. Pedro Carlos ; e seu Manifesto so-
bre os direitos á Coroa de Espanha.*

Justa Reclamaçam, que os Representantes da Casa Real de Espanha, D. Carlota Joaquina de Bourbon, Princeza de Portugal e Brazil; e D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, Infante de Espanha, fazem a S. A. R. o Principe Regente de Portugal, para que se digne attender, proteger, e conservar os sagrados Direitos, que sua Augusta Casa tem ao throno das Espanhas e Indias, e que o Imperador dos Francezes, por meio de huma abdicaçam ou renuncia, executada pela violenciá mais atroz, e detestavel, acaba de arrancar das mãos d'El Rei D. Carlos IV. e de Suas Altezas Reaes o Principe das Asturias, e Infantes D. Carlos, e D. Antonio.

As infustas noticias, chegadas da Espanha, sobre a occupaçam da Capital, e principaes pontos militares, pelos Francezes, inimigos declarados da Coroa de Portugal, e nam menos hostis, por sua conducta á de Espanha, nos affligiram grandemente; porque logo previmos a escravidam do fiel e generoso Povo Espanhol, e a conseguinte ruina do throno de nossos Avós.

O comportamento irregular do Imperador dos Francezes, e os injustos procedimentos de seus Generaes, e mais Ministros, ha muito tempo que nos dávam sobejos motivos, para manifestar ao Mundo todo o justo ressentimento, que naquelle momento julgamos conveniente suffocar em silencio. Considerando que nam necessitávam do auxilio de nossa voz, para que fosse

Agosto 1808.

patente a nossa razam e justiça, ultrajadas pelo Despotismo de hum poder absoluto e arbitrario; porém agora que sabemos a perfidia com que, debaixo da capa de huma conferencia amigavel, El Rei, Chefe da nossa Casa, e todos os membros da nossa familia em Espanha, fôram persuadidos a pôr as suas pessoas nas mãos daquelle que ameaçava os seus direitos, os nossos, e o de todos o vassallos d' El Rei de Espanha: perfidia, pela qual fôram primeiramente violentados a assignar actos formaes de abdicaçam e renúncia, e depois conduzidos individualmente para fôra do Reino, para sepulta-los em lugares manchados ja com o sangue de outros membros da nossa Real Familia: Cheios de horror com taes attentados; julgamos proprio do nosso dever implorar o auxilio de V. A. R. como amparo, e protector natural immediato; pedindo-lhe socorros contra a propagaçam d' este sistema usurpador, que absorbe os Estados da Europa huns depois dos outros, empenhando a V. A. R. a favor de nossa causa; para que, com seu poder, e respeito, nos ponha em estado (como os mais immediatos parentes d' El Rei de Espanha) de poder conservar os seus direitos, e segurar com elles os nossos, combinando as forças Portuguezas, Espanholas, e Inglezas, para impedir os Francezes, que com seus exercitos practiquem na America as mesmas violencias, e subversoens que ja commettêram sobre quasi toda a extensam da Europa.

V. A. R. em consideraçam do estado, e situaçam em que se acha nosso Augusto Pai, e respectivo Tio, com a mais familia de nossa Augusta Casa de Espanha, nam deixará de justificar este nosso proceder; proceder, que está fundado nos principios, e leis fundamen-

Agosto 1808.

taes da Monarquia Espanhola, das quaes nunca nos separaremos ; proceder authorizado pelos incontrastaveis principios da justiça divina, e natural ; e que como tal esperamos, que merecerá a approvaçam de nosso querido Tio, El Rei das duas Sicilias, a de Sua Real Familia, e a de todas aquellas pessoas que sam nisto interessadas. Este mesmo proceder o consideramos como causa esperada pelos membros da nossa Familia infeliz e desgraçada, que se acha cercada e opprimida pela força, removida de seu Reino, e o que seguramente lhes será mais doloroso, separada do seió de seus mui amados vassallos, os fieis, os constantes, os generosos Espanhoes.

Tal he o conceito, que nos querem significar nossos mui amados Irmãos, e Tio, o Principe das Asturias, e os Infantes D. Carlos, e D. Antonio, quando, depois de haver descripto a entrada das tropas Francezas, e sua superioridade em numero, dizem assim :

“ Neste estado das cousas, reflectindo Suas Altezas
“ Reaes na situaçam em que se acham, e nas delicadas
“ circumstancias em que igualmente se acha a Espanha,
“ considerando que em tal conflicto, qualquer attenta-
“ do da parte do Povo Espanhol, para a reparaçam de
“ seus direitos traria consigo mais ruina do que pro-
“ veito, sem outro resultado mais do que fazer correr
“ rios de sangue e occasionar a perca indubitavel, ao
“ menos de grande parte de suas Provincias, e de todas
“ as Colonias Transmarinas.”

Este modo de fallar, parece offerecer-nos provas evidentes ; primeiro, da violencia que se fazia aos Principes, para que escrevessem, sem lhes permittir escrever tudo o que quizessem para expressar os seus sentimen-

AGOSTO 1808.

tos : segundo ; que, se a Espanha nam estivesse em taes circumstancias, e sugeita a hum exercito inimigo, elles mesmos nam julgariam inutil huma tentativa dos habitantes para recuperar os seus direitos : terceiro ; que, quando isto succedesse ás colonias transmarinas, ellas se perderiam, e nestas palavras vemos huma insinuação tacita, porém mui evidente, que elles nos fazem, e a seus mui fieis compatriotas, ainda livres, para que, de unanime consentimento propendamos todos á defeza, e conservaçam de seus direitos.

Estamos por tanto na firme persuazam de que este será o modo de pensar de nossos Tios em Sicilia, como igualmente dos outros membros de nossa Real Familia, e de todos os nossos compatriotas, que se acham livres e distantes de semelhantes insultos, e oppressoens.

Roma, a depositaria de nossa Sancta Religiam, se acha de novo insultada, e sugeita a este poder arbitrario, e perturbador de toda a Europa. Em vam protesta S. S. contra o exterminio dos Eminentissimos Cardeaes ; em vam ordena que somente se movam, quando a violencia os obrigue ; nam tem outro recurso senam queixar-se, e lamentar-se, como nós o vemos em seu Acto, assignado pelo Eminentissimo Cardeal Doria Pamphilio, dizendo, *que tuas vistas conhecidamente se dirigem a subverter, e acabar o poder da Igreja.*

Felizes nós, os que nos achamos desta parte do Atlantico, pois nam estamos sugeitos, nem em circumstancias de o sermos, se apartando para longe de nós todo o espirito de partido, logramos aquella perfeita uniam e alliança, que ao mesmo tempo que enlaça os nossos sentimentos, reune tambem os nossos recursos,

com os quaes se possa formar huma força respeitavel, capaz de resistir e rechaçar, por si só, qualquer invasão, e de assegurar, contra a ambição Franceza, nossos interesses, nossa liberdade, e nossas proprias vidas.

Nem por hum só instante podemos duvidar da lealdade, e amor, que em todos os tempos tem manifestado os habitantes das Americas á nossa Augusta Casa, e mui particularmente a nosso mui querido Pai ; porque nestes ultimos tempos tem sacrificado as suas vidas e interesses, e dado as maiores provas de sua lealdade. Nesta intelligencia, e certos, que a desgraça da nossa familia terá entristecido seus espiritos, que sempre se tem interessado na conservação de seus direitos, esperamos que, mediante o respeito, e auxilio de V. A. R. se poderá realizar huma perfeita alliança com os Vassallos d' El Rei das Espanhas existentes nas Americas, e que por ella poderemos com facilidade livrar-nos dos ataques do inimigo, e evitar por hum meio tam justo e saudavel, o fomentarem-se discordias que mui de continuo se sujeitam, entre os vassallos de ambos os Reinos, cujas consequencias produzem sempre hum resultado funesto.

Para ver realizadas nossas justas e saãs intenções, desejamos ter occasiam segura de as communicar aos Chefes, Tribunaes, e mais pessoas, em quem se acha legitimamente depositada a authoridade de nosso Senhor e Rei, a qual de nenhum modo queremos alterar nem diminuir, mas sim conservar e defender, para livra-la do poder dos Francezes, e para este fim esperamos, que V. A. R. se interesse tambem com o Almirante do nosso forte e poderoso Alliado El Rei da Gran Bretanha, para que ordene e disponha as suas

AGOSTO 1808.)

forças de maneira que, sem faltar á defeza de V. A. R. e Costas do Brazil, sejam uteis aos Rios e Costas do Rio da Prata, e mais dominios da America Espanhola, e de nenhum modo prejudiciaes á sua navegaçam, e commercio que tem aquelles habitantes neste, e outros portos deste Principado, a qual protecçam nam duvidamos, que nos será immediatamente conferida, pela generosidade e nobre character, d' El Rei da Gram-Bretanha, e de sua poderosa Naçam.

Por ultimo rogamos a V. A. R. seja servido pôr á nossa disposiçam todos os meios, que nos forem necessarios, para communicar as nossas intençoens aos Chefes, Tribunaes, Authoridades civis, e ecclesiasticas, em quem reside, em todo o seu vigor e força, a authoridade de nosso augusto Rei e Senhor, e em sua lealdade depositados os direitos de Nossa Real Casa, os quaes desejamos manter inviolaveis, durante a desgraça com que se acha opprimida, pela naçam Franceza, a nossa Familia Real de Espanha.

Escripta no Palacio do Rio de Janeiro aos 19 de Agosto de 1808.

A Princeza D. CARLOTA JOAQUINA DE BOURBON.
O Infante D. PEDRO CARLOS DE BOURBON E
BRAGANÇA.

No. XL.

Resposta de S. A. R. o Príncipe Regente de Portugal á Reclamação feita por SS. AA. RR. a Princeza do Brazil e o Infante de Espanha D. Pedro Carlos.

Vossas Altezas Reaes me fazem justiça, quando me julgam disposto a sustentar os seus direitos, e os daquelles Espanhoes, que sam fieis à coroa, e à patria. No Manifesto, que publiquei depois da minha chegada a este Continente, em que pude expor o meu justo resentimento pela conducta de Espanha, permittindo o seu Governo o transito das tropas Francezas, e unindo-se a ellas para invadir Portugal, omittí esta diligencia, e quiz antes fazer justiça aos pezarosos sentimentos, que necessariamente teriam os fieis Espanhoes, vendo-se obrigados a executar hum acto tam contrario aos interesses de seus Principes, e á sua propria segurança.

Tinha eu a maior confiança em que chegaria o tempo de poder unir-nos como alliados para nos defendermos mutuamente, do excesso de tam multiplicadas aggressoens.

Agora julgo, como Vossas Altezas Reaes, que he chegado o tempo desta uniam para obrar contra hum inimigo commum, e espero de que commum ccorde com os meus alliados, entre os quaes deve entrar a Sicilia, e como tal necessariamente deve considerar-se, poderemos pôr uma barreira á extensam das conquistas, que pelo menos, farei quanto estiver de minha parte, para effectuar esta saudavel combinaçam, e alliança,

Agosto 1808.]

que Vossas Altezas Reaes me acabam de propor, e desejo que os Espanhoes Americanos, sabendo que estamos de accordo, sobre a grande necessidade que ha de protege-los, unam os seus recursos ás nossas forças, para dar pleno e inteiro effeito ás intençoens que tenho, de procurar a paz, e prosperidade de que sam capazes. e susceptiveis por sua propria posiçam. Dado no Palacio de Nossa Real morada do Rio de Janeiro, debaixo de nosso Real Sello, aos 19 de Agosto de 1808.

PRINCIPE.

No. LXI.

Manifesto da Princeza do Brasil aos Espanhoens.

*Dona Carlota Joaquina de Bourbon, Infanta de Espanha,
Princeza de Portugal e do Brazil.*

Faço saber aos leaes e fieis Vassallos d' El Rei Catholico das Espanhas e Indias, aos Chefes, e Tribunaes, aos Cabidos Seculares e Ecclesiasticos, e ás demais pessoas em cuja fidelidade se acha depositada toda a authoridade e administracção da Monarchia, e confiados os direitos da minha Real Casa, e Familia; que o Imperador dos Francezes, depois de haver exaurido a Espanha de homens e de cabedaes, que, sob pretexto de huma falsa, e capciosa alliança, exigia de continuo para sustentar as guerras, que promovia a sua illimitada ambição e egoismo, quer por ultimo realizar o systema da Monarchia Universal.

Este projecto, grande unicamente pelas grandes atrocidades, roubos, e assassinatos, que o devem preceder, suggerio a idea de assegurar primeiramente, em si e na sua familia, o throno, que a sanguinaria revolução usurpou á primeira linha da minha Real Familia, e depositou no poder deste homem até então desconhecido. Para isto pretende exterminar, e acabar a minha Real Casa, e Familia, considerando, que nella residem os legítimos direitos, que retem usurpados, e ambiciona o justificar em seu poder.

Intentou primeiramente, pela mais falsa politica, apoderar-se de nossa Pessoa, e da de nossos mui amados Esposo e Filhos, debaixo do especioso e seductor principio de protecção contra a nação Britanica, de quem temos recebido as maiores provas de amizade, e

Agosto 1808.

alliança; porem, frustrados os seus designios pela nossa retirada para este continente, mitigou a sua ira, e sêde insaciavel, com o saque geral, que mandou praticar, por Junot, em todo o Reino de Portugal, sem respeitar cousa alguma, chegando ao ponto de manchar as suas mãos nos vasos do Sanctuario.

Suscitando-se pouco depois huma sublevaçam, ou tumulto popular, na Corte de Madrid, contra meu Augusto Pai e Senhor El Rei D. Carlos IV. para obrigar-lo a abdicar, ou renunciar o throno a favor de meu irman o Principe das Asturias, quiz logo intrometter-se nestas agitaçoens domesticas, para conseguir o fim abominavel de os convidar a passarem-se ao territorio de seu imperio, pretextando a maior segurança de suas pessoas; sendo o seu unico objecto o te-las em aptidam de poder, com ellas mesmo, realizar o iniquo plado de seus projectos.

Leva, e arrasta a meu Augusto Pai, com todos os mais individuos da minha Real Familia, a Bayona de França, e ali os violenta, e obriga a assignar hum acto de abdicaçam ou renuncia, por si mesmo nullo, debaixo dos especiosos e fantasticos motivos de conservar a integridade da Espanha, que so elle quer violar, e de conservar a Religiam Catholica, que so elle ultraja e detesta: acto aquelle pelo qual todos os direitos da minha Real Familia á Coroa de Espanha, e Imperio das Indias ficariam cedidos a favor deste chefe ambicioso, se nam reclamassemos a tempo desta violencia, injusta, e iniqua, concebida, e executada contra o direito natural e positivo, contra o direito Divino e humano, contra o direito Geral, e das Gentes; violencia desconhecida nas mais barbaras Naçoens.

Agosto 1808.

Achando-se desta sorte meus mui amados Pais, irmãos, e mais individuos da minha Real Familia de Espanha, privados de sua authoridade, e menos ainda poder attender á defeza, e conservaçam de seus direitos, e direcçam e governo de seus fieis e amados vassallos; e considerando, por outra parte, a perniciosa influencia que pode ter semelhante acto, e os animos máos, e dispostos a propagar o scisma, e anarchia, tam prejudiciaes á Sociedade, e aos Membros, que a compoem. Por tanto, considerando-me sufficientemente authorizada a exercer as vezes de meu Augusto Pai, e Real Familia de Espanha, existentes na Europa, como a sua mais proxima Representante, neste continente da America, para com seus fieis, e amados vassallos: Pareceo-me conveniente, e opportuno dirigir-vos este meu Manifesto pelo qual declaro por nulla a abdicaçam ou renuncia, que meu Senhor e Pai El Rei D. Carlos IV. e mais individuos da minha Real Familia de Espanha, tem feito, a favor do Imperador, ou Chefe dos Francezes, com a qual declaraçam se devem conformar todos os fieis e leaes vassallos de meu Augusto Pai, em quanto se nam acharem livres e independentes os representantes da minha Real familia, que tem melhor direito do que eu a exercita-los: pois nam me considero, senam como huma depositária e defensora destes direitos, que quero conservar illesos e immunes da perversidade dos Francezes, para os restituir ao Representante legal da mesma Augusta Familia, que exista ou possa existir independente, na epocha da paz geral. Igualmente vos rogo, e encarrego encarecidamente, que prosigaes, como ate agora, na recta administracçam da justiça, conforme ás leis, as quaes cuidareis, e zelareis, que se

Agosto 1808.

mantenham illesas em seu vigor, e observancia, cuidando mui particulármente da tranquillidade publica, e defensa destes dominios, até que meu muito amado primo o Infante D. Pedro Carlos, ou outra Pessoa, chegue authorisada interinamente, para regular os assumptos do Governo desse Dominio, durante a desgraçada situação de meus muito amados Pai, Irmaõs, e Tio, sem que as minhas novas providencias alterem, na menor cousa, o disposto, e providenciado por meus Augustos Antecessores. Esta Declaração, que vai por mim assignada, e attestada por quem serve de meu Secretario, vo-la remetto, para que a guardeis, cumpraes, e fazeis guardar, e cumprir a todos os subditos de vossa jurisdicção; circulando-a do modo e forma, que até aqui se tem circulado as ordens de meu augusto Pai, a fim de que conste a todos, nam sô quaesam os meus Direitos, se nam tambem a firme resolução, em que me acho de os manter inviolaveis, certificando igualmente que, como depositaria, nam he, nem será jamais da minha Real intenção, alterar as leis fundamentaes da Espanha, nem violar os privilegios, honras, e isenções do Clero, Nobreza, e Povos da mesma monarchia; que todos, e todas reconheço aqui, e diante do Ente Supremo, que abençoará esta solemne, e tanto justa como bem fundada Protestação.

Dada no Palacio de nossa Real Residencia, no Rio de Janeiro, aos 19 de Agosto de 1808.

A Princeza D. CARLOTA JOAQUINA DE BOURBON.

L. S.

D. Fernando José de Portugal.

No. XLII.

Manifesto aos Espanhoes, do Infante de Espanha D. Pedro Carlos, Gram Almirante das Esquadras de S. A. R. o Principe Regente de Portugal.

D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, Infante de Espanha, Gram Almirante das Esquadras de S. A. R. o Principe Regente de Portugal, &c.

Faço saber a todos os fieis Vassallos do meu muito amado Senhor, e Rei da Espanha e Indias, aos Chefes e Tribunaes, aos Cabidos Seculares e Ecclesiasticos, e as demais pessoas estabelecidas em dignidade, em todos os dominios da Soberania Espanhola; que achando-se meu Augusto Tio, e outros individuos da minha Real Familia de Espanha, debaixo do póder oppressivo dos Francezes, onde fõram conduzidos pelos vis meios da seducçam, e engano, e privadas da sua liberdade natural; fõram violentados a assignar huma abdicaçam ou renuncia a favor do Imperador dos Francezes, pela qual todos os direitos da minha Real Familia passariam a seu poder: se isto se nam houvesse realizado por huns meios tam injustos, e iniquos como sam os do engano, e se nam declarasse por nulla aquella abdicaçam, conformando me, como me conformo em tudo, ao referido no Manifesto, que minha mui querida Prima Dona Carolota Joaquina, Infanta de Espanha, e Princeza de Portugal e Brazil, vos tem dirigido, o qual approvo, e ratifico em todas as suas partes, guardando em consequencia desta mesma approvaçam minha, o direito de antelaçam, e preferencia que pertence aos

Agosto 1808.

individuos de minha Real Familia, incluida a de meu muito amado Tio, Rei de Napoles, e das duas Sicilias, segundo a ordem de successam prefixa pelas leis fundamentaes da Monarchia Espanhola, cujos direitos, e prerogativas quero se conservem do modo e forma referidos; até que a Divina Providencia se sirva restituir a seu antigo Estado os individuos da minha Real Familia de Espanha, a quem confessamos o melhor, e primeiro direito: e para que assim o tenhaes entendido vos remettemos este nosso Manifesto, sellado com nosso sello Real, e attestado pelo que serve de nosso Secretario, e vos rogamos e encarregamos o façaes circular pela vossa respectiva jurisdicçam, pelo modo e forma porque até aqui se tem circulado as ordens de meu Augusto Tio, e Senhor El Rei D. Carlos IV.

Dado no Palacio de minha Real Morada no Rio de Janeiro aos 20 de Agosto de 1808.

*O Infante D. PEDRO CARLOS DE BOURBON Y
BRAGAÇA.*

L: S.

D. Fernando José de Portugal.

Agosto 1808.

No. XLIII.

Suspensam d'Armas concordada entre o Cavalleiro Arthur Wellesley Ten. Gen. Cavalleiro da Ordem do Banho, de huma parte; e o General de divisam Kellerman, Gram official da Legiam d'Honra, Commendador da ordem da coroa de ferro, Gram Cruz da Ordem do Leam de Baviera, da outra parte; ambos munidos de Poderes dos Generaes respectivos dos exercitos Francez e Inglez.

No Quartel-General Inglez, aos 22 de Agosto de 1808.

Artigo 1. Haverá, da data deste dia em diante huma suspensam d'armas, entre os exercitos de S. M. Britanica, e de S. M. Imperial e Real Napoleam I. para o fim de tratar d'huma Convençam para a evacuaçam de Portugal, pelo exercito Francez.

Art. 2. Os Generaes em chefe dos dous exercitos, e o Snr. Commandante em chefe da Frota Britanica, na barra do Tejo, ajustaram hum dia para se reunir em aquelle ponto da costa, que elles julgarem conveniente, para tratar e concluir a dicta Convençam.

Art. 3. O rio de Siranda formará a linha de demarcaçam estabelecida entre os dous exercitos; Torres Vedras nam será ocupada, nem por hum, nem por outro.

Art. 4. O Snr. Gen. em Chefe do exercito Inglez se obrigará a comprehender os exercitos Portuguezes n'esta suspensam de armas, e para elles a linha de demarcaçam será estabelecida de Leiria a Thomar.

Art. 5. Fica convencionado provisoriamente, que o exercito Francez em nenhum caso poderá ser considera-

Agosto 1808.

do como prisioneiro de guerra, que todos os individuos que o compoem, seram transportados á França com as suas armas, bagagem, e propriedade particular qualquer que seja, de que se lhe nam poderá tirar nada.

Art. 6. Nenhum particular, seja Portuguez, seja de huma naçam alliada da França' ou seja Francez, poderá ser inquirido pela sua conducta politica; elle será protegido, as suas propriedades respeitadas, e terá a liberdade de se retirar de Portugal em hum termo fixo, com o que lhe pertencer.

Art. 7. A neutralidade do Porto de Lisboa será reconhecida para a Frota Russa; isto he; que logo que o exercito ou a Frota Ingleza tomarem posse da Cidade, e do porto, a dicta Frota Russa nam poderá ser inquietada durante a sua demora, nem impedida, quando quizer sabir, nem perseguida depois de haver sahido, senam depois da espera fixa pelas leis maritimas.

Art. 8. Toda a artilheria de calibre Francez, bem assim como os cavallos da cavallaria seram transportados para a França.

Art. 9. Esta Suspensam d'armas se nam poderá romper, senam dando-se avizo quarenta e oita horas antes.

Feita e concordada entre os Generaes acima designados no dia e anno supra.

(Assignados)

ARTHUR WELLESLEY.

KELLERMANN, General de Divisam.

As guarniçoens das praças occupadas pelo exercito Francez, seram comprehendidas na presente Convençam, se nam tiverem capitulado antes de 25 do corrente.

(Assignados)

ARTHUR WELLESLEY.

KELLERMANN, General de Divisam.

No. LXIV.

*Convenção definitiva, para a evacuação de Portugal
pelo Exercito Francez.*

Os Generaes commandantes em chefe dos exercitos Britanico e Francez, em Portugal, havendo determinado negociar e concluir hum Tratado para a evacuação de Portugal pelas tropas Francezas sobre a base de hum acordo, que se ajustou aos 22 do corrente, para huma suspensão de hostilidades; nomearam os Officiaes abaixo mencionados para negociar a mesma, em seus nomes; a saber—da parte do General em chefe do Exercito Britanico, o Ten. Coronel Murray, Quartel-Mestre-General; e da parte do General em Chefe do Exercito Francez, Monsieur Kellermann, General de Divisam, a quem elles déram authoridade para negociar, e concluir huma Convenção para este fim, sugeita ás suas respectivas ratificações, e á do Almirante Commandante da Frota Britanica, na entrada do Tejo. Este dous officiaes havendo trocado os seus plenos poderes, concordaram nos artigos seguintes.

Artigo 1. Todas as praças, e fortes, no Reino de Portugal, occupadas pelas tropas Francezas, seram entregues ao exercito Britanico, no estado em que se acham, ao periodo da assignatura da presente Convenção.

Art. 2. As tropas Francezas evacuaram Portugal,

Agosto 1808.

com as suas armas e bagagem; nam seram consideradas como prisioneiros de guerra; e, chegando á França, teram a liberdade de servir.

Art. 3. O Governo Inglez fornecerá os meios de transportar o exercito Francez, que será dêsembarcado em qualquer dos portos de França entre Rochefort, e L'Orient, inclusivamente.

Art. 4. O exercito Francez levará com sigo toda a sua artilheria de calibre Francez, com os cavallos que lhe pertencem, e carros, e munidos de 60 cartuxos para cada peça. Toda a outra artilheria, armas, e muniçam, bem como os arsenaes navaes, e militares, seram entregues á armada e exercito Britanico, no estado em que se possam achar, ao periodo da ratificaçam desta Convençam.

Art. 5. O exercito Francez levará com sigo todos os seus bastecimentos, e tudo o que he comprehendido debaixo do nome de propriedade do exercito; isto he a sua caixa militar, e carruagens addidas ao commissariato-do-Campo e aos hospitaes-do-Campo, ou lhe será permittido dispor, por sua conta, daquella parte da mesma, que o Commandante em Chefe julgar desnecessario embarcar. Igualmente todos os individuos do exercito teram liberdade de dispor da sua propriedade particular de quaelquer descripçam que seja, com plena segurança dos compradores, para o futuro.

Art. 6. A cavallaria embarcará os seus cavallos; e o mesmo fãram os Generaes, e os outros officiaes de todas as classes. He com tudo plenamente entendido, que os meios de transportar os cavallos, de que os Commandantes Britanicos podem dispor, sam mui limitados; al-

Agosto 1808.

guns transportes mais se poderam procurar no porto de Lisboa; o numero de cavallos, que se deve embarcar pelas tropas nam excederá 600; e o numero emba rca-do pelo Estado Maior nam excederá 200. Em todo o caso dar-se-ha ao exercito Francez toda a facilidade para dispor dos cavallos, que lhe pertencem, e que se nam puderem embarcar.

Art. 7. Em ordem a facilitar o embarque, se fará este em 3 divisoens, a ultima das quaes será principalmente composta das guarniçoens das praças, da cavallaria, artilheria, doentes, e bastecimentos do exercito. A primeira divisam embarcará dentro em 7 dias, da data da ratificaçam, ou mais breve se for possivel.

Art. 8. A guarniçam de Elvas, e seus fortes, e de Peniche, e Palmella, embarcaram em Lisboa; a de Almeida, no Porto, ou na barra mais proxima. Seram acompanhados na sua marcha por Commissarios Britanicos, encarregados de providenciar a sua subsistencia, e acomodaçam.

Art. 9. Todos os doentes, e feridos, que se nam puderem embarcar com as tropas, ficam confiados ao exercito Britanico. Deve-se tomar cuidado delles, em quanto estiverem neste paiz, á custa do Governo Britanico, debaixo da condiçam de ser a despesa paga pela França, quando se effectuar a evacuaçam total. O Governo Inglez providenciará a sua volta para á França, que terá lugar por destacamentos de 150, ou 200 homens por cada vez. Deixar-se-ha ficar hum numero sufficiente de Officiaes Medicos Francezes para cuidar delles.

Art. 10. Logo que os vasos, empregados em levar o exercito para a França, o tiverem desembarcado nos por-

Agosto 1808.

tos especificados, ou em algum outro da França em que a necessidade das tempestades os tenha obrigado a entrar; se lhes dará toda a facilidade para voltarem á Inglaterra, sem demora; e segurança de nam serem apreçados até que cheguem a hum porto amigo.

Art. 11. O Exercito Francez se concentrará em Lisboa, e dentro da distancia de duas legoas della. O Exercito Inglez se approximarà á distancia de tres legoas da Capital; e se collocará de maneira, que fique huma legoa entre os dous exercitos.

Art. 12. Os fortes de S. Giam, Bugio, e Cascaes seram occupados pelas tropas Britanicas, á ratificacão da Convenção; Lisboa e a sua Cidadella, junctamente com os fortes, e baterias, até o Lazarêto ou Trafaria, de huma parte, e o Forte de S. José, da outra, inclusivamente, seram entregues ao tempo do embarque da segunda Divisão, assim com o será o porto, e vasos armados de toda a descripção, com o seu aparelho, velame, sobre-excellentes, e munições. As fortalezas de Elvas, Almeida, Peniche, e Pamella seram entregues, logo que as tropas Britanicas chegarem lá para as occupar. E neste meio tempo, o Gen. Chefe do exercito Britanico notificará a presente Convenção ás guarnições daquellas Praças, assim como também ás tropas, que estão diante dellas, para que nam procedam em mais hostilidades.

Art. 13. Nomear-se-ham Commissarios de ambas as partes, para regular, e accelerar a execução dos arranjos, sobre que se tem concordado.

Art. 14. No caso de haver alguma duvida sobre a intelligencia de algum artigo, será interpretado a favor do exercito Francez.

Agosto 1808.

Art. 15. Da data da ratificação da presente Convenção, todos os atrasados de contribuições, requisições, ou pretensões quaesquer do Governo Francez, a respeito de vassallos de Portugal, ou outros quaesquer individuos, residentes neste paiz, fundadas na occupação de Portugal pelas tropas Francezas, no mez de Dezembro de 1807, que nam estiverem pagas, seram cancelladas; e todos os sequestros de sua propriedade, movel ou immovel, seram removidos, e se restituirá aos proprios donos a liberdade de dispor da mesma.

Art. 16. Todos os subditos da França, ou de Potencias em amizade ou alliança com a França, domiciliados em Portugal, ou que se acham accidentalmente neste paiz, seram protegidos. A sua propriedade de de toda a especie, movel ou immovel, será respeitada, e elles teram a liberdade ou de acompanhar o exercito Francez, ou de ficar em Portugal. Em qualquer destes casos lhe será garantida a sua propriedade, com a liberdade de a reter, ou dispor della, e passar o seu producto para a França, ou outro qualquer paiz onde queiram fixar a sua residencia: ser-lhes-ha concedido para este fim o espaço de hum anno.

He plenamente entendido, que os navios sam exceptuados deste arrançamento; somente porém pelo que diz respeito a deixarem o porto, e que nenhuma das estipulações acima mencionadas sirva de pretexto a especulações mercantis.

Art. 17. Nenhum natural de Portugal será obrigado a responder pela sua conducta politica, durante o periodo da occupação do paiz pelo exercito Francez; e todos aquellos, que continuáram no exercicio dos seus empregos, ou tem aceitado situações, debaixo do Gover-

Agosto 1808.

no Francez, ficam postos debaixo da protecção dos Commandantes Britanicos ; elles nam soffreram injuria nas suas pessoas, ou propriedades ; nam havendo ficado á sua escolha o ser ou nam obedientes ao Governo Francez ; elles ficaram tambem em liberdade de se aproveitar da estipulação do artigo 16.

Art. 18. As tropas Espanholas detidas a bordo dos navios no porto de Lisboa, seram entregues ao Commandante em Chefe do exercito Britanico, que se obriga a obter dos Espanhoes a restitução dos subditos Francezes, quer militares, quer civis, que possam haver sido detidos em Espanha, sem ser tomados em batalha, ou em consequencia de operações militares, mais sim por occasiam das occurrencias do dia 2 de Maio passado, e dos dias immediatamente seguintes.

Art. 19 Haverá immediatamente huma troca de prisioneiros, de todas as classes, feitos em Portugal, desde o principio das presentes hostilidades.

Art. 20. Dar-se-ham mutuamente refens da graduação de officiaes superiores da parte do exercito e armada naval Britanica, e da parte do exercito Francez, para a garantia reciproca da presente Convenção. O official do exercito Britanico será restituído, quando se preencherem os artigos relativos ao exercito ; e o official da marinha, quando se desembarcarem as tropas Francezes no seu paiz. O mesmo terá lugar da parte do exercito Francez.

Art. 21. Será permittido ao General em Chefe do exercito Francez mandar hum official á França, com a noticia da presente Convenção. O Almirante Britanico fornecerá hum vaso para o levar a Bourdeaux ou Rochefort.

TOM I.

o

AGOSTO 1808.

Art. 22. O Almirante Britanico será requerido a accomodar a Sua Excellencia o Commandante em Chefe, e os outros officiaes principaes do exercito Francez, a bordo dos navios de guerra.

Dado e concluido em Lisboa, aos 30 dias de Agosto de 1808.

(Assignados) GEORGE MURRAY.
KELLERMANN.

Nós o Duque de Abrantes, General em chefe do exercito Francez temos ratificado e ratificamos a presente Convençam definitiva, em todos os seus artigos, para ser executada segundo a sua forma e theor.

(Assignado) O DUQUE DE ABRANTES.
Quartel-General de Lisboa, aos 30 de Agosto de 1808.

Artigos additionaes á Convençam de 30 Agosto.

Art. 1. Os individuos em empregos civis do exercito que fôrão aprisionados, ou pelas tropas Britanicas, ou pelas Portuguezas, em qualquer parte de Portugal que fosse, seram restituídos, como he costume, sem troca.

Art. 2. O exercito Francez subsistirá dos seus provimentos até o dia do seu embarque; e as guarniçoens até o dia da evacuaçam das fortalezas.

O resto dos provimentos será entregue na forma usual ao Governo Britanico, que se encarrega da subsistencia dos homens, e cavallos do exercito desde os mencionados periodos até a sua chegada á França; debaixo da condiçam de serem reembolsados pelo Governo Francez pelo excesso da despeza, cuja avaluaçam se hade fazer por ambas as partes, alem do valor

Agosto 1808.

dos provimentos, que se entregam ao exercito Britanico.

Os mantimentos a bordo dos navios de guerra, que estam em poder do exercito Francez, seram tomados per conta do Governo Britanico, da mesma forma que os provimentos das fortalezas.

Art. 3. O General Commandante das tropas Britanicas tomará as medidas necessarias para restabelecer a livre circulaçam dos meios de subsistencia entre o paiz e a Capital.

Dado e concluido em Lisboa, aos 30 de Agosto de 1808.

(Assignados)

GEORGE MURRAY.
KELLERMANN.

Nós o Duque de Abrantes, General em Chefe do exercito Francez, temos ratificado, e ratificamos os artigos addicionaes à Convençam juncta, para serem executados na sua forma e theor.

O DUQUE DE ABRANTES.

No. XLV.

Nota da Juncta Suprema do Porto ao Almirante Cotton, com as instrucções sobre o futuro Governo do Reino.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor! A Juncta do Supremo Governo, instituida nesta Cidade do Porto, se considera obrigada a participar a V. Ex^a. as deliberações, que ella tem tomado sobre o Governo de Portugal, logo que a Cidade de Lisboa seja livre do poder dos Francezes.

He crível que a dicta Cidade, em razam da sua grandeza, e de ser a Capital do Reino, nam queira reconhecer subordinação a outro qualquer Governo, e que antes pelo contrario pertenda, que ella seja reconhecida como suprema, por todas as mais Cidades, Villas, e Povoações do Reino.

Convem prevenir, e cortar todas estas duvidas, que podem inquietar os Povos, ainda antes d'ellas nascerem.

Para este fim nada pode ser tam util como restituir, e reintegrar o Conselho da Regencia instituido pelo Principe Regente.

E como por auctoridade Suprema foi instituido o dicto Conselho da Regencia, e a dicta auctoridade Suprema reside hoje na Juncta, instituida na Cidade do Porto, he certo, que por auctoridade desta Juncta deve ser restituído, e reintegrado o Conselho da Regencia, na Cidade de Lisboa; e para que assim se cumpra, a Juncta Suprema do Porto tem deputado hum dos seus Membros com as Ordens, que constam da copia juncta, nas quaes consiste o modo mais simples, e mais legal, que se pode adoptar para ser logo restituído o Conselho

Agosto 1808.

da Regencia da Cidade de Lisboa, sem dar tempo nem occasiam aos povos a que se ponham em desordem, e desassocego.

A sobredicta Juncta do Supremo Governo espera que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Almirante C. Cotton tome debaixo da sua protecçam esta importantissima deliberaçam, que ella tem tomado, por ser sem duvida a que mais convem ao bem de toda a Naçam, e a ao Serviço do Principe do Brasil.

A mesma Juncta consagra todos os seus Officios de Obsequio ao Illustrissimo Senhor Almirante C. Cotton.
Porto 4 de Agosto de 1808.

Ordens que acompanháram a Nota.

Em nome Principe Regente, N. Senhor.

A Juncta do Supremo Governo, instituida nesta Cidade do Porto, a instancia do Povo da mesma Cidade, á qual se tem unido, e se tem subordinado, livre e espontaneamente as Cidades, Villas, e Pessoas constituídas em Dignidade dos Estados Eccleziastico, Civil, e Militar, as Provincias do Minho, Tras-os-montes, e Beira, e vai seguindo o mesmo exemplo a Provincia de Alemtejo.

A Juncta do Supremo Governo, alliada com o Reino de Galliza, pelo Tractado de 5 de Julho do anno corrente, reconhecida pela Gram Bretanha, auxiliada e protegida pelos respeitaveis Exercitos, e Esquadras da mesma Naçam Britanica.

A Juncta do Supremo Governo, tendo tomado a glo-

Agosto 1809.

riosa empreza de restaurar a Monarchia Portugueza em toda a sua extensam, e de restituir a Corôa de Portugal ao Seu Legitimo Soberano o Principe D. Joam Nosso Senhor actualmente assistente nos seus Estados do Brazil.

A mesma Juncta, tendo para este fim tomado em consideraçam, o resgate da Cidade de Lisboa ainda tyrannizada, e opprimida pelo infame jugo do Commun Inimigo, e a total extincçam ainda dos mais pequenos restos da Dominaçam Franceza, em todo o Reino de Portuga!.

E tendo outro si tomado as medidas mais conformes, e adherentes ás Reaes Intençoes do Principe Regente N. Snr., e as mais proporcionadas e conducentes á tranquillidade, e socego dos Povos de todo o Reino: Tomou a resoluçam de fazer renascer, e reintegrar o Conselho da Regencia, Decretado pelo Principe Regente Nosso Senhor no dia 26 de Novembro do anno proximo passado de 1807, sendo feita a renovaçam do dicto Conselho, na forma e com as declaraçoens seguintes.

PRIMEIRA.

O Dezembargador Luiz de Sequeira da Gama Ayala Membro desta Juncta do Supremo Governo desde a sua instituiçam, por Ordem da mesma Juncta, em Nome della, e com a sua auctoridade vá á Cidade Lisboa, e junctamente com o Dezembargador do Paço Joam Antonio Salter de Mendonça como Procurador da Corôa e Secretario do sobredicto Conselho da Regencia, e na falta delle, com o Dezembargador do Paço Manoel Nicoláo Esteves Negrã Chanceller Mor do Reino, logo que a Cidade de Lisboa esteja livre do poder dos

Agosto 1808.

Francezes, convocaram hum Congresso das Pessoas seguintes: D. Francisco de Noronha—Francisco da Cunha—O Conde Monteiro Mor, se estiver em Lisboa, D. Miguel Pereira Forjaz, e os sobredictos Dezembaradores Luiz de Siqueira da Gama Ayala, e Joam Antonio Salter de Mendonça, ou, na falta delle, o Chanceller Mor Manoel Nicoláo Esteves Negrão.

SEGUNDA.

Neste Congresso instituido na forma sobredicta serem eleitos os Membros que faltarem para o numero dos cinco determinados por S. A. R. no seu Decreto de 26 de Novembro, com a exclusiva porem de todas as pessoas, que pela extincção do Conselho passaram a ser membros do Governo Francez, e com a advertencia de que nesta eleição deverá lembrar, que no Decreto de 26 de Novembro se acha lembrado por S. A. R. D. Miguel Pereira Forjaz, e no Alvara de 23 de Novembro de 1674 sam contemplados para a Regencia do Reino os Arcebispos de Braga, e Evora.

TERCEIRA.

Os ajustes, e contractos, de qualquer modo feitos, entre esta Juncta do Supremo Governo e o Reino de Galliza, e Gram Bretanha, ou com quaesquer Pessoas deste Reino, se haveram logo por firmes, e permanentes; a fim de que tenham o seu plenario e devido effeito.

QUARTA.

O sobredicto Conselho da Regencia instituido, e reintegrado na sobredicta forma, logo que for reconhecido por esta Juncta (e nam antes) deverá reassumir o Governo de todo o Reino, na forma em que lhe foi conferido pelo Principe Regente Nosso Senhor, e pelo

Agosto 1808.

mesmo facto do reconhecimento, que esta Juncta fizer do sobredito Conselho da Regencia, ficará cessando toda a Jurisdicçam e Auctoridade de que ella tem usado até agora.

No caso porém em que o mesmo Conselho da Regencia, novamente restituído, venha a ser alterado ou interrompido por nova invazam dos Francezes (o que Deos nam permita) ou por qualquer outro motivo, por esse mesmo facto esta Juncta do Supremo Governo deverá logo reassumir, e pôr em uso o mesmo Poder, Auctoridade, e Jurisdicçam, que tem tido desde a sua original instituiçam até agora. Porto, Paço Episcopal em Juncta, 4 de Agosto de 1808.



Agosto 1808.

No XLVI.

Artigos de huma Convençam ajustada entre o Vice Almirante Seniavin Cavalleiro da Ordem de S. Alexandre, e outras Ordens da Russia; e o Almirante Cavalleiro Carlos Cotton, Baronette, para o rendimento da Frota Russa, agora ancorada no Rio Tejo.

Art. 1. Os navios de guerra do Imperador da Russia, que agora se acham no Tejo, especificados na lista juncta, seram entregues ao Almirante Cavalleiro Carlos Cotton, immediatamente, com todos os seus provimentos, como agora se acham, para serem restituídos a S. M. Imperial, dentro de seis mezes depois da conclusam da paz entre S. M. Britanica, e S. M. Imperial o Imperador de todas as Russias

Art. 2. O Vice-Almirante Seniavin, com os Officiaes, marinheiros, e soldados de marinha, debaixo do seu commando voltaram para a Russia sem condicam ou estipulaçam, relativamente ao seu serviço futuro, e seram transportados para la em navios de guerra, ou vasos proprios, á custa de S. M. Britanica.

Dado e concluido a bordo da navio Twerday, no Tejo, e a bordo do navio de S. M. Britanica Hibernia, na paragem da boca do mesmo rio, aos 3 de Setembro de 1808.

(Assignados)

DE SENIAVIN.
CARLOS COTTON.

No. XLVII.

Officio do General Bernardim Freire ao Bispo do Porto Presidente da Junta Suprema sobre o caso de se arvorar Bandeira Ingleza na Torre de S. Giam.

Quartel General de Mafra 6 de Setembro 1808.

Tenho a honra de transmittir a V. Exc. a copia de huma carta, que recebo neste instante, do Coronel Murray, e que corresponde perfeitamente á opiniam, que sempre tive, da conducta dos nossos alliados. A nossa bandeira está arvorada na torre de S. Giam, que está guarnecida pelo Regimento da artilheria da Corte. O Almirante, que commanda a esquadra Russiana, nos mandou dar os parabens, por esta occasiam. Assim esperamos, com o auxilio da Providencia, que nada se opporá aos nossos esforços, e sinceras intenções, que tem determinado tantos homens de honra, e de probidade a sacrificar-se ao serviço do nosso Principe, e da nossa Patria.

Tenho a honra de ser, &c

(Assignado.) BERNARDIM FREIRE DE ANDRADA.

Copia.

Campo, 5 de Setembro de 1808,

Chegando ao Campo, recebi huma carta do Ajudante General, que suppunha, que eu teria a honra de vos ver; mas como nam será possivel ter essa honra tam breve como eu desejaria, tenho a de vos escrever.

O Ajudante General me assegura em nome do General, que foi simplesmente por engano, que se arvorou

SETEMBRO 1808.

a bandeira Ingleza no forte de S. Juliam; que nada estava mais longe de suas intenções; e que ao momento que soube disso, mandou que se arriasse a bandeira Ingleza, e se arvorasse a de Portugal. Na verdade, seria melhor que nam tivesse succedido este engano; mas espero que V. Exa, e a Nação Portugueza nam veram nisto senam hum engano.

Devo tambem informar a V. E. que ha no Forte de S. Giam hum corpo de artilheria Portuguez, que tinha estado ao serviço dos Francezes. Parece-me, pelo theor da carta do Ajudante General, que a intençam do General he retirar-los do Forte; mas ao mesmo tempo estou encarregado de pedir a V. E. que dê a conhecer a sua opiniam, e o seu desejo a este respeito.

Nam posso finalizar sem exprimir a V. E. quanto sou sensivel a suas attenções, desde que o meu Corpo se unio ao de V. E.; assegurando-vos que sou, &c.

(Assignado) MURRAY.

Ao General, B. Freire de Andrada.

No. XLVIII.

*Representação do Juiz do Povo de Lisboa ao General em
Chefe do Exército Inglez.*

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor! Em nome de todo o Povo desta Capital, o Juiz do mesmo, vem á respeitavel presença de V. Ex^a. para em primeiro lugar lhe agradecer, e a S. M. B. a continuacão das provas de amizade, e nunca interrompida alliança, que acaba de se confirmar na batalha do Vimeiro (nome memoravel a todos os seculos para gloria da Gran Bretanha, e para reconhecimento de Portugal) que faz esquecer, com puras realidades, o que em vozes, tantas vezes mentirozas, se fazia soar das de Marengo, Jena, e Austerlitz. Hum devido signal de voluntariasu bmissam, huma demonstraçam de alegria, que os coraçoens dos Portuguezes, por voto unanime publicam, sem necessidade de constrangimento, com que esses monstros de iniquidade arrancáram tantas condescendencias: e exaqui o que me traz á presença de V. E. vencedor verdadeiro dos affectos invenciveis; e nella á do grande Rei a quem Lisboa se reconhece, e subscreve, para todas as idades, a publica confissam de devedora da sua liberdade.—Sim Ex^m Snr, nam he outro o objecto da minha vinda pessoal aos pes de V. E.; porém ja que tive a ventura de estar servindo, em tal momento, hum lugar, que no cumprimento deste dever fica ainda mais honorifico, peço a V. E. licença para misturar, com este officio, outro em que toda esta Capital he interessada. Estam vencidos os chamados invenciveis; a affectada omnipotencia do horroroso monstro, que excede em ambiçam a todos os homens

SETEMBRO 1808.

está mostrada tal como todos os sensatos a entendêram sempre. Nada então resta Ex^{mo}. Snr. e a gloria da Gram Bretanha, quanto a Portugal, está completa, mas a Portugal he que resta muito. Os Portuguezes estam affrontados na sua Religiam, no seu throno, na sua honra, nas vidas, e nos bens: ¿pode o Alliado fiel permittir, que isto fique sem desagravo? Os exercitos Portuguezes, estimulados pelos escandalos da Religiam, pelos insultos ao seu throno, pelas aleivosias nunca vistas praticadas debaixo de hum proclamaçam, que so promettia protecçam e amizade, contando sempre com a Gram Bretanha para as faltas, que aquelle bando de Ladroens fez realisar, estavam promptos a sacudir da Capital o negro veo do oprobrio, e da affronta que a cobre. Elles cedêram e deviam ceder a V. E. o primeiro lugar; até para assim o terem os Inglezes de mostrar a estes impostores, que nam sam só no mar terriveis guerreiros: mas nam cedêram, nem podiam ceder, o direito da Naçam, a desaffrontar os seus altares, e o seu throno, a honra, e a segurança Portugueza.

O nosso Monarcha, elle mesmo, nam podia tirar os direitos sagrados, que a Naçam pela sua Religiam reclama. Elle nam éra capaz de fazer, que a sua clemencia offuscasse a sua justiça; elle nam impediria a torrente das unanimes vontades, que unindo os pastores ao rebanho, o Sacerdocio ao Imperio, a Igreja á Magestade, sollicitam a satisfacçam e o exemplo. ¿O seu auxiliador, o seu alliado hade entam deixar tudo isto sepultado nos horrores de hum labeo para sempre? Primeiro; he necessario manejar a segurança de Lisboa, e a sua liberdade. Segundo; sam necessarios

SETEMBRO 1808.

refens, ou penhores para o que Portugal tem em França. Pois bem, sem offender os direitos da gratidam, Portugal e Lisboa querem, á custa de tudo, desagravar-se.—V. Ex^a. nam falta aos seus tratados; mas permite, que a Naçani e os Generaes Portuguezes embarguem o que respeita a salvarem estes ladroens aleivosos os seus furtos, e a obterem a sua impunidade. Lisboa sacrifica tudo a V. Ex^a., mas por isso mesmo espera, que V. Ex^a lhe conceda por si, e obtenha do Excelentissimo Almirante que nestes dous pontos os artigos se suspendam. Hum bando de ladroens aleivosos nam he exercito, que entre em capitulaçam honrosa, e neste ponto a generosidade, e a clemencia passam, com disse o Orador Romano, a ser injustiça e inercia. Deus guarde a V. Ex^a. tanto tempo, quanto lhe deve de-sejar quem reconhece em V. Ex^a. o mais digno objecto de eternos votos e memorias, Lisboa, 6 de Setembro de 1808.

(Assignado.) O JUIZ DO POVO.

SETEMBRO 1808.

No. XLIX.

*Representação do Juiz do Povo de Lisboa ao General em
Chefe do Exercito Portuguez.*

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor. Leva-me a obrigação do honrado officio que indignamente occupo, aos pes de V. Excellencia a render lhe em nome do Povo de Lisboa, as devidas graças pelo favor de cooperar para esta Cidade haver de libertar-se. Deveria faze-lo igualmente a todos os Excellentissimos Generaes do Exercito, que concorrêram para este obrigantissimo beneficio; porem a incerteza do lugar, e mesmo a necessidade de assistir ao desempenho deste officio, mo nam permittem. Peço por tanto a Vossa Excellencia, que exercitando comigo a sua bondade, queira, quando a occasiam o permittir, participar aos seus Excellentissimos Collegas a intençam do Povo de Lisboa, e do seu Juiz e que todos supplicamos muito respeitosamente a Vossa Excellencia aos mais Excellentissimos Senhores, que dignando-se tomar em consideraçam a substancia de hum officio, que hoje apresentei ao Excellentissimo Senhor General Dalrymple, e que a Vossa Excellencia tenho a honra de offerecer em copia, hajam de haver por bem o tomar como sua a causa da Religiam, da Naçam, e da Monarchia Portugueza. Todos confiamos e esperamos tudo da grandeza, virtudes, e brilhantes qualidades de Vossa Excellencia. Deus guarde a Vossa Excellencia muitos annos. Lisboa, 6 de Setembro de 1808.

O JUIZ DO POVO.

No. L.

Representação do Juiz do Povo de Lisboa ao Almirante Inglez no Tejo.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor—O Officio de Juiz do Povo, que bem fôra do meu merecimento occupo, nesta Capital, me poem na necessidade de importunar a Vossa Excellencia. Eu ja representei ao Excellentissimo Gen. em Chefe do Exercito da Gram Bretanha neste Reino, em huma Representação, que inclusa ponho na presença de Vossa Excellencia por copia. Agora nam so por obrigação de me apresentar a Vossa Excellencia, mas tambem para suplicar a sua protecção ao mesmo fim, he que trago pessoalmente este officio.—Excellentissimo Senhor, se o Exercito Britanico veio gloriosamente quebrar os grilhoens, que arrastava o povo Portuguez; se huma tropa de aleivosos roubadores ja vai sentindo a força dos generosos vencedores do Vimeiro, fazendo restituir os roubos, que se lhe reclamam; eu em nome do Povo deste Reino reclamo perante Vossa Excellencia tudo quanto estes ladroens tem, alem do que trouxeram; porque tudo he roubado em Portugal; alem do que ja mandaram, que tambem exige consideração, para entrar em contas com a satisfação que a Religiam, o Throno, e a Nação inteira exigem muito clamorosamente. Tudo Excellentissimo Senhor se deve restituir. O miseravel orfão, ou a viuva dos fins de Portugal,

SETEMBRO 1808.

nam podem vir reclamar. Eu reclamo por elles. O direito delles sobre o seu pouco, nam he menos que o dos grandes sobre o seu muito. O Publico pois ainda deve merecer mais que qualquer particular. He pelo publico de todo o Povo que o meu officio exige que eu reclame. Tire-se tudo o que tem, e nam escape o que escondem até nas marca dos botoens; e o Publico vendo tudo restituído ao Regio Erario (dono de tudo o que nam tem outro) cantará vivas a Vossa Excellencia, de quem eu sou.

O mais attento servo
(Assignado) O JUIZ DO POVO.

Lisboa 6 de Septembro de 1808.

No. LI.

Carta da Junta de S. Thiago de Casem á Regencia do Reino de Portugal, e sua resposta.

Senhor Presidente. Os Deputados, que compoem a Juncta da Villa de S. Thiago de Casem, da Provincia de Ourique, tem a honra de ser talvez os primeiros, que se approximam á presença de V. A. para exprimir a nossa incomparavel alegria, tendo a gloria de sermos humildes vassallos de V. A. e da Serenissima Casa de Bragança. Assim que se soube nesta Villa de que os fieis e zelosos vassallos do Reino do Algarve tinham proclamado o nosso Soberano, nós fomos promptissimos em continuar a mesma proclamação, que sempre se conservára indelevel nos nossos corações, e procedemos a levantar a Villa contra o infame jugo; juntando-nos com os lugares vizinhos de Grandola e Sines, onde atacamos o Governador Francez, que mandamos preso para Gibraltar, arvorando desde aquelle momento o Estandarte Real na Villa de Alcacer do Sal. Desde os 27 de Junho, que nos puzemos debaixo da authoridade da Regencia, os nossos corações, em hum transporte de alegria, se enchêram de tal fortaleza, que nos temos sempre exposto até a ultima gota de sangue, fazendo frente ao inimigo em Comporta, onde soffremos da sua parte repetidos ataques, havendo-se intrincheirado com todas as munições de guerra do Castello de Setubal. Ao mesmo tempo, para evitar a anarchia, nos submettemos á Regencia da Cidade de Beja, que se intitoulou Suprema, em nome de V. A. e assim con-

SETEMBRO 1808.

tinuamos até ter noticia certa de que a Capital estava restituída á Real e legitima authoridade; e portanto esperamos as ordens, que V. A. for servido transmitir-nos.

CARLOS JOSE DE SOUZA, Secretario.

S. Thiago de Casem, 8 de Setembro de 1808.

Resposta da Regencia a Junata.

O patriotismo e admiraveis esforços das Provincias de Portugal, e do Reino do Algarve, com a assistencia das tropas de S. M. Britanica, e visivelmente abençoadas, e protegidas pela Divina Providencia, expelliram as tropas Francezas, e ao mesmo tempo removêram o despotismo com que ellas impediam o exercicio d'aquelle Governo, que o Principe Regente N. S. estabeleceu por hum Decreto e Instrucções de 25 de Novembro passado. Os Governadores D. Francisco da Cunha de Menezes, e D. Francisco Xavier de Noronha, com a assistencia do Secretario Joam Antonio Salter de Mendonça, que se achavam sem impedimento, chamáram para a Regencia o Conde Monteiro Mor, e D. Miguel Pereira Forjaz, como substitutos do Governador ausente o Marquez de Abrantes, e do Secretario Conde de S. Payo, que tinha impedimento para assistir; e todos elles reasumiram o exercicio de suas funcções, que tinham sido suspendidas, desde o primeiro de Fevereiro do presente anno. Na conformidade dos poderes dados no dicto Decreto, ellegêram para o lugar dos Governadores ausentes, que eram o Principal Castro, e Pedro de Mello Breyner; o Marquez das Mi-

SETEMBRO 1808.

nas, e o Bispo do Porto, e déram ordem que tudo se tratasse, regulasse, e determinasse, conforme ás leis, e costumes observados antes do primeiro de Fevereiro passado, sem a menor alteraçam.—E como a Juncta de S. Thiago tem fiel e zelosamente ajudado á restauraçam da nossa liberdade, e do suave Governo do nosso Principe, e agora appresenta a sua obediencia e profundo respeito, os Governadores lhe agradecem os seus serviços, e os dos leaes habitantes daquella Villa, e querem que isto seja communicado a todos os dictos lugares.

Lisboa 23 de Setembro de 1808.

JOAM ANTONIO SALTER DE MENDONÇA.

SETEMBRO 1808.

No. LII.

Proclamação dos Commissarios Britannicos e Francez encarregados de fazer executar a Convenção ajustada entre os respectivos Commandantes em Chefe.

Para cumprimento das estipulações feitas na Convenção ajustada para a evacuação de Portugal pelo exercito Francez, assentamos, que toda a qualidade de propriedade confiscada, ou usurpada dos vassallos, ou outras pessoas residentes em Portugal, ou dos Palacios Reaes, Bibliothecas publicas e Museos, ou de outras pessoas ainda existentes em Portugal, deveria ser restituída.

Nós os Commissarios encarregados da execução da dicta Convenção, visto que S. E. o Commandante em Chefe do exercito Francez o tem ja feito saber ao seu exercito, houvemos tambem por justo, e conveniente fazer publicar o mesmo, para instrucção de todos os que nisto forem interessados; e para facilitar a restituição, ou o recibimento de taes propriedades, julgamos conveniente nomear huma Commissam, composta de tres pessoas; a saber o Sr. Tn. Coronel Trant, o Sr. Antonio Rodrigues de Oliveira, e Mr. Debluis, Commissario de guerra que se junctaram no largo do Loreto N. 8., os quaes sam nomeados a fim de receber, inquirir e julgar de todas as reclamações desta natureza; devendo receber a devida execução as suas ordens de restituição de propriedade, seja quem for a pessoa a quem ellas forem dirigidas. A fim de segurar a conservação dos objectos, on moveis, que fôram tirados das Casas Reaes, ou publicas, para uso e commodo

SETEMBRO 1808.

de quaesquer Generaes, administradores, ou outros individuos do exercito Francez, declaramos que as pessoas, que possuirem propriedades sequestradas ou usurpadas, ficam responsaveis por ellas, seja qual for a casa ou lugar para onde ou donde tenham sido removidas. Estes mesmos possuidores devem fazer a descripçam de todos os moveis, com o nome de seus proprietarios, ficando obrigados a todo o seu contheudo; e que será entregue somente depois da prova legal de direito de propriedade. Os possuidores dos artigos acima mencionados deveram apprezentar, nesta Commissam, huma relaçam exacta de tudo quanto possam ter em seu poder das referidas propriedades. E todas as pessoas poderam dirijir-se seguramente a este tribunal. Julgamos igualmente necessario fazer saber a todos aquelles a quem pertencer, que toda a compra dos artigos tirados de arsenaes publicos ou armazens, desde o dia 30 de Agosto, ou qualquer objecto que legalmente se provar haver sido illegitimamente vendido, ou distrahido em qualquer tempo, ainda anterior ao dicto dia 30 de Agosto, será nulla e de nenhum effeito; e os artigos usurpados, e os compradores sujeitos á pena decretada pelas leis. A Commissam empregada para receber as reclamaçoens, e facilitar a restituicam das propriedades, terá as suas sessoens em casa do Snr. Antonio Rodrigues de Oliveira N. 8. no Largo do Loreto. Lisboa, 10 de Setembro de 1808.

(Assignados) O Commissario Francez para a execuçam do Tratado de 30 de Agosto. O GENERAL KERMANN.

W. C. BERESFORD, Major-General.

PROBY, Tne. Coronel.

Com'nissarios Britannicos.

LERMANN.

SEXTEMBRO 1808.

No. LIII.

Proclamação do General Dalrymple aos Portuguezes.

Portuguezes ! Os successos, com que aprouve ao Altissimo abençoar as armas Britanicas, acceleráram o momento, em que eu creio ser do meu dever dirigir-me aos fieis, e leaes habitantes deste paiz: anciosamente aproveito esta occasiam para tranquilisar os timidos, reprimir os descontentes, se he que os ha entre vós, e segurar á nação toda, que as forças, que commando, nam tem outro objecto em vista, senam restabelecer o antigo Governo, que por tanto tempo, e tam gloriosamente tem presidido a seu destino; e cuja volta sera, sem duvida, acolhida pelas acclamaçoens unanimes de hum povo tam generoso como leal.

A presença de hum exercito inimigo, senhor da Capital, e que tinha á sua disposiçam os melhores, e mais importantes meios e recursos do Reino, tinha de algum modo tirado aos estimaveis e leaes Vassallos de Portugal os meios de resgatar a sua Patria do jugo estrangeiro; com tudo a pezar destas desvantagens, os esforços patrioticos fizeram tentativas, e o espirito nacional se manifestou simultaneamente em todas as Provincias, de huma maneira tam valorosa como honrada. Estes generosos esforços abríram o caminho ao restabelecimento da Monarchia.

Entre tanto a pezar da energia, que mostráram éstas provincias para formar e disciplinar huma força respeitavel, destinada a libertar o Reino, a assistencia do antigo e fiel alliado de Portugal, nam era menos necessaria para accelerar este glorioso resultado. O

muito que S. M. Britanica se interessa a respeito de seu alliado, e a coragem que distinguio sempre o character Inglez trouxe em breve hum poderoso exercito ás prayas de Portugal.

Huma parte do exercito Portuguez se reuniu ao exercito Inglez, logo que as circumstancias locais o permittiram, entretanto que a outra parte deste mesmo exercito fazia huma poderosa diversam em outros pontos. As duas naçoens se puzeram de acordo, para tomar as medidas necessarias á destruição do inimigo commum: as manobras e as operaçoens destas forças alcançaram a victoria. Os revezes, e a expulsam definitiva dos Francezes abriram o caminho ao restabelecimento da Monarchia Portugueza. Este feliz acontecimento era o mais glorioso dever, que S. M. Britanica podia impor a hum General Inglez.

Na generosa politica da Gram Bretanha nam se acha nem vistas de ambiçam, nem projectos de engrandecer-se: fiel aos principios de honra, e á boa fé, que tem sempre dirigido a sua conducta, a Inglaterra nam vê nos acontecimentos actuaes de Portugal, se nam os felizes meios de estabelecer a ordem, de fazer reentrar o Soberano e o povo nos seus legitimos direitos, de que estavam esbulhados.

Executando éstas vistas, e na minha qualidade de Commandante em Chefe das forças Britanicas, preencherrei, o melhor que puder, as vistas d'El Rei meu amo: segurarei, da maneira mais efficaz, os interesses de Portugal, restituindo ao exercicio de sua authoridade o respeitavel Conselho a que S. A. R. o Principe Regente tinha crido dever confiar o poder Supremo, logo que os insultos de hum inimigo implacavel, e o

SETEMBRO 1808.

desejo de conservar as suas vastas possessões, além do Oceano Atlantico, o forçaram a apartar-se dos seus Estados da Europa.

Hum dos membros respeitaveis do Conselho, que S. A. R. tinha encarregado do Poder Supremo, foi desgraçadamente tirado para fóra do Reino, pela authoridade ou perfidia do inimigo: ésta infelicidade priva o seu paiz dos serviços, que elle lhe poderia prestar n'um momento tam critico, como aquelle em que nós estamos. Outros membros deste Conselho, mostrando apparencias de afeiçam aos interesses da França, fizeram que fosse impossivel, neste momento, o seu restabelecimento á frente dos negocios publicos.

Em consequencia disto, as benemeritas personagens mencionadas nesta, membros honrados, e fieis da Regencia nomeada por S. A. R. que nam incorrêram na inhabilidade, que se oppoem aos outros seus collegas, sam convidados a vir para Lisboa, e reassumir as funcções de que estávam encarregados, até que se saiba a vontade de S. A. R. a este respeito. Estas virtuosas personagens sam. O Conde de Castro Marim, do Conselho de S. A. R. D. Francisco Xavier de Noronha, do Conselho de S. A. R. Gram Cruz da Ordem de S. Tiago, Presidente da Meza da Consciencia, e Tenente General. Francisco da Cunha e Menezes, do Conselho de S. A. R. e Tenente General dos exercitos. Joam Antonio Salter de Mendonça, Desembargador Paço, e Procurador da Coroa. D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho, do Conselho de S. A. R., e Brigadeiro General.

As jurisdicções inferiores, os Tribunaes, as Authoridades constituídas e legaes do Reino, todas as pessoas

SETEMBRO 1808.

de qualquer condiçam que sejam, reconheceram este Conselho, e lhe prestaram a submissam, e respeito que lhe sam devidos.

Na minha qualidade de Commandante das forças Inglezas julgarei como o primeiro, e mais importante dos meus deveres, o manter a authoridade desta fôrma de Governo, estabelecido para segurar a tranquillidade e a subsistencia da Capital, assim como para fazer reviver a antiga prosperidade do Reino. Logo que tivermos alcançado este desejado fim, que só a perfidia, ou a malevolencia nos poderam obstar a que nam obtenhamos, deixará de ser necessaria a demora das tropas em Portugal; porém até se obter este fim, tomar-se-ham as medidas mais rigorosas, e promptas, para manter a paz, e a boa ordem; e todos os perturbadores da tranquillidade publica seram punidos com a maior severidade, em todas as partes do Reino.

Dada no Quartel General do Exercito Inglez, Praias, 11 de Setembro de 1808.

(Assignado) HEW DALRYMPLE, Commandante
das Forças Britanicas em Portugal.

SETEMBRO 1808.

No. LIV.

Resumo do Protesto feito por Bernardim Freire de Andrada, General das tropas Portuguezas, contra os artigos da Convenção acordada entre os Gen. dos exercitos Inglez e Francez para a evacuação de Portugal.

Eu protesto, em geral, porque este Tratado he falto da contemplaçam, que he devida a S. A. R. o Principe Regente, e Governo que o representa; porque pôde ser injurioso á authoridade do Soberano, e independencia deste Governo; e por tudo que pode ser contra a honra, segurança, e interesses da Naçam. Eu protesto contra o que se estipulou nos seguintes artigos.

Art. I. IV. e XII. Porque estes artigos determinam o rendimento dos fortes Portuguezes, armazens, e navios ás forças Inglezas, sem declarar solemnemente, que este rendimento éra momentaneo; e que havia tençam de os restituir immediatamente ao Principe Regente de Portugal, ou ao Governo que o representa, a quem elles pertencem, e em cujo auxilio os Inglezes vinham como auxiliares.

Art. XXI. Porque tende a ligar o Governo deste Reino a nam justiça com o devido castigo aquellas pessoas, que foram notoria, e escandalosamente desleaes ao seu Principe, e á sua Patria, unindo-se e servindo ao partido Francez; e ainda no caso de que a protecçam do exercito Inglez pudesse livrallos do castigo que mereciam, nam devia com tudo prevenir a sua expulsam, pela qual nam teria este Paiz que temer, o ser ao depois trahido pelos mesmos homens.

O I. dos art. addicionaes—Este artigo nam pode por

SETEMBRO 1808.

forma alguma ligar o Governo deste Reino; pois nam se estipulam condições reciprocas.

Protesto finalmente pela falta de attenção á segurança dos habitantes da Capital, e seus suburbios; nam se havendo estipulado nada em seu favor, para segurar que elles nam fossem vexados e opprimidos pelos Francezes durante a sua demora—nem ainda hum equivalente pelo que se estabeleceo nos art. XVI. e XVII. em favor dos partidistas Francezes.

E a estes capitulos limito o meu protesto, em ordem a nam fazer huma lista demasiado extensa de outros objectos de menor importancia, taes como a concessam de 800 cavallos, que se fez sem considerar, que quasi todos elles pertenciam a Portugal, e que assim se nam podiam contemplar como propriedade dos Francezes: e os armazens do exercito, cheios á custa do Paiz, e consequentemente pertencentes de facto, nam de direito aos occupantes da terra.

Quartel General da Encarnação, 14 de Setembro de 1808.

(Assignado) BERNARDIM FREIRE D'ANDRADA.

SETEMBRO 1808.

No. LV.

Estat da Commissam para a execuçam da Convençam de Cintra.

Os Commissarios authorizados para as reclamaçoens da parte dos Inglezes e Portuguezes fazem saber a todas as pessoas, que em seu poder tiverem quaesquer effeitos e moveis, pertencentes á Familia Real, ou aos Fidalgos, e mais pessoas, que acompanháram a S. M. e A. A., ou quaesquer fazendas, e moveis, pertencentes a vassallos da Gram Bretanha, que fossem sequestrados por ordem do Governo Francez; que no termo de dez dias, contados desde 22 do presente mez de Setembro, os devem manifestar na Secretaria da Commissam no Largo do Loreto N. 8, sob pena de que nam os manifestando, e constando que maliciosamente os occultáram, pagaram o tresdobro do valor dos mesmos effeitos aos seus proprietarios; e que na mesma pena incorram aquellas pessoas, que nam denunciarem, sabendo onde se acham.

Lisboa, 14 de Setembro de 1808.

N. TRANT.

ANTONIO RODRIGUES D' OLIVEIRA.

DEBLUIS.

No. LVI.

*Representação do Juiz do Povo de Lisboa ao Dezemburgo do
Paço, e Junta do Commercio.*

Senhor! Quando huma calamidade geral poem em consternaçam hum Reino inteiro, he entam que cumpre aos grandes Tribunaes, que representam na mesma Naçam, interpor os seus officios para obter o possivel remedio. Vio-se que com huma aleivosia infame, sob proclamaçam de amizade, se apoderaram de Portugal os Francezes, e que entam praticaram barbaridades contra a Religiam, contra o throno Augusto, e contra todo o Direito das Gentes. Acudiram a isto os antigos, fieis alliados de Portugal, e vencidos os monstruosos usurpadores, quando se podia esperar huma satisfacçam completa, o que em fim se publica he que ha huma Convençam de tractado, que se vai pôr em practica, mas que apenas se sabe que existe, porque o diz a Proclamaçam de 10 de Setembro.—Ignora o publico o contheudo e só sabe que nesta Convençam nam figuraram os tres Estados do Reino; que na mesma se deixam sem satisfacçam os crimes de Lesa Magestade Divina e Humana; e que nam se indemnizam as mortes os roubos, e toda a casta de crimes, perpetrados com tanta aleivosia. A proclamaçam promette reclamar-se tudo o confiscado, e usurpado; mas a Religiam dos Portuguezes, a Magestade do seu throno, e a vida dos assassinados, ficam sem satisfacçam alguma. As Igre-

SETEMBRO 1808.

jas despojadas das suas alfayas ; as dos Reaes Palacios deterioradas, os depositos de rendas Reaes roubados ; em fim, o Povo reduzido á mendicidade, que faz impracticaveis as ruas da Capital ; nada disto se provê ; e o que se remetteo para a França nam entrou em conta alguma. Estes objectos sam de summa importancia. O exemplo da impunidade he consequentissimo á Religiam e ao Estado. A segurança das Monarchias depende de se nam deixar o exemplo de serem attaccados os seus direitos, sem castigo. Quem causou a consequentissima jornada de todos os Imperantes nam pode deixar-se sahir sem se vingar este mal incalculavel. He pois nestes pungentissimos termos que o meu zelo e o desejo de desempenhar as obrigaçoens de honrado e de fiel ao meu Soberano me trazem a reclamar pelos officios deste tribunal, implorando em nome de todo o povo do Reino, que haja de os fazer instantissimos, para ao mesmo tempo protestar toda a gratidam aos generosos alliados, que libertaram Portugal ; mas embargar, que se verifique huma Convençam, que os Francezes publicavam nam quererem que se saiba, para que se lhes nam impugne. Tudo quanto se convencionou, em prejuizo da Sancta Religiam ; sem alquem figurar por parte della, nam liga. Tudo quanto se convencionou em prejuizo da Coroa, sem se ouvir o seu representante, nem o da Fazenda, nam pode ter effeito : cumpra-se o ajustado com os vencedores do Vimeiro ; mas elles mesmos sam os que podem consentir, que fique inutil, e seja indigno delles a reclamaçam que permittem. Sim: pode reclamar-se o usurpado ; pois ursurpáram a Soberania, e he necessario restitui-la com todos os damnos e perdas. Usurpáram a

SETEMBRO 1808.

Magestade, e insultáram a Religiam atacando até o Delegado do Summo Sacerdote, e he necessario restituir tudo nam so a quem reclama, mas a quem o nam pode fazer, como os mortos, e auzentes, e aquelles a quem só deixaram misérias estes perturbadores do Mundo. Nam pode valer a Convençam a quem depois continúa os abuzos, e as hostilidades; como em Almada, roubando as sizas; no Lumiar, exigindo huma contribuiçam; na Moeda, tirando sommas, e sommas. E os Tribunaes maiores do Reino nam podem consentir, em que va para França, quem está ameaçando de que torna, antes de hum anno, acabar de estragar o pouco que deixa. Eis aqui o que neste se propoem, com todo o respeito, &c.

Lisboa, 14 de Setembro de 1808.

O JUIZ DO POVO.

Setembro 1808.

No LVII.

Representação do Juiz do Povo de Lisboa ao Almirante Cotton.

Torno a pôr na presença de V. Excellencia as reflexões que o meu officio, por hum lado, e por outro lado as instancias dos Portuguezes exigem que eu represente á Gram Bretanha, antes que haja de ter effeito algum a Convenção annunciada na Proclamação de 10 do corrente. Primeira, que nam podia deixar de merecer consideração a Coroa de Portugal e a Real Fazenda, para serem ouvidos os seus procuradores Regios, os Tribunaes, e Authoridades, sobre a dicta Convenção, a fim de se attender á indemnização dos Direitos, e Regalias, e se satisfazer a Magestade por modo digna della. Segunda, que igualmente mereciam attenção a Religiam, a Igreja, a Nação, e o Povo deste Reino, para serem ouvidos, e considerados os seus Direitos. Os escandalosos sacrilegios, os roubos, os assassinios, sem haver a tudo consideração, como convinha a hum acto, que vai apparecer no Mundo entre os monumentos mais respeitaveis para ambos os convencionantes. Terceira, que esta Convenção devia ter em primeira vista o nam parecer contradictoria com a mesma protecção de auxilio. Auxiliar a Espanha contra a França, e mandar para França forças, nam he so contradictorio mas até parece protecção da Francezes, e nam auxilio de amigos. Quarta, os Francezes vieram a Portugal nus, sem caixa, o que tem foi aquirido á Franceza; isto he por furtos, enga-

Tom. I.

Q

SETEMBRO 1808.

nos, e crueldades. Logo a Convençam, se os nam poem no primeiro estado he injusta, e contrária ao Direito das gentes, he auxiliadôra do crime; e por isso mesmo intoleravel, Quinta, dizem os Francezes, em publico, e em particular, que elles agora sam levados á França, e que voltam em menos de hum anno a Portugal, para entam destruirẽm tudo o que agora deixam. Isto he romper a Convençam, se ella acautellou o futuro; ou he provar que a mesma nam foi meditada com prudencia. Se se propõem de vir, he melhor *occurrere in tempore, quam post illatum vulnus remedium querere*; he melhor fazer-lhe agora o que entam será necessario e difficil. Quereem elles tornar aqui, ou nam? Se sim, para que se ham de deixar ir, sem aõ menos lhe tirar a faculdade de o remediarem: se nam, porque nam ham-de assignar os Representantes hum artigo publico de satisfacçam, e juramento, que ao mienos quandoprehendam voltar, faça ainda mais criminosa (se he possivel) tal intençam? Por onde ham-de vir? Se pór mar, entam a Gram Bretanha, que tem de os metter a pique, porque o nam faz agora? Se por terra, a Gram Bretanha tendo de ajudar os Espanhoes, e impedir-lhe a entrada, como pode, sem erro, accrescentar as forças que entam ha-de querer annihilar? Sexta, que os Francezes entrando desde a sua desfeita no Vimeiro, e fugida de Torres Vedras, em Convençam, elles mesmos tem rompido suas proposiçoens, e ajustes, e a boa fé de contractantes. Rompêram a fé, passando a roubar o Deposito publico, a Casa da moeda, o Deposito das cizas de Almada, como vai provado com documentos; assim como por elles se vê, que continuáram a roubar por meio da contribuiçam do Lumiar, que continuam

SETEMBRO 1808.

em assassinios nocturnos. Septimo, que entam se pode considerar valiosa desde o principio a Convençam, em prejuizo da Religiam, da Magestade do throno, da Independencia do Reino, da propriedade publica e particular, e de todos os direitos, que pelo Natural e das Gentes sam devidos aos Povos, e ás Naçoens: ainda entam o rompimento da mesma Convençam pelos Francezes, por tantos, tam publicos, e escandalosos factos, fazia que ficassem rotas de ambas as partes, pela regra vulgar de reciprocidade e igualdade entre os contra-hentes. Estas reflexoens pois sam as que em razam do meu officio, e d'aquellas instancias, ponho na presença de Vossa Excellencia para que fazendo-as entrar em consideraçam, com os seus Generaes, e os deste Reino, nam haja de consentir na execuçam de similhante Convençam, nem ainda por maioria de votos, se tanta fosse a desgraça; porque para esse caso reclâmo a Vossa Excellencia haja de esperar a decisam da sua Corte, sem com tudo demorar a plena restituçam do Castello, e Bandeiras, e a expulsam destes assassinos, e perturbadores da Corte, que ainda na noite passada fizeram o que prova o ultimo documento.

Deus guarde a Vossa Excellencia muitos annos, como roga todo o Povo em Lisboa, 14 de Setembro de 1808.

O JUIZ DO POVO.

No. LVIII.

Proclamação do General Hope aos Habitantes de Lisboa.

Habitantes de Lisboa! o vosso paiz he resgatado, e vós tornais a ser livres; a vossa bandeira nacional fluctua em toda a parte do Reino; e o Illustrissimo e Excellentissimo Snr. General em Chefe do Exercito Britanico está ancioso de restabelecer o vosso Governo Civil, sobre a mesma base em que o deixou o vosso amado Principe, quando, auxiliado pelos seus constantes amigos, e de seus Reinos, se salvou dos seus insidiosos inimigos. Sem perder hum momento, nós nos esforçamos de effectuar esta medida, e de substituir hum Governo Civil ao Militar, o que todavia hade levar alguns dias. Para que pois os mal intencionados (se he que os ha) nam convertam a verdadeira liberdade em demasiada soltura, e afim de evitar na presente crise as terriveis consequencias de hum tal acontecimento, cumpre ao Commandante em Chefe, e áquelles a quem tem immediatamente delegado a superintendencia da tranquillidade publica desta Cidade, vigiar com summo desvello na sua paz, e socego, e na segurança das pessoas, e propriedade de seus leaes e bons habitantes. Para conseguirmos este fim será indispensavel, por pouco tempo, conservar guardas fortes, piquetes, e patrulhas em varios sitios, a fim de se segurar e prender toda a pessoa, que se atrever a perturbar tranquillidade publica.

Regozijai-vos, Habitantes de Lisboa: vós tendes grandes motivos para regozijar-vos; e os vossos amigos Inglezes, participando os vossos sentimentos, se regozijam tambem com vosco; nam consintaes porem que

SETEMBRO 1808.

os mal intencionadas tomem dahi azo para motins ou confuzoens. Que se guardem disso ! pois que os mais vigorosos e effectivos meios estam preparados para prevenir, e embaraçar qualquer attentado desta natureza; e todo aquelle que for cumplice, será punido segundo as leis militares da maneira mais prompta, rigorosa, e exemplar ; e a fim de precaver a minima tentaçam de interromper o socego da Cidade, prohibimos, nas presentes circumstancias, o entrar com armas, e usar dellas pelas ruas ; e todos os armazens, ou tabernas onde por miudo se vende vinho ou licores espirituosos estaram fechados logo depois das seis horas da tarde, nam devendo abrir-se antes do sol nado, sob pena de prizam, e perdimento dos effectos.

Convocamos em fim todas as pessoas, que tem authoridade ou influencia, sejam do corpo da Magistratura ou fóra delle, e muito particulamente os sagrados Ministros da Religiam, para auxiliarem com sua influencia a força militar, a fim de manter a tranquillidade da Capital, até se conseguir o desejado fim de vermos entrar as constituidas authoridades Civis no exercicio de suas funcçoens. Viva o Principe Regente ! Viva ! Viva !

Lisboa 15 de Setembro de 1808.

(Assignado) JOAM HOPE, Tn. Gen.

LIX.

*Relatorio dos Commissarios Inglezes nomeados em Lisboa para
executar a Convençam de Cintra.*

Lisboa, 18 de Sept. de 1808.

Os commissarios para executar a Convençam de 30 de Agosto foram informados á sua chegada a Lisboa, de que individuos do exercito Francez estavam vendendo, e preparando para embarcar, propriedade que montava a grande somma, e que havia sido roubada da maneira mais singular, sem permissam reconhecida do Gen. Junot. Recebêram tambem informaçam de que a prata das Igrejas, resultado das contribuiçoens extraordinarias, que montava a 40.000 libras, se tinha derretido em barras, e estava ainda nas mãos dos differentes administradores Francezes, apparentemente com a intençam de ser levada para a França: que a somma de cerca de 25.000 libras se havia tirado do Deposito publico da Cidade de Lisboa aos 29 de Agosto, e foi posta no mesmo dia no thezouro do Reino; e removida dahi aos 2 de Setembro em directa violaçam da Convençam, para o fim de entrar na caixa militar do exercito: foi tambem provado, que, com ainda mais vergonhoso despejo das estipulaçoens do tractado, se tiráram effeitos dos armazens publicos para apetrechar as tropas Francezas, e para pagar dividas, por ordem expressa do Gen. Junot, subsequente á ratificaçam, montando á somma, como depois se verificou, a cerca de 16.000 libras.

Sobre a questam da propriedade roubada, os Commissarios, depois de alguma discussam, persuadiram ao Gen. Kellermann, a concordar com elles, em pensar

SETEMBRO 1808.

que a restituçam. de taes effeitos era igualmente exigida pelo respeito devido á honra de ambos os exercitos, e pelo espirito da Convençam; e foi por sua recommendaçam que o Gen. Junot publicou ao seu exercito as ordens que aqui vam junctas. Estas ordens nam produziram effeito algum, posto que as reclamaçoens dos habitantes de Lisboa cresciam todas as horas, e muitas das que se apresentáram aos Commissarios eram para effeitos de grandissimo valor. Houve muitas correspondencias com o General Kellermann a este respeito, tanto de viva voz, como por escripto. Todas as communicaçoens do General eram marcadas com o subterfugio, e profissoens vagas; e os commissarios foram por fim obrigados a insistir no estabelecimento de hum Comité para inquirir sobre as reclamaçoens apresentadas pelos Portuguezes, e que lhes serlam subministradas para este fim, com plena authoridade de citar as pessoas, e ordenar a restituçam.

A Cidade de Lisboa foi informada da instituçam deste Committé, pela proclamaçam inclusa, assignada pelos Commissarios de ambas as partes. Os trabalhos do Comité tem produzido os melhores effeitos: continuáram os do Comité até que todos os Francezes deixáram o Tejo, e obtivéram restituçam de propriedade publica, e particular, de huma grande somma, segundo o relatorio do deputado Britanico deste Comité, o Ten. Coronel Trant, cujo zelo, e actividade neste serviço fôram de grande merecimento.

A respeito da prata das Igrejas os Commissarios nam acháram artigo no tractado, que os authorizasse a reclama-la: mas como o primeiro artigo claramente designa o que he que o exercito Francez tem permis-

Setembro 1808:

sam de levar consigo; e como a prata em barras, e ainda o dinheiro até hum somma limitada nam se pode bem dizer que he caixa militar, elles submettéram as suas opinioens, sobre ésta materia, ao Quartel General, em 5 de Setembro; e as cartas incluzas, (humas que contem a intelligencia que o Coronel Murray dá á Convençam; e a outra as instrucçoens do Commandante em Chefe); fizeram com que elles informassem ao General Kellermann, que esta prata se nam podia levar em vasos Britanicos; porém nam authorizando a Convençam aos Commissarios a apprehende-la, foi concordado que se applicasse para o pagamento das dividas contrahidas pelo exercito Francez em Portugal; e nesta maneira se dispoz actualmente della; e por isso ficou a somma em Portugal que era o objecto dos Commissarios. O General Kellermann retractou o consentimento que dera no principio ás proposiçoens que se lhe fizéram sobre ésta materia; appellou para a decisam do Commandante em Chefe das tropas Britanicas; e foi em consequencia desta altercaçam, e na presença de S. Excellencia e do Coronel Murray, que se concordou por ambas as partes na explicaçam da Convençam, que vai inclusa, aos 10 de Setembro em Oeiras.

Os Commissarios pediram a restituçam de 25.000 Libras tiradas do Deposito Publico pouco depois da sua chegada a Lisboa; requeréram tambem, que se desse satisfacçam completa aos Directores dos armazens donde se haviam removido effeitos subsequeentemente aos 30 de Agosto: foi reconhecida a justiza destes petitorios, e se fizéram promessas de pagamento immediato, tanto ao principio, como foi aos 7 de Sep-

SETEMBRO 1808.

tembro. Estas promessas com tudo nam estavam preenchidas quando o General Junot se embarcou; e quando se lhe requereo que as executasse, representou o General Kellermann aos Commissarios, que a somma de dinheiro, que existia na caixa militar, nam chegava a 60,000 libras, que a explicaçam na Convençam reconhecia ser huma racionavel caixa militar; e que nestas circumstancias, elle considerava como annullado o accordo, em que se tinha entrado, de refundir as sommas. extrahidas do Deposito Publico, e restituir ou dar huma compensaçam pelos artigos tirados dos armazens publicos. A validade deste raciocinio nam foi por consequencia admittida; e os Commissarios se applicáram ao Almirante Cavalleiro Carlos Cotton, para detér a segunda divisam dos Francezes, assim como o General Junot, ate que estes pontos se arranjassem satisfactoriamente. Depois de muito litigio e discussam, concordou o General Kellermann, que as 40:000 libras que se requeriam para estes dous objectos, fossem suppridas pela caixa militar. Durante os tres ultimos dias que o Gen. Junot esteve no rio, deo o General Kellermann repetidas ordens ao Pagador geral para este fim; mas essas ordens fôram sempre evadidas com frivolos pretextos por aquelle sujeito; e os Commissarios se viram obrigados a ordenar-lhe, que desembarcasse no arsenal com a sua caixa, e entam foi o dinheiro effectivamente pago.

Algumas caixas de historia natural, tiradas do Museo Real, fôram restituídas sem grande difficuldade, assim como tambem hum numero de livros, colligidos das livrarias publicas, e das de Anadia, e Anjeja, para o uso particular do General Junot. Repetidas vezes se

SETEMBRO 1808.

reclamou huma Biblia de grande valor, e asseveráram os que tinham a guarda della, que certamente estava ao alcance, no momento em que os Commissarios a pediam. Mas elles nunca pudéram obter a sua restituicão ; havendo o General Junot authorizado ao General Kellermann a dar a sua palavra de honra por escripto de que se tinha mandado para a França.

Concluimos este relatorio referindo, que o comportamento dos Francezes, tem sido assignalado pelo mais vergonhoso des-respeito da honra e propriedade, mostrando publicamente a sua intençã de levar comsigo o seu roubado despojo, e deixar por pagar dividas reconhecidas ; e finalmente elles somente tem pago o que foram obrigados a repôr, e se lhes nam permittio levar: ainda que os Commissarios Britanicos representaram ao General Kellermann, que quaesquer que fossem as palavras, nunca podia ser o espirito da Convençã, que hum exercito, a titulo de caixa militar, ou de outro algum modo, levasse comsigo o dinheiro publico, deixando por pagar dividas publicas : e appelláram para que elle obrasse com justiça, pela honra do exercito, e naçã Franceza : e com tudo, indifferente às obrigaçoens da honra e da justiça, o exercito Francez levou com sigo huma somma consideravel na caixa militar ; deixando de pagar dividas em grande somma.

(Assignado)

W. C. BERESFORD,
Major General.
PROBY, Ten. Coronel.

A. S. o Tn. Gen. Cav.
Hew Dalrymple.

SETEMBRO 1808.

No LX.

*Aviso da Regencia do Reino, reinstalleda em Lisboa á Junta
Suprema que se tinha estabelecido no Porto.*

O Patriotismo, e admiraveis esforços das Provincias de Portugal, e Reino do Algarve, auxiliados pelas valerosas Tropas de Sua Magestrade Britanica, abençoados e protegidos visivelmente pela Divina Omnipotencia, expulsáram as Tropas Francezas. Removido assim o despotismo com que estas embaraçaram o exercicio do Governo, que o Principe Regente nosso Senhor estabeleceo pelo Decreto, e Instrucçoens de 26 de Novembro proximo passado; os Governadores Francico da Cunha e Menezes, e D. Francisco Xavier de Noronha, com assistencia do Secretario Joam Antonio Salter de Mendonça, que se acham sem impedimento, convocáram o Conde Monteiro Mór, e D. Miguel Pereira Forjaz, substitutos do Governador ausente Marquez de Abrantes, e do Secretario impedido Conde de Sampayo; e todos continuam no exercicio das suas Funçoens, suspensas desde o dia 1. de Fevereiro do corrente anno. Elegêram pelas faculdades do dito Decreto, e Instrucçoens, em lugar dos Governadores impedidos o Principal Castro, e Pedro de Mello Breyner, ao Marquez das Minas, e à V. Ex.; e mandam que tudo se tracte, regule, e determine na conformidade das Leis, e costumes observados até ao dicto dia 1 de Fevereiro, sem a menor alteraçam.

E como para a restauraçam da nossa liberdade, e suaye Governo de Sua Alteza Real muito concorrêram

SEPTEMBRO 1808.

as incessantes fadigas, e exemplar prudencia, com que V. Ex., e a Juncta Provisional dessa Cidade dirigiram toda a energia dos seus leaes Cidadãos para o unico fim da mesma restauraçam a que se propuzeram, sem os terriveis effeitos de paixóens particulares, nem effusam de sangue, dando com toda a dexterdade, e circumspecçam as providencias mais adequadas, e saudaveis: Os Governadores, contemplando com especialidade a V. Ex. e os Deputados da mesma Juncta, fizeram a dita eleiçam da Pessoa da V. Ex. para os ajudar na Regencia destes Reinos com as suas virtudes, e luzes: e tem no maior apreço tam relevantes serviços, que muito louvam, e agradecem, e poram na Real Presença de Sua Alteza com o respeitavel nome de V. Ex., e dos Deputados da mesma Juncta, que se tem feito tam benemeritos, e dignos da Patria: E outro sim mandam, que este se registre nos livros da Relaçam, e Camara dessa Cidade: o que tudo participa V. Ex., para que o faça presente aos mesmos Deputados, e todos assim o fiquem entendendo. Deos guarde a V. Ex. Secretaria do Estado dos Negocios do Reino, em 20 de Setembro, 1808.

JOÃO ANTONIO SALTER DE MENDONÇA.
Senhor Bispo do Porto.

SETEMBRO 1808.

No. LXI.

Aviso ao Vice Reitor da Universidade de Coimbra sobre a abertura das Aulas, e impressam do periodico Minerva Lusitana.

Os Governadores destes Reinos tendo presente a conta em que V. S. expõem a promptidam com que dissolveo o corpo dos Voluntarios Academicos, e a necessidade de suspender a abertura solemne dos Estudos até o 1 de Novembro: e em que pede licença para continuar pelo mesmo modo a impressam da Minerva Lusitana, e mais papeis periodicos, que tem por objecto a feliz Restauração do Governo de S. A. R.; estimam o zelo, com que V. S. reduzio tudo á boa ordem, e regularidade para os Estudos Academicos, logo que o permittio a Causa Publica; permittem que a dita abertura se suspenda até o 1 de Novembro, a fim de que os alumnos descancem dos trabalhos Militares, em que tanto se distinguiram; e authorisam a V. S. em quanto for conveniente para fazer imprimir os sobreditos papeis periodicos pelo mesmo modo, com que tem sido impressos até ao presente: o que tudo participo a V. S. para sua intelligencia. Deos guarde a V. S. Secretaria de Estado dos Negocios do Reino em 5 de Outubro de 1801.

JOÃO ANTONIO SALTER DE MENDONÇA.

Senhor MANOEL PAES DE ARAGAM TRIGOZO

No. LXII.

*Alvará do Principe Regente de Portugal para a creação
d'hum Banco Nacional no Rio de Janeiro.*

Eu o Principe Regente, faco saber os que este Alvará com força de lei virem; que, attendendo a nam permittirem as circumstancias actuaes do Estado, que o meu Real Erario possa realizar os fundos de que depende a manutenção da Monarchia, e o bem common dos meus fieis vassallos, sem as delongas que as differentes partes, em que se acham, fazem necessarias para a sua effectiva entrada, e que os bilhetes dos direitos das alfandegas, tendo certos prazos nos seus pagamentos, ainda que sejam de hum credito estabelecido, nam sam proprios para o pagamento dos soldos, ordenados, juros, e pensoens, que constituem os alimentos do corpo politico do Estado, os quaes devem ser pagos, nos seus vencimentos, em moeda corrente; e a que os obstaculos, que a falta dos signaes representativos dos valores põem ao commercio, devem quanto antes ser removidos, animando e promovendo as transacções mercantis dos negociantes desta e das mais praças dos meus dominios e senhorios, com as estrangeiras. Sou servido ordenar, que nesta capital se estabeleça hum Banco Publico, que na forma dos Estatutos, que com este baixam, assignados por D. Fernando Jozé de Portugal, do meu Conselho de Estado, Ministro assistente ao despacho do Gabinete, Presidente do Real Erario, Secretario de Estado dos Negocios do Brazil, pouha em acção os computos estagnados, assim em generos commerciaes, como em especies cunhadas,

OUTUBRO 1808.

promova a industria nacional, pelo gyro e combinaçam dos capitaes, e facilite junctamente os meios e recursos, de que as mesmas rendas Reaes, e as Publicas necessitarem para occorrer às despesas do Estado.

E querendo eu auxiliar hum estabelecimento tam util, e necessario ao bem commum, e particular dos povos que o Omnipotente confiou do meu zelo e paternal cuidado; determino, que o saque dos fundos do meu Real Erario, e a venda dos generos privativos dos contractos, e administracçoens da minha Real Fazenda, como sam os diamantes, pao-brazil, marfim, e urzèlla, se façam pela intervençam do referido Banco Nacional, vencendo, sobre o seu liquido producto, a commissam de dous por cento: alem do rebate dos escriptos de alfandega, que em virtude do meu Real Decreto de cinco de Setembro do corrente anno fui servido mandar praticar pelo Erario Regio, para occorrer ao effectivo pagamento das despezas do tracto successivo da minha Coróa, que devem ser feitas em especies metalicas.

E attendendo á utilidade que provém ao Estado e ao commercio, do maneio seguro dos cabedaes, e fundos do referido Banco: ordeno, que logo que elle principiar as suas operaçoens se haja por extincto o cofre do Deposito, que havia nesta Cidade, a cargo da Camara della; e determino, que no sobredicto Banco se faça todo e qualquer deposito judicial, ou extrajudicial, de prata, ou ouro, joyas, ou dinheiro; e que o competente conhecimento da receita, passado pelo Secretario da Juncta do Banco, e assignado pelo administrador da competente caixa, tenha em juizo e fora delle todo o valor e credito do effectivo e real deposito

para seguirem os termos, que por minhas leis se nam devem praticar sem aquella clausula, solemnidade, ou certeza; recebendo o sobredito Banco o mesmo premio que no referido Deposito da Cidade se descontava ás partes.

E outro sim sou servido mandar, que o emprestimo a juro da lei, que pelo cofre dos orfama, e administraçoens das Ordens-terceiras, e Irmandades se faziam até agora a pessoas particulares, da publicaçam deste meu Alvara em diante se façam unicamente ao referido Banco que deverá pagar á vista, nos prazos convencionados, os capitaes, e nas epochas costumadas os juros competentes, debaixo da hypotheca dos fundos da sua caixa de reserva, destractando desde logo aquelles cofres as sommas, que tiverem em mãos particulares ao referido juro, para entrarem immediatamente com ellas no sobredito Banco Publico, debaixo das memas condiçoens. Em todos os pagamentos, que se fizerem na minha Real Fazenda, serem contemplados, e recebidos como dinheiro os bilhetes do dicto Bancó Publico pagaveis ao portador, ou mostrador, á vista; e da mesma forma se distribuiram pelo Erario Regio, nos pagamentos das despezas da Estado: e ordeno que os Membros da Juncta do Banco, e os Directores della, sejam contemplados, pelos seus serviços, com as remuneraçoens estabelecidas para os Ministros, e Officiaes, da minha Real Fazenda, e administraçam da justiça; e gozam da todos privilegios concedidos aos Deputados da Real Juncta do Commercio.

E este se cumprirá como nelle se contém; pelo que, mando á Meza do Dezemhargo do Paço, e da Consciencia e Ordens, Presidente do meu Real Erario, e Con-

OUTUBRO 1808.

selho da Fazenda, Regedor da Casa da Supplicação do Brazil, Governadores e Capitaens Generaes, e mais Governadores do Brazil, e dos dominios Ultramarinos, e a todos os Ministros de justiça, e mais pessoas, a quem pertencer o conhecimento e execuçam deste Alvará, o-cumpram e guardem e o façam cumprir e guardar como nelle se contém, nam obstante quaesquer leis, alvarás, regimentos, decretos, ou ordens em contrario; porque todos e todas hei por derogadas para este effeito sómente, como se delles fizesse expressa, e individual mençam, ficando alias sempre em seu vigor. E este valerá como Carta passada pela Chancellaria, ainda que por ella nam hade passar, e que o seu effeito haja de durar mais de hum anno, e sem embargo da Ordenação em contrario, registando-se em todos os lugares onde se costumam registrar semelhantes alvaras.

Dado no Palacio do Rio de Janeiro, aos 12 de Outubro de 1808.

PRINCIPE.

D. Fernando Joze Portugal.

Estatutos para o Banco Publico, estabelecido em virtude do Alvará de 12 de Outubro de 1808.

Artigo I.—Estabelecer-se-ha hum Banco nesta Cidade do Rio de Janeiro, debaixo da denominação de Banco do Brazil, cujos fundos serem formados por acçoens, e o Banco poderá principiar o seu gyro, logo que haja em caixa cem acçoens.

II.—A duraçam dos privilegios do referido Banco será por tempo de vinte annos, e findos estes se poderá

TOMO I.

R

dissolver, ou construir novamente aquelle corpo ; havendo-o S. A. assim por bem.

III.—Cada hum dos accionistas do Banco, assim como nam pode ter utilidade alguma, que nam sêja na razam de sua entrada, tambem nam responderá por cousa alguma acima do valor della.

IV.—O fundo capital do Banco será de mil e duzentos contos de reis, divididos em mil e duzentas acçoens de hum conto de reis cada huma; porém este fundo capital poder-se-ha augmentar para o futuro, por via de novas acçoens.

V.—He indifferente serem, ou nam, os accionistas, nacionaes, ou estrangeiros; e portanto toda, e qualquer pessoa, que quizer entrar para a formaçam deste corpo moral o poderá fazer sem exclusam alguma, ficando unicamente obrigado a responder pela sua entrada.

VI.—Toda a pinhora, e execuçam, assim Fiscal como Civil, sobre acçoens do Banco, será nulla, e prohibida.

VII.—As operaçoens do Banco consistiram; a saber,

1. No desconto mercantil de letras de cambio, sacadas ou aceitas por negociantes de credito, nacionaes ou estrangeiros. 2.^a Na emissam dos computos, que por conta de particulares, ou dos estabelecimentos publicos arrecadar, ou adiantar, debaixo de seguras hypothecas. 3.^a No deposito geral de toda e qualquer cousa de prata ou ouro, ou diamantes, ou dinheiro ; recebendo segundo o valor do deposito, ao tempo da entrega o competente premio. 4.^a Na emissão de letras ou bilhetes pagaveis ao portador á vista, ou a hum certo prazo de tempo, com a necessaria cautella; para que jamais éstas letras ou bilhetes deixem de ser pagas no acto da

OUTUBRO 1808.

apresentaçam; sendo a menor quantia porque o Banco poderá emittir huma letra, ou bilhete, de trinta mil reis. 5ª. Na commissam dos saques, por conta dos particulares, ou do Real Erario, a fim de realizarem os fundos, que tenham em paiz estrangeiro, ou nacional remoto. 6ª. Em receber toda a somma, que se lhe offerecer a juro da lei, pagavel em certo prazo em bilhetes á vista, ou á ordem do portador, ou mostrador. 7ª. Na commissam da venda dos generos privativos dos contractos, e administraçoens Reaes; quaes sam os diamantes, pao-brazil, marfim, e urzella. 8ª. No commercio das especies de ouro e prata, que o Banco possa fazer, sem que se intrometta em outro algum ramo de commercio esatbelecido, ou por estabelecer, que nam esteja comprehendido no detalhe das operaçoens, que ficam referidas neste artigo.

VIII.—Nam poderá o banco descontar ou receber por commissam, ou premio, os effeitos que provierem de operaçoens, que se possam julgar contrarias á segurança do Estado; assim como os de rigoroso contrabando, ou suppostos de transacçoens fantasticas, e simuladas, sem valor real, ou motivo entre as partes transactoras.

IX.—A Assembleia geral do Banco será composta de quarenta dos seus maiores capitalistas; a Juncta delle de dez; e a directoria de quatro dos seus mais habeis, de entre todos: em cada anno elegerá a assemblea cinco novos deputados á Juncta; dous directores; e os que sahirem poderam ser reeleitos.

X.—Os quarenta dos maiores capitalistas, que ham-de formar a assemblea geral do Banco devem ser Por-

tuguezes; mas qualquer Portuguez, que mostrar a necessaria procuraçam de hum Estrangeiro, que seja do numero dos maiores capitalistas, pode representa-lo, e entrar na Assembleia geral: em caso de haverem capitalistas de igual numero de acçoens, perfiriram aquelles, ou aquelle, que pelos livros mostrar maior antiguidade na subscripçam.

XI.—Para que hum accionista tenha voto deliberativo nas sessoens do Banco, ha, pelo menos, de ter nelle o fundo capital de cinco acçoens; e, quantas vezes tiver o dicto computo, tantos votos terá na Assembleia geral; bem entendido que, nunca o mesmo sugeito, pór qualquer motivo que seja, poderá ter mais de quatro votos, comprehendendo-se com hum voto na dicta Assembleia, cada cinco accionistas de huma só acçam, á vista da competente procuraçam, feita a hum de entre elles, de sorte que, se dous unicamente formarem o dicto numero de cinco acçoens, podera hum delles ter voto, apresentando a devida procuraçam.

XII.—A Juncta do Banco terá a seu cargo a administração dos fundos que o constituem. Os quatro directores seram os fiscaes das transacçoens, e operaçoens do Banco, em geral, votaram em ultimo lugar na Juncta e todas as decisoens se faram pela pluralidade dos votos os quaes, no caso de empate, seram decididos pela Assembleia geral.

XIII.—A'exceptam da primeira nomina dos membros da Juncta, e Directoria do Banco, que será feita pelo Principe Regente N. S., todos os Deputados da Juncta do Banco, e seus Directores, seram depois nomeados, pela Assembleia Geral, e confirmados por Di-

OUTUBRO 1808.

ploma Regio, nomeando-se sempre para os dictos lugares aquelles que fôrem sendo os proprietarios de maior numero de acçoens. e excluindo-se aquelles que tiverem menor entrada, para o fundo que constitue o Banco.

XIV.—A Assembleia geral se fará todos os annos no mez de Janeiro, a fim de conhecer das operaçoens do Banco no anno antecedente, e prover sobre a nomeaçam dos membros da Juncta, e Directoria, segundo instituto for, e razam houver.

XV.—A Assembleia geral do Banco poderá ser convocada extraordinariamente pela Juncta delle, quando ella tiver que propor, sobre quaesquer modificaçoens ou correcçoens, que se devam fazer nos seus Estatutos, para utilidade dos accionistas, e quando a dicta convocaçam lhe for proposta formalmente pelos Directores.

XVI.—Cada hum dos Deputados da Juncta terá a administração de hum ou mais ramos das transacçoens, e operaçoens do Banco, de que dará conta na Juncta, á qual sempre servirá de presidente, por turno, hum dos Directores; sendo relator geral das transacçoens, e negocios do Banco, o Director que houver servido de presidente da antecedente sessam; e assim successivamente.

XVII.—Os Directores terem a seu cargo proverem sobre a exacta observancia dos Estatutos do Banco; sobre a escripturaçam e contabilidade dos assumptos das suas transacçoens, e operaçoens; e sobre o estado da caixa, e registos das emissões, e vencimentos das letras, a pagar, e receber; sem com tudo terem voto deliberativo nas administraçoens particulares de cada

hum dos ramos das especulaçoens do Banco ; havendo-o tam somente em Junta, quando nam servirem de presidente, e pois que entam, neste lugar, so o teram para o desempate dos votos ; nam sendo estes dos Directores ; porque neste caso a mesma decisam pertencerá á Assembleia geral.

XVIII.—O dividendo das acçoens se pagará em cada semestre, á vista, pela Junta do Banco, e pelos correspondentes della, aos accionistas das provincias ; ou aos residentes nas praças dos reinos estrangeiros.

XIX.—Do mesmo dividendo ficará sempre, em hum cofre de reserva, a sexta parte do que tocar a cada acçam, para o preciso cumulado de fundos, do qual receberam, annualmente os accionistas cinco por cento consolidados.

XX.—Os ordenados dos empregados na administraçam e directoria do Banco, assim como os dividendos annuaes das acçoens, segundo o balanço demonstrativo dellas, serão estabelecidos pela Assembleia geral ; e as despezas do expediente, e laboratorio do Banco, serão feitas em consequencia da determinaçam da Junta, sujeitas á approvaçam da mesma Assembleia, que as poderá diminuir, ou augmentar, como lhe parecer mais conveniente.

XXI.—A Junta organizará o plano do expediente, e escripturaçam interior, e exterior, dos negocios do Banco, que appresentará á Assembleia geral para ser approvedo.

XXII.—Os actos judiciaes, e extrajudiciaes, activos ou passivos, concernentes ao Banco, serão feitos e exercitados debaixo do nome generico da Assembleia geral do Banco, pela Junta delle.

OUTUBRO 1808.

XXIII.—Os falsificadores de letras, bilhetes, sedulas, firmas, ou mandatos do Banco, seram castigados como delinquentes de moeda falsa,

XXIV.—Os presentes Estatutos serviram de acto de Uniam e Sociedade, entre os accionistas do Banco, e firmaram a baze do seu estabelicimento, e responsabilidade para com o publico.

Palacio do Rio de Janeiro, em 12 de Outubro 1808.

D. FERNANDO JOSÉ DE PORTUGAL.

No. LXIII.

*Decreto do Principe Regente de Portugal creando em Villa
o Lugar de Olham, no Reino do Algarve.*

Eu o Principe Regente Faço saber aos que o presente Alvará com força de lei virem, que merecendo a Minha Real consideraçam, e estima os meus fieis vassallos habitantes do lugar do Olham no reino da Algarve, pelo patriotismo, amor, e lealdade, com que no dia dezeséis de Junho do corrente anno se deliberáram com heroico valor, e intrepidez mui propria da valorosa, e sempre leal Naçam Portuguesa, a sacudir o pezado, e intoleravel jugo Francez, com que se viam opprimidos, e vexados, dando o signal da Restauraçam da sua liberdade, tirannizada com factos injustos, e violencias insoffríveis, rompendo em vivas á Minha Augusta Pessoa, e a toda a Real Familia, arvorando a bandeira Portuguesa, e propondo-se a sustentar com as armas na mão, e á custa do seu sangue a Causa da Religiam, e do Throno, com tanta perfidia invadido: e querendo eu dar hum testemunho de quam bem acceitos por mim fôram estes relevantes serviços, praticados com tanto brio, honra, e valor, que foram o primeiro signal para se restaurar a monarquia, de que se tinha apoderado o inimigo commum da tranquillidade da Europa, com manifesta usurpaçam, e ultraje dos meus Reaes direitos, e da Augusta, e Real Familia; e ao mesmo tempo distinguir entre os presentes, e vindouros o referido Lugar do Olham, e seus habitantes: hei por bem, e me praz erigi-lo em Villa; e ordenar, que da publicaçam

NOVEMBRO 1808.

deste em diante se denomine—Villa de Olhão da Restauração;—e que tenha, e goze de todos os privilegios, liberdades, franquezas, honras, e isençoens, de que gozam as Villas mais notaveis do Reino: e permitto outrosim, que os habitadores della usem de huma medalha, na qual esteja gravada a letra —O—com a legenda—Viva a Restauração,e o Principe Regente Nosso Senhor.

Pelo que ; mando á Meza do dezembargo do Paço, e da consciencia e Ordens, presidente do meu real erario ; regedor da casa da supplicaçam: e todos os tribunaes, e ministros, a que o seu conhecimentos pertencer, o cumpram, e façam cumprir, como nelle se contem, nam obstante quaesquer leis, alvarás, regimentos, decretos, ou ordens em contrario, porque todos,e todas hei por derogadas para este effeito sómente, como se dellas fizesse expressa e individual mençam, ficando alias sempre em seu vigor: e este valerá como Carta passada pela Chancelaria, ainda que por ella nam ha de passar, e que o seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Ordenaçam em contrario : registando-se em todos os lugares, onde se costumam registrar semelhantes alvaras. Dado no Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Novembro de mil oitocentos e oito.

PRINCIPE.

No. LXIV.

Proclamação dos Governadores do Reino de Portugal, depois de installada a antiga Regencia deixada pelo Principe Regente.

Portuguezes! Se até agora os Governadores do Reino tem observado em silencio os admiraveis esforços do vosso Heroísmo, e da vossa Fidelidade, nem por isso elles tem deixado de avaliar hum só instante os recursos, que offereceo o vosso Patriotismo para a Restauração da Independencia Nacional. Só por impulsos delle vós tendes arvorado ao Norte e ao Sul as Bandeiras Portuguezas; e com o poderoso e decisivo auxilio dos Exercitos Britanicos seram felizmente calcadas as orgulhosas aguias do Tiranno, que vos queria impor hum jugo de ferro. Debalde o seu insidioso General tinha feito caminhar á França as Tropas Portuguezas, tinha aniquilado o Exercito, desarmado a Nação, esgotado os Cofres publicos, varrido os Arsenaes, e devorado a fortuna dos Particulares: de nada lhe valeo o pôr em prática todas as tramas da perfidia; a tudo fez supprir o vosso amor pela Religiam, pelo Soberano, e pela Patria. Sim, Portuguezes, vós tendes immortalizado o vosso nome: Espanha e Portugal tem sabido resistir ao Tiranno, que tinha avassallado todo o Norte da Europa, lançado os ferros aos Povos da Italia: a Peninsula foi o escolho, onde tem vindo quebrar-se as forças do Déspota, que no delirio do seu orgulho, tem ousado appellidar-se o Arbitro dos Povos e dos Reja.

DEZEMBRO 1806.

Mas, Portuguezes, nam basta ter huma vez vencido; he necessario para conservar a Liberdade oppor huma barreira irresistivel aos novos esforços do insaciavel Napoleam. Vaidoso por suas victorias na Italia e na Alemanha, e irritado pelas suas derrotas na Espanha e Portugal, elle reune os seus Exercitos, elle os faz atravessar os Pyrineos; e como huma torrente despeinhada das montanhas, elle pertende inundar em sangue as Provincias da Espanha, unico asilo da Liberdade do Continente; elle empenha todas as suas forças em vingar os seus Generaes, e os seus Exercitos batidos, dispersados, fugitivos e prizioneiros. Nada serve de embaraço aos empenhos de hum Tiranno; pouco lhe importa despovoar a França, se para saciar a sua ambiçam he necessario sacrificar toda a mocidade. Cidades abrazadas, Villas destruidas, Campos cobertos de cadaveres, sam espectuaculos indifferentes ao coração de hum Despota, que nam conhece mais interesses, que os de huma familia depravada. Tal he, Portuguezes, o caracter daquelle, contra quem importa que nos defendamos; Que seria de Portugal, se, invadidas as Espanhas, os Exercitos Francezes pizassem nossas Provincias? Se entrando, ha hum anno, como amigos, elles marcáram as suas marchas com incendios, com sacrilegios, com rapinas, e com toda a qualidade de tirannia; se depois que usurpáram os Sagrados Templos, impozeram Contribuiçoens enormes, atacáram a Liberdade individual, saqueáram Cidades, abrazáram Villas, e commettêram atrocidades sô proprias das mais barbaras Naçoens, que nam praticariam agora esses Exercitos devastadores em hum Paiz, onde a unanime

vontade dos Povos se declarou gloriosamente a favor da Liberdade?

"A's armas, Portuguezes, ás armas. A necessidade exige que a Massa da Nação empunhe as armas; e todas as armas na mão robusta de um Defensor da Patria são instrumentos decisivos da victoria. O Governo vigia sobre a subsistencia dos exercitos; e aonde nam chegam os recursos ordinarios das rendas publicas, supprem os donativos dos Vassallos, que sabem honradamente sacrificar á Patria os fundos de que ella necessita. ¿Dir-se-ha por ventura, que nam somos os descendentes dos valorosos Luzitanos, que tanto tempo zombaram do valor e da perfidia dos exercitos Romanos? Nam foram os nossos antepassados os que expulsaram destes Reinos os bellicosos Arabes? Nam somos nós os que fizemos tremer as Costas d'Africa? Os que fomos estabelecer no Oriente um dilatadissimo Imperio? Os que temos sabido sempre defender a Coroa dos nossos Soberanos, e a nossa Independencia Nacional? A Inglaterra, a generosa Inglaterra, cujas invenciveis esquadras tornam issorio todo o projecto d'invasam, nos vem dar o exemplo, que devemos imitar. Movida dos briosos estimulos de defender a liberdade das Espanhas, e de oppôr hum dique á desolação geral da Europa, ella nos subministra armas, ella faz caminhar os seus exercitos ao campo da honra, ella franquea, e liberaliza os seus thesouros: ¿e nós mais do que ella interessados na defensa da nossa independencia, ficaremos agora em huma molle e insensivel apathia? ¿Quereis que digam os nossos filhos, que o vosso valor, e o vosso heroismo só existio poucos mezes, para provocar mais sobre a Patria a ira e a

DEZEMBRO 1808.

barbaridade do vencedor? Mas vós nam ouvireis as suas imprecaçoens; porque elles iriam ser, em Paizes remotos, involuntarios instrumentos da oppressam, e da miseria d'outros Povos; mas vós os verieis sahir dos vossos lares arancados aos braços das enternecidas mães invocando em vam o nome da Patria, que os vio nascer.

Portuguezes, contra hum inimigo poderoso, e vigilante nam deve haver descuido. Se nam quereis ser vis escravos, se nam quereis ver ultrajada a Sancta Religiam, vilipendiada a vossa honra, insultadas as vossas mulheres, traspassados das baionetas os vossos innocentes filhos, e aniquilada para sempre a gloria de Portugal, corramos todos a affrontar-nos com o inimigo commum; unamos as as nossas armas ás dos honrados Espanhoes, e ás dos intrepididos Ingлезes, mostremos á Europa que nam he so a Suecia a que sabe oppór huma barreira de bronze aos oppressores da sua Liberdade. Sejamos o que sempre fomos, valentes, intrepididos, invenciveis. Sejam os nossos braços, sejam os nossos bens os fiadores da nossa independencia. Vale mais sacrificar os bens á Liberdade da Patria, do que reserva-los para despojo dos seus infames oppressores. Vale mais combater pela Independencia da Naçam, do que servir de victima aos caprichos de hum Tiranno. A Naçam que quer ser livre, nenhuma força a pôde tornar escrava. Huma Naçam, levantada em massa, tem huma força irresistivel.

He assim que vos fallam, ó Portuguezes, os Governadores do Reino, em nome da Religiam, que devem proteger; em nome do Soberano, por quem daram a vida; e em nome da Patria, cujos interesses lhe forã

DEZEMBRO 1808.

confiados por aquelle virtuoso Principe, que, primeiro que todos teve a gloria de confundir os projectos do mais perfido de todos os homens. Fallando-vos assim, elles satisfazem ao primeiro dos seus deveres, mostrando-vos a necessidade de oppôr sem demora aos esforços de hum usurpador barbaro a massa total das Forças de huma Nação valorosa: elles vos indicam o caminho unico de conservar a Independencia destes Reinos; elles teram a doce satisfação de premiar em nome do Principe Regente nosso Senhor os Vassallos, que se distinguirem pela sua herocidade, e pelo seu Patriotismo.

Morte, desolação, e captiveiro he quanto vos promette a invasão dos barbaros: honra, gloria, e independencia he quanto vos promette o vosso heroismo. Fazer-se-hia injúria a huma Nação briosa dar-lhe a escolher a alternativa. Corra-se ao Campo da gloria. O Universo inteiro tem fixado em vós as suas vistas: o nosso Principe vos contempla, os vossos alliados vos convidam. Ou morrer, ou vencer he a divisa dos nossos bons Visinhos. Nada vale a vida sem a honra; e o mais doce de todos os prazeres, he o de ter defendido, e libertado a Patria. Palacio do Governo 9 de Dezembro de 1808.

JOAM ANTONIO SALTER DE MENDONÇA.

DEZEMBRO 1808.

No. LKV.

Decreto da Regencia de Portugal para o armamento geral da Nação.

“ Sendo a defeza da Patria o primeiro dever, que a honra, a razam, e a mesma natureza impoem a todos os homens, quando huma Naçam barbara, desprezando os direitos mais sagrados, que no mundo se conhecem, intenta reduzi-los á escravidam, roubando as suas propriedades, destruindo a sua Religiam, violando os Templos, e commettendo as maiores atrocidades que a perversidade dos costumes e a inhumanidade pôde fazer imaginar; e achando-se infelizmente Portugal ameaçado de soffrer todos estes males, sem que tenham os seus habitantes outro algum meio de evitar os horrores a que se vem expostos, que nam seja o de recorrer ás armas para repelir pela força as perversas, sinistras, e odiosas intençoens dos seus inimigos: Sou servido determinar, que toda a Naçam Portugueza se arme, pelo modo que a cada hum for possível: que todos os homens, sem excepçam de pessoa, ou classe, tenham huma espingarda, ou pique com ponta de ferro de doze a treze palmos de comprido, e todas as mais armas, que as suas possibilidades permittirem. Que todas as Cidades, Villas e Povaçoens consideraveis se fortifiquem tapando as entradas e ruas principaes com dous, tres, e mais travezes, para que, reunindo-se aos seus habitantes todos os moradores dos Lugares, Aldêas e Casas visinhos, se defendam alli vigorosamente, quando o inimigo se appresente: que todas as Camaras, e na

Cidade de Lisboa todos os Ministros dos Bairros remet-
tam no espaço de oito dias, depois da publicação
deste meu Real Decreto, ao General Governador das
Armas da respectiva Provincia, huma relação das
pessoas que pela sua actividade, desembaraço, bom
comportamento, e pela afeição dos povos, forem mais
capazes para os commandar, preferindo em iguaes cir-
cunstancias os que já forem Officiaes de Ordenanças,
e declarando aquelles dos dictos Officiaes que, pela sua
idade, molestias ou más qualidades, nam deverem exer-
cer os póstos que occûpam: que todos os Generaes
encarregados dos Governos das Armas das Provincias
dividam os seus Governos em districtos grandes, e no-
meem hum Official de reconhecida actividade e probi-
dade, seja de Tropa de linha, Milicias, ou Ordenanças,
a quem todos os Capitaens Mores, e mais Officiaes de
Ordenanças obedecerám em virtude da mesma nomea-
ção, para que passando ás differentes povoações do
seu districto, examinem o estado das Companhias, no-
meem para Officiaes dellas (das pessoas escolhidas pe-
las Camaras) as que julgarem mais dignas e capazes;
as quaes começaram desde logo a exercer os seus luga-
res e receberam depois as competentes nomeações dos
sobredictos Generaes: que todas as Companhias se
reunam nas suas povoações todos os Domingos e Dias
Sanctos para se exercitarem no uso das armas, que ti-
verem, e nas evoluções militares; comprehendendo
todos os homens de idade de quinze até sessenta annos.
Finalmente, que toda a pessoa que se nam armar, recu-
sando concorrer com a Nação em geral para a defeza
da Patria, seja preza e fique incursa na pena de morte,
e que igualmente incorram na mesma pena de morte

DEZEMBRO 1808.

todos aquelles que fornecerem qualquer soccorro ou auxilio aos inimigos com viveres, ou de outra maneira: que pela mesma razam seja queimada e arrasada aquella povoação, que se nam defender contra os aggressores deste Reino, e lhes franquear a sua entrada, sem lhes fazer toda a resistencia possivel. E mando a todos os Generaes e Governadores das Armas das Provincias, ao Intendente Geral da Policia, e a todos os Corregedores, Ouvidores, Juizes de Fòra e Ordinarios, e geralmente a todos os Officiaes Militares, de Justiça ou Fazenda concorram para o cumprimento de tudo quanto neste meu Real Decreto vai determinado, o qual será affixado em todos os lugares publicos das Cidades, Villas, Lugares e Povações deste Reino, para que chegue ao conhecimento de todos os seus habitantes. O Conselho de Guerra o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Governo, em 11 de Dezembro de 1808.

(Com as Rubricas dos Governadores do Reino.)

No. LXVI.

Relatorio da Meza da Inquirição estabelecida em Inglaterra para indagar as circumstancias da Convençam de Cintra.

Jorge Rey.—Como quer que fossemos servidos, no mez de Julho de 1808, nomear, e constituir ao Tn. General Cav. Hew Dalrymple, para commandar hum Corpo das nossas forças, empregadas a obrar nas costas de Espanha e Portugal, ou em outras partes do Continente da Europa, para onde fosse mandado; e como o dicto Tn. Gen., em consequencia das instrucções, que se lhe mandáram, foi a Portugal, e desembarcou na quelle Paiz aos 22 de Agosto de 1808, e tomou o commando do dicto corpo das nossas forças. E como pareça que, aos 22 do mesmo Agosto, e subsequente-mente ao haver elle tomado o commando, se concluiu o seguinte armisticio.

(Aqui se seguia o Armisticio publicado a pag. 188.

E como pareça que, aos 30 de Agosto se concluiu huma Convençam na forma seguinte.

(Aqui se seguia a Convençam publicada a folhas 190.)

Julgamos necessario que se estabeleça huma inquiriçam, feita pelos Officiaes Generaes, aqui mencionados, sobre as condiçoens do dicto Armisticio e Convençam, e sobre todas as causas e circumstancias (quer se originassem de operaçoens previas do exercito Britanico, quer de outra maneira) que conduziram a isto; e sobre a conducta, comportamento, e proceder do dicto Tn. Gen. Cav. Hew Dalrymple, e de todo o outro official

DEZEMBRO 1808.

ou officiaes, que possam haver tido o commando das nosas tropas, em Portugal; e de toda a outra pessoa ou pessoas, que tenham connexam com o dicto Armisticio e Convençam, em ordem a que os dictos Officiaes Generaes possam informar-nos relativamente ás sobre-dictas materias, para nossa melhor informaçam. He portanto a nossa vontade, e prazer, nomear, e por esta nomeamos aos Officiaes Generaes de nosso exercito, cujos nomes se mencionam na lista anexa, para que constituam huma Meza, da qual nomeamos Presidente ao Gen. Cav. David Dundas; e que devem ajunctar-se para o dicto fim. E por estasois vós requerido a noticiar aos dictos Officiaes Generaes quando, e onde se devem ajunctar para o dicto exame e inquiriçam; e por estasois dirigido a citar as pessoas, que se julgarem necessarias pelos dictos Officiaes Generaes, (ou sejam Officiaes Generaes empregados na expediçam, ou outros) para dar informaçam, relativamente ás distas materias; ou cujo exame for pedido pelos que foram empregados na dicta expediçam. E os dictos officiaes Gen.sam por esta ordenados que ouçam aquellas pessoas, que se offerecerem a dar informaçam a respeito do mesmo, e ficam authorizados e com poder, e sam estrictamente requeridos a examinar as dictas materias acima mencionadas, e a refferir o estado dellas, como lhes parecer, com a sua opiniam sobre isto; e tambem com a sua opiniam se se devem tomar algumas, e quaes, medidas ultteriores sobre isto; tudo o que vós transmittireis ao nosso Commandante em chefe, para ser por elle appresentado à nossa consideraçam. E para o cumprir assim tanto vós como os dictos Officias Generaes, e todas as mais pessoas, que nisto tiverem parte, servirá este Decreto de

DEZEMBRO 1808.

segurança sufficiente. Dado na nossa Corte de S. Jaimés ao 1 de Novembro de 1808. Por ordem de S. M.

(Assignado) JAMES PULTENEY.

Ao nosso muito fiel, e amado Conselheiro o Honrado Ricardo Rider, Auditor das tropas, ou seu Deputado.

Officiaes nomeados: Presidente, Cav. David Dundas: Membros: Conde de Moira: Pedro Craig: Lord Heathfield: Generaes. Conde Pembroke: Cav. G. Nugent: Oliveira Nichols, Tenentes Generaes.

Nós os Infra-scriptos, Officiaes Generaes do Exercito, em obediencia do Decreto de V. M. datado do 1. de Novembro de 1808, que nos mandava inquirir estrictamente a respeito das condiçoens de huma *suspensam de armas*, concluida aos 22 de Agosto de 1808, entre o Exercito de V. M., em Portugal, e a força Franceza, naquelle paiz—e tambem a respeito de huma *Convençam* deffinitiva, concluida com o General Francez Commandante, aos 31 do mesmo Agosto—e tambem a respeito de todas as causas e circumstancias (quer se originassem em operaçoens previas do exercito Britanico, quer de outra maneira, e a ella conduzissem)—e a respeito da conducta, comportamento, e procedimentos do Gen. Cav. Hew. Dalrymple, e de tal outro Commandante ou Commandantes das forças de V. M. em Portugal, e de qualquer outra pessoa ou pessoas, em tanto quanto as mesmas tiverem relação com o dicto armisticio, *suspensam d'armas*, e *Convençam*—e de referir a V. M. o estado da mesma, como apparecerá, juntamente com a nossa opinião sobre isso, e assim tam-

DEZEMBRO 1808.

bem a nossa opiniam, se devia haver algum, e qual, procedimento ulterior sobre isto.

Nós, em varias sessoens, lemos, e consideramos as ordens e instrucçoens de V. M., que nos fôram transmittidas, pelo Muito Honrado Lord Castlereagh, Principal Secretario de Estado de V. M., junctamente com varias cartas, e outros papeis; e temos ouvido, e examinado o Ten. Gen. Cavalleiro Hew Dalrymple, Cav. Harry Burrard, e Cav. Arthur Wellesley, e outros Officiaes principaes, empregados na dicta expediçam, com aquellas testemunhas, que elles requerêram: e tambem outras pessoas, que melhor nos parecêram poderiam dar informaçoens essenciaes: e, em ordem a que V. M. possuisse plenamente todas as circumstancias, que apparecêram no decurso desta inquiriçam, nós pedimos licença para pôr na presença de V. M. o todo dos nossos exames, e procedimentos, junctamente com este Relatorio; e depois da mais diligente e cuidadosa revista de toda ésta materia, nós, em obediencia das Reaes Ordens de V. M., humilissimamente referimos a Vossa Magestade.

Que apparece, que nos principios do mez de Maio de 1808, se ajunctou cerca de Cork huma força mui consideravel, destinada para o serviço estrangeiro (*fora da Inglaterra*,) cujo commando se imagina era destinado para o Cav. Authur Wellesley. Que no mez de Maio succedeo levantar-se na Espanha huma resistencia universal, e inesperada, contra a tirannia Franceza. Que se requereo a assistencia da Gran Bretanha; e que o Governo, com a universal concurrencia do Paiz, determinou o dar o mais effectivo adjuutorio á Espanha,

DEZEMBRO 1808.

e Portugal, que entam tambem se achava em commoçam.

Apparece, que, em consequencia desta determinaçam, o Major General Spencer, antes de se render a frota Franceza em Cadiz, estava defronte daquelle porto com cerca de cinco mil homens, mandados de Gibraltar, pelo Cav. Hew Dalrymple. Nam havendo o seu adjutorio sido requerido, procedeo elle para a embocadura do Tejo, com as vistas de ajudar a frota do Cav. Carlos Cotton, a forçar a sua passagem, havendo sido representado, que nam havia nos fortes, e vizinhanças de Lisboa, mais do que 4.000 homens. Porém estando o General Spencer defronte do Tejo (24 de Junho) lhe foi referido, pela mais authorizada informaçam que podia obter, que o inimigo tinha, em Lisboa e seus arredores, 11.000 homens, e 2.500 em Setubal, Leste de Portugal, e outras partes. Nesta situaçam nam podia ter lugar o ataque, que se intentava fazer, e o Gen. Spencer voltou para Cadiz, e Gibraltar.

Apparece que aos 14 de Junho se pedio ao Almirantado, providenciasse hum Comboy para dar á vella, de Cork, com as tropas, que entam estavam esperando por ordens, e chegada do Tn. Gen. Cavalleiro Arthur Wellesley, nomeado para este commando.

Aos 31 de Junho o Lord Castlereagh informou ao Cav. Wellesley, que as noticias de Cadiz eram más, e o General Spencer estava de volta para Gibraltar, e que o Gabinete pospunha as instrucçoens, que tinha de dar-lhe, até que soubesse mais alguma cousa. Aos 28 de Junho o Lord Castlereagh informou o Gen. Spencer que entam se supunha em Gibraltar, de que o Cav. Wellesley, com 9.000 homens, tinha ordem para sair

DEZEMBRO 1808.

de Cork, e obrar com o Corpo delle (Spencer) a bem da nação Espanhola. Por tanto devia elle ir, com o seu Corpo, para defronte de Cadiz, e esperar pelo outro; e entre tanto aproveitar-se de qualquer circumstancia, que se offerecesse de obrar com vantagem, mesmo dentro do Estreito.

Apparece, que, aos 12 de Julho, se fez á vella de Cork o Ten. Gen Wellesley, com 9.000 homens, (sugueito ás instrucções de 30 de Junho) que mandavam geralmente ajudar a nação Espanhola, e principalmente attacar os Francezes no Tejo: porem ia authorisado; ao seu entender, para proseguir outro qualquer objecto, que melhor parecesse conduzir para o bem das duas nações; e (pelas instrucções de 15 de Julho) esforçar-se, no caso de ser possível, nam sómente em repellir o inimigo de Lisboa, mas cortar-lhe a sua retirada para a Espanha. Elle chegou á Coruña aos 20, communicou com a Juncta de Galiza, a qual desejou, que as tropas se empregassem em expellir os Francezes de Portugal, e lhe recommendou desembarcar na quelle Paiz, (aos 26 foi isto communicado ao Gen. Spencer); deo á vella da Coruña e foi para o Porto (deixando a frota defronte do Cabo de Finisterre); chegou aos 24, e pedio-lhe o Cav. Carlos Cotton, que deixasse as tropas no Porto, ou bahia do Mondego, e viesse ao Tejo communicar com elle. Teve huma conferencia com os Generaes e Bispo do Porto, sobre a disposiçam da sua força. O Bispo prometteo mulas, o outros meios de transporte, e tambem huma sufficiente quantidade de gado, para matar.

Apparece que o Cav. Wellesley deo á vella do Porto aos 25 de Julho, ordenou aos transportes que fossem

DEZEMBRO 1808.

para o Mondego, foi adiante, e ajunctou-se com o Almirante defronte do Tejo, aos 26. Recebêram-se cartas do General Spencer de Cadiz, o qual tinha voltado, e os Espanhoes, naquelle lugar, lhe haviam rogado, que ficasse ali; elle esperava ordens do Cav. Wellesley. Concordou com o Cav. Carlos Cotton, que o desembarque na boca do Tejo éra impracticavel, e de mau conselho, porque havia grande risco do estado da marulhada, das defezas, e da natureza nam favoravel da costa, e da vizinhança de toda a força de que o inimigo podia dispor; a cujo ataque seriamos expostos ao desembarcar, provavelmente, em estado estropeado, e certamente em hum nam mui activo. A fortaleza de Peniche estava em poder do inimigo. Concordou-se por tanto, que o ponto mais eligivel, para desembarcar, éra a bahia do Mondego. Pensando que era mais importante expulsar os Francezes de Portugal, ordenou ao Gen. Spencer, que se embarcasse, com os seus 5.000 homens) e se lhe viesse a junctar defronte daquella costa. Por esta informaçam dos 24 de Junho, tinham os Francezes mais do que 20.000 homens em Portugal. A conta do Almirante fazia-os menos. O Cav. Arthur Wellesley pensou que elles nam tinham menos de 16 até 18.000 homens.

Apparece, que o Cav. Wellesley deixou o Almirante defronte do Tejo, aos 27, e se unio aos tranportes defronte do Mondego, aos 30. Ahi recebeu noticias do Governo (datadas de 15 de Julho) que lhe tinha preparado hum reforço de 5.000 homens commandados pelo Brigadeiro-General Ackland; e effectivamente mais 10.000 homens debaixo das ordens do Cav. Joam Moore: que o Cav. Hew. Dalrymple devia commandar

DEZEMBRO 1808.

o exercito; o Cav. Arthur Wellesley devia proceder na conformidade das instrucções que havia recebido; isto he, attacar Lisboa se as suas forças fossem sufficientes. Havendo-se rendido o Gen. Dupont, se considerou como certa a chegada do Gen. Spencer, e que tambem chegaria breve o Gen. Ackland. A insurreicção do Alentejo foi huma occurrencia, feliz a este tempo, e o Cav. Arthur Wellesley recebeu noticia do Secretario de Estado, datada de 15 de Julho, que o Cav. Hew Dalrymple estava nomeado para commandar as forças em Espanha e Portugal; e o Cav. Harry Burrard, seria o segundo em commando. E se, entretanto, se lhe unisse algum outro official mais antigo em patente, elle (Wellesley) deveria servir debaixo de suas ordens. Na mesma data o participou o Secretario de Estado ao Cav. Harry Burrard, e que as operações se deviam primeiramente dirigir á submissão do Tejo; e, em segundo lugar, á segurança de Cadiz, e destruição das forças do inimigo na Andaluzia.

Apparece, que o Cav. Arthur Wellesley teve varias razões, que o persuadiram, com elle disse em sua narrativa, a desembarcar na bahia do Mondego. Começou o desembarque no 1.º de Agosto: porém a marulhada occasionou grandes difficuldades, de maneira que o seu corpo so ficou de todo desembarcado aos 5. Nesse dia chegou o Gen. Spencer, e o seu corpo chegou aos 6; e desembarcou aos 7, e 8.

Apparece, que desde o 1.º de Agosto até os 8, quando o todo havia desembarcado, se foram tomando medidas, para mover immediatamente o exercito na direcção de Lisboa, e pediram-se cavallo, e carruagens. O Cav. Arthur Wellesley armou as tropas Portuguezas,

DEZEMBRO 1808.

offereceo-lhes dinheiro para os ajudar a preparar-se para o Campo, o que nam aceitáram os seus officiaes Generaes, com quem elle conferio, aos 7, e arranjou hum plano de operaçoens, e marcha, o qual, por desejo e commodo delles, se demorou até os 10. Elle tambem deixou para o Tn. General Cav. Harry Burrard, logo que chegasse ao Mondego, informaçam de sua situaçam, intençoens, e outras circumstancias, (e ja tambem lhe tinha deixado a mesma informaçam nas Berlengas, defronte de Peniche, no caso de que elle tocasse aquelle ponto: e recomendou hum plano de operaçoens para o corpo do Cav. Joam Moore, quando elle chegasse, para que obrasse para a parte de Santarem e Tejo. Aos 8 renovou as suas communicaçoens para o Cav. Burrard, deixando-as no Mondego.

Apparece, que por muitas razoes solidas, enumeradas pelo Cav. Wellesley na sua narrativa, e com o auxilio de 6.000 Portuguezes, de cuja cooperaçam elle tinha razoes de esperar grandes vantagens, mas no que se achou depois muito enganado: determinou marchar adiante (sem aguardar pelos esforços, que se esperavam e de que tinha sido avisado) levando o seu exercito de 13.000 homens (Inglezes) contra hum inimigo que elle sabia, nam podia exhibir, no campo, maior numero. Marchou adiante para Lisboa, pelo caminho da costa; por huma, entre outras solidas razoes, que foi conservar a sua communicaçam com os navios de donde somente poderia obter pam. Vinho achou elle em todas as aldeas, que o exercito occupava, e o gado para o açougue era fornecido pelos contractadores.

Apparece, que o exercito marchou do Mondego, aos 9, e 10: tendo cavallos, posto que mediocres, para 18

DEZEMBRO 1808.

peças de artilheria, para munição grande e pequena, hum consideravel provimento de pã, e hum pequeno estabelecimento de hospital. A cavallaria constava de 400 homens, incluindo 200 Portuguezes.—Aos 10 e 11 chegou a Leiria.

—Aos 14 marchou para Calveria ;—aos 14 para Alcobça, aonde recebêram pã e cevada, que desembarcou em Nazareth.—Aos 15 marchou para as Caldas ; e fez alto aos 16, recebendo mais provimentos da Nazareth.

Apparece que até aqui os Portuguezes se moviam na sua esquerda, estendendo-se para o Tejo : mas agora levantáram-se taes difficuldades sobre a subsistencia, e sobre o modo de proceder, que o Cav. Wellesley julgou mais proveitoso, dispensar com a sua cooperação, com a condição de que elles mandariam 1.600 homens, para ficarem á sua disposição, e aquem elle forneceria pã. Recomendou tambem ao seu Gen. como medida de segurança, que ficasse juncto ás Caldas, o que elle fez até depois da Batalha do Vimeiro.—Aos 17 houve huma acção consideravel, juncto a Obidos, com hum corpo de 6.000 homens, commandado pelo Gen. Laborde, que se tinha postado nos desfiladeiros, e foi obrigado a retirar-se, com grande perca. Esta, e huma pequena acção antecedente nos custou cerca de 480 homens. O exercito pernoitou em Villa Verde, e na manhã do dia 18, soube que havia chegado á costa a Brigada do Gen. Anstruther. Aos 18 marchou o exercito para Lourinhaã, e aos 19 para Vimeiro, onde fez alto aos 20. Neste dia se unio ao exercito a Brigada do Gen. Anstruther, 2,400 homens, e de tarde chegou á Maceira o Tn. Gen. Burrard. Aos 21, pela man-

DEZEMBRO 1808.

haã cedo, desembarcou, e se ajunctou ao exercito a Brigada do Gen. Ackland, de 1.750 homens.

Apparece que, quando o Cav. Arthur Wellesley estava em Leiria, tinha o inimigo dous consideraveis corpos avançados, commandados por Laborde e Loison: os quaes (á proporçam que elle se movia, com hum corpo de Portuguezes á sua esquerda, até Alcobaga) se retiráram para Lisboa, e se ajunctáram a Junot; e este concentrou em Torres Vedras, aos 20, obra de 15 ou 14.000 homens, a 8 milhas de distancia do Vimeiro. Calculando provavelmente, que o tempo pudesse frustrar o desembarque das Brigadas dos Gen. Anstruther e Ackland, que elle podia ter observado que estávam defronte da costa aos 19, e 20; determinou attacar o exercito do Cav. Arthur Wellesley, na sua posiçam do Vimeiro, aos 21, antes que se lhe ajunctasse tam consideravel força. Nesta interpresa falhou completamente o Gen. Junot. Foi o seu ataque repulsado mui valentemente, e com grande perca se vio elle obrigado a retirar-se sobre Torres Vedras, e Cabeça de Montachique, aonde cuidou de ajunctar as suas tropas, que havíam sido dispersas. As circumstancias desta honrosa acçam, em que nós perdemos 700 homens, fôram publicadas na Gazeta Extraordinaria de 16 de Setembro.

Apparece que o Tn. Gen. Burrard, havendo sido informado, aos 24 de Julho, de que V. M. o tinha nomeado para Segundo, em commando, das forças, que se puséram debaixo das ordens do Gen. Dalrymple; e havendo tambem recebido as instrucçoens necessarias, foi immediatamente para Portsmouth, embarcou aos 27; deo á vella aos 31 no Audacious, juncto com huma

DEZEMBRO 1808.

frota de transportes, em que hia hum corpo de 10.000 homens de Infantaria, commandados pelo Tn. Gen. Cavalleiro Joam Moore.

Encontrando muitos ventos contrarios, e mau tempo, chegou a frota ao Cabo de Finisterre aos 16 de Agosto; e como lhe fosse recommendado, que, antes de passar para o Sul do Porto, fosse elle ter a este lugar, ou mandasse outra pessoa, para obter informaçoes, e tornar a encontrar-se com a frota no mar, elle se mudou, com varios officiaes do seu Estado Maior, para a chalupa Brazens, e chegou ao Porto aos 17; soube que o Cav. Wellesley desembarcára no Mondego, e procedêra para o Sul seguindo o caminho da costa. Aos 18 chegou defronte do Mondego, e ahi achou as cartas do Cav. Arthur Wellesley, que lhe recommendava fazer desembarcar no Mondego o corpo do Gen. Moore, e marchar para Sanctarem, para restringir os movimentos do inimigo da quella parte, e lhe dizia mais, que o exercito devia só confiar-se nos transportes para o provimento de pã, e que nam podia de forma alguma descansar nos meios do paiz.— A difficuldade de aprestar, e aprovisionar o Corpo do Cav. Joam Moore, para hum operaçam interior, a tal distancia do resto do exercito, e a consideraçam de que operando assim separadamente, para a parte de Santarem, devia ficar inferior em forças ao inimigo, se este quizesse arremetter para aquella parte; e nam podendo saber, depois de o haver indagado, que era feito das 150 mulas, que o Bispo do Porto promettêra; julgou o Cav. Burrard, que pelo presente devia nam entrar na operaçam proposta. O Cavalleiro Henrique Burrard procedeo, no Brazen, para o Sul, e na noite de 19 recebeo noticia da

DEZEMBRO 1808.

acçãam de 17 juncto a Obidos. Mandou elle immediatamente o Tn. Coronel Donkin, que fosse ter com o Cav. Moore, e lhe ordenasse desembarcar na bahia do Mondogo; e pelos conhecimentos das precedentes cartas do Cav. Wellesley (que lhe transmittio) obrar o que julgasse ser mais proveitoso ao serviço, em seu auxilio. Mandou tambem ao Ten. Coronel que desembarcasse em S. Martinho, e communicasse com o Cav. Wellesley.

Apparece, que o Cav. Joam Moore chegou ao Mondogo aos 20; principiou a desembarcar; e aos 22 recebeu huma ordem do Cav. Burrard para tornar a embarcar-se, e proceder para a Maceira; que chegou á barra deste lugar aos 24, e desembarcou o seu corpo nos dias de 25 até 29, e as differentes divisoes se uniam ao exercito, á proporçãam que desembarcãvam.

Apparece mais, que na tarde de 20 de Agosto, chegando o Cav. Burrard defronte do desembarcadouro da Maceira, estava ao ponto de ir para terra, quando o Cav. Wellesley veio abordo, deo-lhe conta do estado das cousas em geral, e concluiu dizendo-lhe, que fazia tençãam de marchar na manhã seguinte, ás 5 horas, pelo caminho de Mafra, havendo o inimigo ajunctado as suas forças em Torres Vedras.

Referindo, por menor, as muitas difficuldades, que se hãvãam de encontrar, taes como a impossibilidade de deixar os navios-transportes de mantimento, e a praia, em distancia consideravel; o inferior numero de sua cavallaria; o estado dos cavallo e mulas da sua artilleria e carruagens: a fortaleza do terreno, por onde tinha de passar, que apresentava muitas difficuldades; e a pouca confiança, que se podia pôr na assistencia

DEZEMBRO 1808.

dos Portuguezes, o Cav. Burrard, em consideração de todas estas circumstancias, decidio, que era mais vantajoso esperar pelo reforço do Cav. Moore, do que correr o risco de arruinar o grande objecto, ou de sacrificar grande numero de homens, sem o obter completamente. (Nesta determinação diz o Cav. Burrard que se confirmou mais pelas opinioens do Brigadeiro Gen. Clinton, e Coronel Murray, seus Ajudante e Quartel Mestre General). Por tanto deo elle ordens ao Cáv. Wellesley, nesta conformidade; que o exercito nam devia marchar adiante no dia 21, mui especialmente porque ainda se nam tinha executado, e era necessariamente incerto, o desembarque da Brigada do Gen. Ackland.

Apparece, que o Cav. Wellesley voltou para o Vimeiro e o Cav. Burrard ficou abordo, na noite de 20, para finalizar as suas cartas de officios, que era necessario mandar pela chalupa Brazen, que vinha de volta. Durante a noite de 20, e manhã do dia 21, dêram aviso as nossas partrulhas dos movimentos do inimigo; mas, sendo inferiores em cavallaria, nam pudêram ir a maior distancia e as suas noticias eram vagas. Julgando o Cav. Wellesley ser provavel, que se elle nam attacassee os inimigos, elles o attacariam, preparou-se para os receber na madrugada daquelle dia, assestando as suas peças de 9, e fortalecendo o seu centro, aonde esperava o ataque, pela maneira em que o inimigo dispunha as suas partrulhas. Appareceo o inimigo, em força primeiramente na nossa esquerda; cerca das oito horas da manhã, e era obvio qne o seu ataque se dirigia sobre a nossa esquerda, e sobre a nossa guarda avançada, que estava adiante do Vimeiro. Mudou-se immediatamente

a posiçam da maior parte do exercito, por hum a extensam para a esquerda.—Começou-se a acçam, e concluiu-se da maneira que circumstanciadamente se refere na Gazeta-Extraordinaria ; e terminou em huma victoria honrosa, e gloriosa ás armas Britannicas.

Apparece que o Cav. Harry Burrard, nem teve noticias do Cav. Wellesley, nem communicacam com elle, durante a noite de 20 ; mas na manhaã do dia 21, cerca das 9 horas, approximando-se elle á praia, encontrou hum official, mandado pelo Cav. Wellesley, com a noticia de que se avistavam grandes corpos do inimigo movendo-se para a nossa esquerda.—O Cav. Burrard partio direito ao Vimeiro, com tanta pressa, quanta lhe permittio hum cavallo nam bom, por hum caminho escabroso ; sendo a distancia duas milhas e meia do lugar de desembarque. Chegou lá antes das 10, a tempo que os corpos avançados (as Brigadas de Anstruther e Fane) estavam soffrendo hum vigoroso ataque. Os officiaes, que conduziam o Cav. Burrard, passaram pela aldeia, e o trouxéram ao Cav. Wellesley, e sobre os outeiros por detraz dos lugares, onde a esquerda do inimigo se havia originariamenete postado. Aqui foi elle informado, vio, e approvou os passos, que havia dado o Cav. Wellesley, para repellir o inimigo, e lhe mandou que procedesse na execuçam de huma operacam, que elle havia começado tam bem, e com tanta felicidade.—A este tempo era evidente que o ataque sobre a aldeia, e corpo avançado, nam havia de ser mantido ; foi completamente repellido, e o inimigo se retirou em grande confusam. Nam fôram os inimigos seguidos pela Infanteria ; porque as tropas recebêram ordens de nam deixar as suas posiçoens, sem ordem par-

DEZEMBRO 1808.

ticular do Cav. Wellesley. O destacamento do Regimento 20 de Dragoeiros ligeiros foi o unico que perseguio o inimigo, mas encontrando-se com cavallaria superior, foi obrigado a retirar-se com grande perca. Havia ésta ordem sido dada com muito acerto, na consideração de que o principal esforço do inimigo se faria na nossa esquerda, e sobre este ponto havia entam o inimigo acabado de abrir a sua canhonada, e a Brigada do Major Gen. Ferguson estava ja brigando á descargas distantes de mosquetaria. Como lhe chegassem soccorros avancou, e o inimigo se retirou, abandonando tres peças de artilheria. O Major Gen. Ferguson continuou a avançar; e, huma milha distante donde tomou a primeira battria, tomou tambem outra. Finalmente o inimigo fez huma tentativa para tornar a ganhar a sua ultima battria, mas foi repellido pelos Regimentos 71 e 81, e obrigado a retirar-se com grande perca. Logo depois das 12 cessou o fogo, e da nossa esquerda foi vista pelo Gen. Ferguson a cavallaria do inimigo, em corpos de cerca de 200 homens: e quasi ao mesmo tempo vio o Gen. Spencer huma linha formada perto de tres milhas na frente do nosso centro. 'A meia hora depois das 12 o Cav. Wellesley propoz ao Cav. Burrard que avançasse da sua direita, com tres Brigadas, sobre Torres Vedras, e que, com os outras cinco Brigadas, seguisse o inimigo, que a nossa esquerda tinha derrotado.

Apparece, que a situação do exercito a este momento era—na direita, a Brigada do Major Gen. Hill, que nam tinha entrado em acção, estava sobre a altura por detraz do Vimeiro na distancia de mais de tres

ТОМ. I.

T

milhas das Brigadas dos Gen. Ferguson, e Nightingale, na esquerda. Em frente do Vimeiro, e no centro estavam as Brigadas dos Gen. Anstruther e Fane, que haviam entrado em huma viva acção. As Brigadas dos Brigadeiros Gen. Bowes e Ackland se haviam adiantado sobre as alturas, para a esquerda, mantendo o Gen. Ferguson e Nightingale. A Brigada do Brigadeiro Gen. Crawford estava destacada hum tanto para a retaguarda da esquerda, obra de meia milha do Major Gen. Ferguson, para manter as tropas Portuguezas, que faziam frente nesta direcção.

Apparece, que, nam obstante haver o inimigo sido completamente repulsado, com tudo, considerando a extensa posição do exercito a este tempo, e a precaução que se devia ter, contra a superior cavallaria do inimigo, se acha que o grão de presteza, com que se podia começar a marcha, em alcance do inimigo, devia depender de varias circumstancias locais, que so pode apreciar quem se achava na quelle lugar. Esta mesma circumstancia de que a superior cavallaria do inimigo retardava o nosso avanço, faria com que a Infanteria do inimigo continuasse, sem risco, a sua retirada, do modo mais rapido, até que chegasse a algum ponto dado vantajoso, onde se recobrasse e formasse: nem o Cav. Wellesley, aos 17 de Agosto, quando o inimigo nam tinha metade da Cavallaria, que tinha aos 21, perseguio hum exercito, nam tam consideravel, e derrotado, com vantagem notavel: porque elle diz: (*Gazeta Extraordinaria*)

“ O inimigo se retirou com a melhor regularidade, e maior celeridade possivel; e, nam obstante o rapido avanço da Infanteria Britannica, a falta de hum suffi-

DEZEMBRO 1808.

cente corpo de Cavallaria, foi a causa de que elle soffesse pequena perca na planicie.”—e em outro lugar,—“ elle conseguiu effectuar a sua retirada, em boa ordem, o que foi devido principalmente á minha falta de cavallaria.”

Póde tambem considerar-se que, como o ataque sobre o nosso centro tinha sido repellido, muito antes que o fosse o da nossa esquerda, os corpos que atacáram, que, como fica observado, nam fôram perseguidos senam pelos dragoens do Regimento 20, que nam excediam a 150 homens, tiveram tempo por mais de huma hora, de se reorganizarem, e occupar tal terreno, que pudesse ao depois facilitar a retirada da sua direita; e o inimigo estava actual e visivelmente formado em huma ou mais linhas, cousa de tres milhas da frente do centro. Destes e de outros justos fundamentos militares, como concede o Cav. Wellesley; d'aquelles que occurrêram na primeira entrevista do Cav. Burrard com o Cav. Wellesley; da grandissima certeza da immediata chegada do Corpo do Cav. Joam Moore, que, se nam tivesse parado na bahia do Mondego, estaria na Maceias 21, se seguiu nam approvar o Cav. Burrard, que o exercito avancasse mais n'aquelle dia, e ordenar ao exercito que marchasse cedo na manhã seguinte- (Nesta opiniam diz o Cav. Burrard que concorrêram o Brigadeiro Gen. Clinton, e o Coronel Murray.) Aos 22 chegou o Cav. Hew Dalrymple, e tomou o commando do exercito.

Apparece, que o Tenente General Cav. Hew Dalrymple, havendo recebido, aos 7 de Agosto, as ordens de V. M. de 15 de Julho para tomar o commando das forças, que se devlam empregar em Portugal e Espanha, e

que o Tn. Gen. Burrard devia ser o segundo em commando, deo á vella de Gibraltar, com o primeiro yento favoravel, aos 13 de Agosto, avistou-se com Lord Collingwood defronte de Cadiz, e aos 19 com o Almirante Cotton defronte do Tejo, de quem recebeu a noticia de haver desembarcado em Portugal o exercito do Cav. Wellesley, e tambem de que o Brigadeiro Gen. Ackland com a sua Brigada estava na costa aguardando occasiam de se lhe ajuntar. O Cav. Dalrymple velejou ao longo da costa com intençam de saltar em terra na bahia do Mondego, e ouvindo que tinha succedido a açcam do dia 21, e que havia chegado o Cav. Burrard, se determinou a aportar na Maceira, em cuja bahia se achavam os transportes anchorados. Desembarcou elle na bahia da Maceira, cedo na manhã de 22; e partio para o Vimeiro, que distava dali obra de duas milhas e hum quarto; e depois de huma breve conversaçam com os seus dous predecessores em commando; cujas instrucçoens eram aquellas porque elle tinha de obrar; ordenou ao exercito que marchasse, cedo na manhã de 23; indubitavelmente o mais depressa que se podia pôr em movimento, depois de sua chegada.

Apparece que, nesta situaçã das cousas, chegou ao Vimeiro o General Francez Kellermann, cerca do meio dia, aos 22, fazendo proposiçoens para *suspensão d' armas*, em ordem a ajustar uma Convençam definitiva, para a evacuaçam de Portugal, pelo exercito Francez. Os Tn. Gen. Burrard, e Wellesley assistiram ao Commandante das forças, nas discusssoens que houve sobre este objecto; e parecendo-lhes, vistas todas as circumstancias, e commandando huma força que obrava em alliança com o Soberano de Portugal, e combatia no

D ZEMBRO 1808.

seu paiz (donde nam obtinhamos nenhum adjutorio importante) contra hum inimigo actualmente de posse da sua Capital, das suas fortalezas, e, n'hum ponto de vista militar, do seu Reino, que seria conveniente, e de bom conselho, fazer huma Convençam ou Capitulaçam se se offerecesse occasiam, pela qual se expellissem os Francezes de Portugal, com promptidam, e honrosa mente. Concordou-se pois em huma cessaçam d'armas, que devia terminar com a intimaçam prévia de 48 horas. Os artigos principaes de huma convençam ficãram tambem justos, e o Gen. Kellermann voltou para Lisboa, cerca das nove da noite, com o instrumento que se refere na Gazeta de 16 de Septembro, mas que nam se devia considerar como effectivo, sem a concorrência do Almirante Cav. Carlos Cotton. Cedo na manhã de 23, partio o Tn. Coronel Murray com o proposto convenio, a buscar a concorrência do Almirante, e voltou na noite de 24, com a resposta do Cav. Carlos Cotton; que elle nam podia acceder a isto; mas que entraria em hum tratado, com o Almirante Russiano.

Apparece que o Cav. Carlos Cotton havendo recusado sancionar o artigo Russiano, o commandante das forças concebeo, que estava acabado o armisticio; e determinou mandar o Tn. Coronel Murray, a annunciar a renovaçam das hostilidades, depois de passadas 48 horas; em ordem a que, se o Gen. Junot quizesse, pudesse tractar sobre os demais artigos como base. Este official tinha o poder de tractar sem demora. Tinha a carta de 25 do Commandante das forças, e certo memorandum do Cav. Arthur Wellesley, que se exhibio à Meza, pelo qual se mostrava o exacto fundamento sobre que

DEZEMBRO 1898.

elle devia obrar, bem como os sentimentos do Gen. Kellerman, sobre a questam Russiana.

No dia 27 pela manhã cedo, se recebeo aviso do Gen. Junot e do Tn. Coronel Murray, de que estava em agitaçam hum tractado, e respondeo-se a isto.

Apparece que, quando o Cap. Dalrymple, do Regimento 29, trouxe o proposto tractado (ratificado pelo Gen. Junot) que chegou aos 24 de Agosto ao Quartel Gen. do Ramalhal, todos os Tenentes Generaes (Burrard, Moore, Hope, Frazer, Wellesley) estavam presentes; excepto Lord Paget (que nam fora chamado). Com tudo discutio-se formalmente o proposto tractado. O Cav. Wellesley assentou as minutas das alteraçoes, que se propuseram, quaes se exhibiram a esta Meza, e o Commandante das forças nam teve razam para crer, que o Cav. Joam Moore, ou outro algum Tn. Gen. que veio com elle, exprimisse alguma desapprovaçam do estado e termos da negociaçam. O tractado com as alteraçoes propostas, foi transmittido ao Tn. Coronel Murray.

Apparece que o tractado concluido pelo Tn. Cor. Murray aos 30, foi trazido por elle a Torres Vedras aos 31, para ser ratificado: convocáram-se os Tn. Generaes que estavam presentes, e mandou-se chamar o Cav. Wellesley. Nam veio Lord Paget, que estava distante nem tambem o Cav. Arthur Wellesley, por haver o o seu corpo marchado n'aquella manhã. Os outros Tn. Generaes (Burrard, Moore, Frazer, e Hope,) viéram á conferencia; approváram-se as alteraçoes, que fez o Tn. Coronel Murray, e foi o tractado entam ratificado pelo Commandante das forças o Cav. Dalrymple, com a approvaçam dos Ten. Generaes presentes. Fôram agora alterados, neste tractado de 30, alguns artigos, que

DEZEMBRO 1808.

no tractado de 21, nam merecêram a approvaçam dos Tn. Generaes; e se inseriram outras boas alteraçoes, que nam haviam lembrado antes. A comparaçam do tratado de 18, com este que se ratificou, mostrará quaes sam estas alteraçoes. O Commandante das forças nam chama, nem considêra a estas conferencias dos Tn. Generaes, como Conselhos de guerra regulares. Procurou elle aproveitar-se dos seus talentos e experiencia, consultando-os nos casos exigentes, e prosseguindo as medidas, que elle por si mesmo julgasse mais conducen-tes ao bem do serviço de S. M., depois de se ter approveitado da vantagem, que podia tirar de seus raciocinios; e nam se lembra de que no dia 18 houvesse alguma opiniam discordante, quanto á ratificaçam da Convençam.

Apparece que, havendo chegado o Corpo do Cav. Joam Moore, á bahia do Mondego, aos 20 de Agosto, principiou a desembarcar, que tornou a embarcar-se, e chegou defronte de bahia da Maceira aos 24: que desde os 25 ate os 28 desembarcou, com grande difficuldade, e successivamente se ajunctáram as tropas ao exercito em Torres Vedras.

Apparece que algumas das principaes vantagens, que resultavam desta Convençam, éram, na contemplaçam dos Generaes.—Que libertava immediatamente o Reino de Portugal do dominio dos Francezes, restituindo, por isso, aos habitantes a sua capital, e fortalezas, os seus principaes portos de mar, a sua liberdade pessoal—propriedade, religião, e Governo estabelecido.—Que alliviava hum grande porçam das fronteiras de Espanha das apprehensoens de hum inimigo, e toda a Espanha do temor de ter hum inimigo na retaguarda, e permit-

tia a todas as partes da Espanha o tomar mais efficazes medidas para a sua defeza geral; assim como permittia a Portugal o contribuir immediatamente, para o seu mutuo soccorro.—Que habilitava o exercito Britanico a entrar immediatamente na Espanha, se fosse requerido, por estradas centraes, entretanto que transportava as forças Francezas, a huma mui distante parte de sua costa, e remota da fronteira de Espanha.—Que libertava immediatamente 4.000 soldados Espanhoes, e os mandava para defender a Catalunha: e tambem libertava das fronteiras de Portugal outro corpo de 2.000 Espanhoes. O exercito Portuguez ficava tambem desembarçado para obrar na causa commum.

A abertura do Tejo offerecia tambem hum immediato abrigo aos navios de guerra e transportes, que, nesta estaçam do anno, só com grande difficuldade podiam conservar-se juncto á costa; e da sua presença dependia o provimento, e operaçoens do exercito.—Alegam mais os Generaes, o ser ainda mais do que provavel, que, se se exigisse do inimigo o depôr as armas, e entregar-se prisioneiro de guerra, nam annuiria elle a isto; mas vendo-se levado a extremidades, se retiraria para Lisboa, reforçado por 6.000 Russianos, que seriam desta sorte obrigados a participar da sua sorte, e no ataque temporario desta Cidade deveria haver grande calamidade e destruiçam.—Tambem, estando senhores da frota Russiana, e dos botes, e vasos do Tejo, tinha o inimigo segura a passagem do rio; que, com as boas fortalezas do Alemtejo em seu poder, podiam delongar huma guerra destructiva, com grande detrimento de Portugal, e da causa de Espanha; achando emprego para a maior parte do exercito Britanico, no restante do

DEZEMBRO 1808.

anno, e as difficuldades, e percas, em tal operaçam, deviam ser mui consideraveis.

Apparece, que as tropas Britanicas tomáram posse dos Fortes do Tejo aos 2 de Setembro, e entam se abririo o porto aos nossos navios; que aos 5, tinha o exercito a sua ala direita em S. Juliam, e a esquerda nas alturas de Bellas; que aos 8 ou 9 marchou hum corpo Britanico para Lisboa; para segurar a tranquillidade d'aquella Cidade, durante o embarque do inimigo, que todo se mandou para fóra, excepto a ultima divisam, que se deteve de proposito, antes do fim do mez; e parte do exercito Britanico, estava entam actualmente no seu caminho para as fronteiras de Espanha.

Apparece, que, durante a discussam, e ao despois durante a execuçam da Convençam, se mostrou muita firmeza em resistir ás pretençoens, e interpretaçoens do inimigo, restringindo-se todas as estipulaçoens ao seu sentido justo, honroso, e grammatical, e nam se permittio aos Francezes levar com sigo, mas fóram obrigados a repôr os roubos, que elles affectavam considerar como propriedade particular.

Apparece, que se tomou algum trabalho para representar mal, e levantar hum clamor, em Portugal, contra ésta Convençam: mas quando se soube geralmente, e se sentíram os seus effeitos, o povo de Lisboa, e de todo o paiz, parece ter exprimido a sua gratidam, e reconhecimento, pelos beneficios, que lhe resultáram. Insistio o Cav. Dalrymple, e concedeo o Major General Spencer, que, no Egypto, em 1801 (depois da victoria de 21 de Março, havendo os Francezes mettido toda a sua força em Alexandria, e Gram Cairo, cousa de 10.000 homens em cada hum destes lugares) que no

cerco de Alexandria, em Agosto, o paiz estava cortado de toda a possibilidade de soccorros, e só se podia manter por alguns dias, quando se lhe concedeo huma capitulação, aos 2 de Setembro, tam favoravel, quanto o foi a convenção de Cintra ao exercito de Junot (de 24.000 Francezes, e 6.000 Russos) e perfeitamente semelhante em todos os artigos principaes, de homens, bagagem, artilheria, condução, &c: tambem, que se haviam antecedentemente concedido os mesmos termos á guarnição do Cairo, quasi nas mesmas circumstancias. Por estas duas convenções ou capitulações, mais de 20.000 Francezes evacuaram o Egypto, e o exercito Britanico ficou desembaraçado para outros objectos.

Sobre tudo apparece, que as operações do exercito commandado pelo Cav. Arthur Wellesley, desde que desembarcou na bahia do Mondego, no 1 de Agosto, até á conclusam da acção do Vimeiro, aos 21 de Agosto foi altamente honrosa e bem succedida, e tal qual se podia esperar de hum distincto General, á frente de hum exercito Britanico de 13.000 homens, augmentado aos 20 e 21, até 17.000, homens obtendo somente hum pequeno adjutorio de hum Corpo Portuguez de 1.600 homens, e contra quem se oppunha hum inimigo, que nam excedia 14.000 homens, no campo, e isto antes da chegada de hum consideravel reforço da Inglaterra, commandado pelo Tn. Gen. Joam Moore, que com tudo chegou, e se ajunctou ao exercito desde 25 até 30 de Agosto.

Apparece hum ponto a respeito do qual se nam produzio prova que habilitasse esta Meza a decidir confiadamente, e he, se o proseguimento depois da batalha de 21, seria ou nam seria efficaz: nem se acha a Meza

DEZEMBRO 1808.

com sufficiente confiança para determinar sobre a conveniencia de hum movimento avançado para Torres Vedras, quando o Cav. Burrard tem exposto pezadas considerações, contra tal medida. Além disto deve observar-se, que tantas circumstancias collateraes se nam podiam saber ao momento em que o inimigo foi repulsado, e ao despois fóram patentes ao exercito, e se tem representado á Mesa. E considerando as extraordinarias circumstancias, em que os dous novos Generaes Commandantes chegaram do oceano, e se uníram ao exercito, (hum durante a batalha, e o outro logo despois, e estes succedendo hum ao outro em alternativa immediata, e ambos ao commandante originario, tudo em 24 horas) nam he de admirar, que o exercito nam marchasse adiante, até se passarem dous dias depois da acção; por causa da necessidade, em que se achavam os Generaes, de ser informados do actual estado das cousas, e do seu exercito, para proceder nessa conformidade.

Apparece, que a convenção de Cintra, em todo o seu progresso e conclusam, ou ao menos todos os seus artigos principaes, nam soffrêram objecção alguma da da parte de cinco distinctos Tn. Generaes d'aquelle exercito e outros Officiaes Generaes, que se achavam n'aquelle serviço, e aquem nós tivemos occasiam de examinar, tem tambem concorrido nas grandes vantagens que ganharam immediatamente, para o Reino de Portugal, para o exercito, e para a frota, e para o serviço geral, pela conclusam da convenção áquelle tempo.

Considerando todas estas circumstancias, taes quaes se referem neste relatorio; nós humildemente submettemos a nossa opiniam, que nam he necessario outro ul-

DEZEMBRO 1808.

terior procedimento militar, sobre esta materia. Porque nam obstante que alguns de nós sejamos differentes em sentimentos, quanto a o ser ésta Convençam adaptada á situaçam relativa dos dous exercitos; com tudo he a nossa unanime declaraçam, que os Ten. Generaes Cav. Hew Dalrymple, Cav. Harry Burrard, e Cav. Arthur Wellesley, parece terem exhibido inquestionavel zelo e firmeza; assim como, que o ardor e valentia dos demais officiaes e soldados, em todas as occasioens, durante esta expediçam, tem feito honra ás tropas, e dado lustre ás armas de V. M.

Tudo o que he reverentemente submettido.

(Assignados) DAVID DUNDAS: General. MOIRA: General. PEDRO CRAIG: General. HEATHFIELD: General. PEMBROKE: Ten. General. G. NUGENT: Ten. General. OL. NICHOLS: Ten. General.

22 de Dezembro, 1808.

Secretaria do Auditor Geral, 27 de Dezembro, 1808.

Em consequencia da seguinte carta de S. Alteza Real o Commandante em Chefe ao Th. Gen. Cav. David Dundas, como Presidente, a saber.—

Secretaria do General em Chefe, 25 de Dezembro, 1808.

Senhor! Havendo-me entregue o Auditor-Geral das tropas, para serem apresentados a S. M., os diversos papeis e documentos, que contem todos os exames, e procedimentos da Meza-de-inquiriçam, de que vós sois Presidente, junctamente com o vosso relatorio e opiniam, sobre todas as operaçoens das forças de S. M. em

DEZEMBRO 1808.

Portugal em quanto tem connexam com o armisticio e subsequente convençam de Cintra, julgo ser do meu dever o expor, que ainda que o Relatorio está plenamente circumstanciado, e com perfeita explicaçam de todas as transacçoens, taes quaes apparecêram nas provas, ante vós, comtudo, considerando devidamente toda esta materia, certamente apparece, que se omittio inteiramente a vossa opiniam sobre as condiçoens do armisticio e convençam, que as palavras do Decreto de S. M. expressamente vos mandavam examinar estrictamente, indagar a materia, e referir sobre ella.

Por tanto sinto que he do meu dever, chamar a vossa attençam a estas duas principaes partes deste importante caso—o armisticio e convençam—e requerer-vos que sejaes servidos tornar a tomar o dicto na vossa mais séria consideraçam, e ajunctar á opiniam, que vós ja desteis sobre os outros pontos, que se submeteram ao vosso exame e inquiriçam, se, consideradas todas as circumstancias, que apparecêram em prova perante vós, sobre a situaçam relativa dos dous exercitos, aos 22 de Agosto de 1808, he a vossa opiniam, que era conveniente hum armisticio ; e sendo assim se os termos desse armisticio eram taes quaes se deviam ter acordado : e se em igual consideraçam da situaçam relativa dos dous exercitos, subsequentemente ao armisticio, e quando todas as forças Britanicas tinham desembarcado, he a vossa opiniam, que era conveniente huma Convençam, e nesse caso, se os termos daquella Convençam eram taes quaes se deviam ter acordado.

He tanto maior o meu desejo de que vós torneis a considerar estes dous pontos, o Armisticio, e Convençam, quanto apparece, á face do vosso Relatorio, que

existe huma differença de opiniam entre os membros da Meza, que provavelmente produzirá hum dissenti-mento da maioridade nestas identicas questoes. Se-reis servido, portanto, requerer áquelles membros, que forem de differente opiniam da maioridade, nestas duas questoes, o registrar em frente do processo, as suas razoes de assim dissentirem.

Eu sou, Senhor, Vosso, &c.

(Assignado) FREDERICO,

Commandante em Chefe.

Ao General Cavalleiro David Dundas.

Ajunctou-se hoje a Meza na Secretaria do Auditor Geral; e, havendo lido a dicta carta concordáram, que propuzessem as seguintes perguntas a cada hum dos Membros da Meza:—

PERGUNTA. Approvais vós, ou nam approvais, o Armisticio, como se concluiu aos 22 de Agosto de 1808, na situação relativa dos dous Exercitos?

Resposta. Approvo. Tn. General NICHOLLS. Tn. General G. NUGENT. CONDE DE PEMBROKE. Lord HEATHFIELD. General CRAIG. General C. DUNDAS.—Desapprovo. CONDE DE MOIRA.

Pergunta. Approvais vós ou nam approvais, a Convenção, como se concluiu aos 31 de Agosto de 1808, na situação relativa dos dous exercitos?

Resposta. Approvo. Tn. General G. NUGENT. General LORD HEATHFIELD. General CRAIG. D. DUNDAS.—Desapprovo. Tn. General NICHOLLS. CONDE DE PEMBROKE. CONDE DE MOIRA.

(Assignado) DAVID DUNDAS, Presidente.

A minha razam para considerar o Armisticio conveniente, aos 22 de Agosto, éra; porque o inimigo se tinha

DEZEMBRO 1808.

podido retirar, depois da batalha de 21, e havia tomado huma forte posição defensiva.

OL. NICHOLLS, Tn. Gen.

Eu penso, considerando o grande augmento da nossa força, desde a primeira suspensam de hostilidades, até se assignar a Convençam definitiva, addido isto á derrota, que o inimigo soffreu, que o Cav Hew Dalrymple, tinha pleno titulo para insistir em mais favoraveis termos.

OL. NICHOLLS, Tn. Gen.

Eu approvo o Armisticio, depois da devida consideração da situação relativa dos dous exercitos, na tarde de 22 de Agosto, porém nam posso plenamente approvar o todo da Convençam, despois da devida consideração da situação relativa dos dous exercitos áquelle tempo; porque nam me parece, que, no progresso da negociação, se insistio assaz nas grandes vantagens, que teriam resultado, ou que éra provavel que resultassem, do bom successo das primeiras operaçoens do exercito Britanico, no campo, dos considerareis reforços, que se lhe haviam ajunctado, subseqüentemente ao principio da negociação da causa, em que se achava empenhado o exercito Britanico, que éra a causa de Portugal, que dava boas razoens para calcular sobre a boa vontade, quando nam sobre hum activo adjutorio, da maioridade dos habitantes tambem da desusada promptidam segundo me parece, que manifestou o Gen. Junot, de entrar em negociação, e o Negociador Francez de acceder aos termos, que se lhe propunham, e á construcção que o Tn. General Dalrymple lhes dava em algum casos, em que podia haver differença de interpretação. Eu, portanto, julgo que se tivessem insistido

DEZEMBRO 1808.

em termos menos favoraveis ao exercito dos Francezes estes teriam accedido a elles.

PEMBROKE, Tn. Gen.

Sinto menos repugnancia em obedecer á ordem de referir os meus sentimentos sobre a natureza da Convençam, porque sempre concorri em tributar os devidos applausos, em outros respeitos, aos officiaes implicados. A minha opiniam, por tanto, he somente opposta á delles n'huma questam de julgar, em que os seus talentos, he muito natural, que tenham tanto maior peso, que me façam de algum modo penosa a declaraçam da minha differença. Com tudo o dever hê imperioso, e nam devo desfigurar, ou limitar as deducçoens, que tenho feito durante éstas indagaçoens.

Hum armisticio simples pode nam soffrer objecçam porque o Cav. Hew Dalrymple, esperando a cada hora a chegada do Cav. Joam Moore, com a sua divizam, podia ver maior vantagem, n'huma breve suspensam d'hostilidades, do que os Francezes podiam tirar della. Porém como o armisticio envolveo, e de facto estabeleceo todo o principio da Convençam, desta o nam posso separar.

O Cav. Arthur Wellesley referio, que considerou a sua força, ao principio da marcha do rio Mondego, como sufficiente para expulsar os Francezes da sua posicam no Tejo. A ésta força se uniram depois mais de 4.000 homens de tropa Britanica, commandados pelos Gen. Anstruther e Ackland. Os Francezes fizeram hum ataque com todas as suas forças de que podiam dispor, e foram repulsados com grande perca, posto que do exercito Britanico so huma parte entrou em accam. He difficuloso de conceber, como o prospecto do Cav.

DEZEMBRO 1808.

Wellesley se podia alterar para peor. com estes acontecimentos, ainda no caso de que nam existisse a certeza da prompta chegada de reforços.

Argumenta-se que, se tivessem puchado os Francezes a extremidades, haveriam elles cruzado o Tejo, e delongado a campanha de tal maneira, que ficariam frustradas as mais importantes vistas dos Generaes Britanicos : isto he, o mandar soccorros para Espanha. Esta medida devia ser igualmente sensivel aos Francezes, se delles se nam tivesse alcançado hum victoria ; mas eu confesso, que a supposiçam de tal acontecimento me parece ser feita contra toda a probabilidade. O Cav. Hew Dalrymple faz mençam, do que elle chama, “o critico e embaraçado estado de Junot,” antes deste General ser apertado pelo exercito Britanico ; e, em explicaçam desta expressam, observa que o rendimento de Dupont, a existencia de hum exercito Espanhol victorioso, na Andaluzia, que cortava a retirada dos Francezes n’aquella direcçam, e a universal hostilidade dos Portuguezes, fazia com que a situaçam de Junot fosse mui desastrosa. Desta pinctura nam apparece cousa alguma, que o tentasse a mudar o theatro da guerra para o Alentejo, nem outra alguma representaçam ha que dê motivos a suppor, que Junot contemplasse tal medida em outro ponto de vista, senam o de soffrer a ultima ruina, depois de hum preliminar de miserias, e de infamias. A mais forte de todas as provas quanto á opiniam de Junot, resulta de ter elle mandado na mesma manhã depois da batalha do Vimeiro, propor a evacuaçam de Portugal; passo este que indica sufficientemente estar o Gen. Junot persuadido, que nam somente lhe era impossivel fazer alguma defensa effec-

TOM. I.

v

tiva, mas até que nam podia espaçar a contenda, para se aproveitar dos acasos occurrentes.

Apparece nas provas, que das tropas, que elle deixou em Lisboa, e nos fortes, grande parte eram de mui du-bia qualidade. As tropas, em cuja fidelidade elle se confiava, estavam desmaiadas, por huma assignalada rota; e conheciam, que nam podiam esperar soccorro de fóra. Os Generaes Britanicos sabiam, quando se concordou no armisticio, que podiam contar com a im-mediata chegada de 10.000 homens, commandados pelo Cav. Joam Moore, assim como dos Regimentos 5, e 42 de Infantaria, e 18 de Dragoens ligeiros; e ainda que se nam pudesse tirar muita vantagem das tropas Portu-guezas, nam se pôde, com tudo, lançar forâ deste cal-culo o seu apoio, e a violencia geral do paiz contra os Francezes. A disparidade de forças e de circumstan-cias era entam tal que nam deixava duvida de que o exito nos seria favoravel. Eu nam deixo de advertir as difficuldades, que se argumenta era possivel que occur-rem, em municiar de pam ao exercito Britanico. Mas pondo de parte a soluçam óbvia, de que tal pri-vaçam temporaria, nam he ruinosa a hum exercito, que está em paiz, onde se pode achar gado, esta difficuldade se nam pode allegar, admittindo-se que a artilheria pesada, necessaria para batter o forte de S. Juliam e Cascaes se devia desembarcar na bahia do cabo da roca de Lisboa. A questam pois se reduz a isto; se a Con-vençam segurou (como se assevéra) todos os objectos a que a expediçam se propunha. Se o nam fez, nam era isso o que S- M. tinha o direito de esperar da situaçam relativa dos dous exercitos.

Eu humildemente concebo, que tem sido erroneo, o

DEZEMBRO 1808.

considerar a emancipação de Portugal dos Francezes, como unico ou principal objecto da expedição. Em qualquer territorio que nós contendamos contra os Francezes, deve ser hum objecto prominente, o trabalhar por destruir os seus recursos, e restringir-lhes os meios de nos injuriar, ou ser nocivos áquelles, cuja causa defendemos. Isto parece ter sido tam pouco considerado na Convenção, que os termos della extricaram o exercito de Junot de huma situação de infinito aperto, em que todo elle estava fóra de acção; e assim foi trazido, em estado completo de bastecimento, a hum immediato exercicio; e isto em huma parte, onde havia de intervir com os nossos mais urgentes, e interessantes negocios. Se fosse impracticavel reduzir o exercito Francez a metter as armas a terra, á discrição, ainda assim se devia insistir na obrigação de nam servir por hum determinado tempo; podia-se nomear Belle-isle, para o lugar do seu desembarque, em ordem a prevenir a possibilidade de que elles reforçassem (ao menos por longo tempo) os exercitos empregados em subjugar a Espanha. Apresenta-se huma consideração talvez mais forte do que o merecimento destes termos. A opinião relativa ás armas Britanicas era cousa da mais alta importancia; porque ella podia influir confiança aos Espanhoes, ou convidar as nações, que gemem debaixo do jugo da França, a appellar para este paiz, e cooperar com elle para se libertarem. Portanto, deviam ser mais do que usualmente grandes aquellas vantagens, que se julgassem sufficientes para balançar a objecção de conceder a hum exercito muito inferior, em circumstancias desesperadas, e desanimado, taes termos, que pudessem mostrar, que

DEZEMBRO 1808

nam obstante a sua disparidade em numero, era ainda formidavel a seus vencedores. Parece que nam se ganharam vantagens algumas, que se nam seguissem igualmente de forçar o inimigo a huma mais assignalada submissam. O ganhar tempo para mandar soccorros á Espanha, nam se pode admittir como desculpa; porque apparece, que se nam haviam apprehendido arranjamientos, para a recepçam das nossas tropas na Espanha, antes desta Convençam; e isto he sem raciocinar em factos subsequentes. A Convençam do Egypto, que se allegou como caso paralelo me parece inapplicavel. Ali nam havia outro objecto alem de desalojar os Francezes do Egypto. No presente exemplo a operaçam da Convençam, nos negocios da Espanha, era huma consideraçam de interesse primário; neste ponto de vista se me representam, como sujeitos a grandes objecçoens, os inevitaveis effeitos de alguns dos artigos.

Eu espero que estas razoes me justificaram da imputaçam de presumpçam, mantendo huma opiniam contradictoria á que professam tantos respeitabilissimos officiaes; porque, ainda sendo estas razoes essencialmente erroneas, se ellas sam conclusivas ao meu modo de pensar (como em consciencia affirmo que sam;) he huma consequencia necessaria, que eu devo desaprovar a Convençam.

27 de Dezembro, 1808.

MOIRA, General.

DEZEMBRO 1808.

Participação official feita ao Gen. Hew Dalrymple ; em consequencia da Convenção de Cintra.

El Rey tem tomado na sua consideração o Relatorio da Meza de Inquirição, juctamente com os Documentos, e opinioens, que lhe vinham annexas.—Ao mesmo tempo que S. M. adopta a unanime opiniam da Meza de que nam he necessario ulteriores procedimentos sobre as transacções que se remettêram á sua indagação, nam he da intenção de S. M. que isso sirva de exprimir a satisfacção de S. M. quanto aos termos, e condições do Armisticio e Convenção.—Quando estes instrumentos se apresentáram pela primeira vez, ante S. M. El Rey reservando para indagação ulterior as partes da Convenção definitiva, em que se envolviam os interesses mais immediatos de S. M., fez com que se participasse ao Cav. Hew Dalrymple, pelo Secretario de Estado de S. M., que S. M. se sentia obrigado a expressar peremptoriamente a sua desapprovação daquelles artigos, em que se fizeram estipulações, que tocavam directamemte os interesses ou sentimentos das nações Espanhola e Portugueza.—Acabada a Inquirição, El Rey, abstendo-se de fazer observação alguma, sobre as outras partes da Convenção, repete a sua desapprovação daquelles artigos: achando S. M. ser necessario, que os seus sentimentos sejam claramente entendidos, quanto á impropriedade, e perigo de se admittir, sem authoridade, em Convenções Militares, artigos de tal descripção, que, em especial sendo formados incautamente, podem occasionar as mais injurias consequencias.—S. M. nam pode deixar de obser-

DEZEMBRO 1808.

var, alem disto, que o Tn. General Cavalleiro Hew. Dalrymple, demorando o transmittir, para sua informaçam o Armisticio concluido aos 22 de Agosto, até os 4 de Setembro, ao mesmo tempo em que enviou a Convençam ratificada, obrou de maneira tal, que devia produzir inconvenientes publicos; e de facto dahi resultáram taes inconvenientes.

JUNHO 1808.

No. XX—(a)

*Ordem da Junta Suprema do Porto para a Alfandega da mesma
Cidade*

O Desembargador Superintendente da Alfandega desta Cidade fará continuar o Despacho da mesma, na identica fôrma, como se praticava no tempo do PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor, e quando a Corôa deste Reino estava em alliança com a Gran-Bretanha.

Porto 20 de Junho de 1808.

BISPO, Presidente Governador.



No. XX—(b)

Proclamação do General Sepulveda.

Manoel Jorge Gomes de Sepulveda, Commendador na Ordem de Christo, Figalço da Casa Real, Alcaide Mór do Castello e Villa de Trancoz, Tenente General effectivo dos Reaes Exercitos, e Governador das Armas da Provincia de Trás os Montes &c.

Honrados Habitantes desta Provincia: He chegado o tempo, o feliz tempo de sacudirmos o jugo Francez, com que o assollador da Europa pertende reduzir a escravidam toda a terra: vâmos pois repellir a força com a mesma força, defender o nosso Augusto, amavel, e o melhor de todos os Principes, a nossa Sagrada Reli-

JUNHO 1808

giam, e a nossa Patria, na certeza fiel de que, mediante o auxilio do Omnipotente, que com tanta particularidade tem defendido esta Monarchia, alcançaremos a victoria, e a nossa felicidade.

Transmontanos! Nós fomos os primeiros que intrépidos acclamamos o Augusto Nome do PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor, no sempre memoravel dia 11 do corrente, fazendo tremular nas Torres, nas Praças, e lugares públicos desta Cidade as QUINAS Luzitanas: vamos pois defender a nossa causa, a mais legitima que tem apparecido em todos os seculos, nam nos esquecendo que somos descendentes daquelles valorosos Portuguezes, que depois de sacudirem na sua Patria o jugo Mauritano, leváram as suas armas triunfantes, e communicáram a luz da Religiam em todas as partes da terra: vamos pois com valor cumprir os nossos deveres, ganhar os louros, que se preparam aos que animados da honra, e da conservaçam de Nossos Augustos PRINCIPIES (cuja saudade tem penetrado nossos coraçoes) se apressam a pegar em armas.

Em consequencia: mando, em Nome do Principe Regente Nosso Senhor, a todos os que habitam nesta Provincia se prestem sem demora contra o Inimigo commum, sem excepçam de pessoa, pois que sendo a causa commum, deve como tal ser reivindicada, seguindo o exemplo da Espanha que como tanto valor se tem arrostado a expellir o jugo que igualmente a opprime, devendo todos estar certos de que nos nam faltam os recursos necessarios, e os meios de dinheiros, muniçoens de guerra, e de boca, com que podêr arrostar o Inimigo.

Mando outro sim, que todos os Individuos Francezes

JUNHO 1808

de qualquer gradaçam que sejam, existentes nos limites desta Provincia, saiam della no preciso termo de tres dias, com a comminaçam de serem tratados como espias, e punidos na fôrma das Leis, com sequestro de seus bens por via de reprezalia. E para que chegue á noticia de todos, fiz passar o presente, que será publicado, e affixado nesta, e mais Praças, Cidades, e Villas desta Provincia, para onde se remetterám os exemplares necessarios.

Dado no Quartel General de Bragança sob meu signal, e Sello aos 21 de Junho de 1808.

Manoel Jorge Gomes de Sepulveda.

No. XXIII—(a)

*Proclamação do Intendente Geral do Policia do Porto,
quando foi nomeado pela Junta Suprema.*

José Feliciano da Rocha Gameiro, Juiz da Inconfidencia, e Intendente Geral do Districto da Relação, e Casa do Porto.

Portuguezes fieis! honrados Portuguezes! a'grande obra da vossa restauração está principiada: o dia 18 de Junho de 1808 fará a mais gloriosa época nos Fastos Lusitanos. Bravos officiaes, que nesse memoravel dia fizestes abrir os nossos corações afferrolhados pelo tyranno oppressor do Universo, completai tam justos designios. Os Francezes já nam ousarã acommetter-nos; he necessario procurá-los, para os prender ao carro do vosso triumpho. Nam, eu nam desconfio do vosso valor; elle he sobejo para arrostar hum pequeno numero de miseraveis, que se acham cercados. Faz-se porém indispensavel, ó Portuguezes, mais que tudo observar religiosamente as ordens, nam sô da Suprema e Real Junta, que nos governa; mas de todas as Authoridades constituidas, e de vossos Chefes. A subordinação he o nexo da cadeia civil: a falta della reduz em hum momento à horrorosa anarchia o Reino mais poderoso; quanto mais o nosso, que vai a levantar-se das ruinas, a que o tinha reduzido a fatal ambição do nosso inimigo.

Dous importantes objectos me fôram pela Suprema Junta commettidos. O 1º, de castigar Inconfidentes ao Estado: neste, espero nam terei trabalho algum, pe-

JUNHO 1808.

los testemunhos, que me tendes dado da vossa lealdade e submissam ao nosso desejado, e legitimo Soberano. Se porém ainda algum existir, que ouse levantar cabeça, ella lhe será cortada, e separada, bem como o joio do precioso trigo. Pelo que pertence ao 2º. objecto da Policia, vós sabeis a lei : o cumprir com ella he hum dever de Vassallos fieis. Observando-a, vos poupais a trabalhos ; e eu terei tempo de empregar-me em outros objectos, que vos possam ser uteis. Assim o espero, e de vós o confio.

Porto 22 de Junho de 1808.

JOZÉ FELICIANO DA ROCHA GAMEIRO.

No. XXVIII—(a)

Decreto da Junta Suprema do Porto sobre o sequestro da Propriedade Inglesa.

Em Nome do Principe Regente de Portugal.

A Junta Provisional do Governo Supremo por terem cessado os motivos, que deram occasiam ao sequestro geral praticado nas fazendas de manufactura inglesa, e outros quaesquer effeitos pertencentes aos Vassallos da Gran-Bretanha: Ordena, que o mesmo sequestro seja levantado, e que os ditos effeitos, e fazendas possam girar livremente no commercio, precedendo o despacho competente, e pagamento dos direitos devidos: o que se lhe participa para que assim o faça executar na alfandega desta Cidade, e nas mais das tres Provincias do Norte, expedindo-se para isso as ordens necessarias.

Porto 27 de Junho de 1808.

JOSE DE MELLO FREIRE.

JOSE DIAS DE OLIVEIRA.

Senhor Superintendente Geral da Alfandega das tres Provincias do Norte.

Junho 1808.

No. XXVIII—(b)

Decreto da Junta Suprema do Porto sobre providencias commerciaes relativamente a Navios Inglezes.

Em Nome do Principe Nosso Senhor.

A Junta Provisional do Governo Supremo manda promover com a maior assiduidade o despacho a todas as embarcações de S. M. Britanica, que se acharem neste Porto promptas para carregar; e bem assim a outras quaesquer, que com o mesmo fim se dirijam a seguir viagem para portos de Inglaterra; por quanto deverão sahir debaixo de comboy, que se espera neste, muito brevemente: o que se fará público por editaes na praça do commercio, e porta da alfandega, para que chegue á noticia de todos os interessados no ramo mercantil.

Porto 28 de Junho de 1808.

Bispo, *Presidente Governador.*

Ao Juiz da Alfandega do Porto.

No. XXX—(a)

Officio e Proclamação do Governador de Tuy aos Portuguezes.

Senhor Juiz de Fóra da Praça de Valença.

Desejando desvanecer qualquer dúvida, que possa haver nos habitantes dessa Villa, mando o meu segundo ajudante D. Manoel Aysa tenente do regimento de Leam, affixar hum bando militar, com prévio beneplacito de V. Sa; a quem rogo contribua pela sua parte para unir os animos desses fieis vassallos del Rei de Portugal D. Joam VI, com os Espanhoes, que nam aspiram senam a restabelecer em seu throno ao seu amado Rei D. Fernando VII, e irmanar-se com os Portuguezes para concorrerem unanimes á defesa de nossos reciprocos direitos.

Deos Guarde a V. Sa. ms. as. Tuy 28 de Junho de 1808.

NICOLAU MAHY.

*Nobres e Valorosos Portuguezes.*

Tem chegado á minha noticia, que o augmento, que faço de gente armada nessa praça de Valença infunde alguma suspeita em seus habitantes, authorizada pelas idéas sediciosas, que tem propagado o General Francez Junot, sobre as intenções da Espanha com respeito ao Reino de Portugal.

A Espanha só aspira a restabelecer em seu throno

JUNHO 1808.

ao seu amado Fernando VII., assim como em Portugal ao seu legitimo Soberano D. Joam VI.

Deponde pois, nobres Portuguezes, toda a suspeita, e crede, que a Espanha nam pensa em mais, que em deitar fóra do seu seio as viboras, que abrigou debaixo do conceito da maior e mais sincera amizade, para cujo objecto necessita de vós ; e a lealdade Castelhana he incapaz de pagar com mal o bem que recebe.

Boa prova he da boa fe dos Espanhoes terem mandado hum tam pequeno corpo de tropas, como duas companhias incompletas do Regimento de Infantaria do Principe, e hum destacamento de Cavallaria ao interior da Provincia de Entre Douro e Minho, fiados tam sómente na palavra do General, e Camara do Porto.

A minha,idea em àugmentar a gente armada nam tem outro objecto mais que o exercicio das Recrutas com a Tropa de Linha, que tem os Batalhoens de Leam: e quando vós estiverdes armados, e capazes de alternar com as tropas Espanholas a fadiga da guarniçam, sortiareis os postos com respeito á força, para que vos nam fique o menor receio de que procedemos de boa fé, e com toda a lealdade, que caracteriza as nossas Naçoens.

Viva Fernando VII, Rei de Espanha : e D. Joam VI, Rei de Portugal : e ambos reinem felizmente largas idades sobre os seus Vassallos.

Dado em o Quartel General de Tuy a 28 de Junho de 1808.

NICOLAU MAHY.

No. XXX. — (b)

*Edital do Chanceller servindo de Governador das Justiças da
Relaçam e Casa do Porto, para o armamento de todos os Em-
pregados na mesma Relaçam.*

O Dr. Manoel Francisco da Silva Veiga Magro de Moura, Professo na Ordem de Christo: do Conselho do Principe Regente N. S., Fidalgo cavalleiro da sua Casa, seu Desembargador do Paço, e Chanceler Governador das Justiças da Relaçam, Casa do Porto, e todo o seu districto, &c.

Devendo os Ministros todos desta Casa, e Relaçam do Porto, Officiaes de Justiça, e mais Privilegados da mesma tomar parte, e parte muito distincta, e particular, na defensa da causa pública, e causa tam justa, e tam sagrada, como he a defensa do reino; faço saber por este público edital a todos, que, sem excepçam de pessoa alguma, devem estar promptos com suas armas para sahirem em qualquer occasiam, que a urgencia pública o exigir, dando com isso provas, nada equivocaa, do seu honrado zêlo, e de seu patriotismo.

Porto, e Secretaria das Justiças 29 de Junho de 1808.

DR. MANOEL FRANCISCO DA SILVA VEIGA
MAGRO DE MOURA.

JUNHO 1808

No. XXX—(c)

Proclamação do Chanceller servindo de Governador das Justiças da Relação e Casa do Porto.

Illustres Portuenses, Almas Generosas. Amigos e Concidadãos. Vós tendes principiado a mais heroica acção, e a mais digna de gloria nos annaes da nossa futura historia, quando projectastes restituir ao throno Portuguez o nosso amado, e esclarecido Principe; a quem os impios assassinos, e desoladores da Europa, tentavam despojar, e até anniquilar, se tanto podessem. O vosso valor suspendeo as ameaçadoras armas desses malvados, que vinham roubar-nos nossas fortunas, nossas amáveis vidas, e que pretendiam destruir a Santa Religiam, que ditosa, e reverentemente professamos. Para ultimar porém a vossa empresa, a vossa ditosa empresa; convém, e convém muito, que vos conserveis unidos em vossas briosas intenções; e que façais a justa, e devida confiança nos Chefes, que foram escolhidos pelo Supremo Governo, tam interessado na felicidade pública. Aquella ditosa eleição parece haver sido dictada pelo Ceo, que benignamente favorece esta vossa empresa. Foram entregues as re-deas do Governo a homens justos, e sabios, e que unem virtudes brilhantes, a valor herdado. Estes, tanto por suas Pessoas, como pelos seus primeiros, e mais válidos interesses, vam desempenhar o fim para que foram empregados: escutai com attenção os seus dictames. Todos elles se dirigem, com o devido zêlo, a estabelecer a boa ordem das vossas forças, e a formar do vosso corpo hum exercito respeitavel, que sirva

Tom. I.

x

JUNHO 1808.

tanto de gloria para a Nação, como de terror para o inimigo. A espada da justiça, espada fatal para os malfeitores, nam deixará de punir os criminosos, os indignos criminosos d'Estado : nam se deve com tudo proceder tumultuaria, e confusamente, nem he proprio das vossas honradas intenções, que se castiguem senam aquelles, que forem convencidos de seus horrorosos, e detestaveis crimes. Confiai por tanto no conhecido zelo e illuminados cuidados dos vossos chefes : e sobre tudo confiai no Ceo, que he justo, e que nam ha de deixar de defender huma causa que toda se dirige a estabelecer, e revendicar os Direitos, e regalias do Principe Soberano, da Religiam, e da Patria.

Viva o Principe Regente, e os honrados P. P. Dr. Manoel Francisco da Silva e Veiga Magro de Moira. Chanceler Governador das Justicas da Relação, e Casa do Porto; e todo o seu Districto.

Porto 29 de Junho de 1808.

JUNHO 1808.

No. XXXIV—(a)

Proclamação do Intendente Geral da Policia do Porto, sobre a impaciencia pública.

Moradores do Porto, o vosso demasiado zêlo, e summa desconfiança pôde bem levar-vos ao precipicio, e isso he o que pertende o Tyranno para vos fazer succumbir. Se vós confiais no Supremo Governo que constituistes, prestai-lhe sujeição, que elle he muito capaz de vos defender, e eu em seu abono pôrei a minha cabeça; se porém desconfiais em mim, o remedio he prompto, porque eu vou já demittir o cargo, que nem pedi, nem ambiciono. Nam he nesta occasiam só que eu tenho feito vêr a minha fidelidade; sempre por ella mereci a estima do Soberano, e já ha muito que algum de vós a conhece, e talvez em tempo que a minha vida se arriscasse. Eu ainda conservo os mesmos sentimentos, os Jacobinos ainda nam pudêram abalar a minha constancia; como porém a vida he preciosa, eu a de-sejo dar mais em beneficio da patria, do que sacrificá-la em hum tumulto. Eu quero antes morrer como simples soldado em qualquer acção, do que soffrer de vós a injúria de desconfiades da minha honra, e fidelidade. Muitos ministros ha nesta Relação de mais luzes, e por isso mais capazes do lugar de Intendente Geral da Policia; fazei justiça ao seu merecimento, e ide pedir outro ao Supremo Governo, que eu de boa vontade vos quero fazer a vossa. Tenho mais gosto de ir acompanhar meu filho ao exercito, aonde o fiz alistar, do que occupar o lugar, para o qual apenas me julgaria capaz no tempo da quietação, e nam do tumulto

JULHO 1808.

em que desgraçadamente vos vejo : no meio deste, confesso, se faz mister mão que seja mais habil. Se a vossa desconfiança nasce da falta da proposição dos Réos, sabei que eu desejo fazer as cousas de fôrma que nam seja notado de sanguinario, desejo juntar nas sentenças todas as provas que poder descobrir para que a minha honra nam padeça. Se em França se faz outra cousa, esta desgraçada Potencia nam serve hoje de modelo ás outras ; os Réos estão bem seguros ; ham de ser punidos conforme suas culpas : a Devassa, que pelas nossas leis se requer, ainda hontem se principiou. Que desejo he este tam arrebatado do sangue de huns poucos de individuos, dos quaes já nam temos nada a recear, e que brevemente podereis vêr no lugar que merecerem pelos seus crimes ? Nam sam estes os que vos devem merecer cuidado, aos que estão em Lisboa, e Almeida he que devemos acommetter, e vencer ; correi pois mais a alistar-vos no exercito, e a unir as vossas forças contra os Inimigos externos, do que contra esses já prezos, dos quaes em poucos dias, vos prometto, vejais a triste sorte ; sendo culpados. Dai-me algum tempo, porque hum homem mal convalescido de huma doença, e occupado em muitas outras cousas, nam pôde fazer mais do que faz : concedendo-me tempo, eu vos prometto desempenhar as obrigações do meu Officio, e vingar com o castigo dos Réos a Religiam, a Patria, e o Principe offendidos.

Porto, e Intendencia Geral da Policia, 1 de Julho de 1808.

JOSÉ FELICIANO DA ROCHA GAMEIRO.

JULHO 1808.

No. XXXIV—(b)

Edital do Intendente Geral da Policia do Porto sobre a devassa por crimes de Inconfidencia.

O Dr. Joze' Feliciano da Rocha Gameiro, do Desembargo de S. A. R., e seu Desembargador nesta Relação e Casa da Cidade do Porto, e na mesma Juiz Conservador do contrato do Tabaco, Juiz da Inconfidencia Intendente Geral da Policia no districto da mesma Relação, &c.

Faço saber, que tendo-se vindo no conhecimento que o Edital de 28 de junho respectivo á Devassa de Inconfidencia, nam fôra pela sua concizam, bem entendido, por aquelles que em virtude d'elle haviam de depôr, pois que o conhecimento dos Réos culpados, se deve buscar de mais longe, e nam só do dia da feliz acclamação do Nosso Augusto Soberano mas tambem do tempo da sahida do Principe, e que mediou entre esta, e o dia da acclamação: Por tanto declarando o dito meu Edital, na fôrma que deixo mencionado; mando que a toque de caixa se affixe este nos lugares mais públicos desta Cidade, e todos os que tiverem que depôr contra os Réos prezos, ou outros quaesquer que estejam incursos no crime de Inconfidencia, venham livremente depôr na devassa a que estou procedendo, de manhã em todos os dias nam feriados, na qual tomarei seus depoimentos na fôrma referida. Porto, e Intendencia Geral da Policia em 2 de Julho de 1808. *E eu Antonio Jose Ribeiro Viana o subscrevi.*

JOSE FELICIANO DA ROCHA GAMEIRO.

No. XXXIV—(c)

Proclamação da Junta Suprema do Porto, convidando á offerta de cavallos para a remonta da Cavallaria.

Valorosos, e Leaes Portuguezes:

A Junta Provisional do Governo Supremo, nam só admira o vosso valor e a vossa energia, mas louva, e engrandece o vosso zelo, e o vosso patriotismo: oh! e quanto he honroso para o nome Portuguezeste fiel, e religioso enthusiasmo com que vos propondes defender a Religiam, a Patria, o Principe Regente, e a vós mesmo? Nam poupais fadigas, nam vos roubais ao trabalho, nam vos negais aos voluntarios donativos: como á porfia cada hum de vós quer fazer os maiores sacrificios da vida, e da fazenda: fazeis-vos com isto benemeritos da Patria, da Gloria, e da posteridade. Mas persuadi-vos que o Governo só quer de vós o que for necessario, e nam quer superfluo; deseja moderar o pezo dos encargos, e nam augmentá-los sem necessidade urgente. He por isso que vai declarar-vos a organizaçam dos regimentos de cavallaria, remontando-os, hum aqui, outro em Barcellos, e os outros em Traz os montes para maior celeridade, e mais facil promptidam. Mas faltam cavallos, e arreios, porque os Francezes desorganizadores de tudo quanto ha debaixo do sol aruináram a nossa Tropa a tal ponto, que nam podessam temê-la. Perfidos! Como se enganáram! O furor ministra as armas aos Portuguezes; e do seu patriotismo espera o Governo Supremo a offerta livre de cavallos arriados para a pertendida remonta, pois deste

JULHO 1808.

modo será tam adiantada, quanto he o desejo que todos tem de sacudir de huma vez o tyranno jugo que opprime Portugal. E que bom Portuguez se negará a esta medida? Desempenhai, ó Portuguezes, a confiança do Governo; acudí com este meio muito necessario para a defeza prompta, e mostrai que os Portuguezes de hoje tem, como os dos antigos tempos, o mesmo espirito, o mesmo valor, e o mesmo patriotismo.

Viva o Principe Regente, Vivam os Portuguezes; e morram os Tyrannos.

Porto 2 de Julho 1809.

BISPO, *Presidente Governador.*



No. XXXIV—(d)

Proposta do Reino de Galliza á Junta Suprema do Porto.

O Reino de Galliza junto em Còrtés pelos urgentes, e sagrados motivos, a todos tam notorios, das violencias que está soffrendo o seu Rei natural, arrancado perfidamente á sua Naçam com toda a Real Familia, e pela tyrannia de que se vê ameaçado pelo seu Usurpador, se arma, e se apresta para defender o throno do seu Rei, e a liberdade da Naçam de mãos dadas com varias provincias do Reino, e tacito consentimento de todas, que animadas do mesmo espirito de lealdade, e postas em identicas circumstancias, ainda sem se communicarem, tomáram a mesma resoluçam, reinando na Espanha inteira a justa aversam a hum Tyranno, que insanaamente pertende ser do agrado da Providencia, que todos os homens arrastem as suas cadéas, que nam haja

mais leis, que as que elle dictar, e que de mais a mais quer empregar esta sua presumida authoridade nam para melhorar a sorte dos povos, nem ao menos deixá-los quaes elles estavam, mas sim para com a capa de felicidade, justiça, independencia, e de outros semelhantes nomes transtornar os estados, empobrecer os naturaes destes reinos, a fim de enriquecer seus soldados, destruir a religiam, os institutos nacionaes, as corporações, e as classes, deixando na miseria innumeraveis familias, tratando-nos a todos como Indios, e, o que he mais ainda, transportar manietados o lavrador, e o artifice dos seus lares pacificos a climas remotos, para derramarem seu sangue por huma corôa nova, que o Tyranno pertenda dar lá na Turquia, ou na Asia menor a hum cunhado, ou a hum sobrinho, que ainda tenha por accommodar. Eis-aqui a justa causa, que arma as Provincias da Espanha. O Reino de Galliza, que em quanto se nam conclue a uniam de todas, obra necessariamente por si só em nome do seu Rei o Senhor D. Fernando VII., vêndo a Portugal, Naçam fidelissima aos seus Soberanos, amantissima da sua Religiam, e sempre valorosa nam só pela sua liberdade, mas tambem pelo espirito de conquista; nas mesmas circumstancias, no mesmo interesse, e n'huma situaçam tal, que exige para a reciproca independencia huma alliança estreita entre Espanha, e Portugal; e vêndo ultimamente que iguaes sentimentos principiáram a reinar nas provincias deste, logo que puderam respirar por hum momento, convida, pede, e insta aos Magistrados das duas provincias d'Entre Douro e Minho, e Traz os Montes, que obrem de acordo com o Reino de Galliza, ajustando hum brevissimo Tractado sobre a base da

JUNHO 1808.

reciproca independencia de cada hum dos dous Reinos, e as operaçoens da guerra nos pontos respectivos assim ao particular, como ao commum, esperando que communicada electricamente a vibraçam da lealdade às Provincias d'além Douro, e Alemtejo, estas só com a Extremadura Espanhola libertem aquella parte do Reino de Portugal, entre tanto que as poderosas Provincias de Andaluzia, Valença, e Aragam acocem o Inimigo, o rechassem da capital da Espanha, e na sua retirada, ou fugida, ou cerco, a Galliza, Asturias, e Leam completem a restauraçam de Espanha, e Portugal, e, se necessario fôr, até levem a guerra á França, quando Napoleam nam ceda do seu orgulho. O seguro, que nos promete a fortuna, consiste na grande verdade de que Napoleam ainda nam medio as suas forças com huma naçam inteira : sómente as tem medido com exercitos em tudo inferiores ao seu ; e em que huma naçam póde mais, que qualquer exercito, nam offerecendo a historia hum só exemplo de que Naçam, e sobre tudo Naçam grande, que tenha propugnado pela sua liberdade, fosse subjugada. Por consequinte, esses triunfos, esses alardos, e essas confianças dos Generaes de Bonaparte nam sam mais que folhagens, e prestigios vãos, quando se trata de que huma Naçam se queira defender. Desta sorte o problema está resolvido. As Naçoens d'Espanha, e Portugal seram cada huma livre, cada huma independente, e cada huma fiel ao seu Soberano, em o querendo ser. O Reino de Galliza pede pois aos Magistrados Portuguezes, que; depondo toda a desconfiança alheia do talento Portuguez, e da lealdade Espanhola, desconfiança porem que a logica dos Usurpadores pertenderá suggerir pela conta que lhes

JULHO 1808

faria a desuniam d'ambas as Naçoens, obrem de maneira que as duas ditas Provincias de Portugal firmem hum novo, e interino pacto com o Reino de Galliza, pelo qual em breves clausulas se restituam ambos os Paizes confinantes ás correlações do trato, e amizade, que antes havia, e que nam ha mister individuar, acrescentando só o artigo da alliança offensiva, e defensiva para a defeza commum.

Porto 5 de Julho de 1808.

Em Nome do Reino de Galliza,

JANUARIO FIGUEIROA,

Brigadeiro dos Reaes Exercitos d'Espanha.



No. XXXIV—(e)

Decreto da Junta Suprema do Porto sobre providencias a respeito de Correios.

Em Nome do Principe Regente Nosso Senhor.

A Junta Provisional do Governo Supremo : nam querendo privar por mais tempo os Póvos das commodidades do Correio, cujo giro se tem suspendido por medidas de segurança, julga com tudo ainda necessario mandar examinar nelles as cartas, que se remettem tanta nesta Cidade como nas terras das Provincias, aonde se acham estabelecidas as suas correspondencias, ao fim de evitar que por via delle pessoas mal intencionadas possam espalhar papeis sediciosos, ou comunicar quaesquer avisos aos inimigos da Patria, do Estado, e da Religiam. Por tanto manda a dita Junta,

JÚLIO 1808

que se expeçam regularmente os Correios de hoje por diante na fôrma do seu giro costumado; e que até segunda ordem as cartas indo abertas, ou abrindo-se nelle, sejam examinadas por pessoas de inteira confiança, e probidade, que seram escolhidas pela mesma Junta nesta Cidade, e nos mais lugares, e terras aonde houver correios, pelos Ministros dellas, ficando as ditas pessoas, e os Officiaes do mesmo Correio sujeitos, e responsaveis pelo mais inviolavel segredo. Feita a referida diligencia, se entregaram a quem pertencerem todas as cartas em que se nam achar materia suspeitosa; e achando-se em algum dellas será entregue nesta Cidade ao Ministro da Inconfidencia, e fôra della aos Corregedores, ou Juizes de Fôra das terras, para se fazerem os exames necessarios, prenderem, e processarem as pessoas culpadas, remettendo-se finalmente os prezos, e processos desta natureza ao dito Juiz da Inconfidencia para serem sentenciados na conformidade de Direito; o que tudo manda a sobredita Junta que se faça público por editaes nesta Cidade, e mais terras aonde houver Correio estabelecido.

Porto 12 de Julho de 1808.

BISPO, Presidente Governador.

No. XXXIV—(f)

Decreto da Junta Suprema do Porto, para circular o dinheiro Inglez.

Em Nome do Principe Regente Nosso Senhor.

A Junta Provisional do Governo Supremo, tendo sempre em vista a utilidade pública a beneficio do commercio, em que se interessa o bem geral da Nação Portuguesa: conhecendo quanto será util ao mesmo commercio a admissam das moedas de ouro da Nação Britanica, e que tenham livre curso, e giro dentro deste reino de Portugal: determina, que as moedas Britannicas de ouro, abaixo indicadas, circulem, e corram livremente, com o valor na forma aqui declarada.

MOEDA.	VALOR.
Guiné - - - - -	3:750.
Meio Guiné - - - - -	1:875.
Terço de Guiné - - - - -	1:250.

E para que chegue á noticia de todos, e se nam altere no giro do commercio o sobredito valor; manda que esta ordem se publique por editaes, a fim de que tenha o seu devido cumprimento, e como na mesma se acha estabelecido.

Porto 14 de Julho de 1808.

Bispo, *Presidente Governador.*

JULHO 1808

No. XXXIV—(g)

Pastoral do Bispo do Porto, impondo pena de excomunham a quem nam delatar os Inconfidentes.

Dom Antonio de S. José de Castro, por mercê de Deos, e da Santa Se Apostolica Bispo do Porto, do Conselho da Principe Regente nosso Senhor, &c.

Fazemos saber a todo o Povo fiel, e a todas as pessoas de hum, e outro sexo desta Cidade, e Bispado, que tendo-se providentemente aberto a devassa geral da Inconfidencia, e da Policia, a que se está procedendo depois do edital de 28 de Junho passado; e receando nós, e com bem magoa, que haverá pessoas, que, ou com pretexto de se nam incommodarem, ou com zelo indiscreto de nam prejudicarem os culpados, ou por amizade, ou por outros respeitos semelhantes, se propoem a nam quererem ir jurar na dita devassa a verdade, que sabem contra as pessoas já prezas, e contra outras, que ainda faltam; do que se segue gravissimo prejuizo, nam só á Religiam, e ao Estado, mas até se iria a comprometter a pessoa, e a legitima authoridade dos Reaes Ministros tam dignamente encarregados da vindicta publica destes atrocissimos delictos, nam se lhes subministrando as precisas provas, nem se lhes delatando os verdadeiros culpados: E porque além das penas civís, em que incorrem todas as pessoas, que assim ficarem neste culposo silencio, tambem a nós (como Pastor da Igreja,) e pelos poderes, que Jesu Christo nos confiou, pertence acautelar, e reprimir tam grande mal, em que tanto periga a nossa Santa Religiam

JULHO 1808

e a causa publica da Naçam, e do Estado: Por este ordenamos, e mandamos que todas as pessoas de qualquer condiçam que seja de hum, e outro sexo, que sabendo ou de vista, ou de ouvida contra qualquer sectario, ou partidista do Governo Francez, e seus costumes, e contra qualquer, que de algum modo seja inconfidente ao Real Throno, á Naçam, e á Patria, e tenha dado disto mostras publicas, ou particulares, antes, ou depois da restauraçam feliz, de que gozamos, o vam delatar com todas as suas circumstancias ao Juizo da policia dentro do tempo prefixo no dito edital de 28 de Junho, de baixo da pena de santa obediencia, e de excommunham maior, ispo facto incurrenda, a nós reservada. E para que chegue á noticia de todos, mandamos passar o presente edital, que será affixado nos lugares publicos. Dado no Porto sob nosso signal, e sello de nossas Armas aos 6 de Julho de 1808.

BISPO, *Presidente Governador.*



No. XXXIV—(h)

Proclamaçam do novo Governador das Armas do Porto.

Bernardim Freire de Andrada, do Conselho de Sua Alteza Real, Senhor, e Alcaide mór da Villa das Galveas, Commendador da Ordem de S. Bento de Avis, Marechal de campo dos Reaes exercitos, e Governador das Armas do Partido do Porto, &c.

Chamado pela Junta do Governo Supremo deste Reino ao exercicio do emprego de Governador das Ar-

JULHO 1808.

mas deste Partido, que S. A. R. me havia conferido antes de passar ao Brazil, e de que me pareceo abster-me em quanto este paiz gemeo debaixo do pezado jugo do dominio Francez, faltaria ao que devo ao meu nome, á confiança, que mereci ao Principe N. S., e ao que devo á minha patria, se nam pusesse todo o esforço para contribuir á conclusão da grande empresa da Restauração da Monarchia Portugueza. A energia, o heroico patriotismo, que a Nação tem desenvolvido, e manifestado nesta feliz empresa, e que parece, como com effeito he, abençoada pela Providencia, foi o seu primeiro movel; e quando parecia faltarem todos os meios para hum Povo desarmado resistir a hum exercito de inimigos ferozes, que se achava dominando este Reino, desaparecem diante dos nossos paizanos essas famosas tropas, cujas façanhas exaggeradas tem assombrado a Europa. Acham-se copiosos, abundantes recursos entre nós mesmos, a pesar das iniquas contribuições, com que tem sido vexadas todas as Ordens do Estado; e vem ao nosso soccorro os nossos valorosos visinhos, e alliados, os bravos Espanhoes, com quem fazemos hoje causa commum; ao mesmo tempo que em differentes pontos da Espanha derrotam completamente tres exercitos Francezes; o que nos faz esperar que Deos quererá finalmente pôr hum termo ao castigo de que Buonaparte tem sido o instrumento.

Os Inglezes, que nunca se desmentem, prestam-nos todos os soccorros, de que podemos carecer: as suas esquadras protegem as costas maritimas deste Reino; os seus exércitos vem tomar huma parte activa nesta gloriosa guerra; e os seus comboys vem trazer a abundancia aos nossos portos, e as munições, de que tanto

JULHO 1808.

precisamos : desembarcam, e querem desde logo marchar sobre a Capital, para libertar os nossos compatriotas do captivo, que os opprime, e para extirpar de huma vez os nossos oppressores. He por tanto necessario que o Exercito Portuguez nam deixe de tomar parte nesta expediçam gloriosa, e que marchemos, sem demora a ultimar este gloriosa empreza. Tenho ordenado que o corpo, com que devo marchar se componha de destacamentos dos diversos corpos de linha, e de milicias do exercito, que estavam mais ao alcance, a fim de ser maior o numero dos corpos, que concorrem a esta expediçam, ja que nam pôdem ser todos, como todos desejavam : mas he necessario attender á segurança externa destas Provincias, e á interna das povoaçoens principaes, tendo a acautelar-nos de hum inimigo ardiloso, atraído, e que emprega, sempre que pôde, a seducçam para conseguir os seus fins perversos. Do Governo das Armas desta Cidade fica encarregado durante a minha ausencia hum Official General, de quem tenho todo o lugar de esperar haja de dar inteira satisfação desta Commissam, com huma guarniçam sufficiente.

A Junta do Supremo Governo tem dado ordem de distribuir o resto da Tropa regular, e de milicias nas Provincias do Minho, de Tráz os Montes, da Beira, e no bloqueio da Praça de Almeida, da maneira mais conveniente a segurar as mesmas Provincias, prometter-nos a prompta rediçam daquella Praça, e o socego, e tranquillidade desta Cidade, de cujos habitantes, tenho recebido tam assignaladas demonstraçoens de estimaçam pela minha pessoa, e de confiança no zêlo, que tenho pelo serviço do Estado, que este conhecimento

JULHO 1808.

augmenta, se he possivel, os meus vehementes desejos de merecer tam digno conceito na opiniam publica, e de corresponder á confiança, com que o Supremo Governo me tem honrado.

Confiemos que o Deos dos exercitos hade abençoar os nossos esforços a favor da mais justa causa, porque se possaprehender a guerra.

Viva a Rainha Nossa Senhora, o Principe Regente, a Familia Real!

Viva o Governo Supremo; Viva Portugal; Vivam os Povos, que principiáram a Regeneraçam da Monarchia Portugueza!

BERNARDIM FREIRE DE ANDRADA.



Nº. XXXIV—(i)

Pastoral do Bispo do Porto exhortando a ter confiança no General nomeado.

Dom Antonio de S. Jose' de Castro, monge de S. Bruno, por mercé de Deos e da Santa Sé Apostolica, Bispo do Porto, do Conselho de Sua Magestade Fidelissima, e Governador Presidente da Junta do Governo Supremo instituida nesta Cidade, e Provincias unidas.

Honrados, e devotos Portuenses, vós sabeis que desde o momento, em que entramos nesta Cidade sempre procuramos exercitar convosco os officios de amigo, de pai, e de pastor, e vós sempre assim o co-

Tom I

Y

nhecestes, e d'isto déstes o mais authenticó testemunho, quando considerando mais proxima, e eminente a vossa ruina confiastes de nós a vossa segurança, e a defeza da nossa sagrada Religiam, e das vossas vidas. Vós tendes presenciado qual seja o nosso amor para com-vosco ; quaes os nossos incessantes cuidados sobre a vossa defeza, e segurança, principalmente quando se receava proxima a invazam do inimigo nesta cidade, cuja defeza seria para nós todos hum pequeno triumpho, se nam passassemos adiante a libertar o Reino todo da tyrannia dos Francezes, e a levantar em toda a parte as reaes Armas do nosso amado e augusto Principe : e como sabemos que estes sam os vossos desejos, vamos sem perda de tempo intentar esta gloriosa empreza. Para este fim já temos dado as possiveis providencias para formarmos hum exercito de tanta força, e ordem, que ainda de longe ponha em fugida o inimigo ; temos reunido as provincias, e camaras das comarcas : todos os dias concorrem honrados voluntarios, que vem engrossar o exercito. Temos mandado vir armamentos e muniçoens de guerra, que esperamos brevemente, por nam ser bastante para todo o exercito o resto deste genero de forças, que escapou á rapina dos inimigos. Temos mandado vir hum Governador das nossas armas que já estava provido n'este emprego pelo nosso augusto Principe com a patente de Marechal de campo. O seu valor, e a sua sciencia militar já foram conhecidas na campanha contra os Francezes ; a sua fidelidade ao nosso Principe Regente está provada pela demissam, que elle fez dos seus postos, por nam querer servir debaixo das ordens do Governo Francez, e pela promptidam com que veio unir-se á nossa pessoa para

JULHO 1808.

a defeza da Patria, assiim que o mandamos chamar, fazendo logo o protesto de nam acceitar outra patente, nem ambicionar outra alguma honra, senam a de servir e dar a vida pela Patria. Temos por tanto hum General de toda a nossa confiança, e isto só deve bastar para o ser da vossa. Temos escolhido Magistrados honrados, por Nós bem conhecidos, e experimentados para nos ajudarem na administração do Justiça: e toda esta marcha vai debaixo das Nossas vistas, e de toda a nossa vigilancia, e cuidado. Temos sobre tudo a Protecção de Deos sobre nós, tam visivelmente conhecida, que esses mesmos Francezes que tem calcado as Naçoens mais poderozas da Europa, e que vinham invadir esta Cidade com o fim de perpetrarem nella as mais atrozes crueldades, entram n'ella, como tendes visto maniatados, e humildes. Portuenses, ponde em Deos toda a vossa confiança, e depois tambem no vosso Bispo e nas pessoas de quem elle se confiar. Ponde porém todo o cuidado em alguns malvados Jacobinos, que vos andam inquietando, e pondo Editaes insolentes, e revolucionarios para vos revoltar huns contra os outros, e fazerem irremediavel a vossa ruina. Filhos carissimos, sabej que o demonio he o principe das trévas, e da confuzam; Deos he o Author da Paz, e da Luz, e os seus Filhos sam quietos, e pacíficos. Procurai viver em paz e socego, como filhos do Altissimo, para merecermos a sua Benção, e a sua Divina Protecção, como esperamos da Sua Piedade infinita.

Dada no Porto sob Nosso Signal, e Sello de Nossas Armas em 8 de Julho de 1808.

BISPO, Presidente Governador.

No. XXXIV—(k)

*Decreto da Junta Suprema do Porto, designando a força dos
Corpos, e criando 4 Batalhões de Caçadores.*

Em Nome do Principe Regente Nosso Senhor: A Junta Provisional do Governo Supremo, attendendo aos justos motivos, que occorrem, para se accrescentar o numero das Tropas, ao fim de poder formar-se hum Exercito proporcionado ás forças do Inimigo que se pertende combater, e expulsar dos Dominios Portuguezes, que invadio: Determina, que os Regimentos de Infantaria de Linha, que actualmente passam a reintegrar-se nas tres Provincias do Norte, sejam augmentados ao numero de mil seis centas cincoenta e nove Praças no seu estado completo, assim como deverão ficar organizados os Regimentos de Cavallaria, na mesma conformidade de quatro centas cincoenta e tres Praças completas. Novamente se levantarão quatro Batalhoens de Caçadores nas referidas tres Provincias do Norte, e Partido do Porto, que sendo composto cada hum de seis Companhias, ficará com oito centas quarenta e seis Praças, cada Batalham, no seu estado completo; o que tudo se executará na conformidade dos planos, que com este baixam assignados pelo Desembargador Manoel Joaquim Lopes Pereira Negram, Secretario da Junta Provisional do Governo Supremo.

Porto, 13 de Julho de 1808.

Bispo, Presidente Governador.

JULHO 1808.

No XXXIV—(II)

Pastoral do Bispo de Lamego exhortando á confiança no Supremo Governo do Porto.

Dom Joam Antonio Binet Pincio, por mercê de Deos, e da Santa Sede Apostolica Bispo de Lamego, Prelado Domestico de Sua Santidade, Assistente ao Soglio Pontificio, do Conselho de Sua Real Alteza, o Principe Regente Nosso Senhor &c.

Ao N. M. R. Cabido, R.^{dos} Parochos, Clero, Corpo Ecclesiastico, e Secular desta Diocese todos desejamos com a graça do Senhor bens verdadeiros, &c.

O tempo que tem decorrido, desde que apesar da nossa indignidade presidimos a esta Santa Igreja, assim como vos téra feito conhecer (meus Diocesanos amados) as nossas fraquezas, assim vos terá dado toda a prova da nossa constancia em querer o vosso bem, e a vossa felicidade, e he por isto que em diversos tempos, e ás vezes, vos fallamos diversamente; foi por este principio, foi pela recommendaçam do nosso Augusto Principe Regente, que ha oito mezes vos persuadimos todo o agazalho, e bons officios para com o Exercito Francez, que entrou em Portugal com sollemnes protestos de amizade; mas as suas promessas foram enganadoras: o sacrificio que de si, e de toda a Sua Augusta Casa fez o nosso amavel Principe para poupar o sangue, e conservar os teres, e a tranquillidade dos seus vassallos, foi hum crime para os Francezes: a nossa paciencia, soffrimento, e humanidade foi hum incentivo para desafiar o orgulho de huma Naçam, em outro tempo Catholica, e civilizada, hoje barbara, e devastadora; nós ovimos, nós o experimentamos. Os Francezes destruindo

o Throno Portuguez, e o seu Governo, foram atacando surda, mas decizivamente o Christianismo, procurando tirar o esplendor dos funçoens santas, e mesmo supprimiram algumas; despojaram os santos templos das suas preciosas alfaias, e cuidaram muito em fomentar e favorecer todas as paixoens viciosas para engrossar o partido dos dissolutos, e libertinos, querendo destruir assim pouco, e pouco aquella Religiam pura, que sempre fez o character Luzitano. No temporal nam foi menos a diligencia dos Francezes para perder-nos; estabeleceram as leis mais duras; as contribuiçoens, e tributos mais austéros; propuzeram-se Governadores, Magistrados desoladores; estagnou-se todo o commercio; aboliram se muitos officios, e empregos, de que se sustentavam honradas, e numerosas familias; desauthorizou-se a nobreza: desordenaram-se os corpos militares, extinguiu-se o exercito; desarmou-se o Reino todo: pois os authores de tanto mal, bém conheciam ser a conducta, que levavam, propria para revoltar ainda os espiritos servis, e abatidos; quanto mais os animos ingenuos, e honrados dos Portuguezes, que ainda assim dispersos, e desordenados lhes eram tam temiveis, que foram conduzindo muitos a paizes estranhos, e para se desasombrarem, haviam conduzir todos, quantos pelo sexo, e pela idade pudessem servir de embaraço áquella infelicidade, e angustia, tanto na ordem religiosa, com politica, e militar, tanto nò espiritual, como no temporal queriam derramar sobre estes Reinos.

Em fim os males, que estavam eminentes sobre nós, sobre as nossas familias melhor se pôdem pensar do que dizer: e conheceremos por tanto o grande beneficio, com que a Providencia do Ceo nos favoreceo, dando

JULHO 1808.

opportuna occasiam de sacudir o jugo Francez, illudir o systema abominavel, com que pertendiam fazer-nos eterna, e temporalmente desgraçados.

Dêmos pois devidas graças ao Pai das misericordias, agradeçamos ao Senhor Deos de toda a consolaçam a força, com que no meio de tantas tribulaçoens presentes, e futuras, reanimou o nosso abatido espirito, e quando parecia maior a nossa fraqueza, fomos confortados de maneira, que nenhuma dúbida fica em ser Divino o auxilio : procuremos pois, amados Filhos, e Irmãos em Jesus Christo, procuremos que se façam efficazes estas graças, e providencias do Ceo, unindo-nos todos em hum só espirito, e huma sò vontade de combater, e destroçar o inimigo : fuçamos de toda a discordia e divisam ; suffoque o amor da Patria ao amor proprio, ao capricho particular ; e em Nome do Senhor Deos dos Exercitos vamos proseguindo na guerra mais justa em que pelejamos para estabelecer, e conservar a nossa Religiam Santa, para defender os nossos bens, e as nossas casas, as nossas familias, e as nossas mesmas vidas, para vindicar tantas injurias, e aggravos, como tem soffrido o Throno, e a Naçam, para recuperar os direitos usurpados por humas gentes aleivozas, e fementidas em todas as suas promessas, que se ceva no roubo, nos homicidios de crianças innocentes, mulheres desamparadas, velhos enfermos, e solitarios, como provam os factos perto, e ao redor de nós praticados.

Animemo-nos todos, e cada hum concorra, como lhe for possivel, para conseguirmos o triunfo da Religiam e da liberdade justa, que he a obediencia aos nossos verdadeiros Soberanos, cujo estandarte arvorou em seu Nome a Real, e Suprema Junta da Cidade do Porto,

JULHO 1808,

que deve dirigir conforme a vontade do Nosso Augusto Principe esta grande obra, que ella começou, pelos destinos da Providencia Divina, que devemos adorar. Concorramos com súplicas fervorozas ao Céo pedindo o seu soccorro, concorramos com as pessoas, e com os bens para se formar a força da terra conforme o prescrever a prudencia dos que governão que só querem as nossas vantagens transcendentés aos Ecclesiasticos, e aos Seculares e que por isto todos devem prestar-se a promover o feliz exito de hum negocio, que interessa á Igreja, e ao Estado: mas todos devem lembrar-se de ser fieis ás promessas, que fizeram a Deos no desempenho dos deveres dos ministerios de cada hum, para que as licenças, que dizem da guerra, nam estraguem as leis da moral, e disciplina canonica, para que as desordens da nossa vida nam desafiem a cólera do Senhor, e desarmando o Braço Omnipotente que vemos sobre os nossos inimigos, venham estes a ser justos Ministros dos castigos do Céo. Lembremo-nos do que elles fizeram como hospedes, e como nossos amigos para pensarmos o que faram sendo vencedores, e inimigos jurados. Deos nos livre de tanto mal; Deos nos soccorra sempre; Deos seja connosco, amados Diocezanos; e lembrai-vos de mim nas vossas oraçoens. Dada em Lamego aos 15 de Julho de 1808.

JOAM BISPO *de Lamego.*

JULHO 1808.

No. XXXVI—(a)

Decreto da Junta Suprema do Porto providenciando em geral sobre a Contribuição voluntaria.

Em Nome do Principe Regente Nosso Senhor. A Junta Provisional do Governo Supremo, qucrendo abolir o systema da tyrannica dominaçam Franceza, e libertar os Povos, quanto lhe for possivel, das suas duras opreçoens: determina que a chamada contribuiçam de guerra de quarenta milhoens fique totalmente extincta, e abolida da data destè em diante, nam se cobrando, nem exigindo mais cousa alguma, a titulo d'ella de qualquer pessoa que seja. E por quanto a defeza da Religiam, e do Estado, e das vidas, honra, e fazenda dos Cidadams fazem indispensavel por algum tempo a grande despesa do Exército, que se esta organizando, para manter, e segurar bens tam preciosos: a mesma Junta, tomando como donativo tudo o que se achar ja cobrado da dita contribuiçam em qualquer parte, manda que se remetta logo o seu producto ao Thesouro publico desta Cidade, aonde se lhe dará entrada em titulo separado, para se applicar ao referido objecto. E porque este Subsidio, e o das contribuiçoens ordinarias nam pôde ser bastante para supprir as despesas extraordinarias, que exige a sustentaçam do Exército, propondo-se a mesma Junta a achar hum meio mais suave, e simples de conseguir os necessarios fundos sem vexame, nem oppressam dos Póvos, considerado o grande zêlo, e patriotismo, que a todos anima, julgou que poderia escusar-se o meio de novas imposiçoens, e

e todo o uso de coacção ; e que seria bastante, para acudir á instante precisam actual valer-se dos dons gratuitos, ordenadamente procurados, e arrecadados nas Provincias que tem reconhecido o Governo Legitimo, e dos rendimentos das commendas das tres ordens Militares, e de Malta, pertencentes a sujeitos existentes fora das mesmas Provincias, e bem assim dos rendimentos da bulla da cruzada, e da Patriarchal, que se acham ainda em poder dos inimigos, e das sobras das sizas, liquidos das confrarias, e dinheiros applicados a obras publicas.

Ordena por tanto a mesma Junta, pelo que pertence á contribuiçam voluntaria, que sendo a mesma arrecadada nesta Cidade pelos Officiaes da Mesa da Misericordia na conformidade do edital de vinte e sete de Junho do corrente anno, em todas as mais cidades, villas, e lugares se estabeleça, e arrecade pelo methodo, e fórma seguinte:

Haverá em cada Camara hum Livro, em que o Escrivam, com assistencia do Presidente da mesma, ou de hum Vereador, no impedimento d'aquelle, tome por têrmos os nomes das pessoas, que offerecerem quaesquer donativos, com declaraçam da qualidade, e quantidade dos mesmos donativos: os ditos têrmos seram assignados no acto em que se tomarem pelos contribuentes, ou seus Procuradores, e arrecadados em termo breve os donativos em recebedorias, que para isso se devem criar feita a precisa escripturaçam em outro livro, por outro Escrivam, de quem os contribuentes poderam haver os competentes recibos, por elle assignados, e pelo recebedor, que se nomear em Camara.

Nas Aldeas seram similhantemente arrolados os no-

JULHO 1808

mes dos contribuentes, e quantidades offertadas, pelo Juiz de cada Freguezia, com o seu escrivam, ou outra pessoa escolhida na falta delle, debaixo da direcçam dos parochos, e arrecadados os donativos, e postos em deposito, e guarda fiel e segura. Espera-se do zelo, e patriotismo dos mesmos Parochos que com a palavra, e com o exemplo hajam de animar seus freguezes a que concorram quanto lhes for possivel para tam importante fim.

O producto arrecadado nas freguezias será remettido até o dia quinze de cada mez para a recebedoria estabelecida na cabeça do termo, ou concelho, e dahi até o dia vinte para a Recebedoria Geral da Cabeça da Comarca, de donde se remetterá para o Thesouro Publico até o fim do mesmo mez, a totalidade dos dinheiros offerecidos, com a competente conta corrente, e documentos que a verifiquem, ficando em boa arrecadaçam os generos até se lhes dar destino.

Os dinheiros applicados a Obras Públicas (em que se manda suspender durante a urgencia) e bem assim os sobras das Sisas serem igualmente arrecadadas debaixo da inspecçam dos Corregedores, e dirigidas ao Thesouro no termo de vinte dias com as competentes Guias, e contas correntes ; ficando todavia salvas as applicaçoes das ditas sobras, que se acharem estabelecidas por lei, ou ordem régias.

Os rendimentos da Patriarchal, e mencionadas commendas, que estiverem já vencidos, serem promptamente arrecadados pelos Provedores das comarcas, e remettidos ao thesouro no termo de trinta dias da publicação deste, e no de vinte, contados do vencimento, aquelles que para o futuro se forem vencendo. De

JULHO 1808.

huns, e outros se tomará assento nos Livros do mesmo Thesouro, com as clarezas, e notas necessarias, para haverem de pagar-se com a promptidam possível á dita Patriarchal, e Commendadores, a que pertencerem; pois que he da Mente e Intenções d'esta Junta Suprema fazer uso delles e applica-los ás precisoens do Estado, como tomados por emprestimo, e fatisfaze-los effectivamente, logo que cessem as mesmas precisoens.

Quanto aos liquidos das irmandades, e confrarias, como a urgencia nam soffre, que o apuramento delles se verifique por meio de contas legaes: Ha por bem Determinar a mesma Junta, que os Parochos, de acordo com os Officiaes das ditas irmandades, e confrarias, regulem, por orçamento racionavel, e fixem as sommas que se poderem commodamente dispensar das mais necessarias despesas de cada huma, e tomados nos Livros competentes os assentos precisos para constar, as dirijam como donativos aos depositos, ou recebedorias que se mandam estabelecer temporariamente nas differentes Villas, e Concelhos; para d'ahi se remetterem ás cabeças das Comarcas, de donde os Provedores, ordenado o recebimento das sommas parciaes com regularidade, e clareza, faram remetter cada huma respectiva totalidade para o Thesouro no termo de vinte dias, com conta corrente, e com as originaes relações que tiverem acompanhado as referidas sommas. As confrarias do Santissimo Sacramento sam exceptuadas desta Ordem, e as Casas de Misericordia.

Os mesmos Provedores tomarám quanto antes contas aos commissarios da bulla da cruzada, e faram remetter no mesmo prazo ao Thesouro as quantias em que taes commissarios forem alcançados.

JULHO 1808.

Esta Ordem será impressa, e renettida a todos os Corregedores, Provedores, e Parochos para cada hum delles na sua comarca, e freguezias na parte que lhe respeita, a executarem nos termos acima declarados, pena de responsabilidade por toda a falta, ou demóra.

Porto 19 de Julho do 1808.

BISPO, *Presidente Governador.*



No. XXXVI—(b)

*Decreto da Junta Suprema do Porto designando os locais dos
Corpos organizados.*

A Junta Provisional do Governo Supremo, instituida nesta Cidade, tendo mandado organizar os seguintes Côrpos nos quartéis, que vam neste incluídos: determina que todos os officiaes, officiaes inferiores e soldados, que nam estiverem legitimamente occupados em algum serviço, se reunam sem a menor perda de tempo aos seus regimentos, a que pertenciam, e aos quartéis que lhe vam indicados.

REGIMENTOS DE INFANTARIA DE LINHA.

N.º 6	-	-	-	-	-	-	} Porto.
N.º 18	-	-	-	-	-	-	
N.º 9	-	-	-	-	-	-	
N.º 21	-	-	-	-	-	-	
							Viana,
							Braga,

JULHO 1808

N.º 12	- - - - -	Chaves.
N.º 24	- - - - -	Bragança.
N.º 11	- - - - -	} Viséu.
N.º 23	- - - - -	

CAVALLARIA.

N.º 6	- - - - -	Porto.
N.º 9	- - - - -	Braga.
N.º 11	- - - - -	Viséu.
N.º 12	- - - - -	Chaves.

BATALHOENS DE CAÇADORES.

do Minho	- - - - -	Braga.
do Partido do Porto	- -	Porto.
de Traz os Montes	- -	Villa Real.
da Beira	- - - - -	Viséu.

Os officiaes nomeados para organizar os Regimentos de Cavallaria, sam os seguintes:

No Porto	N.º 6.	O Capitam José Pessoa.
Em Braga	9.	O Coronel Francisco Guedes.
Em Chaves	12.	O Coronel Amaro Vicente Pavam.
Em Viséu	11.	O Tenente Coronel José Vicente d'Abreu.

E para que chegue á noticia de todos, manda que esta Ordem se publique por editaes a fim de que tenha o seu devido effeito. Porto 20 de Julho de 1808.

Bispo, *Presidente Governador.*

JULHO 1808.

No. XXXVI—(c)

Decreto da Junta Suprema do Porto para libertar a Propriedade Ingleza, e a sequestrar Propriedade Franceza.

Em Nome do Principe Regente Nosso Senhor.

A Junta Provisional do Governo Supremo : determina, que se levante logo o sequestro feito em todos os bens, direitos, e acçoens pertencentes a vassallos de Sua Magestade Britanica : entregando-se tudo a seus donos, ou a seus legitimos procuradores.

Outro sim determina, que se proceda a effectivo sequestro de todos os bens, direitos, e acçoens, que por qualquer modo pertencerem a individuos da Naçam Franceza, nam estando estes naturalizados no Reino de Portugal. O sequestro pois de taes bens será feito nas Cidades, Villas, e mais lugares do Reino pelos respectivos Corregedores das Comarcas, e remettido ao Desembargador Juiz do Confisco n'esta Cidade, aonde as partes interessadas poderão reclamar os seus direitos, segundo a fôrma da lei, e bem lhes convier.

Qualquer pessoa, em cuja mão, ou poder existirem bens, effeitos, direitos, ou acçoens que respeitem a qualquer individuo da dita Naçam Franceza, irá logo, depois da affixaçam deste, manifesta-los ao dito Desembargador Juiz do Confisco n'esta Cidade; e nos outros Lugares aos ditos Corregedores das Comarcas; sob pena de responderem por seus proprios bens aquelles que assim exactamente o nam fizerem. E para que chegue á noticia de todos, se publicará por Editaes.

Porto 20 de Julho de 1808.

BISPO, *Presidente Governador*

No. XXXVI. — (d)

Decreto da Junta Suprema do Porto impondo 9600 em pipa de azeite—4800 em pipa de vinho (addicçam ao Decreto de 27 de Junho copiado atraz com o No. XXIX.

Em Nome do Principe Regente Nosso Senhor.

A Junta Provisional do Governo Supremo : determina, que para acudir ás grandes despesas da presente guerra, haja interinamente de pagar-se nove mil e seis centos reis, na fôrma da lei, de cada pipa de Azeite, que se exportar pela barra desta Cidade, e por todos os mais Portos das tres Provincias do Norte ; cuja cobrança se fará pela mesma repartiçam, e alfandegas, por onde se fizer a dita exportaçam, e se costumão arrecadar os outros direitos ; abrindo-se tam sómente novo, e separado titulo da sua receita.

Outro sim determina a mesma Junta, que se haja de pagar quatro mil e oito centos reis, tambem na fôrma da lei, de cada pipa de Vinho, que sahir pelas barras de Aveiro, Figueira, e Viana ; isto em quanto durarem as urgencias da presente guerra, e nam se mandar o contrario ; e que esta imposiçam seja igualmente arrecadada pela mesma fôrma acima indicada,

Por todo o Vinho, e Azeite, que estiver embarcado, e que nam tiver sahido do Porto aonde for carregado, deve bem assim satisfazer-se a sobredita imposiçam.

Ficará por tanto o carregador, ou dono sujeito á pena do perdimento dos referidos generos para a Real fazenda, e denunciante, quando, como se nam espera, se fraudar, ou omittir o pagamento d'esta dita interina im-

JULHO 1808.

posiçam, tanto mais justa, quanto he a Justiça da defensam do Reino: E para que chegue à noticia de todos se publicará por Editaes.

Porto 20 de Julho de 1808.

BISPO, *Presidente Governador*



No. XXXVI—(e)

Decreto da Junta Suprema do Porto sobre o progresso das Causas no Foro civil.

Em Nome do Principe Regente Nosso Senhor.

A Junta Provisional do Governo Supremo: Havendo respeito a ter cessado o embarço dos Póvos, que deo occasiam a se mándar suspender no progresso de todas as Causas por edital de 26 de Junho passado; e considerando o prejuizo, que resulta desta suspensam, ha por bem mandá-la levantar, e que continue o expediente costumado das mesmas Causas, tanto na Relaçam, como nos mais Juizos, e Auditorios, exceptuando sómente aquelles em que forem partes quesquer pessoas empregadas no serviço do Exercito, as quaes manda que fiquem paradas a beneficio das ditas pessoas, requerendo-o ellas, em quanto durar o seu effectivo exercicio no Exército, e que nesta conformidade se expeça Aviso ao Desembargador Chanceler, que serve de Governador das Justiças, publicando-se tambem esta por editaes.

Porto 20 de Julho de 1808.

BISPO, *Presidente Governador.*

TOM. I.

Z

No. XXXVI—(f)

*Pastoral do Bispo do Porto para se orar pelo bem da Causa
Publica*

Dom Antonio de S. Jozé de Castro, Monge de S. Bruno, por merc de Deos e da Santa Sé Apostolica Bispo do Porto, do Conselho de Sua Magestade Fidelissima, e Governador Presidente da Junta do Governo Supremo, Instituida nesta Cidade, e Provincias unidas.

A todas as Pessoas desta Diocese, Saude, e Paz o em Senhor.

Em outro tempo, amados Diocesanos, vos exhortamos ao socego, e tranquillidade, quando entravam neste paiz as tropas estrangeiras, e a que fossem por vós recebidas como nossas alliadas, e pacificas. O nosso muito amado, e Augusto Principe assim o deixou ordenado; os nossos grandes peccados assim o mereciam; e a nossa insufficiencia para resistirmos a dous Exércitos combinados, e poderosos, que ao mesmo tempo se apoderáram da nossa amada patria, assim o exigia. Em taes circumstancias, para nam resistirmos á Ordenaçam Divina, era necessaria a nossa subordinaçam aos poderes, que Deos por seus altissimos Juizos tinha posto sobre nós, e neste espirito de religiam, e de obediencia, nós pusemos em uso todos os sacrificios de nossas pessoas, e bens. Toda a nossa abundancia passou para os Inimigos, e a sua ambiçam insaciavel nam era satisfeita; as nossas pessoas estavam sujeitas a tudo quando nos mandavam; a nossa tropa desfeita, as nossas mãos desarmadas, os empregos publicos todos

JULHO 1808.

occupados por homens, ou seductores, ou ferozes; sobre nós estavam eminentes as penas mais atrozes, ainda sem delicto. Tudo isto se fez evidente pelos seus factos, e pelos seus escriptos. Mas em fim elles enganaram-se: ainda nam tinham experimentado, que a desesperaçam he perigosa: nam conheciam, nem sam capazes de conhecer as adoraveis operaçoens da Sabedoria Divina. Nam sabem, nem sam dignos de saber, que a Justiça de Deos nesta vida castiga por amor; que o nosso Deos, depois de se ter irado, se compadece; e que até se arrepende do castigo, e que estendendo sobre os seus filhos a vara da sua piedade, lança no fogo o instrumento da justiça. Em fim chegou o momento feliz em que o Senhor lançou sobre nós as vistas da sua infinita Piedade; foi lançado fóra o pezo, que nos opprimia; foram quebradas as prizoens que nos ligavam, e nós ficamos livres: *A Domino factum est istud, et est mirabile in oculis nostris.* Já nam ouvimos as pérfidas, e infernaes promessas de segurança, e de protecçam de Junot: Nós detestamos esta, e já temos, e gozamos de outra, que nos he promettida das alturas: *Ego Protector tuus sum, ait Dominus Omnipotens.* Agora que faremos, filhos carissimos? Penitencia, acçoens de graças, e preparar para fazermos as campanhas do Altissimo contra os Inimigos da nossa sagrada Religiam, da nossa Patria, de nosso Augusto, e legitimo Soberano, da nossa honra, e de nossas vidas. E para este fim mandamos, que em todas as Igrejas de nossa diocese se façam Preces públicas por tres dias com o SS. Sacramento exposto, acompanhadas de jejum, oraçam, e procissoens de penitencia, as quaes deverám principiar dez dias depois da publicaçam deste, reguladas pelos Reve-

JULHO 1808

rendos Parochos, e Authoridades legitimas. Mandamos que depois destes tres dias de penitencia haja tres dias festivos com *Te Deum Laudamus*, e todas mais funçoens do Culto público, que couberem nas posses de cada huma das freguezias e exhortamos a todos os Ministros da palavra de Deos, a que nos sobreditos dias no tempo e lugares convenientes, préguem, e exhortem os Póvos aos actos da verdadeira penitencia, e de acçam de graças, e depois lhes façam conhecer a obrigaçam, e necessidade, em que se acham de terem huma generosa confiança, e sujeiçam ás Authoridades legitimas, encarregadas da protecçam e defeza de seus bens, e das suas vidas, e a que todos se prestem voluntariamente a engrossar, e organizar o Exército para expulsar dos limites deste Reino o commum Inimigo, e finalmente que além disto se lembrem de que estando já ordens passadas pelo Governo Francez para se continuar o pagamento da contribuiçam chamada Militar, muito mais devem agora concorrer com offertas voluntarias, e donativos para as excessivas despesas do Exército, que em Nome do Senhor se levanta para defender a nossas sagrada Religiam, a nossa patria, e as nossas vidas.

Valorosos Portuguezes, recobrai o valor dos vossos progenitores. Portuguezes, se vós triunfaes do commum Inimigo, o vosso estandarte será levantado sobre todas as Naçoens da Europa, e as Quinas de Portugal seram olhadas com respeito, e admiraçam em todos os seculos futuros. Nam temais o Inimigo; elle tem escondido até agora a sua fraqueza, e cobardia debaixo da seducçam, e da crueldade; e sobre estas bases iufernaes he que têm contado os seus triunfos. Amados, e intrepididos Portuenses, vós tereis nesta gloria hum lu-

JULHO 1808.

gar o mais distincto. Mas para o poderdes conseguir com segurança he preciso que estejais queitos, e pacificos. Vós mesmos considerando-nos na qualidade de vosso Bispo, e vosso Pastor, e vosso amigo, vós mesmos, digo, nos obrigastes a tomar a vossa protecçam, e a defeza da nossa sagrada Religiam, e das vossas vidas; e he nesta consideraçam que nós vamos em nome do Senhor, desempenhar todos estes titulos. Confiai no mesmo Senhor, e em nós, como seu Ministro, confiai nos Generaes, e nos Magistrados que temos escolhido para nos ajudarem nesta gloriosa empreza. A vós só pertence serdes valorosos, e viverdes unidos, obedientes e pacificos. Dado neste nosso Paço Episcopal do Porto sob nosso signal e sello de nossas Armas em 20 de Julho de 1808.

Bispo, Presidente Governador.

No. XXXIV—(g)

Proclamação da Junta Provisional de Viana do Minho.

Em Nome do Principe Regente Nosso Senhor.

A Junta Provisional de Viana unida ao Governo das Armas da Provincia do Minho:

Aos Leaes e Generosos Portuguezes :

Os maganimos esforços, com que haveis começado a obra immortal da vossa restauração e independencia vam a ser felizmente coroados com o mais brilhante successo.

Esse resto infeliz de perfidos oppressores, que ainda existe no seyo da nossa Patria, em breves dias tremerá de assombro e medo á vista das guerreiras falanges Luzitanas, que a sabedoria do Governo manda organizar, para voarem á capital a quebrar os ferros, com que a barbara tyrannia tem ligado os nossos fieis Compatriotas Lisbonenses.

Mas o mesmo Governo, que vigia com incessante desvêlo sobre a Causa Pública nam pode vêr desempenhados os seus planos, e realizadas as suas concepções, sem que o vosso patriotismo e generosidade lhe subministre os recursos pecuniarios que sam indispensaveis em tam urgentes circumstancias.

Nenhum de vós ignora a torpe e insaciavel cobiça, que devorando os corações dos nossos barbaros Inimigos, roubou os nossos thesouros, e o fructo dos industriosos trabalhos do pacifico Cidadam. A sua sórdida avareza nam se contentava com menos que esgotar todas as riquezas públicas e particulares, até reduzir-nos á triste indigencia, que nunca pôde ser compativel com as nobres idéas da independencia e da liberdade.

JULHO 1808

Correi pois, illustres Portuguezes, em soccorro do Governo com os recursos pecuniarios, que ainda escaparam á rapacidade do Inimigo, e que o Estado nam pode haver dos seus cofres exauridos. A causa he vossa. O vosso zêlo deve ser effectivo, e generoso.

O util Negociante nam deve recuzar á Patria aquella porçam dos seus fundos, que ella hade restituir-lhe com uzura na liberdade do commercio, e no giro facil e seguro das suas vantajosas negociações.

O nobre e rico Cidadam nunca poderá fazer mais digno uso das riquezas que seus Maiores adquiriram ou pelos trabalhos da industria, ou pela liberalidade dos Principes, ou pelas maximas da mais bem regrada economia. As leis nacionaes lhe tem affiançado a livre fruição de suas riquezas. Ellas continuarão a ser conservadas e protegidas pelo feliz Governo de hum Principe benigno, que he justamente o Pai e o amigo do seu Povo.

O virtuoso Ecclesiastico consagrando huma parte das rendas da Igreja á defeza e segurança do Estado, e á restituição do seu Principe legitimo, fará dellas generoso sacrificio á Divindade, por quem governão os Monarchas, e á Religiam, que elles protegem, e que os nossos inimigos pertendem destruir.

Todos em fim concorrendo segundo as suas forças e possibilidades para as urgencias actuaes da Naçam, poderão gloriar-se justamente de hum patriotismo illuminado, de hum zêlo activó pela Causa pública, de huma fidelidade generosa, e efficaç, e de hum verdadeiro amor á Patria, ao Principe, á Religiam.

O Governo tem todo o direito a esperá-lo assim da lealdade Portugueza. Elle receberá com gratidam, em

JULHO 1808.

nome do Príncipe, os effeitos da generosidade Nacional. Elle consignará os illustres Nomes dos seus concidadãos generosos nos Fastos immortaes da nossa feliz Restauração.

Viva o Príncipe! Vivam os Portuguezes!
Viana, em Junta de 26 de Julho de 1808.

FRANCISCO JOSÉ BARBOZA DA COSTA, ESCRIVAM
DA CAMARA, o subscrevi.

Com oito Rubricas.



No. XXXVI—(h)

*Portaria da Junta Suprema do Porto sobre o Rêo de Estado
Luis Candido.*

A Junta Provisional do Governo Supremo : faz saber ao Público, que o Rêo Luis Candido Cordeiro Pinheiro Furtado sendo condemnado á morte por sentença desta Relação, pelo crime atrozissimo, e cujo perdão só pôde depender immediatamente da incomparavel piedade de S. A. R. : A dita Junta em testemunho do respeito e fidelidade que consagra em nome de toda a Nação ao seu Augusto Príncipe, se considerou obrigada a abster-se de lhe outorgar o perdão implorado, e a remetter o mesmo Rêo com as suas culpas e sentença á Soberana presença do dito Senhor, para resolver o que fôr justo na sua Real consideração.

Porto 29 de Julho de 1808.

BISPO, *Presidente Governador.*

JULHO 1808.

No. XXXVI—(i)

Decreto da Junta Suprema do Porto para se abir hum Emprestimo.

Em Nome do Principe Regente Nosso Senhor.

A Junta Provisional do Governo Supremo: querendo acudir ás urgencias do Estado, e ás incalculaveis despesas, que são necessarias para se ultimar a Restauração de Portugal tam gloriosamente principiada, e prevenir que nam haja falta no pagamento do soldo, e municiamiento das tropas destinadas a tam importante objecto: determina abrir hum Emprestimo de dous milhoens de Cruzados, esperando que os leaes Portuguezes se prestáram a este meio, que em nada os prejudica. Este Emprestimo terá o juro de cinco por cento, ficando consignado para o seu pagamento o rendimento do novo imposto sobre o Vinho exportado, e sobre Azeite; e o Capital se irá amortizando á proporção que as urgencias actuaes o permittirem, e mesmo pelo soccorro que da Gran-Bretanha se espera em dinheiro. E se algms capitalistas, commerciantes, ou outra qual-quer pessoa, animados do verdadeiro amor da patria e defeza da Nação, quizerem fazer o emprestimo sem o juro estabelecido, seram estes os primeiros embolsados das quantias emprestadas, e se attenderá este procedimento, como hum particular, e grande serviço feito á Nação, e ao Principe Regente Nosso Senhor.

Porto, em Junta aos 29 dias do mez de Julho de 1808.

BISPO, *Presidente Governador.*

Manoel Lopes Loureiro Antonio da Silva Pinto. José de Mello Freire. Francisco Ozorio da Fonseca. José Dias de Oliveira. Luis de Sequeira da Gama Ayala. Antonio Mattheus Freire de Andrade Coutinho.

Julho 1808.

No. XXXVI. (k)

Decreto da Junta Suprema do Porto creando hum Thesouro Público.

Em Nome do Principe Regente Nosso Senhor.

A Junta Provisional do Governo Supremo : faz saber a todos os Corregedores, e Provedores das Comarcas, Almoxarifes, e Superintendentes das Alfandegas, e mais Pessoas encarregadas da arrecadaçam dos dinheiros públicos, e administraçam das Justças, que por Decreto de 7 do corrente foi servida a mesma Junta estabelecer o Thesouro Público nesta Cidade, aonde se devem recolher todas as Rendas, e Direitos Reaes, servindo nelle de Thesouheiro Mór Domingos Martins Gonçalves, e de Contador Manoel Francisco Guimaraens; e por Decreto de 10 dito a Secretaria desta Junta, servindo nella de Secretario o Desembargador Manoel Joaquim Lopes Pereira Negram : pelo que se ordena a todos os ditos Ministros, e mais Empregados, que reconhecendo como taes aos referidos Secretario, Thesouheiro Mór, e Contador, remetam cada hum os dinheiros da sua inspecçam ao Thesouro Público, e obedeçam ás Ordens, que de mandado da mesma Junta lhe forem expedidas pelo dito Secretario.

Porto 30 de Julho de 1808.

Bispo, *Presidente Governador.*



JULHO 1808.

No. XXXVI. (1)

Proclamação do Juiz do Povo do Porto.

Maguanimos Patricios, Honrado Povo, permitti que no meio de tanta gloria vos falle outra vez o vosso Juiz, o vosso amigo.

Desde o momento em que o abominavel, e ambicioso Napoleam se inculca Protector de Portugal, e projecta extinguir a Real Casa de Bragança, desthronizar o melhor dos Príncipes, e obrigar aos Portuguezes a tomar o seu partido, como fez Cyro aos Spartanos, para melhor os sujeitar, e contá-los entré os seus escravos, o Ceo protege, como nunca a Portugal, e confunde aquelle monstro. Desmascara-se logo o maior inimigo da humanidade, e da paz dos Povos, e sentindo irreparavel ruina, se vê reduzido á ultima vileza. Conhece o Traidor, bem a seu pezar, que hum Povo, que outr'ora com valor nunca visto exprou de hum a outro polo o seu Imperio, e dilatou a sua gloria; que deixou em cada canto do mundo prodigios de valentia, e patriotismo, que abismam ainda hoje a Europa, Asia, Africa, e America, nam recebe leis de hum Aventureiro, nem supporta o jugo de hum Tyranno. Convence-se finalmente, que contra huma Naçam, cujos Reis sempre foram senhores dos corações dos Vassallos, e a quem nunca faltaram inclytos Gamas, Albuquerque, Castros, e outros muitos valorosos guerreiros quando quer executar famosas empresas, nada pôdem Napoleons, Junots, Loysons, nem todo o poder das quadrilhas dos malvados Francezes. Estam desenganados os nossos inimigos, e tyrannos: já nam contam com Portugal: tratam só de escaparem da ul-

tima ruina; mas Portugal vai cabir sobre elles, e acabar de os destruir.

Vós já quebrastes os ferros, Valerosos Portueuses; restaurastes com heroico valor esta Cidade; arrancastes de mãos sacrilegas, e traidoras o Sceptro, e o Throno do vosso Legitimo, e amado Soberano; sustentastes a Religiam, e a lei; incitastes á justa vingança os outros Póvos, como vós, opprimidos, e ultrajados. Oh, como o Ceo, que parecia ha pouco flagellar-nos, he por nós! Oh como he infallivel sua promessa!

O Ceo vos tem guiado, como pela mam, na empreza a mais gloriosa que trasborda nossos fastos, e parece nam poder contê-la em si o mundo todo. Por ventura nam fostes vós, que transportados de gosto, e no meio das congratulaçoens por tam feliz Restauraçam, nam deixando de considerar entre as armas, que hum Povo sem leis, e sem Governo nam vive em segurança, estabelecestes logo hum sabio Governo em Nome de Sua Alteza Real? Este obrar vos immortalizará independentemente das vossas proezas. Nada honra tanto a hum Povo guerreiro, como occupar-se depois da victoria em objectos mais interessantes ao bem público. Vós é só vós fostes verdadeiramente grandes em salvar a Patria, o Throno, as Leis, e a Religiam: a verdadeira grandeza consiste em servir cada qual quando importa, e com pureza e fidelidade ao seu Rei, á Patria, á Humanidade. Pedir que respeiteis, e obedeçais ao Supremo Governo, que manda em Nome do nosso Principe e Senhor, fôra esquecer-mé que sois Portuguezes. A vossa obediencia, e lealdade foi sèmpre o esteio forte do Sólido Luzitano. Hum Povo que sempre teve por character obrar como heróes, e por bençam de seus Pais

JULHO 1808.

morrer gloriosamente pela Lei, e pelo Principe, nam pôde hoje postergar dever tam sagrado. Eu fico por vós.

Que gloria pois nam deve ser a minha, e a vossa! O vil, e pezado jugo, que nos opprimia, está sacudido: a Real Casa de Bragança goza dos seus direitos: o Principe Regente N. S. já nos governa: o Supremo Conselho em seu nome vela, e desvêla-se cada vez mais sobre nós. A sua profunda sabedoria occupa-se em fazer-vos felizes. Elle sabe que, longe de se perderem, se devem aproveitar as occasioens favoraveis para se estabelecer hum novo systema de Instituiçoens mais uteis, e dar os meios mais convenientes para a boa governança, e conservaçam de Vassallos tam fieis. Porque assim como o Povo, como filhos da Patria, a devem bem servir, e sacrificarem-se por ella, e pelo Soberano; assim tambem o Soberano, como Chefe da Naçam, e e Pai do seu Povo, deve protegê-lo, nam lhe faltando com a Legislaçam, e Regulamentos, que procurem, conservem, e segurem a felicidade pública. Elle já vos deo Juiz do Povo, e Procuradores dos Mesteres, e completou a Casa dos Vinte e Quatro. Elle vai dar-vos huma nova ordem, e fórma do Governo Economico da Cidade, capaz de dar tom ao vosso corpo atenuado, e de todo paralytico. Elle vai remover de entre vós a Inercia, a Violencia, a Fraude, a Parcialidade, pestes fataes, e inimigos declarados da Industria, do Direito, da Verdade, e do Bem publico. Elle vai nam só atalhar os damnos, e males que tendes soffrido, e arredar de vós os authores que os causáram; mas tambem providenciar as cousas de modo, que os ansiosos de riqueza, e poder, os sanguixugas públicos nam te-

Julho 1808.

tenham lugar em tempo algum para se apoderarem dos productos do geral trabalho, nem para se enriquecerem com o suor do Povo, nem finalmente para vos desprezarem, e tratarem de resto. Vós sempre fostes amados, e estimados por todos os Senhores Reis de Portugal, como seus filhos, como esteios do Throno, e co-operadores da felicidade geral. Vós o sois tambem pelo Augusto Principe Regente, e pelos seus Delegados e Membros do Supremo Conselho. Vós sois o Povo mais feliz, e ditoso.

Que resta agora, Povo Fiel, Honrado, e Brioso? Continuarmos na mesma submissam, boa ordem, energia, e prudencia, com que tanto nos temos singularizado: nam faltarmos ao nosso dever expondo-nos voluntariamente pela salvaçam da Patria, e contribuindo para as necessidades do Estado: nam dissimularmos a ambiçam de nome, e gloria, que nos devora: imitarmos as grandes acçoens, e façanhas dos bravos Hespanhoes: levarmos ao cume da maior gloria o nosso patriotismo: honrarmos em fim as cinzas dos nossos Maiores. Corramos intrepidos a restaurar Lisboa, e a valer aos nossos compatriotas, que afflictos, e anciosos nos desejam avistar: marchemos a passo cheio a procurar o resto dos Inimigos para lhes fazermos conhecer a força do nosso braço, e sentir o pezo da nossa espada: determinemo-nos varonilmente a extinguir a abjecta raça dos generaes, e soldados do Grande Exército cujas proezas, e conquistas foram sempre assolaçoens, roubos, mortes, incendios, e os mais horrosos attentados. Elles nam merecem outra sorte: o crime já-mais foi heroicidade. A violaçam das leis da natureza, das Gentes, da honra, da hospitalidade, e da Religiam

JULHO 1808.

demanda huma vingança fatal. Os vis Francezes já tem contra si o Ceo, a terra, e os homens; de força ham-de succumbir. Cada hum de nós he hum heróe, e em todos nós tem a Patria, e a Religiam hum antemural. Por tanto, coragem, e valor.

Nam temais ser trahidos. Os perfidos, em quem o enthusiasmo dos louvores, e promessas de Napoleam, e dos seus Representantes, e a embriaguez dos vapores da ambiçam, e poder desmedido haviam suffocado o patriotismo, chegando a rebellarem-se contra o sen Principe, e a pertenderem tyrannizar a sua mesma Patria, e os seus mesmos Concidadams, estão descobertos. Logo que forem legalmente convencidos de crime tam execrando, ham-de sentir todo o rigor das leis, e da justiça. O Supremo Governo cança-se em desaffrontar o Povo, e segurar a sua vida, e bens. Todos os dias dá provas bem claras de huma vigilancia inimitavel pelo bem público. Confiemos nelle: confiai tambem em mim, que heide ser hum incançavel propugnador, e defensor dos vossos direitos. Emfim Portugal aproxima-se á epoca de hum gloria solida e brilhante, e de huma felicidade sem par. Bem cedo viveremos satisfeitos no regaço da paz, e da abundancia: bem cedo veremos restituído a Portugal o Principe Regente, o Senhor D. João VI., obrando a bem de hum povo, que lhe restituiu a Coróa, e o Reino, como filho digno de tam digna Mãe.

JOAM DE ALMEIDA RIBEIRO.

Agosto 1808

No. XXXVI—(m)

Decreto da Junta Suprema do Porto sobre providencias a respeito de cereaes.

A Junta Provisional do Governo Supremo. Manda que na conformidade da Carta de Lei de 4 de Fevereiro de 1773, e debaixo das penas della se nam ponha embarço algum ao livre giro, e transporte de todas as especies de grams, e farinhas, que se conduzirem de humas para outras terras do Reino, nam sendo para as que se acham ainda occupadas pelo Inimigo: e que principalmente se attenda, e favoreça por todos os Magistrados o transporte de farinhas de quaesquer Terras, e Comarcas para esta Cidade, e para os mais lugares aonde se acharem estacionadas as Tropas do Exército.

Porto 2 de Agosto de 1808.

BISPO, *Presidente Governador.*



AGOSTO 1908

No. XXXVI—(n)

Decreto da Junta Suprema do Porto impondo 20:000rs. em pipa d'agoar'dente, e 2:400 em pipa de vinagre.

Em Nome do Principe Regente Nosso Senhor.

A Junta Provisional do Governo Supremo, necessitando lançar mão de todos os recursos, que facilitem, com menos oppressão dos povos, os indispensaveis meios, tão precisos á sustentação do Exército, que vai cada vez mais a augmentar-se na justissima causa da defesa do Reino: Determina, que interinamente haja de pagar-se 20:000 reis metallicos pelo consumo de cada pipa de agoa-ardente; e a mesma quantia pelas que se exportarem pela barra desta Cidade, pela de Aveiro, Figueira, Villa Conde, Viãna, e Caminha. Esta imposição será arrecadada, nesta Cidade, pelas mesmas estações, por onde se cobram os outros direitos sobre os vinhos; e nas sobreditas terras, quanto ao consumo, pelas Camaras dellas, e quanto á exportação, pelas alfandegas competentes; remettendo-se no fim de cada mez o respectivo producto ao Thesouro público, com as devidas clarezas da sua importancia. Ficam porem isentas de pagar esta mesma imposição aquellas pipas ou pipa, que sahirem de hum para outro dos referidos portos, sendo acompanhadas de guias, com que legalmente se legitime haverem já pago, ou por consumo, ou por exportação, esta dita imposição no lugar, donde vierem assim exportadas. Outro sim determina a mesma Junta, que também se paguem 2:400 reis metallicos de cada pipa de vinagre, que sahir por qualquer dos

Tom I.

A A

Agosto 1808.

mencionados pórtos; fazendo-se a sua cobrança pelo modo acima indicado. Fica comminada a pena de perdimento de cada hum dos referidos generos para a Fazenda Real, e a sua terça parte para o denunciante, quando, como se nam espera, haja de fraudar-se, ou omittir-se esta dita imposiçam. A Illustrissima Junta da Companhia Geral da agricultura das vinhas do alto Douro, as Camaras das referidas Villas, e Cidades, os Juizes das alfandegas, o fiquem assim entendendo, e o façam executar na fôrma, que fica ordenado, bem como todas as de mais Justiças, cujo cumprimento haja igualmente de pertencer-lhes.

Porto, Paço Episcopal em Junta de 8 de Agosto de 1808.

Bispo, *Presidente Governador,*

Com sete Rubricas dos Membros da Junta.



No. XXXVI—(o)

*Portaria da Junta Suprema do Porto, sobre compra d'objectos
de armamento.*

A Junta Provisional do Governo Supremo determina, que todos aquelles que tiverem espingardas, pistolas, e espadas capazes para servirem no armamento dos soldados de infantaria, e cavallaria do exército, das quaes ha presentemente a maior necessidade, as apresentem no Arsenal real da marinha, aonde seram logo avaliadas, para se pagarem a seus donos em tempo op.

Agosto 1808.

portuno, quando nam queiram fazer gratuito offerecimento dellas a beneficio da patria, e commum defen-sam da mesma.

Porto 8 de Agosto 1808.

BISPO, Presidente Governador.



No. XXXVI.—(p)

Carta do Governador Interino das Armas do Porto ao Juiz do Povo da mesma Cidade.

Respeitavel Cidadam, e Dignissimo Juiz do Povo, o mais Amavel, e o mais Fiel.

Se eu tivesse a ventura de estar tam acreditado para com este vosso Povo, bem com este o está para comigo, todos seriamos bem felizes, e todos marchariamos á nossa causa, á da Religiam, á da Patria, e á do nosso Augusto Principe: sim marchariamos com aquella fé, e lealdade, que sempre soube unir os homens, para os livrar das ruinas, para salvar o Decoro Real, e para tirar a Patria do captiveiro. Poucos homens juntos trouxeram pela uniam, em outro tempo, os Portuguezes ao que era seu; e com mais admiraçam, hoje o Reino inteiro arquejou n'hum momento, e assombrou tudo; tudo se espalhou, só nós nos unimos: a causa toca a todos, e só todos a pôdem vencer: os nossos sabios Generaes, unidos pelo sangue, e pela causa, sahíram do vosso seio já unidos; elles vam vencer em vosso nome, e eu fico ao vosso abrigo, e á vossa conta, para acertar, e he o acerto, que exijo de vós, pois sou

Agosto 1808

fiel, e sou Portuguez, e só de vós quero o que tendes de mim, a opiniam, o credito, e a uniam a mim ; he quanto preciso de hum Povo immortal, e immortal será o vosso nome, se me ensinardes a acertar. Povo Portuense, amavel Povo, a futura temporalidade cantará alegre os vossos honrados feitos : os vossos ajuntamentos me confundem, e quanto mais contemplo nelles, mais louvo a Deos. Sincoenta a sessenta mil almas asoprando por vezes os perfidos de huma, e outra naçam ; as armas indicando a vossa cólera, e vingança, vencerám a causa justa ; e senam quando, tudo se acalma, tudo volta tranquillo á moradia, sem sangue, e sem remorsos ; hum homem só allucinado, faz mais desatinos, do que tantos enthusiasmados pela gloria, pela Fé, pela Patria, pelo Principe, e ainda pela seu padecimento ! Mas que he isto, honrado Povo, e Povo santo ? He o Governo de David quando arpejava, he estar bem com Deos, que lhe merece, senam o manná santo, a paz entre nós, a guerra para o Tyranno. Portuenses célebres, e abalizados já desde muito, a paz, e a uniam he para nós, e a guerra he para o Tyranno. Quartel General do Porto 16 de Agosto de 1808.

CAETANO JOSÉ VAZ PARREIRAS.
Brigadeiro Commandanté Interino das Armas.

AGOSTO 1808.

No. XXXVI—(q)

*Decreto da Junta Suprema do Porto prohibindo a moeda Fran-
ceza.*

A Junta Provisional do Governo Supremo attendo ao gravissimo prejuizo, que soffre o commercio na introduçã, e giro da Moeda Franceza: ha por bem prohibir absolutamente a sua circulaçã, para que já-mais se possa admittir em quaesquer pagamentos, ou sejam particulares, ou destinados para as arrecadaçoens públicas; nam havendo obrigaçã alguma de acceitar-se, qualquer que seja a sua natureza, qualidade, ou valor. E para que chegue á noticia de todos, mandou publicar pelo presente edital esta determinaçã.

Dado no Porto a 18 de Agosto de 1808.

BISPO, *Presidente Governador.*

Com sete Rubricas dos Deputados da Junta Provisional do Governo Supremo.

Agosto 1808

No. XLV—(a)

Decreto da Junta Suprema do Porto, sobre a imposição applicada ao encanamento do Rio Lima.

A Junta Provisional do Governo Supremo. Constando as difficuldades, que se tem suscitado na cobrança, e arrecadação da imposição applicada ao encanamento do Rio Lima, paga na Villa de Viana e Arcos de Valdevés, e agora destinada ás urgencias da presente guerra : determina, que o superintendente do encanamento execute a Carta Regia de 19 de Fevereiro de 1805, e Aviso de 4 de Fevereiro de 1807, cobrando todo o atrazado e promovendo a arrecadação da dita imposição, fazendo-a remetter ao Thesouro publico, com as competentes guias, em quanto durar a suspensam das Obras, decretada na Ordem de 19 de Julho : imprimindo-se a presente para chegar á noticia de todos.

Porto 25 de Agosto de 1808.

Bispo, *Presidente Governador.*

Com sete Rubricas dos Deputados da Junta Provisional do Governo Supremo.

AGOSTO 1808

No. XLV—(b)

*Decreto da Junta Suprema do Porto sobre as Sentenças dadas em
nome de Napoleam.*

Em Nome do Principe Regente Nosso Senhor.

A Junta Provisional do Governo Supremo attendendo ao grave prejuizo, que resulta a muitas Partes de se nam executarem as Sentenças obtidas por ellas no tempo do intruzo Governo Francez : ha por bem ordenar que as ditas sentenças, nam obstante serem passadas no nome do Imperador dos Francezes, que nesse tempo opprimia a liberdade deste Reino, e dos Tribunaes d'elle com as suas injustas armas, se cumpram, e executem em Nome do Principe Regente, legitimo, e verdadeiro Soberano deste Reino, tendo sido legalmente proferidas pelos Juizos, e Tribunaes competentes, segundo as Leis e costumes do mesmo Reino.

Porto em Junta de 25 de Agosto de 1808.

Bispo, Presidente Governador.

Com sete Rubricas dos Deputados da Junta Provisional do Governo Supremo.

No. XLV—(c)

Ordem da Junta Suprema do Porto, sobre providencias na Alfandega do Porto.

A Junta Provisional do Supremo Governo, erecta nesta Cidade do Porto ordena, que Vm. dê despacho a todas as fazendas que nam forem prohibidas pelas leis, ou nam tenham embaraços particulares de differentes interessados : entram nesta generalidade os Lanificios Inglezes, que nessa alfandega se conservavam por nam terem sido resgatados com a terça parte do valor, na fôrma ordenada pelo extincto Governo Francez ; mas sendo certo que a dita terça parte pertence ao Fisco, e querendo este Governo combinar quanto fôr possivel a urgencia dos meios necessarios para a sustentação do Exército, com as mais claras demonstrações do apreço, que faz dos honrados negociantes desta praça ; determina a este respeito o seguinte :

Que ás duas partes dos Lanificios Inglezes embargados se lhes dê despacho na fôrma determinada, e que a terça parte pertencente ao Fisco, possa ser substituida por igual quantia de covados de panno azul, e, na sua falta, de outra qualquer côr, da qualidade daquelle, que serve para o fardamento da tropa. Os negociantes que fizerem esta troca apresentarám as facturas do dito panno grosso para se lhes pagar quando as circumstancias o permittirem, com o desconto dos direitos, que deverem pelo despacho das fazendas substituidas, que ficará em lembrança : e a mesma Junta do Governo está certa que huma tam briosa classe de Cidadãos estimará

Agosto 1808.

vêr o cuidado que se toma em provêr os seus defensores alistados na tropa de linha.

Outro sim ordena o mesmo Supremo Governo que aquelles despachos, que se faziam sobre fiança, fiquem abolidos neste intervallo da urgencia pública; mas porque está longe da mente do mesmo Governo diminuir as Graças, com que o Principe Regente Nosso Senhor facultava o commercio, e principalmente em huma occasiam, em que tanto está reconhecida a fidelidade, e amor de seus vassallos; determina o seguinte:

Que no acto do despacho se paguem os direitos todos com o desconto dos juros de cinco por cento, proporcionaes áquelle espaço de tempo, que até agora mediava entre o despacho, e o vencimento.

O Juiz da alfandega desta Cidade ordenará igualmente aos respectivos Thesouheiros que nam façam remessa alguma de dinheiros para Lisboa, mas entrem com tudo o que forem recebendo nos cofres da Thesouraria geral desta Cidade, e tres Provincias do norte, dando cada hum delles conta a esta Junta Suprema das entradas, que fazem pela sua repartição. O mesmo Juiz da alfandega o tenha assim entendido, e o faça executar.

Porto 25 de Agosto de 1808.

Bispo, Presidente Governador.

Senhor Juiz da Alfandega do Porto.

No. LI—(a)

Decreto da Junta Suprema do Porto criando o Corpo de Cavallaria da Policia do Porto.

Em Nome do Principe Regente Nossos Senhor,

A Junta Provisional do Governo Supremo conhecendo a precisam que ha de se estabelecer nesta Cidade do Porto hum Corpo de cavallaria, que nas occasioens precisas possa, e deva empregar-se em varias diligencias do Real Serviço, proprias desta arma: houve por bem determinar que este Corpo se forme, e organize conforme o Plano, que baixa com este assignado pelo Desembargador Manoel Joaquim Lopes Pereira Negram Secretario da mesma Junta: cujo Corpo será denominado—Corpo de Cavallaria da Guarniçam do Porto.—

Porto em Junta de 10 de Setembro de 1808,

Bispo, *Presidente Governador*

Com seis Rubricas dos Deputados da Junta Provisional do Governo Supremo.

PLANO DO CORPO DE CAVALLARIA DA GUARNIÇAM DO PORTO.

Capitam	1
Tenente	1
Alferes	1
Furriel	1
Porta-Estandarte	1
Cabos de Esquadra	4

SETEMBRO 1808

Ferrador	1
Clarim	1
Anspeçadas	4
Soldados	45
Total	60

MANOEL JOAQUIM LOPES PEREIRA NEGRAM.

Nº. LVI—(a)

Decreto da Junta Suprema do Porto sobre providencias relativas á boa arrecadaçam dos donativos.

Em Nome do Principe Regente Nosso Senhor.

A Junta Provisional do Governo Supremo : para que os dons gratuitos com que os bons patriotas tem corrido, e vam concorrendo para as despesas do Exército, sejam fiel, exactamente consumidos naquelles usos para que sam destinados, determina que os Corregedores das Comarcas, tendo observado o disposto na ordem de 19 de Julho do presente anno, ácerca da arrecadaçam dos ditos dons, remetam todos os mezes á Mesa da Misericordia desta Cidade do Porto a copia das relaçoens de cada hum das freguezias concorrentes, em que devem ser especificados os nomes das pessoas que deram donativos, quaes, e em que quantidade, com hum resumo extractado das ditas Relaçoens, mostrando a totalidade dos generos, e artigos de fardamento, e aquartelamento, que se acharem debaixo da sua administraçam e aonde existentes. Os Officiaes da dita Mesa da Misericordia guardarám as ditas Relaçoens, para por ellas se fazer conhecer ao público as pessoas patrioticas, e seus donativos ; e de cada hum dos resumos formarám dous, hum dos generos outro dos artigos de fardamento e aquartelamento : o dos generos remetterám aos administradores do Assento, para os destinarem para aonde mais perto puderem ter o seu consumo ; e o resumo dos artigos de fardamento, e aquartelamento o remetterám á Junta do Arcenal do Exército, para que os distribua

SETEMBRO 1808.

para onde, com menos despesa de transporte, hajam de empregar-se competentemente. Os mesmos Corregedores remetterão tambem huma copia dos resueros, que remetterem á Mesa da Misericordia, ao Thesouro público, para alli se lhe abrir huma conta de debito do seu conteúdo, que saldarão com os recibos das entregas que fizerem, remettendo-os ao mesmo Thesouro, aonde se lhes passarão outros, que lhes servirão de quitação do recebimento, e entrega dos sobreditos donativos

Pelos recibos de entrega, que apresentarem no Thesouro os ditos Corregedores, se abrirão outras contas de debito, a saber: pelos generos, aos Administradores do Assento: e pelos ditos artigos de fardamento, e a quartelamento, á Junta do Arcenal do Exército, as quaes se deveram saldar com documentos competentes; servindo-lhes tambem de quitação os recibos por ajustamento do dito Thesouro. A' cerca da arrecadação, e remessa para o Thesouro público dos donativos consistentes em dinheiro, praticarão os Corregedores o methodo determinado em a predicta Ordem de 19 de Julho, executando-a muito á risca em tudo o mais que nam fôr por esta alterado.

Porto 14 de Setembro de 1808.

BISPO, *Presidente Governador.*

Com seis Rubricas dos Deputados da Junta Provisional do Governo Supremo.

No. LX—(a)

Decreto da Junta Suprema do Porto, ordenando que continuem as obras publicas suspensas.

A Junta Provisional do Governo Supremo ha por bem mandar levantar a prohibiçam, que tinha declarado pela Ordem de 19 de Julho do presente anno sobre a suspensam de todas as obras públicas : ordenando que ellas continuem pelo antecedente modo, que costumavam seguir, pagando-se as suas despezas pelas mesmas respectivas estaçoens, em que recahiam : exceptuando porém as do encanamento do rio Cávado, e as da Ponte, e encanamento do Lima, que ficam suspensas, com todas as outras, a respeito das quaes se tenham dado particulares providencias ; pois que nellas ficarão subsistindo as ordens especialmente expedidas, para se irem observando na sua literal disposiçam : e para que chegue á noticia de todos, se mandou affixar este por Edital.

Porto 20 de Setembro de 1808.

Bispo, Presidente Governador.

Com seis Rubricas dos Deputados da Junta Provisional do Governo Supremo.

SETEMBRO 1808.

No. LX—(b)

Decreto da Junta Suprema do Porto, declarando a suspensão do exercicio de suas funções.

Fm Nome do Principe Regente Nossos Senhor.

A Junta Provisional do Governo Supremo faz saber, que tendo cessado o fim, e objecto da sua instituição, pela restauração da Capital deste Reino, e restabelecimento do Conselho da Regencia, que na mesma Capital se acha já em pleno exercicio dos poderes, que lhe foram conferidos pelo Decreto, e Instrucções de 26 de Novembro proximo passado; determinou a dita Junta, por assento tomado na data deste, suspender inteiramente o exercicio das suas funções, e submeter-se em tudo ás Ordens do referido Conselho. E para que chegue á noticia de todos mandou affixar o presente por Edital.

Porto 26 de Setembro de 1808.

Bispo, Presidente Governador.

Com seis Rubricas dos Deputados da Junta Provisional do Governo Supremo.

No. LX.—(c)

Proclamação do Juiz do Povo do Porto, depois de restaurado o Reino.

Que gloria, Portuenses! Que triunfos! Restaurada a nossa Cidade, a de Lisboa, o Reino todo! Triunfantes da impiedade, da traição, e da morte a Religiam, o Throno, as Leis, a Patria, os Portuguezes! Esmagados os vis, e insultuosos Inimigos, que debaixo do sagrado da amizade, e protecção fizeram Portugal, por algum tempo, orfão do seu carinhoso Pai, e amado Principe! Nem hum so d'aquelles desalmados, e aleivosos Soldados de Bonaparte, que hum dia entraram como hospedes, amigos, e protectores em o nosso Paiz, em nossa casa, e no outro se fizeram despotas, ladroens e tyrannos! Que gloria! Que triunfos!

Esbraveje muito embora esse Monstro, que se associára a outros Monstros para anniquilarem a Religiam, usurparem os Thronos, assolarem as Naçoens, roubarem os Póvos, e reduzi-los á escravidão: morda-se, e remorda-se o Tyranno, qual serpente assanhada, e furioza: machine desesperado novas traiçoens, novas atrocidades, e novos crimes: vomite infernaes decretos, e ter-riveis ameaças; que nós inofando de tudo, estamos seguros, temos o Ceo por nós, e somos vencedores. Tremam, e tremam agora de huma Nação irritada por tantos insultos, roubos, e assolaçoens: temam, e temam hum Povo que sempre affogou os Inimigos no mar do seu proprio sangue, e que protesta hoje persegui-lo, derrubá-lo, anniquilá-lo. Miseravel Napoleão! Para onde fugirás? Onde poderás escapar á vergonha, á desesperação, e á morte? Onde á justa vingança dos valorosos Portu-

SETEMBRO 1808.

guezes, dos bravos Espanhoes, dos ousados Inglezes, e de outros muitos Povos, como elles, por ti offendidos? A hum resentido sempre a dôr lhe dura, e só se nam vinga quem nam pôde.

Eia pois, Soldados do grande, formidavel, e invencivel Exêrcito Portuguez; consummai a maior das victorias. Tornem a renascer os tempos dos immortaes Affonsos, Joãoes, e Manoeis. Nam deve ficar impune o Oppressor das Naçoens: nam devem aqui parar vossos triunfos. Ide recordar aos outros Póvos as suas injúrias para se armarem contra o commum Inimigo, sacudirem como nós o jugo, que ainda os opprime, e respirarem na antiga paz, e liberdade em que viviam. Ide despertar as outras Naçoens do lethargo em que tem jazido, reanimá-las do seu valor, coragem, e patriotismo, certificá-las dos embustes, traiçoens, e perfidias de Buona-parte, da fraqueza das suas armas, e da bisonhice dos seus Soldados, e assegura-las da queda certa, e irremediavel de tam infernal Monstro. Ide, ide em fim derubar Napoleam do Throno, que usurpára, e nelle assentar seu legitimo Senhor. Esta gloria está reservada aos Portuguezes.

E vós, Paizanos, e virtuosos pais de familias, nam vos esqueçais, no meio de tanta gloria, de educar vossos filhos, e ensinar-lhes os bons costumes, e os deveres sociaes, e da Religiam. Da educaçam depende a felicidade dos Vassallos, e do Estado.

Honrados Agricultores, cultivai cuidadosamente as terras, e bemdizendo no campo o Augusto Nome do melhor dos Soberanos, consolidai o seu poder com os vossos suóres, e fadigas, e enchei a todos dos mais pre-

TOM. I.

BB

SETEMBRO 1806

ciosos thesouros. A Agricultura de huma das bases do Estado ; ao passo que floresce tambem este.

Espirituosos Commerciantes, continuai nas vossas especulaçoens, e com ellas affiançai, como até aqui, os fundamentos do Imperio ; arriscaí vossos cabedaes, e arremessai-vos ás mais perigosas emprezas, para que o nosso Paiz, abundando sempre de producçoens proprias delle, e dos outros, seja o theatro da Industria, da Opulencia, e da Prosperidade. O Commercio he outra base dos Estados ; por elle se enriquecem os Póvos, e se civilizam as Naçoens.

Engenhosos Artifices, applicai-vos de véras ás vossas Artes, Profissoens e Officios, e fazei apparecer producçoens immortaes, e chefes de obra, que surpreendam a posteridade, e apregõem o vosso nome, e gloria, e a da Naçam. Vós sois tambem esteios, e adornos da Sociedade civil.

Entreguem-se em fim todos á Patria, e dediquem os trabalhos, e fadigas á utilidade geral, para que as outras Naçoens vos admirem, estimem, e respeitem, e nam possais invejar no Reinado do Senhor D. Joam VI. os felizes dias dos seus Excelsos Progenitores. Se assim obrardes, nam ficareis na miseria, na confusam, e na obscuridade ; antes sereis felizes, conhecidos, e premiados. Nunca se vos estagnarám as fontes da subsistencia, e riqueza, nem vos faltarám os meios de adquirir ; antes se vos facilitarám sempre, e sempre tereis em que exercitar as vossas Artes, Officios, e Profissoens. Os obstaculos, que possam cumpririr a liberdade geral do Commercio, e da Industria, seram efficazmente removidos. A Travessia, ou Monopolio, esse inimigo declarado do Bem público, debalde intentará arruinar-

SETEMBRO 1808.

vos. Eu me porei em campo contra elle, e o destruirei. A Concurrência será augmentada, a Emulação promovida. Huma e outra fará que procureis aperfeiçoar mais as vossas manufacturas; que sejam mais frequentes as transacções mercantis; que abundem mais as cousas necessarias, e uteis: e que o Povo desta Cidade seja cada vez mais civilizado, opulento, e feliz. Nam vos entregueis, eu vo-lo peço, ao Ocio, e á Preguiça: nem respire entre vós o terrivel Egoismo, e a sua maxima infame—Tudo para nós, nada para os outros;—antes vos auxiliai reciprocamente, e prestai-vos inutuos bons officios; e vivendo satisfeitos á sombra das leis, e do throno, como pede a razam, e a ordem social, mostrai em tudo que sois verdadeiros Portuguezes, e vassallos de hum Principe capaz de menear as rédeas, nam de hum só, de muitos Imperios.

JOAM DE ALMEIDA RIBEIRO.

No. LX—(d)

*Pastoral do Bispo da Porto exhortando á Penitencia e a Acções
de Graças a Deos.*

Dom Antonio de S. Jose' de Castro, Monge de S. Bruno, por Mercé de Deos, da Santa Sé Apostolica Bispo do Porto, do Conselho de Sua Magestade Fidelissima, &c.

Nam temais, pequeno Rebanho, porque foi do agrado de vosso Pai Celestial dar-vos o vosso Reino. Cantemos as misericordias do Senhor; misericordias de David fieis, que nam permittiram, que fossem consumidos nem que fossem confundidos aquelles, que nellas puseram a sua confiança. Cantemos igualmente a sua Divina Justiça, que depois de hum piedosa correcçam nos faz ver a sua face benigna, e pacifica. Bemdito seja o Senhor Deos de Israel, que se dignou de visitar-nos das alturas, e resgatar-nos do poder de nossos Inimigos. O nosso Deos, que parecia nam ouvir os nossos gemidos, e estar adormecido sobre os nossos males, levantou-se, e os seus inimigos foram dissipados; fugiram, e desapparecêram da sua face aquelles, que o aborreciam. Lá tinha prevenido nos thesouros da sua infinita sabedoria o poder da valorosa Espanha; o auxilio poderoso da invencivel Inglaterra; o antigo, e prodigioso valor dos Portuguezes; e finalmente a repentina, e indissoluvel uniam destas Potencias, para que todas tres, de commum acôrdo, mediante o auxilio Divino, fizessem cessar em hum momento a profanaçam dos sagrados Templos; a morte dos innocentes; a violçam das virgens; a oppressam das casadas; a usur-

SETEMBRO 1808.

paçam das propriedades, e finalmente o ataque, e a destruição de todos os fundamentos da Sociedade, e dos direitos mais sagrados, e conhecidos, ainda mesmo no centro das espessas trévas do Paganismo. O Senhor empenhou o poder do seu braço omnipotente, e dispersou estes soberbos, confiados em sua propria arrogancia. Depoz os poderosos do throno que perfidamente tinham usurpado, e levantou os humildes: estas sam, amados Diocesanos, as obras do Senhor, estas sam as suas misericordias para com o seu Povo Portuguez; e quaes deverám ser os nossos sacrificios de louvor, de acção de graças, de penitencia, de sujeição, e de obediencia á sua Santa Lei? Com quanta maior razão, e experiencia, devemos nós, animados dos mais ternos sentimentos de gratidão, e de confiança, dizer com a devota Sara—*Hoc autem pro certo habet omnis, qui te colit, quod vita ejus, si improbatione fuerit, coronabitur, si autem in tribulatione fuerit, liberabitur: et si in correptione fuerit, ad misericordiam tuam venire licebit. Non enim delectaris in perditionibus nostris: quia post tempestatem, tranquillum facis, et post lacrymationem, et fletum, exultationem infundis. Sit nomen tuum, Deus Israel, benedictum in secula.*—Estes sam os sensiveis affectos de gratidão, e de confiança, que devem animar os nossos corações, mas além disto he necessario renovar, e purificar os sanctuarios, em que o Senhor nos remio com o seu precioso sangue. He preciso que lancemos fóra de nós mesmos os abominaveis Idolos, a que a malicia, e a fraqueza humana costumão queimar os seus incensos. Cuidemos em desterrar de nós mesmos os espiritos do libertinismo, e philosophismo moderno, a soberba, o rancór, e a profani-

dade das modas ridiculas, e indecentes. E neste artigo, muito particularmente, em nome de nosso Senhor Jesu Christo, exhortamos as pessoas do sexo feminino a que andem vestidas; que se abstenham de roupas transparentes; que se revistam do antigo pudór, que fez sempre o character do seu sexo, e principalmente nas pessoas de bem. Pais e mãis de Familias, vós respondeis no Tribunal Divino, pela dissolução, e pela perda da honra, e do decoro das vossas filhas. He verdade, que nós, bem a nosso pezar, temos tolerado estes abusos: mas em fim, chegou o tempo da penitencia, em que o nosso Officio Pastoral, até agora froxo, presentemente estimulado pelas sensiveis demonstraçoens da Divina Justiça nos obriga a nam tolerârmos por mais tempo estes publicos, e ruinossos escandalos, e a nam permittirmos que entrem nos Sanctuarios estes infernaes insentivos. Por tanto, nós prohibimos desde já o abuso das roupas transparentes, que nam servem para cobrir, mas para provocar, e patentear o que a decencia prohibe. Mas nós temos esperanza bem fundada nos principios de Religiam, na honra, na decencia, e mesmo ainda na piedosa contemplaçam, que devemos ás nossas muito amadas ovelhas, que nam será sem fructo esta nossa paternal advertencia. Mas, quando assim nam succeda, (o que nam devemos esperar) nos veremoss obrigados a pôr em uso todas as providencias que, nos casos de obstinaçam, sam proprias do nosso Officio, e da nossa Authoridade. Finalmente he tempo de^a nos levantarmos do lethargo em que jaziamos. Nós já sabemos por experiencia, como Deos castiga os peccados; nós já temos sentido sobre nós o golpe da Divina Justiça; e se a sua infinita piedade o suspen-

SETEMBRO 1808.

deo,temamos,que ainda nam meteo a espada na bainha. Fujamos, por tanto, amados filhos, fujamos da ira futura, tendo por certo, que o meio efficaz, e unico para fugirmos della, consiste na reforma dos costumes, e na fiel observancia da Lei do Senhor.

E agora, em testemunho da nossa humilde gratidam a tan assignalados, e incomprehensiveis beneficios, que do mesmo Senhor estamos recebendo, Mandamos, que na tarde do segundo dia do seguinte mez de Outubro se cante com a maior solemnidade o *Te Deum Laudamus* na nossa Igreja Cathedral, e que no dia 3 do mesmo mez de Outubro se faça huma solemnuissima Procissam pela manhã, á qual deverám concorrer todas as pessoas do Clero Secular,e Regular, comprehendidas na distancia de huma legoa desta Cidade. Igualmente haveram tres dias de luminarias, e todas as mais demonstraçoens de alegria religiosa, e sizuda, que em semelhantes casos se costuma praticar. Outro sim Mandamos, que em dias opportunos, nas Igrejas da Cidade se repitam semelhantes acçoens de graças, e que o mesmo pratiquem os Reverendos Parochos de toda ésta Diocese,nas suas respectivas Igrejas, no termo de quinze dias, depois de terem recebido esta nossa Carta Pastoral. Dada no Porto sob nosso signal, e sello de nos sas armas em 27 de Setembro de 1808.

ANTONIO, Bispo do Porto.

No. LX—(e)

Aviso da Regencia do Reino estabelecida em Lisboa, elogiando todas as Classes dos Habitantes do Porto.

Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor.

O Patriotismo, e admiraveis esforços das Provincias de Portugal, e Reino dos Algraves, auxiliados pelas valorosas tropas de Sua Magestade Britanica, abençoados, e protegidos visivelmente pela Divina Omnipotencia, expulsáram as Tropas Francezas: Removido assim o despotismo, com que éstas embaraçavam o exercicio do Governo, que o Principe Regente Nosso Senhor estabeleceo pelo Décreto de 26 de Novembro proximo passado: Os Governadores Francisco da Cunha e Menezes, e Dom Francisco Xavier de Noronha, com assistencia do Secretario Joam Antonio Salter de Mendonça, que se acham sem impedimento, convocáram o Conde Monteiro Mór e Dom Miguel Pereira Forjás substitutos do Governador ausente Marquez de Abrantes, e do Secretario impedido Conde Sam-Payo; e todos continúam no exercicio das suas funcões, suspensas desde o dia primeiro de Fevereiro do corrente anno. Elegêram pelas faculdades do dito Decreto, e instrucções, em lugar dos Governadores impedidos, o Principal Castro, e Pedro de Mello Breyner, ao Marquez de Minas, e a V. Ex.^a, e mandam que tudo se tracte, regule, e determine na conformidade das leis, e costumes observados até o dito dia primeiro de Fevereiro, sem a menor alteraçam.

E como para a Restauraçam da nossa liberdade, e su-

OUTUBRO 1808

ave Govêrno de Sua Alteza Real, muito concorrêram a lealdade, trabalhos, e despezas do Clero Regular e Secular, Nobreza, Negociantes, Cidadãos, e mais Pessoas dessa Cidade, que se fizeram tam benemeritos, e dignos da Patria; louvam, e agradecem serviços tam assignalados, e os poram na Real Presença de Sua Alteza, com toda a individuação. Outro sim Mandam, que a Junta Provisional do Governo do Porto, faça publicar este por Editaes, para que chegue á noticia de todos.

Deos guarde a V. Ex.^a. Secretaria de Estado dos Negocios do Reino 20 de Setembro de 1808.

JOAM ANTONIO SALTER DE MENDONÇA.

Senhor Bispo do Porto.

No. LX—(f)

Proclamação do Deam da Sé do Porto.

Luis Pedro de Andrada e Brederode, Deam, e Coronel do Regimento de Voluntarios, composto de Ecclesiasticos Seculares, e Regulares.

Faço saber a todos os Senhores Dignidades, e Conegos, que tem servido na presente occasiam da feliz Restauração do Principe Regente Nosso Senhor, como Capitaens Ajudantes d'Ordens de Sua Exa. R^{ma}, assim como aos Senhores Beneficiados da Cathedral, que tem servido, como Tenentes Ajudantes, que por Graça especial do mesmo Ex^{mo}. e R^{mo}. Senhor foi permitido podêrem usar de armas offensivas, e defensivas em quanto durar a guerra com a França, por ser ésta em defeza da nossa Sagrada Religiam, e da Patria: e concede a todos estes, que como taes tem servido, o poderem usar do distinctivo de huma *Palma d'ouro* no braço esquerdo, guardandose as graduaçoens das Patentes de cada hum no modo da mesma Palma, da qual poderám usar em quanto vivos forem.

Igualmente concede a mesma Graça a todos os Senhores Officiaes do Regimento, e aos Soldados, que tem servido com zelo, e patriotismo, sendo estes alistados por cada hum dos Senhores Capitaens: pelo que recomendo muito a todos os Senhores Officiaes tenham o cuidado necessario, para que nenhum outro se atreva a usar d'este distinctivo, e façam que assim se execute.

Porto 1 de Outubro de 1808.

LUI PEDRO DE ANDRADA E BREDERODE.
Deam, Coronel.

FIM DO TOMO I.

Impresso por R. Greenlaw, 39, Chichester Place, Gray's Inn Road.

